

**Juçara da Silva Barbosa de Mello**

**FIOS DA REDE:  
industrial e trabalhadores na criação e  
expansão de um grupo empresarial  
(1920-1949)**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Luís Reznik

Rio de Janeiro  
Dezembro de 2012

**Juçara da Silva Barbosa de Mello**

**FIOS DA REDE:  
industrial e trabalhadores na criação e expansão de  
um grupo empresarial (1920-1949)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Luís Reznik**

Orientador  
Departamento de História – PUC-Rio

**Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira**

Departamento de História – PUC-Rio

**Prof. Alexandre Fortes**

Departamento de História – UFRRJ

**Prof. Antonio Luigi Negro**

Departamento de História – UFBA

**Prof. José Sérgio Leite Lopes**

Departamento de Antropologia - Museu Nacional – UFRJ

**Prof<sup>a</sup>. Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências  
Sociais PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2012

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Juçara da Silva Barbosa de Mello**

Graduou-se em História na Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FFP/UERJ) em 2005. Na mesma instituição, cursou o Mestrado em História Social, concluindo-o em 2008. É professora do Departamento de História da PUC-Rio.

#### Ficha Catalográfica

Mello, Juçara da Silva Barbosa de

Fios da rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949) / Juçara da Silva Barbosa de Mello ; orientador: Luís Reznik – 2012.

239 f. : il. (color.) ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2012.

Inclui bibliografia

CDD: 900

Aos milhares de operários e operárias  
Que, com seu trabalho, construíram o Grupo Othon e  
Tornaram esta história possível.

A  
João [Victor e Gabriel]  
Amor maior

## Agradecimentos

O momento dos agradecimentos é sempre um momento de reflexão em que percebemos que o sentido do esforço realizado não se encerra na pesquisa. As relações, as trocas, as amizades, os amigos que cativamos e que nos cativam, isso é o que, no somatório final, realmente faz valer a pena. Sinto-me feliz em perceber que, nesse percurso, pude contar, tanto com o amadurecimento de amizades de outros *tempos* e de outros *lugares*, como com as mais recentemente encontradas. Agradeço a Deus por isso, por tudo isso!

As instituições – compostas por pessoas, evidentemente – foram importantes para viabilização das diversas etapas desta tese. Agradeço a UERJ/FFP, instituição – que pelos professores que a fazem – se tornou responsável por grande parte do que hoje sou, ocupando, assim, lugar cativo no rol de em meus agradecimentos. Nela cursei a graduação e o mestrado, momentos em que amadureci o gosto pelo ensino de história e descobri o prazer de enveredar pelos caminhos da investigação e da pesquisa, além de ter sido o lugar em que fiz amigos, jamais esquecidos.

A experiência na UERJ/FFP foi tão positivamente marcante que não imaginava poder encontrar outro lugar que me acrescentasse tanto, seja academicamente, seja afetivamente. Mas não é que encontrei? Cá estou, no Departamento de História da PUC-Rio. Lembro-me bem de quando, muito nervosa, aguardando para ser entrevistada no processo de seleção do doutorado, ouvi de uma funcionária que tentava me acalmar: “Este Departamento [de História] é o mais carinhoso da PUC”. Carinhoso e competente como tenho comprovado como aluna, e mais recentemente como professora. Agradeço imensamente aos dedicados, competentes e carinhosos funcionários deste Departamento, como também aos colegas e mestres professores, dentre os quais destaco o “mestre dos mestres”, com quem tenho aprendido muitas lições. Ilmar

Rohloff de Mattos, um professor que não precisa de aula para ensinar e é, simplesmente, inteiro em tudo que faz e, por isso, grande. Agradeço, também, o carinho e a força de Daniel, Murilo e Rômulo, a doce Gisele, e de Luciana, também pelo carinho, força, dedicação e competência com que leu alguns de meus textos.

Registro aqui meus agradecimentos ao apoio financeiro do CNPq e a PUC-Rio, que contribuíram para garantir minhas “condições materiais de existência” nos últimos dois anos.

Neste percurso, iniciado na FFP/UERJ, os fios da tapeçaria da minha vida foram entrelaçados aos de muitas pessoas especiais, que lhe tem acrescentado brilho e cor, entre as quais não posso deixar de citar, a Ia, Amandinha e Lívia. Obrigada pelos muitos momentos divertidos que compartilhamos por aí, especialmente nos congressos e viagens do “Aulanet”. Mas obrigada, sobretudo, pela amizade sincera, pela força nos muitos momentos que precisei. Iamara, o companheirismo que tem demonstrado nos últimos tempos, não tem preço.

Em minha primeira participação em congresso, na Anpuh, em Porto Alegre, conheci Alexandre Fortes, que atuava como mediador no simpósio do GT Mundos do Trabalho. De lá pra cá sua presença tem marcado momentos importantes de minha trajetória acadêmica, participando da qualificação e da banca do mestrado, orientado-me na elaboração do projeto e participando na qualificação desta tese de doutorado. Agradeço imensamente suas sempre gentis, esclarecedoras e enriquecedoras palavras, assim como agradeço aos demais participantes do GT Mundos do Trabalho, com os quais tenho dialogado, nos frutíferos encontros, seminários e congressos, e por meio da leitura de seus trabalhos. De igual forma, agradeço a solicitude, as leituras criteriosas e os apontamentos sempre acertados de Leonardo Pereira, na banca da dissertação e na qualificação desta tese.

A Luis Reznik, meu professor, orientador... e amigo, devo muito, muito mesmo. A confiança que sempre depositou em mim, desde os tempos da graduação, foi fundamental para que até aqui chegasse. Espero com minhas atitudes conseguir demonstrar a gratidão que sinto, já que não consigo expressá-la com palavras.

Serei sempre grata a Marcelo Magalhães, também por confiar em mim e pelo fundamental incentivo, ainda na graduação, para o ingresso na carreira acadêmica.

Agradeço a Felipe, meu companheiro de pesquisa dos trabalhadores mageenses, a Sônia Gonzaga de Oliveira, que gentilmente me cedeu acesso ao seu arquivo, construído a partir de pesquisa de campo realizada na década de 1980, em Santo Aleixo. De igual modo, sou grata à Virgínia Barbosa, solícita bibliotecária da Fundação Joaquim Nabuco, e a Álvaro Brito Bezerra de Mello, cuja entrevista e documentos cedidos muito auxiliaram na produção desta tese.

Agradeço a Deise, que sempre esteve e continua a estar ao meu lado em momentos de muita felicidade, e em outros, de nem tanta assim. Dinhanana, obrigado por cuidar de tudo para eu pudesse me dedicar a esta tese.

À minha família agradeço todo amor e carinho, sem os quais não conseguiria suportar a irritação e angústia que me acompanharam nos últimos tempos. Aos meus filhos, fios dourados da tapeçaria da minha vida, começo e fim do que sou, agradeço por terem chegado para abrilhantar minha existência.



## Resumo

Mello, Juçara da Silva Barbosa de; Reznik, Luís. **Fios da Rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)**. Rio de Janeiro, 2012. 239p. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O pernambucano Othon Lynch Bezerra de Mello tornou-se proprietário de quatro fábricas de tecidos no decorrer da década de 1920, todas no estado de Pernambuco. O empresário fez fortuna nas décadas de 1930 e 1940, momento de grande expansão dos negócios em direção aos estados do Rio de Janeiro, local em que adquiriu a Companhia Agrícola e Industrial Magalhães, rebatizada de Fábrica Esther, Minas Gerais onde foi instalada a Fábrica de Tecidos Maria Amália e Alagoas onde adquiriu a Fábrica Fernão Velho, rebatizada de Fábrica Carmen. A venda e fabricação de tecidos nesse período garantiram a Bezerra de Mello um grande acúmulo de capitais com os quais decidiu diversificar os negócios. Na década de 1940, o Grupo Othon se constituía de duas Companhias Têxteis: o Cotonifício Othon Bezerra de Mello e a Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello, além de usinas de açúcar e investimentos na produção de energia, agropecuária e seguros. Nos anos de 1940, o industrial decidiu investir também no ramo da hotelaria, utilizando, para tanto, o capital acumulado no setor têxtil, de onde surgiria a imponente *Rede de Hotéis Othon*. Para além da construção de uma história empresarial, esta tese representa o esforço de pôr em evidência as estreitas relações entre industrialização, trabalho, política e sociedade, utilizando como um dos recursos elucidar e interpretar aspectos dos modos de vida e visões de mundo dos trabalhadores e do empresário, em suas formas autônomas e institucionalizadas, verificando-se em um período considerável de tempo as mediações entre sua experiência cotidiana e a presença como classe na cena política nacional.

## Palavras-Chave

Industrialização; empresariado; trabalho; trabalhadores; modernidade; tradição; cultura fabril.

## Abstract

Mello, Juçara da Silva Barbosa de; Reznik, Luís. **Wire Network: industrial workers and the creation and expansion of a business group (1920-1949)**. Rio de Janeiro, 2012. 239p. Doctoral Thesis - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Othon Lynch Bezerra de Mello became the owner of four textile mills during the 1920s, all in the state of Pernambuco. The entrepreneur made his fortune in the 1930s and 1940s, a time of great expansion of business toward the states of Rio de Janeiro, where they acquired the Company for Agricultural and Industrial Magellan renamed Factory Esther, Minas Gerais where the factory was installed fabrics Maria Amalia and Alagoas where Ferdinand acquired the Old Factory, renamed Carmen. The sale and manufacture of fabrics that period ensured the Bezerra de Mello a large accumulation of capital with which decided to diversify the business. In the 1940s, the group was made up of two Othon Companies Textiles: The cotton mill Othon Bezerra de Mello and Spinning and Weaving Company Bezerra de Mello, besides sugar and investments in energy, agriculture and insurance. In the 1940s, the industry also decided to invest in the hotel business, using for this purpose, the accumulated capital in the textile sector, where the stately arise Network Othon Hotels. Apart from building a business history, this thesis represents the effort to highlight the close relationship between industrialization, labor, politics and society, using as a resource to elucidate and interpret aspects of lifestyles and worldviews of workers and the entrepreneur, in their autonomous and institutionalized forms, checking into a considerable period of time mediations between their everyday experience and presence in class as national political scene.

## Keywords

Industrialization; entrepreneurship; labor; workers; modernity; tradition; culture factory.

## Sumário

1. Introdução	16
<b>Parte I – O empresário a empresa: caminhos percorridos e estratégias de criação e consolidação</b>	<b>30</b>
2. O começo em Pernambuco	31
2.1. A primeira Missão Comercial e a questão do orçamento estadual em Pernambuco	33
2.2. De comerciante a comerciante e industrial	41
3. O embate dos coronéis da indústria	54
3.1. A indústria têxtil pernambucana	56
3.2. A força de trabalho: da abundância à escassez	59
3.3. Divergências e convergências intra-elites industriais	63
4. Relações políticas e estratégias empresariais	84
4.1. Relações políticas	85
4.2. Pernambuco de Agamenon: paternalismo e leis do trabalho	90
5. Tradição, modernidade, progresso: um industrial a serviço da nação	107
5.1. A Missão Econômica Brasileira	107
5.2. “Por amor ao Brasil”	114
5.3. O sociólogo e o industrial	118
5.4. O Grupo Othon na Campanha Nacional da Aviação	133

<b>Parte II – Os trabalhadores na expansão do Grupo Othon</b>	<b>140</b>
6. Esther, Maria Amália e Carmen: novas fábricas, antigos lugares	141
6.1. De Fábrica Nacional de Santo Aleixo a fábrica Esther	147
6.1.1. A crise local e nacional da indústria têxtil	153
6.1.2. Aspectos da resistência operária no Santo Aleixo da Primeira República	161
6.1.3. Diferentes percepções do “espírito da nova legislação”	168
6.2. Curvelo e a fábrica Maria Amália	177
6.3. Fernão Velho e a fábrica Carmen	181
7. Transformação e continuidade, consenso e resistência: aspectos da experiência operária na administração do Grupo Othon	186
8. O front dos “soldados da produção”	207
9. Muito trabalho de muitos, muita riqueza de poucos	220
10. Considerações finais	224
11. Bibliografia e fontes	228
11.1. Fontes	228
11.2. Bibliografia	233

## Lista de figuras

Figura 1 – Primeira Loja de Tecidos – Recife	33
Figura 2 – Edifício da Companhia Fábrica de Tecidos de Apipucos e antiga Fábrica da Macacheira	44
Figura 3 – Edifício Praça Sérgio Loreto	44
Figura 4 – Posto Médico da Fábrica de Apipucos	46
Figura 5 – Grupo escolar da Fábrica de Apipucos	47
Figura 6 – Residências dos operários das Indústrias Fabris “Othon Bezerra de Mello” – Pernambuco	48
Figura 7 – Prédio construído pelo Cotonifício Bezerra de Mello – Apipucos	51
Figura 8 – Foto Othon Bezerra de Mello – 193(?)	53
Figura 9 – Foto Othon Bezerra de Mello e dois de seus filhos – 1933	104
Figura 10 – Jornais sobre Missão Econômica Brasileira no México – 1940	113
Figura 11 – Foto Gilberto Freyre na Festa do 1º. Centenário de nascimento do Patrono da APL – 1980	122
Figura 12 – Foto familiar de Othon Bezerra de Mello – Recife, 1922	123
Figura 13 – Batizado de aeronave por Álvaro Bezerra de Mello doada por seu pai, Othon Bezerra de Mello à Companhia Nacional de Aviação – 1941	135
Figura 14 – Foto aeronaves doadas por Othon Bezerra de Mello – 1941	136
Figura 15 – Reportagem Revista Cruzeiro com foto família Bezerra de Mello – 1941	141
Figura 16 – Fotos Fábrica Apipucos e Othon Bezerra e Mello, Revista Cruzeiro – 1941	142
Figura 17 – Foto sede da Companhia Açucareira Santo André da Rio Uma – 1943	146
Figura 18 – Mapa do Município de Magé	148
Figura 19 – Pintura Prédio da Fábrica Nacional de Santo Aleixo – 1840	150
Figura 20 – Foto de cerimônia solene da bênção da primeira pedra da Fábrica – 1941	180
Figura 21 – Foto vista aérea – 1942	181
Figura 22 – Foto Igreja São José em Fernão Velho/AL – 2008	183
Figura 23 – Foto do Prédio “Recreio Operário”/AL – 2008	186

Figura 24 – Foto Início das obras de remodelação da Fábrica Esther – 1941	189
Figura 25 – Foto Fábrica Esther e seu prédio remodelado – 1941	190
Figura 26 – Foto Fábrica Maria Amália/MG – 2007	190
Figura 27 - Foto Fábrica Esther e Cine-Recreio – 197(-)	192
Figura 28 – Foto dos filhos dos operários na Festa de Santo Aleixo – 1944	198
Figura 29 – Foto dedicada à Antonio de Azevedo Teixeira/Inauguração do Apostolado da Oração de Jesus – 1944	200
Figura 30 – Foto de Othon Bezerra de Mello, autoridades políticas e operários – 1942	203
Figura 31 – Foto de operários em Bloco Carnavalesco / Santo Aleixo – 1945	217
Figura 32 – Foto Família de operários em festa próxima a Fábrica Esther e primeiras casas da Vila Operária – 1942	218
Figura 33 – Foto vista parcial da Nova Vila Operária – 1946	219
Figura 34 – A festa de inauguração do Hotel São Paulo foi objeto de reportagem na Revista da Semana. 1946	223

*“Para ser grande, sê inteiro: Nada teu exagera ou exclui. Se todo em cada coisa.  
Põe Quanto és no mínimo que fazes. Assim em cada lago a lua toda brilha,  
porque alta vive.”*

Fernando Pessoa.

# 1

## Introdução

Para Thompson [...] não seria a industrialização que se teria imposto a capitalistas e trabalhadores, com a força de uma lei que regeria suas relações [...] ao contrário, a industrialização seria o resultado de um processo histórico real, como todo processo histórico, único, pouco importando o fato de que, depois, por sua importância e características, ele se tornaria um modelo universal. Para Thompson, a grande indústria moderna é um resultado (histórico) da luta de classes.<sup>1</sup>

As inquietações que despertaram o interesse pela investigação da trajetória do empresário Othon Lynch Bezerra de Mello, em suas relações com o grupo empresarial do qual é fundador, ligam-se à pesquisa anterior, cuja temática englobou análise da dinâmica sociocultural desenvolvida em uma de suas fábricas, a Esther em Santo Aleixo. Ao refletir sobre as condições em que se deram as relações sociais e a construção de padrões culturais neste distrito, em sua fase industrial – considerada pelos operários-moradores que a vivenciaram o período áureo de seu desenvolvimento econômico e cultural – surgiram questões que extrapolavam o alcance da investigação realizada naquele momento.

O processo de formação da classe trabalhadora em Santo Aleixo teve início em período bem anterior ao da administração do Grupo Othon, conferindo certa tradição vinculada ao trabalho fabril. Contudo, uma série de fatores convergiram para tornar o início do funcionamento da Fábrica Esther em Santo Aleixo, em 1941, sob administração dos Bezerra de Mello, o momento em que foi desencadeado o estabelecimento de novas relações sociais no próprio grupo de trabalhadores, e destes com os patrões. A partir do encontro de modos de vida e trabalho anteriores dos operários com a implementação de uma abrangente política de benefícios sociais, marcada por uma moral familiar, fundou-se um pacto social baseado em princípios de lealdade e reciprocidade, redimensionando a cultura fabril já existente. A análise de experiências concretas do cotidiano desses trabalhadores revelou uma cultura fabril construída a partir da existência de uma complexa dinâmica social envolvendo situações de consenso e resistência, apontando para o caráter tenso desse “delicado jogo de reciprocidade”.

---

<sup>1</sup> SILVA, Sérgio. Thompson, Marx, os marxistas e os outros. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 64,65.



O abrangente programa de benefícios sociais, implementado nas fábricas do Grupo Othon – personificado pela figura de seu patriarca e fundador – serviu ao exercício da hegemonia cultural de suas próprias crenças e valores. Os operários, por sua vez, aderiram amplamente às propostas empresariais, legitimando-as ao interiorizá-las e recriá-las segundo seus próprios interesses. Uma recriação possível porque, na transição de modos de vida e trabalho anteriores, permanecem presentes características simbólico-culturais que marcam as relações sociais que lhes são subjacentes, e que, ao atenuarem a ruptura, funcionam como elementos de consolidação das identidades individuais e coletivas dos trabalhadores.

Em Santo Aleixo, observou-se o protagonismo dos operários no processo de recriação de crenças e valores hegemônicos, pela constatação de permanências, como as detectadas nos casos de famílias cuja transição se deu de condições de existência tradicionais – da subsistência econômica baseada no trabalho rural – para o sistema fabril. Em outras situações, as permanências foram observadas em processos de transição ocorridos no interior do próprio sistema fabril, de antigas formas de gestão empresarial, já estabelecidas no local, para aquelas consideradas mais modernas, como na gestão do grupo Othon.

Essas situações, propiciadoras da construção de uma cultura fabril forjada a partir, tanto do consenso quanto da resistência, aberta ou velada, foram concretamente observadas, especialmente na análise do cotidiano dos operários de uma das fábricas do Grupo Othon, a Esther, em Santo Aleixo.

Um exemplo em que se observa a legitimação de valores culturais do empresariado, através de sua recriação pelos operários parece ocorrer nos casos em que a manutenção do princípio patriarcal da família camponesa, no ambiente da produção fabril, foi favorecida pela moral familiar apregoada pela empresa contribuindo para o consenso dos trabalhadores em torno de sua ideologia. Do ponto de vista dos trabalhadores, a disseminação de uma moral familiar pelas empresas, para além de representar dominação por meio de um mecanismo de controle e repressão, significou também um canal aberto para constante reivindicação da contrapartida do empresário no jogo de compromissos e lealdades trazidos pela noção de família, por ele mesmo difundida.

A análise da trajetória de um grupo empresarial que tem a sua gênese nos anos iniciais da década de 1920 e chega a sua fase áurea nos anos de 1940,

perpassa, necessariamente, o próprio processo em que ocorre a modernização industrial do país. Diversos estudos sobre o tema, em que predominou a investigação de aspectos econômicos, apresentaram industriais e trabalhadores como objetos passivos das transformações econômicas mundiais, sobretudo na década de 1920. Já no período posterior a 1930, o papel de protagonista viria a ser desempenhado pelo Estado brasileiro. Contudo, uma inovadora historiografia, atuante no Brasil a partir da década de 1980, passou a valorizar o estudo da dinâmica presente nas relações sociais de trabalho e do “não trabalho”<sup>2</sup> numa perspectiva fundamentada nos pressupostos da história social, adotados como referência na presente análise.

Os pressupostos que norteiam a história social permitem que a história do empresariado, e de um empresário em particular – tendo como pano de fundo a empresa – seja combinada à história do trabalho e dos trabalhadores, numa perspectiva que permite uma relação com estudos de natureza similar, embora focados em outros espaços<sup>3</sup>. O esclarecimento das especificidades e regularidades, possível por meio dessas relações, contribui para afirmação de que as condições em que se deram as relações entre empresário e trabalhadores, não se explicam por si só. Da mesma forma que também não se explicam os efeitos de tais relações no comportamento social de ambos – empresário e trabalhadores – no interior do complexo industrial fundado por Othon Bezerra de Mello. Assim, as condições em que se deram transformações históricas mais abrangentes se

---

<sup>2</sup> Seguindo a linha de pensamento de Thompson, que apresenta a classe operária também como condição da grande indústria, ao invés do contrário, torna-se impossível limitar o processo de formação dessa classe ao que acontece ao trabalhador apenas no processo de trabalho da grande indústria ou mesmo na vida econômica em geral. “Uma diversidade de fatores sociais, culturais, componentes da vida e das tradições dos trabalhadores assume, então, o primeiro plano na análise, reforçando a crítica ao determinismo econômico que constitui outro traço central do pensamento de Thompson”. THOMPSON, *Ibid.*, p. 66.

<sup>3</sup> Refiro-me aos seguintes trabalhos: FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, RS: Educus; Rio de Janeiro, Garamond, 2004; FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997; SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade – 1937,1968*, São Paulo: Hucitec, 1995; NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. São Paulo: Boitempo: 2004; RAMALHO, José Ricardo. *Estado-Patrão e luta operária: o caso da FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Editora Scritta, 1995; LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília e Marco Zero/MCT/CNPq, 1998.

colocam como fatores cujo conhecimento contribui na elucidação dos acontecimentos no interior deste grupo empresarial e vice-versa.

A adoção de uma perspectiva comparada não se contrapõe à noção *thompsiniana* de que “cada evento histórico é único”, mesmo porque “muitos acontecimentos amplamente separados no tempo e no espaço revelam, quando se estabelece relação entre eles, regularidades de processo.”<sup>4</sup>

Dito isso, parece claro que esta análise não pretende uma biografia do empresário Othon Bezerra de Mello, embora possa dialogar com a narrativa biográfica pelas características que assumiu, justificando o interesse pela historiografia dedicada ao tema.<sup>5</sup> O que se buscou realizar foi, a partir da trajetória empresarial, política e intelectual de Othon Bezerra de Mello, em suas relações com o conjunto de trabalhadores de suas inúmeras fábricas, desvendar alguns dos aspectos sociais, culturais e também políticos e econômicos que caracterizam o estabelecimento de uma sociedade industrial no Brasil. Sendo assim, o que se encontrará nas páginas seguintes pode ser descrito como uma história vivenciada de modo ativo e interacional, no contexto das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que perpassam o estabelecimento de uma sociedade industrial no Brasil. Esse movimento, que traz para o centro da análise a “humanidade” presente no processo de industrialização, tem como principal referencial a historiografia social inglesa, representada especialmente pelo trabalho pioneiro de Edward Palmer Thompson, na trilogia *A Formação da Classe Operária Inglesa*.

Não por acaso, a epígrafe escolhida para abrir esta introdução, refere-se ao protagonismo atribuído por Thompson, tanto a “trabalhadores” quanto a “capitalistas” no processo de industrialização, advertindo que são eles os sujeitos dessa história, que embora atuando a partir de interesses opostos, aliás, justamente por isso, precisam ser compreendidos em suas necessárias relações, lugar em que ocorre o movimento da história. Essa relação, por sua vez, “precisa

---

<sup>4</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1978, p. 97,98.

<sup>5</sup> Giovanni Levi atribui a relevância da biografia à abertura da possibilidade da apreensão do funcionamento efetivo das normas, ou seja, da forma como são feitas apropriações, enfatizando a ação das estratégias individuais. Cf. LEVI, Giovanni. “Usos da Biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. (orgs). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais”<sup>6</sup>, procedimento seguido por autores brasileiros, historiadores, antropólogos e sociólogos com os quais dialogamos nesta tese.

As pesquisas desenvolvidas por José Sérgio Leite Lopes e toda uma geração de antropólogos do Museu Nacional, em fins dos anos de 1970 e meados de 1980, resultaram em trabalhos emblemáticos, pela aplicação de um método de pesquisa antropológico coerente com os fundamentos das chamadas ciências humanas. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés* é apenas um exemplo de trabalhos que resultaram de uma pesquisa que, além de um vasto arcabouço de documentos escritos, foi amplamente fundamentada pela consideração do olhar dos trabalhadores sobre suas próprias experiências. Essas considerações sobre a obra de Leite Lopes nos remetem às observações feitas por Hobsbawm acerca do papel da academia na criação de “um mundo no qual os trabalhadores possam fazer sua própria vida e sua própria história”.

Em que sentidos e direções desejamos transformar o mundo, ou: nossas pesquisas implicam transformação? Corremos o perigo de esquecer que o sujeito e o objeto de nossas pesquisas são seres humanos? Não deveríamos correr esse risco, pois são pessoas – não o “trabalho”, mas homens e mulheres trabalhadores reais [...] – o que nosso estudo focaliza. Para muitos de nós o objeto final de nosso trabalho é criar um mundo no qual os trabalhadores possam fazer sua própria vida e sua própria história, ao invés de recebê-las prontas de terceiros, mesmo dos acadêmicos.<sup>7</sup>

O caminho aberto por autores como Raymond Williams, E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, dentre outros que entendem que a produção cultural não pode estar dissociada das relações sociais e das condições materiais de existência, vem sendo trilhado por muitos autores brasileiros, cujos trabalhos foram colocados em ampla interlocução com esta tese.

Nesse sentido, compreendendo que a formação da classe trabalhadora está articulada à formação da classe empresarial, e que a compreensão do conjunto de transformações subjacentes ao surgimento da moderna sociedade industrial no Brasil implica, necessariamente, os modos como ocorreu tal articulação, uma

<sup>6</sup> THOMPSON, *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 10

<sup>7</sup> HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 30

investigação capaz de fornecer elementos para melhor compreensão de determinados comportamentos dos operários diante da efetivação dos direitos sociais, por exemplo, justifica a análise da trajetória de um grupo empresarial, elegendo como eixo a trajetória de seu fundador.

É assim que os valores culturais do empresário, tal como do operariado foram trazidos para o centro dos interesses que motivaram esta análise, cujo desafio esteve justamente na possibilidade de congregar as diferentes perspectivas do processo de modernização industrial a partir da consideração dos principais atores envolvidos. Um caminho que se justifica por diversas razões, mas principalmente porque, ao procurar compreender a formação política e cultural de um grupo de operários a partir de suas relações sociais horizontais e verticalizadas, torna-se possível dimensionar, por exemplo, o significado assumido neste processo pelas disposições legais criadas para proteger os direitos do trabalho, assim como as rupturas, continuidades e transformações presentes nas relações de trabalho e na sociedade brasileira como um todo.

A investigação da trajetória de trabalhadores e empresários específicos em suas relações com o processo de industrialização, focando o próprio caráter histórico do processo, foi o caminho que se procurou trilhar, o que permitiu comprovar as estreitas relações entre trabalho e cidadania e nelas a dimensão e o peso de tradições intrínsecas à história dos próprios trabalhadores, e do empresário, que se apresentam como elementos chave na compreensão dos termos em que ocorre o “fazer-se”<sup>8</sup> de suas classes.

O pernambucano Othon Lynch Bezerra de Mello tornou-se proprietário de quatro fábricas de tecidos no decorrer da década de 1920, todas no estado de Pernambuco. Acompanhada de uma série de outros fatores, a própria denominação dessas fábricas pode ter exercido, simbolicamente,<sup>9</sup> influência na

---

<sup>8</sup> A expressão fazer-se da classe operária não deseja sugerir, segundo Hobsbawm, que “a formação desta ou de qualquer outra classe seja um processo com início, meio e fim [...] As classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido sua feição definitiva”. Cf. HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 30.

<sup>9</sup> Como afirma Bourdieu, todo poder simbólico está firmado em seu reconhecimento. Nesse sentido, a observação de uma tendência por parte dos trabalhadores de um consenso em torno da moral familiar apreçoada por este e outros empresários, parte do pressuposto de que, por meio de disposição cultural própria, um *habitus*, ela já seja vivenciada por eles, o que leva necessariamente a uma reinterpretação da moral familiar que em certa medida lhes é imposta. Sobre a simbologia que envolve o poder, Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989, p. 114.

consolidação da ideia de uma moral familiar com a qual os operários tendiam a se identificar. Coronel Othon, Bezerra de Mello, Amalita e Anita, assim foram chamadas as primeiras fábricas do Grupo. As duas últimas batizadas dessa forma em homenagem às filhas Maria Amália e Anna. Aliás, registrar as fábricas com nomes de esposa e filhas tornou-se atitude padrão no grupo empresarial fundado por Othon Bezerra de Mello. Essas fábricas marcaram apenas o início da formação de um conglomerado de indústrias têxteis espalhadas pelo país.

O empresário fez fortuna nas décadas de 1930 e 1940, momento de grande expansão dos negócios em direção aos estados do Rio de Janeiro, local em que adquiriu a Companhia Agrícola e Industrial Magalhães, rebatizada de Fábrica Esther, Minas Gerais onde foi instalada a Fábrica de Tecidos Maria Amália e Alagoas onde adquiriu a Fábrica Fernão Velho, rebatizada de Fábrica Carmen. A venda e fabricação de tecidos nesse período garantiram a Bezerra de Mello um grande acúmulo de capitais com os quais decidiu diversificar os negócios, investindo em usinas de açúcar, produção de energia, agropecuária e seguros.<sup>10</sup>

Nos anos de 1940, Bezerra de Mello decidiu investir também no ramo da hotelaria, utilizando, para tanto, o capital acumulado no setor têxtil. Atualmente o Grupo Othon reúne uma rede de hotéis espalhada pelas principais capitais brasileiras e ainda em diversas cidades do exterior. Como afirmou Álvaro Bezerra de Mello<sup>11</sup>, o capital utilizado por seu pai no investimento no setor de hotelaria, hoje responsável pelo grande poder econômico do Grupo Othon, foi proveniente do setor têxtil, especialmente da produção da Fábrica Esther, em Santo Aleixo, no período da Guerra.

A classe empresarial, por meio de intelectuais organicamente<sup>12</sup> gestados no cerne de seu processo de formação, como foi o caso do industrial Othon Lynch Bezerra de Mello, ocupou lugar central, tanto na decisão pela via industrial como caminho para modernização do país, quanto nos modos em que tais caminhos foram trilhados. Os valores e tradições da elite empresarial brasileira, herdados ou partilhados, gestados nos anos de 1920, influenciaram na formulação de uma concepção própria de modernização e progresso que, abertamente ou

---

<sup>10</sup> MELLO, Letícia Bezerra de (org.). *Obra Comemorativa do Centenário do Grupo Othon: Uma história de ousadia e sucesso*. Rio de Janeiro, 2005, p.13

<sup>11</sup> Entrevista com Álvaro Bezerra de Mello, concedida à autora em 24 set. 2010.

<sup>12</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

veladamente, congregou ao discurso liberal modernizante a defesa de tradições hierarquicamente constituídas em processos históricos anteriores.

A conjunção de diversos elementos, entre os quais, a herança cultural de concepções da aristocracia agrária e mercantil da qual descendia, o contato com os grandes centros de comércio e indústria do exterior, as estreitas relações com intelectuais e políticos de seu tempo, contribuiu na formulação e aplicação, por Bezerra de Mello, de uma política de benefícios sociais, imbuída de uma ideologia em que o paternalismo industrial correlacionado à noção de “família fabril” fundamentou as relações sociais entre os próprios trabalhadores e destes com seus patrões. O discurso nacionalista que caracterizou o Estado Novo de Vargas, que teve como componente as relações sociais representadas pela imagem de família, só fez reforçar uma concepção já presente no discurso do próprio Bezerra de Mello, que numa entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, em 1928, já declarava que o progresso industrial no Brasil, como na Europa, havia ocorrido de maneira desregrada, exigindo-se para remediação da situação uma “legislação social mais rigorosa e a iniciativa dos donos das fábricas”.<sup>13</sup>

Como exposto inicialmente, as inquietações que levaram à escolha deste tema estão ligadas à pesquisa anterior, cujo foco esteve sobre as relações sociais e os aspectos culturais observados no cotidiano dos operários do distrito de Santo Aleixo. Esta como aquela foi motivada por inquietações acadêmicas – acredito que já devidamente esclarecidas – ao que se somaram aspectos afetivos. Ter vivenciado ao menos uma pequena parte deste processo, mas o absorvido bem mais que isso, primeiro pela experiência de meu pai, um operário da Fábrica Esther, com quem aprendi um valor tão caro – a ele e aos outros operários – a dignidade do trabalho; segundo por meio dos operários entrevistados, por mim e outros pesquisadores, trouxe um importante acréscimo de entusiasmo ao processo da pesquisa. Para alguns, do ponto de vista acadêmico, o entusiasmo em si pode pouco ou nada contribuir, mas a familiaridade com a cultura fabril permitiu vínculos de identificação com os “objetos” pesquisados, que, do ponto de vista antropológico, tornaram-se grandes aliados à pesquisa.

---

<sup>13</sup> Entrevista de Othon Bezerra de Mello ao *Jornal do Brasil* em 1928. apud. RIALTO, Jorge (pseudônimo de Gilberto Freyre). Em torno de uma entrevista. *Jornal A Província*, 08 dez. 1928. Localização: Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

Assim, para além da construção de uma história empresarial, esta tese representa o esforço de pôr em evidência as estreitas relações entre industrialização, trabalho, política e sociedade, utilizando como um dos recursos elucidar e interpretar aspectos dos modos de vida e visões de mundo dos trabalhadores e do empresário, em suas formas autônomas e institucionalizadas, verificando-se em um período considerável de tempo as mediações entre sua experiência cotidiana e a presença como classe na cena política nacional.<sup>14</sup>

Esta tese está estruturada em duas partes, relacionadas a dois momentos da trajetória do empresário, da empresa e dos trabalhadores. A primeira abrange as décadas de 1920-30 e corresponde ao início e consolidação dos negócios do comércio e da indústria têxtil no estado de Pernambuco. A segunda parte se refere à fase de expansão para o centro-sul do país, ocorrida no período da 2ª guerra mundial, ocasião em que o empresário Bezerra de Mello adquire fábricas no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Alagoas, fundando a Companhia de Fiação e Tecelagem *Bezerra de Mello*, que se juntará ao Cotonifício *Othon Bezerra de Mello* já consolidado complexo industrial têxtil de Pernambuco.

Cada uma das partes contém subdivisões que se articulam ao título central. “O empresário e a empresa: caminhos percorridos e estratégias de criação e consolidação” é o primeiro deles, e se constitui de quatro blocos dispostos da seguinte maneira: 1) O começo em Pernambuco; 2) O embate dos coronéis da indústria; 3) Relações políticas e estratégias empresariais; 4) Tradição, modernidade, progresso: um industrial a serviço da nação. O segundo título: “os trabalhadores na expansão do Grupo Othon” está também organizado em quatro blocos: 1) Esther, Maria Amália e Carmen: novas fábricas, antigos *lugares*; 2) Transformação e continuidade, consenso e resistência: aspectos da experiência operária na administração do Grupo Othon; 3) O *front* dos “soldados da produção”; 4) Muito trabalho de muitos, muita riqueza de poucos. As duas partes são concluídas com as considerações finais.

Como os próprios títulos sugerem, o foco da primeira parte está mais direcionado ao empresário, enquanto na segunda os trabalhadores ganham maior

---

<sup>14</sup> Segundo Leite Lopes, “Essas duas vias de acesso ao conhecimento de uma cultura operária – tanto a que investe no conhecimento do conjunto da classe, ao nível nacional, quanto a que se aplica ao estudo direto, etnográfico, de grupos de trabalhadores localizados – devem ser atacadas simultaneamente, para que se interfecundem, contrariando falsas oposições hierárquicas entre os conjuntos da classe e o grupo social, entre o geral e o particular”. Cf. LEITE LOPES, Op. Cit., p. 29.



visibilidade. Essa disposição não é, evidentemente, rígida, pois tanto na primeira quanto na segunda parte são discutidas as relações entre esses dois sujeitos da análise.

No primeiro momento buscou-se desvendar, através de um minucioso levantamento das origens e relações familiares, o contexto do ingresso de Bezerra de Mello no ramo do comércio de tecidos, que pouco depois, paralelo a sua inserção cada vez maior nos espaços públicos e na política pernambucana, estendeu-se para o de sua fabricação, com a aquisição, em 1924, da primeira fábrica do Grupo: a Fábrica de Tecidos Apipucos, mais tarde chamada de fábrica Coronel Othon. Na análise da relação conflituosa entre Bezerra de Mello e os Lundgrens, dois *coronéis da indústria* têxtil pernambucana, são evidenciadas imbricações de convergências, divergências e concorrências, representativas da complexidade dos sentidos assumidos pelas transformações que envolveram as relações de trabalho no período, numa representação dos fios da rede de relações sociais em que estavam imersos os trabalhadores têxteis das duas Companhias que lideravam. Esses “fios” são também verificados no entrelaçamento do empresário Othon Bezerra de Mello na política. Seja em sua atuação como conselheiro municipal e deputado estadual pelo estado de Pernambuco, seja nas relações diretas e indiretas que estabeleceu com políticos das esferas local e nacional, e de ambas as esferas – como Agamenon Magalhães, por exemplo – a postura do industrial reflete, como se apresenta nesta tese, a opção por uma estratégia de não enfrentamento direto, nos diversos momentos em que a configuração assumida pelo jogo político não lhe agradou, atuando de maneiras alternativas, possibilitando, assim, a viabilização da expansão de seus empreendimentos. Essas “estratégias empresariais” foram perpassadas pelos ideais de uma modernização conservadora, ancorados na crença da junção de valores vinculados à tradição, à modernidade e ao progresso. Ideais passíveis de observação na postura assumida pelo industrial na Missão Econômica Brasileira, promovida pelo Governo de Vargas em 1940, na Campanha Nacional da Aviação liderada pelo jornalista Assis de Chateaubriand, e em suas relações com intelectuais, políticos e jornalistas, como o sociólogo Gilberto Freyre.

No segundo momento, as origens e valores culturais do operariado ganham o foco. A análise da trajetória dos grupos operários das “novas” fábricas, especialmente da Fábrica *Esther* em Santo Aleixo, adquiridas por Bezerra de

Mello no início da década de 1940 permitiu uma compreensão mais holística da história desses trabalhadores. Será possível observar nesta parte da tese que a consideração das tradições e valores já estabelecidos possibilitou uma percepção mais clara dos elementos que se imbricaram, e do peso que cada um deles alcançou na configuração de uma cultura construída em torno da centralidade do trabalho fabril, e fortalecida no impacto gerado pelo novo modelo de administração. As experiências de resistência, em movimentos organizados ou não, e de consenso, vivenciadas pelos operários, são apresentadas como aspectos de uma cultura fabril que assumiram novas dimensões em face da nova conjuntura, marcada pela intervenção estatal – legislação trabalhista – e pela adoção da política de benefícios sociais da empresa liderada por Othon Bezerra de Mello. Outro aspecto abordado é de como a noção de “grande família”, disseminada pela empresa e personificada pela imagem de Othon Bezerra de Mello, foi apropriada pelos operários, por um compartilhamento de valores, numa ênfase conferida às relações entre o dono da fábrica, os operários e suas famílias. No contexto da chegada da empresa de Othon Bezerra de Mello, ocorrida quase simultaneamente ao início da Lei do Esforço de Guerra, em vigor no final de 1942, são criadas alianças e práticas sociais reveladoras de uma situação social que se contrapõe à noção de uma postura de conformismo, resignação e passividade dos trabalhadores diante do forte controle a que estavam submetidos. Fechando esta parte são abordados o contexto e as principais características de uma nova expansão experimentada pelo Grupo Othon, em que são feitas observações sobre como o esforço dos “soldados da produção”, exigido pela “patriótica” Lei do Esforço de Guerra, financiou a construção da imponente *Rede de Hotéis Othon*.

Nas considerações finais, além dos apontamentos sobre a perspectiva de futuras pesquisas, pelos caminhos que acreditamos terem sido abertos nesta tese, são realizadas ponderações sobre a trajetória e o lugar dos sujeitos que representam os fios da rede de relações sociais que, em sua tessitura, articularam as muitas dimensões que compõem a história, ora apresentada.

Além do diálogo intenso com uma historiografia brasileira preocupada em compreender a dinâmica que envolve esses “mundos do trabalho”, um conjunto diferenciado de fontes foi mobilizado na elaboração desta tese, apresentando-nos o desafio de cruzar a análise de uma documentação produzida a partir de

perspectivas diversas. Aquilo que no primeiro momento parecia uma incômoda dificuldade, tornou-se um elemento a mais na motivação da pesquisa, pois possibilitou que questões ainda não compreendidas, por exemplo sobre o compartilhamento de valores presente nas relações entre empresário e operários – ditas paternalistas – fossem sendo elucidadas no confronto de documentos produzidos por esses sujeitos com interesses quase sempre divergentes.

Alguns arquivos foram particularmente importantes, sendo um deles o que se encontra na Fundação Joaquim Nabuco, no Recife. Aí foram encontrados Jornais e revistas contendo artigos escritos pelo industrial Othon Lynch Bezerra de Mello, e por jornalistas e intelectuais preocupados com questões ligadas à economia ou à vida pessoal e pública do industrial, como se observa nos escritos por Gilberto Freyre. Além disso, neste arquivo também foram encontradas algumas fotografias das fábricas e da família do empresário. Também foi por meio deste arquivo, em sua biblioteca digital, que tivemos acesso à Revista do Instituto Histórico e Arqueológico Pernambucano, publicada em 1929, que contém artigo escrito por Othon Bezerra de Mello, intitulado, “A evolução da indústria têxtil pernambucana”, que foi de grande importância por conter informações valiosas sobre este tema e por contribuir para elucidação de aspectos do perfil deste industrial.

Foram encontradas cartas e telegramas, escritos por entidades de classe representadas por operários e industriais, na pasta do “Gabinete Civil da Presidência da República”, que se encontra no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Ao menos três dessas correspondências faziam referência direta às empresas da família Bezerra de Mello e a grupos operários de suas fábricas.

O Arquivo do Itamaraty foi de fundamental importância na escrita do capítulo referente à participação de empresário Othon Bezerra de Mello na Missão Econômica Brasileira, ocorrida em 1940. Lá foi encontrada uma pasta contendo relatórios e correspondências trocadas com presidente Getúlio Vargas e seus ministros, sobretudo Oswaldo Aranha, à época ministro das relações exteriores. A pasta contém também recortes de jornais nacionais e estrangeiros que fizeram a cobertura jornalística da Missão.

No arquivo do CIFTA-RJ, sindicato patronal das indústrias têxteis do Rio de Janeiro, foram encontradas correspondências e relatórios que forneceram informações importantes para compreensão da ótica empresarial sobre as mais

diferentes questões que envolveram industriais, governo e trabalhadores. Presente na documentação produzida pelas empresas encontram-se dossiês contendo dados pessoais de operários, registros sobre o desempenho profissional e observações sobre o comportamento do operário de um modo geral. No capítulo em que tratamos dos conflitos entre Othon Bezerra de Mello e Frederico Lundgren, proprietário da Companhia de Tecidos Paulista, utilizamos uma carta escrita pelo primeiro e enviada ao sindicato patronal em 1937. O contato inicial com este documento se fez por meio dos trabalhos de José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim, mais tarde localizamos a carta nos arquivos do CIFTA, no Rio de Janeiro.

O setor de comunicação da ALEPE – Assembleia Legislativa de Pernambuco – nos forneceu páginas digitalizadas dos registros da história parlamentar de Pernambuco, referentes à legislatura de Othon Bezerra de Mello. Este documento foi importante, sobretudo por tratar da atuação política do empresário no período em que exerceu mandato no legislativo pernambucano.

Importante na quase totalidade dos aspectos abordados nesta tese foi a documentação a que tivemos acesso por intermédio da entrevista realizada com o empresário Álvaro Brito Bezerra de Mello, em setembro de 2010. Ele permitiu nosso acesso ao arquivo privado da empresa da qual era o então presidente, em funcionamento num compartimento do prédio da antiga Fábrica Esther, em Santo Aleixo, que atualmente funciona como lavanderia dos hotéis do Grupo Othon. Neste arquivo encontramos uma vasta documentação relativa ao quadro econômico-financeiro do período de funcionamento das fábricas têxteis, além da ata de fundação da Companhia e relativas às diversas assembleias de acionistas, ordinárias e extraordinárias. Além disso, encontramos uma pasta que pertencia ao empresário Othon Bezerra de Mello, contendo recortes de diversos jornais, destacando artigos escritos por ele e por outros, sobre ele e sobre sua empresa.

Uma série de outros periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foi utilizada. A consulta aos jornais de circulação local, como o governista *A Província* e de circulação nacional, como *O Paiz*, *Diário da Manhã*, *Diário da Noite*, *Gazeta de Notícias*, entre outros, contribuiu enormemente para a análise.

Apesar de se entrecruzarem, a documentação exposta acima foi predominantemente voltada à elaboração da primeira parte da tese, mais voltada à análise da trajetória da empresa e do empresário. Para a elaboração da segunda

parte, voltada em especial para os trabalhadores, sobretudo os da Fábrica Esther, em Santo Aleixo, as entrevistas realizadas pela própria autora para pesquisa anterior, e outras especificamente para esta, foram fundamentais. Contamos também com valioso arquivo documental constituído de longas entrevistas já transcritas, realizadas com operários da Fábrica Esther em 1980, ocasião em que a pesquisadora Sonia Maria Gonzaga de Oliveira realizou pesquisa de campo que resultou em dissertação de mestrado defendida no Museu Nacional. Além das entrevistas, a pesquisadora gentilmente nos cedeu recortes de jornais, fotografias, enfim, permitindo-nos o acesso ao seu arquivo. Esse material auxiliou na análise da história anterior à administração dos Bezerra de Mello e durante essa administração. Duas entrevistas realizadas pelo pesquisador Felipe Augusto dos Santos Ribeiro também foram utilizadas.

Outras fontes compõem o acervo que permitiu um estudo direto, etnográfico, dos operários da Fábrica Esther. Dele faz parte abundante acervo iconográfico, cadernetas de anotações, folhetos, enfim uma série de materiais obtidos junto aos operários e digitalizados pela autora.

Cabe finalmente esperar que de alguma forma a leitura desta tese contribua, talvez com acréscimos, mas sobretudo, suscitando novas questões e novas pesquisas, interessadas num conhecimento social construído a partir da consideração da tessitura dos fios da rede de relações sociais que o compõe.

## **PARTE I**

### **O empresário e a empresa: caminhos percorridos e estratégias de criação e consolidação**

## 2 O começo em Pernambuco

Othon Lynch Bezerra de Mello, que nasceu em 9 de fevereiro de 1880 em Limoeiro, agreste de Pernambuco, teve como progenitores o coronel José Clementino Bezerra de Mello, grande comerciante de algodão e tecidos e Anna Lynch Bezerra de Mello, de descendência inglesa, que lhe garantiram acesso a uma formação que era privilégio de poucos. Seu pai, o coronel José Clementino, era descendente de Bernardo Vieira de Mello, proprietário de engenhos de açúcar, considerado herói na Guerra dos Mascates.<sup>1</sup> Uma ascendência que conferia tradição à família e que pode ter contribuído para a construção, por Othon Bezerra de Mello, de uma densa rede de relações sociais com intelectuais, políticos e empresários, fato que, como será visto adiante, influenciou no modo como se deu o desenvolvimento de seus negócios. Embora Othon Bezerra de Mello mostrasse talento para as letras, seu pai preferiu orientá-lo para o comércio e mandou-o para Europa, onde aprendeu inglês e francês e familiarizou-se com suas grandes empresas.<sup>2</sup> Sua trajetória, como será explicitada no decorrer desta tese, perpassa momentos em que se deram experiências das quais resultaram marcantes transformações no âmbito das relações de trabalho e da política no Brasil.

À época de seu nascimento, quando a família Bezerra de Mello atuava no comércio de algodão e tecidos, coincide com o contexto marcado pelo crescente interesse do governo imperial pela indústria manufatureira nacional,<sup>3</sup> numa proporção equivalente à veemência dos industriais brasileiros, a maior parte deles têxteis, em reivindicar benefícios do governo, atitude que se repete no decorrer

---

<sup>1</sup> Para esclarecimento do lugar social e dos envoltimentos políticos dos ascendentes de Othon Lynch Bezerra de Mello é válido registrar o que foi escrito a esse respeito, no século XIX, pelo Frei Joaquim do Amor Divino Caneca: “Nas sedições do século passado, entrando todos na refrega, somente aos brancos vieram os flagelos e os raios; as masmorras foram cheias de **peessoas mais respeitáveis de Pernambuco**; outros amontoaram-se aos mais embrenhados matos e longínquos sertões; e viram-se carregados de ferros e remetidos para Portugal o coronel Leonardo Bezerra Cavalcanti e seus dois filhos, o **major Bernardo Vieira de Mello**, com um filho (André) e seu irmão, o comissário geral Manuel Cavalcanti Bezerra, o capitão André Dias de Figueiredo e seu irmão o tenente-Coronel, o licenciado José Tavares de Holanda, o capitão João de Barros Correia, o capitão Cosme Bezerra Cavalcanti e outros. IN: Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. *Coleção Formadores do Brasil*. 1994, p. 283 [grifos meus]

<sup>2</sup> CORREIO DO CEARÁ. Ceará. 2 mar. 1942.

<sup>3</sup> Stein afirma que foi observado um crescente interesse do governo imperial pela indústria manufatureira nacional a partir de 1879. Cf. STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 33.

das décadas seguintes<sup>4</sup>. Em 1881, por exemplo, surgiu a Associação Industrial “fundada pelos industriais mais ativos para servir à campanha pelo progresso da indústria nacional e para defender os seus justos interesses”.<sup>5</sup>

Uma conjuntura de otimismo, gerada pela crença de que a tarifa de 1879<sup>6</sup> assegurara o êxito da indústria têxtil no Brasil pode, mesmo que indiretamente, ter favorecido os negócios da família Bezerra de Mello, envolvida com o comércio de algodão e tecidos, dado que aliado a uma ascendência histórica marcada pela propriedade de grandes engenhos de açúcar em Olinda, parece ter favorecido o posterior envolvimento nesses ramos de negócios. Nos anos de 1880 e início de 1890, fase de grande incentivo governamental para a indústria têxtil de algodão, os negócios da família Bezerra de Mello prosperaram. Respectivamente matéria prima e produto acabado da indústria, o comércio de algodão e de tecidos mostrou-se uma atividade econômica promissora.

O falecimento do pai, em 1893, causaria um momentâneo refluxo nos empreendimentos comerciais da família. Caberia a Othon Bezerra de Mello, oitavo dos 13 filhos, a continuidade e expansão dos negócios, o que passou a fazer aos 15 anos, trabalhando no comércio, na firma de seu padrinho. Em 1905, com um capital de 100 contos de réis e seis empregados, abriu sua primeira loja de tecidos, na rua da Cadeia, em Recife. Os negócios de Othon com o comércio de tecidos prosperavam num contexto em que a “[...] a estabilidade (e na verdade a desvalorização) da taxa de câmbio como parte do programa de ajuda ao café foi crucial para o desenvolvimento da indústria nacional de produtos de algodão”.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> De acordo com Stein, “Os industriais têxteis aprimoraram as técnicas da intervenção governamental, exercendo, a partir de 1890, pressões cuja intensidade variou em proporção direta à sua importância no contexto da economia nacional [...] Até 1930, a indústria têxtil obteve concessões e privilégios do Estado sem que isso perturbasse seriamente outros grupos de interesse. Contudo, após 1930, a rápida diversificação da economia gerou grupos de interesse igualmente influentes. Em meados do século XX já era impossível arrancar concessões semelhantes sem desorganizar a economia e despertar o clamor público”. STEIN, Stanley. op. cit., p. 187.

<sup>5</sup> RODRIGUES, Candido. Boletim do Centro Industrial do Brasil. (1904-1905), p. 160-163. apud. STEIN, Stanley. op. cit., p. 33

<sup>6</sup> Embora a proteção efetiva à indústria nacional só fosse concedida na década de 1880, as tarifas protecionistas foram aumentando gradualmente entre 1860 e 1879 [...] Neste último ano, 1879, um aumento nos adicionais da tarifa contrabalançou as reduções efetuadas em 1874, proporcionando à indústria uma proteção moderada. Cf. STEIN, ... p. 31.

<sup>7</sup> SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 146.





Figura 1 - Primeira loja de tecidos, na Rua da Cadeia em Recife. 190(-). Fonte: autor desconhecido. Acervo da família Bezerra de Mello

É nesse contexto que em 1913, com os negócios prosperando, Bezerra de Mello se une em matrimônio a Maria Amália de Araújo Brito, filha do engenheiro Luis Correa de Brito. O casal teve onze filhos: Luiz, Othon Júnior, Alberto, Anna, Maria Amália, Esther, Arthur, Roberto, Renato, Paulo e Álvaro. Enquanto a família crescia, os empreendimentos se multiplicavam e crescia também sua área de influência.<sup>8</sup>

## 2.1 A primeira Missão Comercial e a questão do orçamento estadual em Pernambuco

À sua primeira loja, na rua da Cadeia, atual Marquês de Olinda, somaram-se outras duas. Nesse período, como secretário da Associação Comercial de Pernambuco, participou de inúmeras missões comerciais, tendo sido uma delas a

---

<sup>8</sup> MELLO, Letícia Bezerra de (org.). *Obra Comemorativa do Centenário do Grupo Othon: Uma história de ousadia e sucesso*. Rio de Janeiro, 2005, p. 14.

que fora enviada à capital da república para solicitar providências ao presidente Epitácio Pessoa, “em favor de nosso comércio que se acha a braços com as maiores dificuldades financeiras”.<sup>9</sup>

Diversos jornais de Pernambuco e do Rio de Janeiro destacam a importância da Missão, formada para conferenciar com o presidente da república sobre “a crise que atravessa o estado de Pernambuco, ocasionada pela baixa de câmbio, afetando as principais produções do Estado, especialmente o algodão e o açúcar”<sup>10</sup>. A composição desta foi alvo de apreciações em diversos jornais, em que foi destacada a competência dos delegados.

Os embaixadores escolhidos, Srs Coronel Lima Castro [prefeito de Recife], João Pessoa de Queiroz e Othon Bezerra de Mello, são nomes que não deixam margem a que se ponha em dúvida a sinceridade e a justiça da causa pleiteada pelas forças vivas do progresso desta circunscrição.<sup>11</sup>

A recepção à “Embaixada Comercial Pernambucana” no Rio de Janeiro foi a melhor possível. Após ouvir a exposição feita pelos delegados, o presidente Epitácio Pessoa se mostrou propenso a atender aos pedidos, o que foi confirmado alguns dias depois. O relato publicado pelo jornal *A Província* possibilita a percepção do relevante significado político e econômico que o sucesso desta missão comercial representou.

Os benefícios obtidos presentemente para a nossa praça foram devidos não só à boa vontade do sr. presidente da República como aos esforços empregados pela comissão, composta de elementos de valor, como sejam o sr. Coronel Eduardo de Lima Castro, operoso prefeito desta capital; o coronel João Pessoa de Queiroz, um dos mais conceituados negociantes deste Estado [...] e o coronel Othon L. Bezerra de Mello, também acreditado comerciante nesta praça.<sup>12</sup>

No dia seguinte, o mesmo jornal ressalta que os serviços da “ilustre embaixada pernambucana” foram tão importantes que “sua chegada ontem constituiu motivo de satisfação não só para as classes conservadoras como para todas as outras atingidas também pela crise que assoberba o país”.<sup>13</sup> A construção de um consenso em torno da positividade da missão comercial para todos os

<sup>9</sup> O PAIZ. *A Missão Comercial Pernambucana*. Rio de Janeiro, 31 mar. 1921.

<sup>10</sup> O PAIZ. *A Missão Comercial Pernambucana*. Rio de Janeiro, 31 mar. 1921.

<sup>11</sup> O PAIZ. *Notícias dos Estados – Pernambuco*. Rio de Janeiro, 28 mar. 1921.

<sup>12</sup> A PROVÍNCIA. *A embaixada comercial pernambucana*. Recife – n. 124, 10 mai. 1921.

<sup>13</sup> *Ibid.* 11 mai. 1921.

pernambucanos ganhou força pela *teatralização* do momento em que a comissão desembarca em Recife. Além das muitas autoridades presentes na recepção, como o governador do estado, Dr. José Bezerra, e o chefe de polícia, Dr. Luís Correia, o relato do jornal indica que muitos populares acompanharam o grande evento. O reboque que desembarcou a comitiva foi ornamentado com bandeiras e as pessoas presentes gritaram *vivas* aos membros da embaixada enquanto estes caminhavam para a terra. Após a apresentação de uma banda de música, houve uma carreata que percorreu as principais ruas do Recife.<sup>14</sup>

As solenidades em redor do retorno da “embaixada comercial pernambucana” teriam, ainda, grande expressão na sessão especial da Associação Comercial Pernambucana, ocasião em que seu presidente explicitou as condições de dificuldade do comércio e da indústria no mundo, no país e especialmente em Pernambuco, o que contribuiu para revestir de um tom ainda mais glorioso o feito daqueles que, pelas palavras do discurso, são “um exemplo a seguir”, pois:

Não foi uma excursão recreativa com despesas pagas pelo governo a que empreenderam os nossos dignos delegados. Todos sabemos os sacrifícios e incômodos que uma simples recusa evitaria, acarretados ao que ouviram os nossos apelos e não se quedaram indiferentes quando se fez necessário agir. [...] os discursos, os protestos, os memoriais tem o seu valor, mas os nossos bons amigos mostraram que a ação vale mais [...] salve a vós, homens do trabalho, salve a vós, homens da pátria.<sup>15</sup>

A tendência dos industriais em recorrer ao apoio do Estado não é um fenômeno limitado aos anos posteriores ao término da Grande Guerra, tema que será mais detidamente analisado em seção posterior. Stein aponta que na década de 80 do império brasileiro, os fabricantes de tecidos e outros industriais defendiam insistentemente a identificação da indústria com o progresso da nação; “auxiliar a indústria representava por extensão um ato de patriotismo”. Era preciso, pois, “convencer o governo e o pequeno segmento politicamente poderoso da opinião pública de que era indispensável a interação entre proteção governamental e progresso industrial”.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> Ibid.

<sup>15</sup> Ibid.

<sup>16</sup> STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 92-93.

Nesse sentido, o tão festejado sucesso da missão comercial pernambucana em 1921 foi atribuído fundamentalmente ao reconhecimento, pelo presidente, “do papel que cabe aos governos” no sentido de ser “útil ao seu país”, mostrando assim seu patriotismo. Tamanha satisfação com a conduta do presidente deriva do pleno alcance dos objetivos da missão comercial. O governo concedeu “a esta praça redesconto de títulos e a warrantagem [financiamento para estocagem] de mercadorias”, significando alívio para uma situação “que a perdurar seria angustiosa”.<sup>17</sup>

Pouco tempo após os entendimentos da embaixada comercial com o presidente da República Epitácio Pessoa, membros da Associação Comercial de Pernambuco, dentre os quais Bezerra de Mello, protagonizaram uma “queda de braços” com o governo estadual em razão dos termos em que fora aprovado o orçamento estadual. A polêmica girou em torno da criação do imposto de consumo, considerado por membros da Associação Comercial “inconstitucional e vexatório”, pois, “veio agravar a dificultosa situação em que se debate o comércio e aumentar a carestia de vida geral, já por si excessivamente elevada”. A petição dirigida ao Governador Interino Severino Pinheiro<sup>18</sup>, solicitando a total extinção do imposto de consumo, foi debatida e elaborada em sala da Associação dos Empregados do Comércio, em nome dos quais também se pronunciaram os membros da Associação Comercial de Pernambuco que argumentavam o seguinte:

Se tal imposto não fosse inconstitucional, ainda assim a sua eliminação completa estaria indicada pela premente e profunda situação de calamitosa crise que há alguns meses vem asfixiando o comércio de nosso estado, com reflexo direto e extenso a todas as demais classes conservadoras e produtoras, tais como a agricultura, indústria e proletariado, enfim atingindo a toda a população pelo natural encadeamento das relações sociais e econômicas.<sup>19</sup>

O proletariado aparece, aqui, ao lado das classes proprietárias, representando uma provisória aliança, que de forma alguma anula o caráter hierárquico e desigual que marca essa relação. A marcação ou a consciência desses lugares se dá por meio de interações em processos de reconhecimento

<sup>17</sup> A PROVÍNCIA. *A embaixada comercial pernambucana*. Recife – n. 124, 10 mai. 1921.

<sup>18</sup> Severino Pinheiro governou interinamente o estado de Pernambuco, em razão de ter o Governador José Rufino Bezerra Cavalcanti, eleito em 1919, sido acometido de doença incurável, vindo a falecer em 1921.

<sup>19</sup> A PROVÍNCIA, *O orçamento estadual*. Recife, - n. 221, 18 ago. 1921.

recíproco, não se tratando, portanto, de uma deliberada manipulação por parte da classe hegemônica, mas do encontro de estratégias diversas, que não são elaboradas apenas por um ator ou grupo social privilegiado. O jornal *A Província* registrou que “a luta contra o orçamento do estado tem recebido adesão de todos os operários da Fábrica Paulista e da Torre, dos estivadores, dos operários dos armazéns e de diversas associações”.<sup>20</sup> Além disso, o fato de que o professor Joaquim Pimenta, “ilustre profissional da agitação obreira”<sup>21</sup>, estava à frente do movimento indica possível participação de grupos de trabalhadores organizados.

Após a escolha de uma comissão que ficou encarregada de entrar em negociação com o governador, o jornal *A Província* relata que a reunião teve continuidade na residência do professor da Faculdade de Direito, Dr. Joaquim Pimenta, cujo discurso era o mais acalorado. Pessoas se aglomeraram diante da casa do Dr. Joaquim, que após discursar para seus companheiros, dizendo “não ter entrado na *campanha da fome* para defender o comércio, a indústria ou o operariado e sim para defender o povo”, dirigiu-se à varanda de sua casa, na rua do Imperador, e reproduziu seu discurso para os que ali se encontravam.<sup>22</sup>

É relevante o fato de o governador Severino Pinheiro se referir ao Dr. Joaquim Pimenta como “declaradamente anarquista”, relatando em telegrama enviado a Andrade Bezerra, líder da bancada pernambucana, que o “povo por intermédio de Pimenta esteve Palácio Governo pedindo supressão impostos consumo gêneros primeira necessidade”, reivindicação esta que o governador Pinheiro argumentou ter atendido oferecendo até mais do que o solicitado. Severino Pinheiro prossegue procurando justificar suas ações com relação aos impostos criados e sua atitude de não convocar o Congresso, como era desejo dos grupos que protestavam, argumentando que foram seguidos todos os trâmites legais e que vinha recebendo comissões e procurando atender suas reivindicações “com a maior boa vontade”, revelando-se surpreso que após tudo isso “o Dr. Joaquim Pimenta, que se confessa anarquista e revolucionário, se coloca

---

<sup>20</sup> A PROVÍNCIA. *O orçamento estadual*. Recife – n.196 – 21 jul. 1921.

<sup>21</sup> Joaquim Pimenta foi, ao lado de Evaristo De Moraes, autor do projeto do qual resultou o decreto que regulamentou a sindicalização das classes patronais e operárias, de 19/3/1931. Ele e Evaristo de Moraes são “precursores do Direito Social no Brasil e ambos ativos participantes de movimentos políticos de bases populares no decorrer da Primeira República. Cf. LEITE LOPES, José SA *tecelagem dos conflitos de classe na cidade daschaminés*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília e Marco Zero/MCT/CNPq, 1998, p. 209.

<sup>22</sup> A PROVÍNCIA. *O orçamento estadual*. Recife – n.196 – 21 jul. 1921.

novamente adiante do movimento querendo a convocação do Congresso para revogar todo o orçamento”.

Ora, isso é a aberração de todos os princípios constitucionais, porquanto a lei orçamentária seguiu todos os trâmites legais, e a maior parte dela já em execução e qualquer gesto meu nesse sentido seria formar ao lado dos anarquistas para criticar também esse mesmo Congresso por uma lei que ele me mandou executar e que eu não saberia cumprir [...] acresce ainda que esse Congresso não teria liberdade de ação, pois os seguidores do Dr. Joaquim Pimenta iriam forçar discussões com ameaças ou mesmo atitude hostil decisiva contra congressistas que não quisessem acompanhar decisões deles. Por isso não convoco nem convocarei o Congresso.<sup>23</sup>

O governador Severino Pinheiro declara, ainda, ter recebido apoio do presidente Epitácio Pessoa para combater as ações de depredação do patrimônio federal, como no caso da Great Western, promovidas pelos anarquistas. Contudo, a ordem do estado ficou sob a responsabilidade da polícia estadual que “apesar da grande prudência que tenho aconselhado, está disposta e em condições de manter com toda a energia a tranquilidade pública”.<sup>24</sup>

Após a divulgação do pronunciamento do governador Severino Pinheiro, os comerciantes se reuniram novamente na Associação dos Empregados do Comércio, onde um deles, o Sr. Hené Hausheer, declara que “o momento atual é gravíssimo e que a nota oficial do governo publicada nos vespertinos era pouco cortes”. Em continuação à sua declaração, o Sr. Hausheer, se referiu às medidas tomadas pelo Dr. Luis Correia, chefe de polícia, classificando-as de “irritantes”, denunciando que ele mesmo havia sido vítima de coação por parte de um guarda civil em frente ao seu estabelecimento. Ainda segundo o mesmo comerciante, essas atitudes eram absurdas, pois o comércio se achava em atitude pacífica.

Apesar de algumas manifestações de descontentamento, ficou resolvido que outra comissão, com membros de posições “moderadas”, deveria ser formada, agora sem a participação de Dr. Joaquim Pimenta, com o objetivo de tentar um acordo com o governador. Todos decidiram que o comércio continuaria fechado até que a nova comissão – que possuía entre seus membros o comerciante Othon Bezerra de Mello – se reunisse com o governador.

---

<sup>23</sup> Ibid.

<sup>24</sup> Ibid.

Telegramas de diversas partes do Estado, publicados pelo jornal *A Província*, manifestavam solidariedade ao movimento desencadeado na capital Recife. A confirmação de que permaneciam com o comércio de portas fechadas é conteúdo comum a todos, como no telegrama que partiu da região chamada Victoria: “comércio continua fechado com adesão todas classes população calma aguardando convocação Congresso”.

A desejada convocação do Congresso não se concretizou. No dia seguinte à reunião da comissão de que fazia parte Bezerra de Mello, com o governador Severino Pinheiro, foi realizado um grande comício comemorando a satisfação de todos os pedidos relativos a mudanças na lei do orçamento estadual. Em nota oficial, o governo do estado declarou que:

Satisfez todos os pedidos que lhe foram dirigidos sobre alterações na lei orçamentária vigente. Foram, portanto, atendidos os desejos do comércio e do povo. O governo do estado chama a atenção das pessoas bem intencionadas – aquelas que realmente reclamaram com propósitos ordeiros – para possíveis aproveitadores do momento que procuram subverter, a todo preço, a tranquilidade pública. O governo do estado comunica ao comércio que pode ficar com as portas abertas que a tranquilidade será garantida.<sup>25</sup>

Apesar da satisfação provocada pela declaração do governador Severino Pinheiro, ainda levaria alguns dias para que a agitação social se acalmasse no estado. O Dr. Joaquim Pimenta esteve à frente de comícios que contou com grande adesão popular, quando, juntamente com outras lideranças, operárias inclusive, discursava em favor da imediata aplicação do compromisso assumido pelo governador de extinguir por completo os impostos sobre os mais diversos produtos, defendendo que o comércio continuasse de portas fechadas até que assim fosse feito. Finalmente, em 19 de agosto, em reunião na Associação dos Empregados do Comércio, presidida pelo coronel José Sebastião do Rego e secretariada pelos coronéis Hermes Jovem da Silva e Othon L. Bezerra de Mello, foram discutidos os termos de alteração do orçamento estadual que deveriam ser considerados pelo governador. Ao final da reunião, a comissão dirigiu-se ao palácio de governo “comunicando o resultado da reunião ao Dr. Severino Pinheiro, que se mostrou satisfeito com a solução dada ao caso”.<sup>26</sup>

<sup>25</sup> Ibid.

<sup>26</sup> A PROVÍNCIA. *O orçamento estadual*. Recife – n. 222 – 19 ago. 1921.

O movimento desencadeado pela insatisfação com a tributação sobre o comércio de diversos produtos, incluindo gêneros de primeira necessidade, embora não tenha ocorrido por iniciativa dos empregados do comércio ou dos operários das indústrias, parece, como visto, ter recebido destes ampla adesão. A presença de elementos anarquistas compondo fileiras com as classes conservadoras (elite agrária), comerciantes, empresários e trabalhadores do comércio e da indústria revela a formação de alianças provisórias em torno de um objetivo imediato comum, em que cada segmento fora motivado por interesses específicos. O olhar sobre “incidentes” como o que será narrado a seguir, remete à compreensão de que ambiguidades e contradições se fazem presentes quando o foco recai sobre a análise de contextos históricos reais.

O jornal *A Província* relata ter recebido, em sua redação, o industrial Antônio Fonte, que ali esteve, solicitando que fosse esclarecido o episódio envolvendo os operários de sua pedreira, que vinham sendo acusados de terem saqueado comércios em Jaboatão. O industrial se põe em defesa dos operários, reconhecendo que forçaram a abertura de uma casa comercial pela necessidade de gêneros alimentícios, sem, no entanto, terem efetuado saques. A esse respeito, o proprietário da casa comercial em questão narrou o seguinte:

Que às cinco horas da manhã de hoje foi agredido pelos turbulentos trabalhadores da Pedreira que tentaram coagi-lo a abrir o seu estabelecimento. Estavam todos armados de rifles e um deles ainda lhe deu, entre vociferações, um empurrão. Não havendo felizmente uma desgraça a lamentar em virtude da calma de que se revestiu.<sup>27</sup>

Para o industrial Antônio Fonte, o relato acima provava que seus operários, embora fossem culpados pela tentativa de coagir o comerciante a abrir seu estabelecimento, estavam inocentes da acusação quanto aos saques. A certeza do industrial sobre uma alegada honestidade de seus operários e a veemência com que procurou esclarecer o episódio são elementos típicos de relações sociais de modelo paternalista<sup>28</sup>. O patrão, como um pai, sente-se responsável pela conduta

---

<sup>27</sup> A PROVÍNCIA. Recife. 18 ago. 1921.

<sup>28</sup> Cabe esclarecer que o uso que aqui se faz do termo *paternalismo*, leva em conta as advertências de Thompson sobre o caráter demasiado amplo e persuasivo do termo, que sugere uma descrição de relações sociais vistas de cima, sugerindo consentimento e submissão. Cf. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 28-30. A advertência de Perrot também é considerada. Para a autora “o paternalismo é um sistema de gestão da mão-de-obra bastante sutil”, necessitando ser apreciado “em todas as suas dimensões: sociológicas,



de seus operários, sobretudo por sua conduta moral. O comportamento do operário é tido, em certo sentido, como reflexo do comportamento do patrão, ou, no limite, da capacidade deste de transmitir seus valores para àquele. Isso é o que parece demonstrar um boletim distribuído pela empresa, com esclarecimentos acerca do episódio, intitulado “AO PUBLICO – *Fonte & Cia*”, que foi publicado no jornal *A Província*, a pedido do preocupado industrial.

Protestam contra os informes falsos, trazidos aos jornais desta capital, de que os operários da Pedreira de Jaboatão houvessem assaltado e saqueado casas comerciais. Os operários das pedreiras são homens honestos e laboriosos e a prova da sua correção está no fato de que continuam no trabalho, muito embora a ameaça dos elementos desordeiros. *Fonte & Cia*, caso seja provado que qualquer de seus operários tomou parte em assaltos à propriedade do Sr. José Vieira comprometem-se em indenizar os prejuízos porventura sofridos pelo referido Vieira e entregar os culpados à ação da polícia, pois como ficou dito, ali só trabalham pessoas pobres, porém, de honestidade comprovada.

## 2.2 De comerciante a comerciante e industrial

As grandes questões econômicas do ano de 1921, do estado de Pernambuco, tiveram a participação de Bezerra de Mello, sempre atuando como mediador, conciliador. Foi assim na questão da lei orçamentária, foi assim quando a comissão da qual fazia parte obteve sucesso na missão comercial designada a buscar auxílio do governo federal. As aclamações públicas feitas pelas elites pernambucanas, definindo os membros da comissão comercial, por conseguinte, Bezerra de Mello, como um homem de ação, de trabalho e dedicado à pátria, “um exemplo a seguir”: “salve a vós homens do trabalho, salve a vós, homens da pátria”<sup>29</sup>, encontraram eco nas também públicas manifestações de caridade e de devoção religiosa do empresário, compondo um quadro que o identificava com uma moral familiar, pautada nos valores da honra, do trabalho e da religião.

Nesse período, como em outros, o jornal *A Província* registrou uma série de eventos religiosos e artísticos, bem como atividades de filantropia envolvendo a família Bezerra de Mello, como quando foi organizada, em Recife, uma recepção para o Arcebispo D. Sebastião Leme. “Para essa solenidade, o Revmo.

---

psicológicas, políticas, simbólicas...” Cf. PERROT, M. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.62.

<sup>29</sup> A PROVÍNCIA. Recife. 18 ago. 1921

vigário da freguesia escolheu paraninfas além das diretorias das diversas associações da matriz.” Entre as exmas. famílias escolhidas estava a de Othon L. Bezerra de Mello.<sup>30</sup> Declaradamente admirador das ideias do Papa Leão XIII, especialmente daquelas presentes na Encíclica *Rerum Novarum*, Othon Bezerra de Mello imprimiria marca na administração dos negócios e em sua vida pública, manifestações de apego religioso e de lealdade aos princípios cristãos do referido Papa, conhecido como Papa das encíclicas sociais.<sup>31</sup>

Gozando de grande prestígio junto a diferentes classes sociais pernambucanas, e já plenamente envolvido em assuntos de ordem pública do estado, Bezerra de Mello ingressa na política, elegendo-se Conselheiro Municipal em 1922. Seu posicionamento político ficou evidenciado por meio da publicação de uma matéria pelo jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro. A matéria, intitulada “Conselho Municipal toma atitudes em Pernambuco”, reproduz os acontecimentos que marcaram sessão do Conselho Municipal, cujo tema de discussão foi a vitória de Arthur Bernardes em conflituosa disputa com Nilo Peçanha.

Na sessão de hoje do Conselho Municipal, Dr. Luiz Loureiro, filiado à corrente bernardista [...] depois de um belo discurso, aplaudindo a energia do presidente da república, Dr. Epitácio Pessoa, jugulando a sedição irrompida na metrópole e fazendo triunfar a legalidade, requereu que o Conselho dirigisse um telegrama ao chefe da nação e ao Dr. Arthur Bernardes, presidente reconhecido, congratulando-a pela vitória [...] pediram a palavra provocando balbúrdia ensurdecadora, os conselheiros Othon Bezerra de Mello, Sabino Pinheiro e Pedro Ahlaim que, depois de atacarem violentamente o presidente, taxando-o de inimigo de Pernambuco, disseram que, filiados a corrente partidária que lhe era contrária, não poderiam aplaudir nenhum gesto do Dr. Epitácio.<sup>32</sup>

A frequente participação de Bezerra de Mello nos quadros de liderança da Associação Comercial, como nos mais diversos assuntos discutidos no Conselho Municipal de Pernambuco, não o fez descuidar dos negócios. Muito ao contrário,

<sup>30</sup> A PROVÍNCIA. Recife. 10 jun. 1921.

<sup>31</sup> A Encíclica *Rerum Novarum* constitui uma verdadeira doutrina social e econômica, na qual o Papa Leão XIII condena o socialismo e argumenta falhas no capitalismo, tal como ele se apresentava. Esta encíclica marcou o início da sistematização do pensamento social católico, vindo a influenciar a criação do corporativismo e da democracia cristã. Ao escrever sobre a “condição dos operários”, o referido Papa afirmou os princípios da propriedade particular, da família patriarcal e, entre outras coisas, da “não luta, mas concórdia das classes”. A *Rerum Novarum* apresenta ainda uma espécie de manual para que se fizesse a “concórdia das classes”, discorrendo sobre as obrigações de patrões e operários e ainda sobre, em suas obrigações e limites, a intervenção do Estado. A declarada admiração de Bezerra de Mello por este Papa é um dado relevante para a compreensão dos aspectos norteadores de muitas de suas ações como industrial, sobretudo na relação com seus operários, como será argumentado em outras sessões.

<sup>32</sup> O PAIZ. *Conselho Municipal toma atitudes em Pernambuco*. Rio de Janeiro, 14 jul. 1922.

sempre atento às questões políticas e econômicas do Brasil e do mundo, Bezerra de Mello soube aproveitar a situação favorável decorrida, em grande medida, das concessões feitas pelos governos federal e estadual no ano de 1921, ambas – como visto – por meio de movimentos nos quais Bezerra de Mello teve relevante participação.

O fato de os industriais têxteis terem acumulado enormes lucros nos anos da guerra, despertou a atenção para este ramo de negócios. Já com larga experiência no comércio de algodão e tecidos, e bem informado acerca das grandes possibilidades que a indústria têxtil oferecia, Bezerra de Mello estende os negócios da compra e venda para o da fabricação de tecidos, com a aquisição, em 1924, da Fábrica de Tecidos Apipucos.

O capital acumulado com o comércio permitiu empreender grande ampliação e modernização dessa fábrica, além da fundação da Cia. de Tecidos Bezerra de Mello, na zona urbana. Em 1926, ano em que é eleito deputado estadual, Othon Bezerra de Mello já é considerado, pela Revista da Cidade de Pernambuco, “Um dos vultos de mais destaque no comércio e na indústria do país”.<sup>33</sup> A fusão da Fábrica de Tecidos Apipucos – mais tarde Fábrica Coronel Othon – com a Cia. de Tecidos Bezerra de Mello deu origem ao Cotonífico Othon Bezerra de Mello S.A, ampliado em 1927 com a incorporação de outras duas fábricas: a Maria Amália, na zona urbana, e a Fábrica Anita, “no arrabalde de Várzea”,<sup>34</sup> batizadas assim em homenagem às filhas Maria Amália e Anna.<sup>35</sup>

A Revista da Cidade de Pernambuco registra o momento em que Othon Bezerra de Mello, ao mesmo tempo em que adquire a Fábrica Apipucos iniciando imediatamente sua remodelação, investe na construção da Cia. de Tecidos Bezerra de Mello, indicando que suas atividades comerciais e políticas haviam lhe garantido o acúmulo de um capital considerável.

---

<sup>33</sup> REVISTA DA CIDADE. *Companhia Fábrica de Tecidos Othon Bezerra de Mello*. Recife, ano 1, n.18, 25 set. 1926, p. 21.

<sup>34</sup> Cf. CORREIO DO CEARÁ, 2 mar. 1942, p. 17.

<sup>35</sup> MELLO, Letícia Bezerra de (org.). op. cit., p. 22.

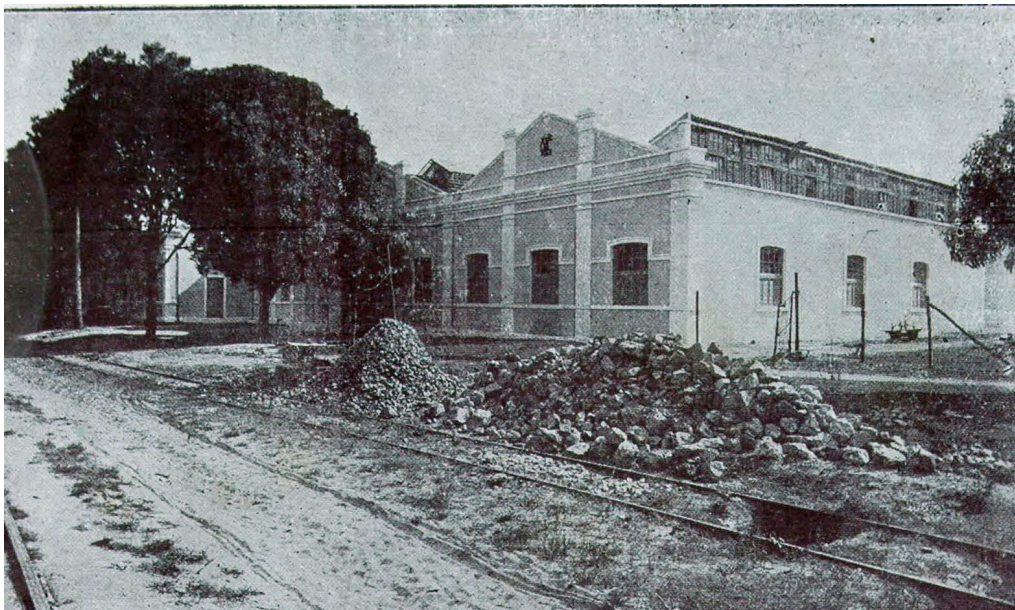


Figura 2 - "Edifícios onde funciona a Companhia Fábrica de Tecidos de Apipucos. E a antiga fábrica da Macaxeira que sob a direção do Sr. Othon Lynch Bezerra de Mello teve seus edifícios e instalações consideravelmente aumentados, ficando a sua produção desenvolvida." Fonte: *Revista da Cidade*. Ano 1. N. 18. p. 20. 25 set. 1926



Figura 3 - "Neste vasto e importante edifício da Praça Sergio Loreto funcionará dentro de 3 meses a Companhia Fábrica de Tecidos Bezerra de Mello, uma das mais felizes iniciativas devida ao espírito empreendedor do Sr. Othon L. Bezerra de Mello." Fonte: *Revista da Cidade*. Ano 1. N. 18. p. 20. 25 set. 1926

A Fábrica de Tecidos Apipucos, também conhecida como Fábrica da Macaxeira<sup>36</sup>, por assim ser denominada a localidade em que foi instalada, já funcionava modestamente desde finais do século XIX, produzindo panos de estopa destinados á “fabricação de roupas para pobres, panos de chão ou para ensacar açúcar”.<sup>37</sup> A partir de 1924, quando Bezerra de Mello adquire a fábrica, tem início uma série de transformações que vão, desde a ampliação do prédio à completa modernização de seu maquinário, com a instalação de seções de fiação, tecelagem, tinturaria e, alguns anos mais tarde, estamperia. Na obra, “Meu Romântico Apipucos”, em que o autor – Manoel Heleno – narra sua infância, são descritas algumas das transformações ocorridas a partir da nova administração, na Fábrica Apipucos e em seus arredores. Segundo o autor:

O próprio Othon Lynch viajou à cidade de Manchester, do Condado de Lancaster, Inglaterra (onde) comprou teares, caldeiras e fiadeiras que pertenceram a uma fábrica localizada em Salford. Esta tecelagem inglesa havia modernizando-se com maquinaria nova e então vendeu, ainda em condições de bom desempenho, seu complexo industrial ao Coronel Othon Lynch.<sup>38</sup>

A descrição do memorialista confere com os registros das viagens de Bezerra de Mello à Europa conforme jornais da época. Essas viagens foram frequentes, especialmente à Inglaterra, influenciando claramente no discurso e nas práticas do industrial no que diz respeito às questões econômicas e sociais.

A Inglaterra é a grande mestra dos povos. Gente essencialmente prática que sabe aliar seus predicados de constância e tenacidade a um grande fundo de bom senso, os ingleses na sua luta contínua com o oceano que eles sulcam e navegam em todas as direções, têm formado o caráter e fortalecido o espírito, de maneira a tornarem-se a nação líder do mundo contemporâneo.<sup>39</sup>

O empresário estava atento a muitos dos aspectos que envolviam aquele país, segundo quem a “forma de governo e seu liberalismo vêm servindo de

<sup>36</sup> A localidade macaxeira foi assim chamada devido à existência de um antigo sítio onde se cultivava a planta de mesmo nome. Quando alguém se referia ao lugar – desmembrado do antigo Engenho Apipucos - chamava-o de “Macaxeira”. SETTE, Mário. *Romances Rurais*. Recife, s/e, 2005.

<sup>37</sup> Ibid.

<sup>38</sup> SANTOS, Manoel Heleno Rodrigues. *Meu romântico Apipucos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1994, p. 112.

<sup>39</sup> MELLO, Othon L. Bezerra de. Devemos preferir as mercadorias brasileiras. In: A NOITE. Rio de Janeiro. 7 mar. 1929. Neste artigo, Bezerra de Mello lança mão de uma série de argumentos, entre eles, o que considera ser o sucesso econômico e social da Inglaterra, para conclamar povo e governo brasileiros a comprar apenas mercadorias produzidas no Brasil.

modelo às mais avançadas conquistas sociais, sem, entretanto, esquecer o seu passado e suas tradições”.<sup>40</sup> O investimento na remodelação do prédio e na modernização do maquinário da Fábrica de Apipucos foi estendido à implantação de uma infraestrutura que contou com a criação de vilas operárias, grupo escolar, posto médico, lojas e armazéns, além de uma área para o recreação dos trabalhadores.



Figura 4 - Posto Médico da Fábrica de Apipucos. Na fachada, o nome do fundador.  
Fonte: *Revista da Cidade*. Ano 1. N. 18. p. 21. 25 set. 1926

---

<sup>40</sup> Ibid.



Figura 5 - Grupo Escolar da Fábrica de Apipucos. O nome “Maria Amália” é uma homenagem à esposa do empresário Othon Bezerra de Mello. Fonte: *Revista da Cidade*. Ano 1. N. 18. p. 21. 25 set. 1926

Em 1928, em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, Bezerra de Mello declara que:

Comparando-se a situação de um trabalhador agrícola com a de um operário de fábrica ver-se-á que enquanto aquele jaz na mais profunda ignorância e em muitas regiões do país na mais desoladora miséria, este educa-se a si e aos seus, habita casa caiada e limpa, aprende a ler e escrever, recebe assistência médica, dentária, religiosa e cívica, auxílios em casos de moléstias, seguros contra acidentes de trabalho, etc.<sup>41</sup>

O critério de comparação entre as condições de vida do trabalhador agrícola – recorrentemente utilizado no discurso de Bezerra de Mello – contribuía para positivar a política social da empresa, refletindo também valores e crenças que norteavam o seu pensamento e suas ações.

No decorrer da entrevista, o parlamentar e empresário chama a atenção para o fato de a mencionada assistência social não ser prestada por todos os industriais, mas apenas pelos “bons industriais”, nos quais inclui a si mesmo. Como solução para o que chama de “desequilíbrio no desenvolvimento

<sup>41</sup> Entrevista concedida por Othon Bezerra de Mello ao *Jornal do Brasil* em 1928. Apud. RIALTO, Jorge (pseudônimo de Gilberto Freyre). Em torno de uma entrevista. *Jornal A Província*, Recife. 08 dez. 1928. Localização: Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

industrial”, Bezerra de Mello aponta para a necessidade de uma “legislação social mais rigorosa”, acompanhada da “iniciativa dos donos das fábricas”.<sup>42</sup>

Inicialmente foram construídas algumas casas “caíadas e limpas” para abrigar a mão de obra que passou a ser recrutada da área rural de regiões vizinhas, e em certo momento, da poderosa Companhia de Tecidos Paulista de Frederico Lundgren, com quem Bezerra de Mello – como será visto em seção posterior – teria grandes desentendimentos. A chegada progressiva dessa mão de obra aumentou consideravelmente a população da pequena Macaxeira. Mas é apenas em 1936 que a primeira vila operária da fábrica fica pronta, de fato. A Vila da Carrapateira foi finalizada após reunião com os acionistas quando é proposto um aumento dos investimentos a fim de dar prosseguimento na “construção de casas, de um novo grupo escolar, igreja, mercado e outros melhoramentos”.<sup>43</sup>



Figura 6 - Uma visão das residências construídas para os operários pelas indústrias fabris “Othon Bezerra de Mello”, vendo-se as construções isoladas destinadas aos mestres tecelões, e, ao fundo, uma das vilas operárias. Fonte: *Revista Cruzeiro*. Pernambuco, 25 set. 1941. Localização: Fundação Joaquim Nabuco

Todos esses empreendimentos ocorriam, simultaneamente, nas demais fábricas do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, que obteve enorme crescimento

<sup>42</sup> Ibid.

<sup>43</sup> DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 4 out. 1936.



nos anos finais da década de 1920 <sup>44</sup>, seguindo em sua expansão na década seguinte. Em 1938, com o crescimento da produtividade foram instaladas duas grandes turbinas na Fábrica Apipucos (somente chamada de Coronel Othon na década de 1940), justificadas pelo grande consumo de vapor das seções de tinturaria e estampa. Também foram construídos novos armazéns para estocagem, tanto de tecidos prontos como de sua matéria-prima. <sup>45</sup>

Entretanto, é possível que a política social do Cotonifício, proclamada e defendida por seu presidente e fundador, Othon Bezerra de Mello, não refletisse as concretas condições de vida e trabalho vivenciadas por seus operários, sobretudo nos primeiros anos. A ausência de água encanada e energia elétrica aparecem em relatos de antigos operários da fábrica Apipucos, que também denunciam os baixíssimos salários e as duras condições de trabalho enfrentadas pelas famílias operárias nas fábricas. <sup>46</sup> Apesar da ênfase dispensada por Bezerra de Mello à evidência das vantagens sociais obtidas com o trabalho na indústria em detrimento do realizado na agricultura – por meio de artigos publicados em jornais e revistas na segunda metade da década de 1920 – relatos de antigos operários da fábrica Apipucos evidenciam que, na prática, a situação era um pouco diferente. As duas vilas operárias – primeiro a da Carrapateira e depois a de Burity – só ficariam totalmente prontas na segunda metade da década de 1940. Nesse meio tempo, segundo relatos, as condições eram bem precárias, com o abastecimento de água sendo feito por um chafariz e a iluminação por candeeiros. Contudo, o registro da negociação da obtenção do reservatório que posteriormente será responsável pelo abastecimento da fábrica Apipucos e das vilas operárias, aparece na Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S/A em 1929. Nela consta pedido de aumento do capital social da empresa,

---

<sup>44</sup> Na Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 1929, foi proposta uma reforma nos estatutos do Cotonifício, tendo em vista, entre outras coisas, o aumento de seu capital social justificado pela “necessidade de assegurar à empresa, condições necessárias ao seu desenvolvimento, como seja alargar a sua área, por construção ou aquisição de edifício construído quanto à Fábrica Bezerra de Mello, e bem assim adquirir a melação do açude do Monteiro, quanto à Fábrica de Apipucos, assegurando-lhe o serviço de abastecimento d’água indispensável às suas seções de tinturaria, branqueamento e a projetada seção de estampa.” In: A PROVÍNCIA, Recife. 17 jan. 1930.

<sup>45</sup> Em 1988, foi publicada pelo Departamento de Memória de Casa Amarela – bairro vizinho do local em que estava localizada a Fábrica Apipucos, na região da Macaxeira – uma série de entrevistas com moradores, trabalhadores em antigos engenhos da região. Alguns deles vieram a trabalhar na Fábrica de Apipucos (Macaxeira), período que aparece nos relatos como parte de suas “memórias, lutas e sonhos”. Cf. DEPARTAMENTO DE MEMÓRIA DE CASA AMARELA/FEACA. *Casa Amarela: memórias, lutas e sonhos*. Recife. 1988.

<sup>46</sup> Ibid.

por Othon Bezerra de Mello, seu acionista majoritário, em vista da necessidade de aquisição de:

Um prédio apropriado a instalação de máquinas, dois outros laterais e dependências, situados em vasto terreno foreiro à Marinha [...] bem assim a meiação e servidão das águas do açude do Monteiro [...] o qual abastece a antiga Fábrica de Apipucos, pertencente ao mesmo Cotonifício [...] pelos estudos procedidos, que, aliás, confirmam observações anteriormente feitas, por técnicos competentes, tem esse manancial uma descarga média de 45 litros d'água por segundo, ou seja, cerca de 4 milhões de metros cúbicos em 24 horas. Tendo na devida consideração o valor da propriedade e a regulamentação do condomínio de ditas águas, feita devidamente com outro condomínio por escritura pública de 25 de janeiro de 1928, como a utilidade à Fábrica de Apipucos do sobretudo açude e suas águas aos vários misteres de sua atividade industrial, a que já serve gratuitamente e, em consequência o emprego de capital que representaria uma construção de igual natureza e, no caso do uso d'água do Estado, o preço que esta representaria no custeio da Fábrica.<sup>47</sup>

Na obra *Casa Amarela: memórias, lutas e sonhos*,<sup>48</sup> é registrado o depoimento de Antônio Vidal de Lima, o seu Tôta, a respeito da administração do “velho Othon” (Bezerra de Mello), a quem muitos chamavam de “pai”. Recorda o antigo operário, que, na época do “velho”, o Recreio – como era chamado o prédio construído pelo cotonifício para recreação dos trabalhadores – era bastante movimentado, principalmente nas festividades de Natal, São João e Sete de Setembro. Tal dado remete à valorização e difusão de princípios e valores religiosos e cívicos pela administração do cotonifício entre seus trabalhadores.

---

<sup>47</sup> ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO COTONIFÍCIO OTHON BEZERRA DE MELLO S/A. In: A PROVÍNCIA, Recife. 17 jan. 1930.

<sup>48</sup> Casa Amarela é a denominação de uma região vizinha da localidade de Macaxeira, posteriormente Apipucos. Com a modernização da Fábrica Apipucos, muitas famílias de Casa Amarela migraram para Apipucos, em busca de trabalho na fábrica. Cf. DEPARTAMENTO DE MEMÓRIA DE CASA AMARELA (FEACA). op. cit. 1988.



Figura 7 - Prédio construído pelo Cotonifício Bezerra de Mello na década de 1920, em Apipucos, para o recreio dos operários. Disponível em: < <http://ocarvel.blogspot.com.br/2012/07/fabrica-da-macaxeira-historia-de-um.html>> Acesso em 25 set. 2012

Seu Tôta lembra ainda que nessas épocas festivas, os operários recebiam cortes de tecidos para preparar suas roupas. Para as gestantes eram dados “meses de licença maternidade, além do enxoval de casamento e do bebê [...] finado Othon [...] era muito bom, mas o salário, meu Deus do céu, não existia salário naquele tempo”.<sup>49</sup>

Este depoimento indica alguns dos aspectos que marcaram a relação entre os operários e o presidente e fundador desta e das demais fábricas do complexo industrial que inaugurou em Pernambuco e, posteriormente, Minas Gerais, Alagoas e Rio de Janeiro. A moradia nas Vilas Operárias, a assistência no âmbito da educação, da saúde e do lazer, dentre outras coisas, foram elementos que contribuíram para a constituição de uma espécie de pacto social fundado nos sentimentos de lealdade e reciprocidade entre Bezerra de Mello e seus operários. Essa situação, no entanto, parece não ter impedido que, mesmo retrospectivamente, o operário se mostrasse consciente da insuficiência do salário recebido por seu trabalho, conforme explicitado na fala do operário, citada acima.

<sup>49</sup> Ibid.

Outro aspecto que chama a atenção no depoimento de seu Tôta é a declaração de que muitos operários chamavam Bezerra de Mello de “pai”, o que nos permite argumentar – considerando também a presença de um forte sentimento de gratidão, como será explicitado abaixo – que a noção de grande família fabril era desenvolvida nas fábricas do Cotonifício, em torno da imagem paternal do patrão, aquele que provê as necessidades, mas que ao mesmo tempo se reveste de uma imagem de poder e autoridade. Nesse sentido, a imagem do patrão, visto como honrado, ilustre e bem sucedido chefe de família, funcionou como catalisadora dos sentimentos responsáveis pela aceitação, mesmo que ressignificada, da noção de família pelos operários, regulando sua relação com a fábrica, personificada pela figura de seu líder maior.

Desse modo, é sugestiva a constatação de que o Cotonifício Bezerra de Mello foi, desde suas origens, um empreendimento estritamente familiar, em que seu diretor presidente aparece como sócio fundador e detentor majoritário das ações do Cotonifício. A esposa, Maria Amália Brito Bezerra de Mello detinha parte considerável das ações, enquanto os filhos, inclusive os menores, detinham quantidade menor, mas igualmente distribuídas entre eles. Conforme consta nas atas, os filhos menores e a esposa são sempre representados por Bezerra de Mello nas assembleias. Nos primeiros anos de funcionamento do cotonifício, as atas registram também a presença de irmãos e cunhadas do empresário.

Entretanto, na medida em que os anos foram se passando, a pequena parte das ações que não está sob o controle direto de Bezerra de Mello, foi sendo por ele absorvida e distribuídas entre os filhos, que foram se alternando na administração local das fábricas, na medida em que iam se mostrando preparados para os negócios. Mesmo as filhas, que não possuíam cargos, tinham sua importância garantida na empresa, devido à grande quantidade de ações que possuíam desde a menoridade.

A preocupação com a manutenção do caráter familiar da empresa esteve presente desde os primórdios de sua fundação, como consta na Ata da Assembleia Extraordinária, de 1929:

A propriedade das ações nominativas é transferível mediante termo lavrado no livro para tal fim existente na Companhia; em caso de venda de ações terão preferência os sócios fundadores e seus herdeiros em igualdade de condições.<sup>50</sup>

Havia ainda a presença de um ou outro homem de confiança de Bezerra de Mello no grupo de acionistas, como Sérgio Gonçalves da Costa Maia, que atuou como tesoureiro das empresas até a sua morte, em 1949, e James Loynd, engenheiro têxtil de origem inglesa, que teve importante participação no desenvolvimento técnico, tanto das fábricas que compunham o Cotonifício Othon Bezerra de Mello em Pernambuco, como das que faziam parte, a partir de 1941, da Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello, com sede no Rio de Janeiro.



Figura 8 - Sentado, da direita para esquerda, está Bezerra de Mello. Presume-se que James Loynd seja o que está de pé, e sentado em seu lado esquerdo, o tesoureiro Sérgio Gonçalves da Costa Maia. Ambos aparecem nos registros como os principais administradores do empresário Bezerra de Mello. 193(-). Fonte: Acervo da família Bezerra de Mello

<sup>50</sup> ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 1929. op. cit.

### 3 O embate dos “coronéis da indústria”

A passagem de modos de vida e trabalho anteriores, como do sistema agrícola de produção, por exemplo, para o fabril é um processo marcado por rupturas, tanto quanto por continuidades. Permanecem presentes nas novas condições de vida e trabalho oferecidas pela indústria, características simbólico-culturais que marcam as relações sociais que lhes são subjacentes, e que ao atenuarem a ruptura, funcionam como elementos de consolidação das identidades individuais e sociais dos atores envolvidos neste processo histórico.

Essas “transformações na continuidade” são observadas de modo peculiar no contexto de instalação das fábricas têxteis de Pernambuco, estado fortemente marcado por um passado, no qual os grandes engenhos de açúcar foram transformados em palco, em que diferentes atores sociais protagonizaram experiências de dominação, subordinação, como também de resistência e consenso. As relações sociais historicamente vivenciadas no interior dessa sociedade fortemente hierarquizada, destituída de direitos que permitissem uma resistência institucionalizada por parte dos dominados, foram, em grande medida, marcadas pela coerção física e econômica.

Não obstante, é preciso considerar que, se é verdade que a força e a coerção marcaram as relações sociais nessa sociedade, não é possível prescindir da ideia de que havia outros elementos em jogo. Ao considerar toda a complexidade presente no processo de tessitura dessas relações sociais, as ações e contradições de sujeitos históricos atuando em situações concretas, torna-se possível compreender como a hegemonia cultural da classe dominante foi, ao mesmo tempo, constituindo-se e exercendo considerável peso na manutenção de seu poder.<sup>51</sup> O “coronelismo”, como definido por Vitor Nunes Leal, pode representar um bom exemplo da manutenção de antigas formas de poder e

---

<sup>51</sup> A forma como aqui se mobiliza o conceito de hegemonia cultural, corresponde à maneira como Thompson o mobiliza ao analisar as relações sociais na Inglaterra do século XIII. Afirma o autor: “[...] o controle da classe dominante no século XVIII se localizava primordialmente numa hegemonia cultural, e só secundariamente numa expressão de poder econômico ou físico (militar). Dizer que era “cultural” não é dizer que fosse imaterial, demasiado frágil para análise, insubstancial. Definir o controle em termos de hegemonia cultural não é desistir das tentativas de análise, mas se preparar para a análise nos pontos em que deveria ser feita: nas imagens de poder e autoridade, nas mentalidades populares da subordinação”. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 46.

autoridade, favorecida pela hegemonia cultural de indivíduos, membros de uma aristocracia agrária de poderes políticos decadentes.<sup>52</sup>

Formas “variáveis” desses “coronéis” se fizeram notar na indústria e na política no estado de Pernambuco, especialmente pela figura dos irmãos Lundgren: Frederico e Arthur Lundgren, proprietários da poderosa Companhia de Tecidos Paulista, a maior do norte do país. Outros industriais, como Othon Bezerra de Mello, também tiveram seus nomes associados ao peso deste título, tão marcado pelo signo do poder e da autoridade. Um poder e uma autoridade construídos a partir de relações sociais fundadas em princípios considerados retrógrados para quem se queria associado ao progresso e aos valores da modernidade, como era o caso de Bezerra de Mello.

Nesse sentido, parece significativo o que foi declarado por Álvaro Bezerra de Mello, “meu pai não fazia questão de ser chamado de coronel, mas no final de sua vida, quando já estava doente, passou a querer ser chamado assim. Ele tinha um título de coronel que havia sido dado a ele antes de 1930”.<sup>53</sup> A declaração de Álvaro é confirmada pela constatação de que, ao contrário do observado em relação ao coronel Frederico, o nome de Othon Lynch Bezerra de Mello raramente aparece precedido do título em registros da época,<sup>54</sup> cabendo também observar que a Fábrica de Tecidos Apipucos, adquirida em 1924, passaria a ser chamada de fábrica “Coronel Othon” apenas na década de 1940, confirmando, portanto, a declaração de Álvaro acerca da mudança de atitude do pai no “final da sua vida”.<sup>55</sup>

---

<sup>52</sup> Vitor Nunes Leal concebe o “coronelismo como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos de nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.” Cf. LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 44.

<sup>53</sup> Entrevista com Álvaro Bezerra de Mello, concedida à autora em 24 set. 2010.

<sup>54</sup> Nesse sentido, é relevante assinalar que no livro de registros da ALEPE – Assembleia Legislativa de Pernambuco – na lista dos deputados eleitos do 1º Distrito, para a 13ª legislatura, o nome de Bezerra de Mello seja o único a não estar precedido de título. Sete dos outros nove deputados são apresentados com a titulação de doutor, em geral atribuída aos bacharéis em Direito, enquanto dois são apresentados como coronéis, inclusive Arthur Lundgren, um dos irmãos proprietários da CTP.

<sup>55</sup> Othon Lynch Bezerra de Mello faleceu em 9 de junho de 1949.

Conforme se pode constatar, tensões, contradições e interseções se fizeram presentes no conflito entre valores representativos de tradições e modernidades, ou seja, no conflito que marcou a relação entre esses dois *coronéis da indústria* pernambucana. Uma relação em que se imbricaram convergências, divergências e concorrências, representativas da complexidade dos sentidos assumidos pelas transformações que envolveram as relações de trabalho no período, representando fios da rede de relações sociais em que estavam imersos os trabalhadores têxteis da Companhia de Tecidos Paulista e do Cotonifício Othon Bezerra de Mello.

### 3.1 A indústria têxtil pernambucana

Um artigo publicado em 1930, por Bezerra de Mello, na Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, do qual era sócio, fornece informações importantes para uma caracterização histórica da indústria têxtil pernambucana. Bezerra de Mello relata que a primeira tentativa de implantação de uma fábrica de tecidos regular no estado, data de 1826. Com o fracasso desta, somente muitos anos depois, especificamente em 1876, o Comendador Barroca fundaria a Fábrica de Tecidos Magdalena nos arredores do Recife, transformada na Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco, uma das mais prósperas do estado, à época.<sup>56</sup>

A prosperidade da Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco só viria a ocorrer, segundo Bezerra de Mello, com o “advento da República”. Neste momento, não só a Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco viria a obter sucesso, mas as demais que estavam sendo fundadas, como a Companhia de Tecidos Paulista, Fábrica de Tecidos de Apipucos e Fábrica Goianna. O insucesso da indústria têxtil pernambucana até a chegada da República é atribuído à necessidade de grande investimento na “educação e o treino do operariado”, e aos “largos salários atribuídos aos mestres ingleses”,<sup>57</sup> além da concorrência com similares estrangeiros.

---

<sup>56</sup> MELLO, Othon L. Bezerra. A Evolução da Indústria de Tecidos de Algodão em Pernambuco. IN: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Vol. XXIX, Ns. 135-142, 1928,1929. p. 51-58.

<sup>57</sup> Ibid.



É citada a fundação da Fábrica de Morenos, da Societé Cotonnière Belge Brasilienne, como marco na evolução da indústria têxtil pernambucana, devido a sua excelente aparelhagem e pioneira fabricação de morins no estado. O entusiasmo dos primeiros anos da República é interrompido pela “guerra europeia e as perturbações financeiras e econômicas que se seguiram à paz”.<sup>58</sup> Somente a partir de 1925 é que a recuperação do setor se fará sentir com a fundação de diversas fábricas, correspondendo a nível local, o que foi afirmado por Stein à nível nacional, sobre a década de 1920 ter compreendido os “os anos dourados” da indústria têxtil brasileira.<sup>59</sup>

Após descrever uma a uma as fábricas que foram sendo fundadas no estado, especificando respectivamente os ramos de produção, Bezerra de Mello apresenta uma síntese do desenvolvimento da indústria têxtil pernambucana até aquele momento.

A fase inicial foi a da fundação da primeira fábrica, em 1876; a segunda começa em 1890, com a fundação da Paulista, da Industrial Pernambucana, da Apipucos, da Goyanna e da Fábrica de Malhas da Várzea, pertencente à Firma Pereira Carneiro & Cia; nova paralisação até 1908 em que se funda a Fábrica de Morenos, e de 1925 em diante, em que se fundam a Pirapama, a Tacaruna, a Bezerra de Mello, a Tecelagem de Seda e Algodão e o Cotonifício José Rufino. Assim, levamos 52 anos ou pouco mais de meio século para criar e ampliar uma indústria que já ocupa o terceiro lugar na riqueza do Estado [...] com uma produção de setenta milhões de metros, dando trabalho a dez mil operários e consumindo 712 milhões de quilos de algodão, ou seja, metade da nossa produção!<sup>60</sup>

A proliferação de fábricas têxteis em Pernambuco na segunda metade da década de 1920 fez estender para o nível estadual uma concorrência que já vinha ocorrendo de forma acirrada em nível nacional.<sup>61</sup> Das oito fábricas que foram instaladas ou ampliadas em Pernambuco na década de 1920, quatro pertenciam ao Grupo Othon, são elas: a Apipucos, a Amalita, a Bezerra de Mello e a Malharia

<sup>58</sup> Ibid.

<sup>59</sup> Cf. STEIN, op. cit. p. 107-137.

<sup>60</sup> MELLO, Othon Bezerra. op. cit., p. 54.

<sup>61</sup> As razões que ocupam o quarto e quinto lugares na justificativa pela queda dos lucros da Companhia de Tecidos Paulista, doravante CTP, em 1924 são referentes à concorrência em nível nacional e regional entre as companhias têxteis. Diz o relatório: “[...] Em quarto lugar é necessário ter em vista que a indústria têxtil, cujo maior desenvolvimento se verifica no Estado de São Paulo, onde a mão-de-obra aperfeiçoada rivaliza com as suas similares de outros Estados, sem o franco auxílio, e por assim dizer verdadeiras subvenções por parte do Governo, que a tornam competidor temível quando comparadas com suas congêneres do Norte, onde infelizmente, não conseguiu ainda amparo semelhante”. apud. Ibid., p.135.

Anita, tornando esse grupo empresarial um concorrente que não seria ignorado pela CTP, durante muito tempo líder da atividade industrial têxtil do Estado.<sup>62</sup>

**Tabela 1 - Companhias têxteis pernambucanas em 1930**

EMPRESAS	TEARES	SEÇÕES/PRODUÇÃO
Cia. de Tecidos Paulista	1078	Branqueamento, tinturaria e estamparia.
Cia. Fiação de Tecidos de Pernambuco	850	Panos crus e tintos
Société Cottonnière Belge-Brésilienne	850	Morins
Cia. Industrial Pernambucana	584	Brins
Cotonifício Othon Bezerra de Mello, S. A.	528	Panos crus, tintos e branqueados.

Fonte: MELLO, Othon Bezerra de. *A evolução da indústria de algodão em Pernambuco*. In: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Vol. XXIX, 1939-1930, p. 55.

Como visto, a década de 1920 foi tremendamente favorável à indústria de tecidos. Stein afirma que, a partir de 1921, as indústrias têxteis que já funcionavam antes da guerra, no Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Bahia e Recife, tiveram suas instalações aumentadas, enquanto proliferavam nas zonas rurais inúmeras pequenas fábricas. Uma “rápida formação de fortunas” foi observada neste período.<sup>63</sup> No caso de Bezerra de Mello, é possível observar um aumento considerável tanto de seu patrimônio como de sua área de influência, considerando-se que a experiência na produção de tecidos, iniciada com a aquisição da Fábrica de Apipucos, em 1924, só fez ampliar a fortuna e o prestígio já existentes.

O início dessa expansão se deu, como apresentado anteriormente, com a compra e modernização técnica da Fábrica Apipucos. Tal ação que foi favorecida pelo contexto nacional de aplicação de políticas que estimulavam os investimentos pela redução dos custos da maquinaria importada. Entre 1924-1926,

<sup>62</sup> MELLO, Othon Bezerra de. *A evolução da indústria de algodão em Pernambuco*. op. cit., p. 55.

<sup>63</sup> STEIN, op. cit., p. 120.

período em que a Apipucos recebe novo maquinário, ocorre o pico nas exportações de maquinaria têxtil para o Brasil.<sup>64</sup>

Entretanto, este quadro que, sob determinados aspectos, mostrou-se benéfico, pois fundamental para a instalação de novas indústrias e modernização das já existentes, apresentou-se tanto a nível nacional como local, como fator gerador de uma forte concorrência entre as fábricas têxteis. A soma de circunstâncias locais como a expansão da produção algodoeira e açucareira que absorvia a mão de obra das famílias sertanejas, desencadeou uma série de conflitos envolvendo os industriais de Pernambuco e os do Rio e São Paulo, principalmente. Localmente, a disputa girou em torno de uma mão de obra que encontrava cada vez mais espaço para negociação de suas condições de trabalho, alimentando e sendo alimentada por um jogo de forças que atingia as relações entre os industriais do Norte e do Sul do Brasil, e destes com a ação governamental no sentido de regulamentar, ou pôr em prática, uma regulamentação da relação entre capital e trabalho, intensificada com o governo revolucionário do pós 1930.

### **3.2**

#### **A força de trabalho: da abundância à escassez**

A abundância de uma mão de obra mais barata, somada ao fato de que pagavam cerca de 20% a menos pelo algodão em rama, por se encontrarem no centro do cinturão algodoeiro, garantia um certo privilégio às fábricas de tecidos do norte do país. Essa situação só foi percebida pelos industriais têxteis do Rio e de São Paulo nos anos finais da década de 1920, justamente no momento em que a proliferação de fábricas têxteis no Nordeste, associada a outros fatores – como visto acima – gerava transformações significativas neste quadro.

A Companhia de Tecidos Paulista, companhia têxtil pernambucana, que mais se beneficiou com a abundante e barata mão de obra da região, reconhece esse dado no relatório anual de 1924. Contudo, o reconhecimento desta vantagem, ocorre, paradoxal e estrategicamente, no momento em que, relativamente, se inicia sua perda. Ao enumerar para os acionistas possíveis fatores que pudessem

---

<sup>64</sup> SUZIGAN, op. cit., p. 152.

justificar uma lucratividade relativamente baixa naquele período, a CTP declara que:

[...] é preciso notar que a indústria em nosso Estado há anos passados estava em condições de competir francamente com suas congêneres nos outros Estados, em virtude do custo de produção, conseqüentemente da mão-de-obra barata até então existente em nosso Estado, enquanto hoje em dia a mão-de-obra paga em certos Estados como o Sergipe, partes de Alagoas, etc., não chega a ser a terça parte do que somos obrigados a pagar em virtude do aumento do custo de vida proveniente da alta considerável dos dois produtos que são os principais fatores da riqueza do Estado de Pernambuco.<sup>65</sup>

Embora não represente nenhum dos itens do citado relatório, o “forçoso aumento” de salários dos operários resultou também da ascensão de novas indústrias que passaram a disputar a força de trabalho. A facilitação das importações de maquinário, enquanto beneficiava um grupo de novas indústrias ou as que necessitavam modernizar-se, tornava-se prejudicial àquelas que já dominavam o mercado, como a Companhia de Tecidos Paulista em Pernambuco, pois permitia a ascensão de novos concorrentes. Nesta concorrência, gerada pela ascensão de novas indústrias, a força de trabalho operário possuía importância estratégica.

Os relatórios da CTP referentes aos anos de 1910 e 1920 revelam – conforme análise de Rosilene Alvim – transformações na caracterização de sua força de trabalho, do que parece ter derivado maior investimento na política social da Companhia. Nos relatórios de 1910 e alguns de 1920, a seca é apontada como causa da chegada de trabalhadores do “interior”, constituindo uma força de trabalho “fundamental e barata”. A seca obrigava as famílias camponesas a se retirarem, “por conta própria”,<sup>66</sup> de seus lugares de origem para tentar a sobrevivência com o trabalho nas fábricas, que até a segunda metade dos anos 20, significava, quase que exclusivamente, o trabalho na CTP. A utilização da mão de obra *sertaneja* tornou-se uma tradição da Companhia, que se orgulhava do treinamento técnico que oferecia aos operários, garantindo uma mão de obra duplamente útil, pois qualificada e leal.<sup>67</sup>

<sup>65</sup> Apud. LEITE LOPES, op. cit., p. 135.

<sup>66</sup> ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997, p. 38.

<sup>67</sup> O investimento na formação técnica do trabalhador era, simbolicamente, percebido como uma dádiva, caracterizando essa forma de dominação específica. Cf. Ibid.

Os dois aspectos apontados, tidos como favoráveis à CTP, com relação ao recrutamento de sua força de trabalho, sofrem transformação nos anos de 1920. O relatório de 1923 já registra uma diminuição do fluxo de famílias vindas “dos sertões do interior”, justificada pelo preço do açúcar, considerado lucrativo e pela ausência de seca e valorização do algodão, ao mesmo tempo em que ocorre uma proliferação de novas indústrias no local. Nesse contexto, a CTP passa a lançar mão de estratégias de recrutamento e aliciamento direto dos trabalhadores que constituíam sua mão de obra tradicional. O aliciamento direto das famílias de trabalhadores passou a ser feito por *agentes* especializados, como vemos nos relatos abaixo:

A Companhia mandava os agentes deles pelo interior saber aquelas famílias pobres que precisavam de ganhar dinheiro, tendo família numerosa. Aí juntava uma, duas, três e tal, quatro famílias, sentava ali e eles queria vir, botava tudo num ônibus, cheinho que era uma beleza, traziam praqui.<sup>68</sup>

Meu pai veio aqui à procura sabe, aí tinha um agente, que chamava os agentes, não era, que andavam com aqueles ônibus, naquele tempo o pessoal do interior chamava até de ‘sopa’ não é (ri), a gente chamava ‘sopa’ aqueles ônibus, não é. Aí meu pai falou e eles disseram ‘deixe que nós vamos, tem o agente aí, o Mané José, aí nós vamos apanhar vocês.’<sup>69</sup>

A CTP experimentava, de fato, um contexto desfavorável, pois após o recrutamento ainda havia a possibilidade de a família retornar ao seu lugar de origem pela falta de adaptação ao trabalho fabril, ou ainda, no caso dos trabalhadores já treinados, serem disputados pelas fábricas circunvizinhas. O controle exercido pela CTP, em suas formas de coerção objetiva e simbólicas é abalado pela forte concorrência entre os empresários em torno de uma mão de obra que é escassa e, portanto, valorizada. Ademais, a conjuntura política do pós 1930 representou outro fator que abalou o *sistema de dominação* da CTP, bastando mencionar que, nesse período, foi fundado o primeiro sindicato dos operários de Paulista.<sup>70</sup>

Desse modo, os industriais se viram diante da necessidade de utilizar atrativos maiores para “seduzir” os camponeses a se deslocarem de seus lugares

<sup>68</sup> Relato anônimo de motorista aposentado. Apud. LEITE LOPES, p. 46.

<sup>69</sup> Relato anônimo de ex-tecelã. Ibid.

<sup>70</sup> ALVIM, op. cit., p. 47-48.

de origem, do interior,<sup>71</sup> e se aventurarem no “mundo novo”, que era a fábrica. De um modo geral, a miséria era o fator determinante no deslocamento das famílias camponesas para o mundo das fábricas. Qualquer que fosse a possibilidade de permanência no *sertão* e, muitas vezes, de retorno para o “seu interior”, não costumava ser desperdiçada, como indica a fala de um operário que chegou à CTP em 1927: “é esse pessoal lá em cima, acostumado com leite e cuscuz, com toda comida sertaneja, quando chovia ia simhora tudinho”.<sup>72</sup>

Não é por acaso que o discurso civilizatório e modernizador passa a compor o repertório da Companhia. Em 1928, momento de enorme concorrência interna das fábricas do Norte e destas com as do Sul do país, o relatório da CTP expressa o que, de certo modo, reflete as novas condições que se colocam em sua relação com o operariado.

O industrial moderno já não pode fugir à obrigação de fornecer aos seus operários habitações confortáveis e higiênicas, e neste ponto incontestavelmente aparece a Companhia na vanguarda. As casas onde residem os operários da Companhia são construídas nos lugares mais apropriados do território de Paulista e constantemente estamos empenhados em aumentar o número dessas casas. São todas de alvenaria, ladrilhadas e cobertas com telhas de barro.<sup>73</sup>

Também em 1928, Bezerra de Mello chama a atenção para as “vantagens” obtidas pelo trabalhador da indústria com relação ao da agricultura. O primeiro “habita casa caiada e limpa” e o segundo vive na “mais absoluta miséria”. Mas apenas o “bom industrial”, adverte o empresário, fornece essas vantagens aos seus operários.

Na conjuntura de forte concorrência e escassez de mão de obra, experimentada pela indústria têxtil pernambucana, o oferecimento de “vantagens” ao trabalhador significava antes uma estratégia de atração e manutenção da força de trabalho oriunda do *sertão*, do que propriamente um consciente projeto modernizador e civilizatório.

---

<sup>71</sup> Analisando a transferência de famílias camponesas para o trabalho na CTP, Rosilene Alvim esclarece que “O *interior* é uma categoria genérica que se refere aos mais diversos lugares de origem. Além da conotação de área distante, é também um local onde as pessoas são pobres e vivem ameaçadas em suas condições de sobrevivência. Mas um lugar de onde as pessoas só saíam por se encontrarem envolvidas em alguma crise, e pelo poder de sedução e engano dos *agentes*.” Cf. ALVIM, op. cit., 21.

<sup>72</sup> Relato anônimo de ex-operário da CTP. apud. ALVIM, p. 21.

<sup>73</sup> Relatório da CTP do ano de 1928. apud. ALVIM, p. 42.

### 3.3 Divergências e convergências intra-elites industriais

O prolapado relatório em que a CTP lista os fatores causadores da diminuição dos lucros da empresa deixa de explicitar que uma das maiores causas do forçoso aumento salarial que contribuiu para a configuração desse quadro estava na forte concorrência com as fábricas pernambucanas.

Na liderança desta concorrência estava a Fábrica Apipucos do recém-fundado Cotonifício Othon Bezerra de Mello. A proximidade desta fábrica com a CTP facilitou o recrutamento de muitos de seus operários, já devidamente treinados para o trabalho em postos que necessitavam de maior especialização. É o próprio Bezerra de Mello – como visto acima – quem observa a dificuldade gerada pela “fundação simultânea de tantas fábricas num meio absolutamente desprovido de pessoal tecnicamente habilitado”.<sup>74</sup>

Segundo Alvim, a CTP se orgulhava de ser uma “fábrica-escola” que transformava “trabalhadores rurais de diversas procedências em trabalhadores industriais eficientes”. Contudo, os baixos salários tornaram o “contingente operário de Paulista um alvo atraente para as novas fábricas que se instalam em Pernambuco no final dos anos 20”.<sup>75</sup>

Há diversos depoimentos de antigos operários da fábrica que afirmam ter a fábrica da Macaxeira (antiga fábrica de Apipucos), do Grupo Othon, recrutado grande parte de sua mão de obra adicional de operários da fábrica Paulista. Alguns desses ex-operários se deslocaram pra a fábrica Macaxeira no início dos anos 30, retornando depois para Paulista, onde o acesso à casa na vila operária era mais facilitado.<sup>76</sup>

Como apontado anteriormente, a facilidade de acesso à moradia na vila operária acabou se tornando fator determinante na manutenção da mão de obra, o que permite compreender a ênfase dada pela CTP a sua “vanguarda” no fornecimento aos operários de habitações confortáveis e higiênicas”.<sup>77</sup> Mas, mais

<sup>74</sup> REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. op. cit., p. 52.

<sup>75</sup> ALVIM, op. cit., p. 47.

<sup>76</sup> Ibid., p. 47-48.

<sup>77</sup> A partir de depoimentos de antigos operários da CTP, Leite Lopes chama a atenção para os interesses de disciplinarização, subjacente ao discurso higienista sobre “as casas confortáveis para os operários. Além disso, apresenta depoimento de ex-operário que caracteriza os “arrudados de Paulista” como uma “senzala melhorada”, confrontando o discurso da CTP, caracterizado pelo

do que isso, permite compreender uma mudança nos termos das relações sociais ocorridas entre patrões e operários. Estes, sobretudo os especializados, ganham maior espaço num campo de negociações em que o acesso à moradia na vila operária – um interesse objetivo do trabalhador – é complexificado pela presença de elementos que atuam na esfera do simbólico. Alvim relata que o treinamento dado aos trabalhadores na “fábrica-escola”, como era chamada pelos operários, “traz como contrapartida o sentimento de gratidão que envolve a dádiva”, o dever de lealdade à fábrica que lhes proporcionou uma profissão, o que não significa tratar-se de simples subjugação, mas de um sentimento de dignidade fortemente presente no meio operário.

A concorrência com a fábrica de Paulista chega a um ponto extremo quando, em 1929, surgem os trabalhos de instalação da seção de estamperia da Fábrica Apipucos, pertencente ao Cotonifício Othon Bezerra de Mello. Na Ata da Assembleia extraordinária de setembro de 1929, o aumento do capital social do Cotonifício é justificado pela necessidade:

de assegurar a empresa condições necessárias ao seu desenvolvimento, como seja alargar a sua área por construção ou aquisição de edifício já construído, quanto à Fábrica Bezerra de Mello e bem assim adquirir a meiação do açude do Monteiro, quanto à Fábrica de Apipucos, assegurando-lhe o serviço de abastecimento d’água indispensável as suas seções de tinturaria, branqueamento e a **projetada seção de estamperia**.<sup>78</sup> [grifo meu]

Enquanto a tensão entre os industriais de tecidos do Norte e Sul era abertamente proclamada, numa disputa protagonizada pela CTP e os Centros Industriais do Rio e São Paulo, o mesmo não ocorre com relação à intensa concorrência local. Para Leite Lopes, essa situação se justifica pelo fato de que a concorrência local seria mais “susceptível de ações diretas e intencionais”, sendo “menos conveniente de sujeitar-se a uma exposição direta”.<sup>79</sup> Em outros termos diz-se que, não parecia interessante para os Lundgren que a tensão entre as fábricas locais fosse abertamente anunciada, já que a divulgação poderia gerar embaraços para industriais que costumavam resolver seus problemas – como será visto a seguir – bem ao estilo dos “velhos coronéis”.

---

autor como uma “pretensão evolutiva” que expressa o “peso da repetição farsante da história”. Cf. LEITE LOPES, op. cit., p. 145.

<sup>78</sup> ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 1929. op. cit.

<sup>79</sup> Cf. LEITE LOPES, op.cit.,p. 135-136.



Contudo, o acirramento da tensão entre as fábricas do também coronel Othon Bezerra de Mello e a Paulista dos irmãos Lundgren, fizeram vir à tona o que o primeiro considerou como uma “guerra surda”, não declarada, mas já marcada por obscuros incidentes envolvendo o grupo fabril liderado pelo coronel Frederico Lundgren e o emergente Grupo Othon liderado por Othon Bezerra de Mello, configurando um verdadeiro conflito intra-elites industriais, cujo teor contribui para revelar alguns aspectos do perfil desses empresários. É o próprio Bezerra de Mello quem, sentindo-se prejudicado nessa batalha, traz a público sua versão dos acontecimentos, por meio de uma carta enviada ao CIFTA-Rio. Nesta carta, datada de 1937, o industrial relata acontecimentos que remontam ao ano de 1928, deixando claro que o início das tensões ocorre no contexto de grandes conflitos entre as fábricas do Norte e do Sul, em função da queda de lucros do setor, mesmo momento em que, localmente, a escassez de mão de obra leva a CTP a instituir, por meio da ação dos *agentes*, o aliciamento direto das famílias camponesas do *interior*, para suprir a carência de força de trabalho da Companhia, conforme visto anteriormente.

A campanha que me fazia o Coronel Frederico Lundgren recrudescer ainda pelo fato de eu ter montado em minha Fábrica de Apipucos uma Seção de Estamparia, o que até então era monopólio da Companhia de Tecidos Paulista, pois esta Empresa era a única que, no Norte do Brasil, possuía máquinas de estamparia.<sup>80</sup>

Embora os interesses empresariais tivessem sido o fator preponderante, a concorrência entre as fábricas desses grupos industriais – como era de se esperar – extrapolou os limites dessa esfera. Além de perdas econômicas, uma disputa de poder estava em jogo. O poder e a autoridade, de que se valiam os *coronéis da indústria*, compunham um repertório de elementos, que no processo histórico foram material e culturalmente sedimentados. O próprio Bezerra de Mello, ao expor considerações sobre as condições em que se davam as relações sociais nos engenhos e nas fábricas, fornece elementos que permitem avaliar crenças e valores que norteavam ações e atitudes de muitos industriais, nas primeiras décadas do século XX. Para ele:

---

<sup>80</sup> CIFTA-RJ. *Arquivo de Correspondências*. Carta de Othon Lynch Bezerra de Mello, diretor-presidente do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S. A. ao CIFTA-Rio, datada de Pernambuco em 02/01/1937.

A indústria melhorou moral e economicamente o Brasil. As condições são boas, o operário tem conforto e assistência, mas em algumas fábricas somente. Em outras as condições são ainda lamentáveis, pedem uma legislação que no mínimo faça às vezes dos antigos senhores de engenho, dos bons, dos que amparavam e protegiam toda a gente que vivia ao redor da casa grande.<sup>81</sup>

O discurso de Bezerra de Mello, para além de representar uma visão estratégica e favoravelmente idealizada da classe patronal, chama a atenção por duas razões especialmente. A primeira é a ênfase sobre uma suposta melhoria proporcionada pela indústria que – na visão do empresário – além de econômica era também moral. Mas uma melhoria que ocorria em relação ao período posterior ao fim da escravidão, quando, “destruída a organização agrícola, destruídos os laços entre o trabalhador e a “casa grande” (cujas sombras eram de proteção e assistência social) começou para o trabalhador brasileiro uma fase de desamparo”.<sup>82</sup>

A segunda razão está justamente no que parece ser a solução apontada para essa situação, ou seja, a ideia de que o “desequilíbrio” gerado por um “progresso industrial que se operou desregradamente com lamentáveis consequências para o bem estar material e moral do trabalhador”, seria a do resgate dos modos em que se davam as relações entre o “bom senhor de engenho e toda a gente que vivia ao redor da casa grande”. O industrial ainda enfatiza a necessidade de uma iniciativa por parte dos industriais que, se assim não procedem, deveriam ser impelidos a fazê-lo por uma “legislação social mais rigorosa”.<sup>83</sup>

Alguns apontamentos até aqui evidenciados, e outros que ainda serão, sugerem a existência de uma significativa distância, entre a dimensão do discurso e a dimensão da prática no que se refere aos benefícios sociais oferecidos pelo Grupo Othon aos operários de seu Cotonifício. Apesar disso, mesmo que por meio de uma visão desigual e hierarquizada, parece legítima a crença de que uma modernização conservadora – pela via industrial – seria favorável a todos os segmentos da sociedade, desde que o industrial garantisse “boas condições” a seus operários.

A herança de uma cultura patriarcal influenciando no comportamento desses industriais é percebida em diversas situações. No caso específico em que

---

<sup>81</sup> A PROVÍNCIA, Recife, 8 dez. 1928.

<sup>82</sup> Ibid.

<sup>83</sup> Ibid.

ocorre o confronto entre o coronel Frederico Lundgren e Othon Bezerra de Mello, algumas especificidades das ações desses dois *coronéis da indústria* são evidenciadas. De acordo com Álvaro Bezerra de Mello, “o relacionamento de papai com o velho Frederico não era bom, eles eram os coronéis daquela época”, mas eram coronéis diferentes entre si, como fez questão de destacar:

A diferença de nós para os Lundgren era que quando chegavam aquelas famílias vindas do interior de Pernambuco, morrendo de fome, pedindo emprego, eles mandavam as meninas mais bonitinhas de 15, 16 anos para se oferecerem para o coronel Frederico. Esse homem teve mais de 20 filhos, de todas as cores com mais de 20 mulheres diferentes, mas tinha uma coisa: esse homem mandava todos os filhos para serem educados na Inglaterra. Não havia filho bastardo. Ele se casou, mas a mulher morreu uns dois anos depois e aí ele não se casou mais. E tem uma coisa o irmão do Coronel Frederico também teve mais de 20 filhos, também desse jeito [...] A fábrica deles ficava em um outro município, quando as famílias vinham do interior passavam primeiro na Fábrica Paulista, aí quando chegavam na nossa fábrica a gente dizia: não, não aqui não tem nada disso não!!<sup>84</sup>

É bem possível que as reservas do pai Othon em ostentar o título de coronel, conforme observado no relato de Álvaro, apresentado anteriormente, tivesse por razão as associações que poderia suscitar com a imagem fortemente consolidada dos irmãos Lundgren, reconhecidos coronéis da maior indústria têxtil do norte do país.

A relativa proximidade geográfica das fábricas de Paulista com a Fábrica de Apipucos (Macaxeira) de Bezerra de Mello, o ramo de negócios, a inserção na política, o caráter paternalista da relação com os operários, são algumas das características que suscitam analogias entre os Lundgren – especialmente o coronel Frederico – com Othon Bezerra de Mello. Analisando a fala de seu filho, Álvaro, décadas após os acontecimentos, percebe-se a permanência e, portanto, a importância alcançada pelo esforço de constituição de uma identidade para o Grupo Othon, e para o próprio Bezerra de Mello que era quem o personificava. Uma identidade que se desejava diferente da dos Lundgren. O tom de reprovação em torno das atitudes pouco éticas atribuídas ao coronel Frederico Lundgren, feitas por Álvaro através da projeção de uma memória herdada,<sup>85</sup> parece ecoar de

<sup>84</sup> Entrevista com Álvaro Brito Bezerra de Mello, concedido à autora em 24 set. 2010.

<sup>85</sup> Os acontecimentos a que Álvaro Bezerra de Mello faz referência, ocorreram antes que lhe fosse possível vivenciá-los, para que deles pudesse ter uma lembrança direta, porém, segundo Michael Pollak, os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva dividem-se em dois grupos: os acontecimentos vividos pessoalmente e os “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos

um relato apresentado por Leite Lopes, no qual um ex-operário da seção de tinturaria da CTP descreve o modo como ocorria a triagem das famílias recém-chegadas do interior.

Quem escolhia (o lugar aonde a pessoa ia trabalhar, ao sair do depósito) era o Coronel Frederico. Quando chegava as famílias do interior, no dia de sair do depósito, ele botava um sofá assim em frente da casa grande e sentava. Aí, aqueles agentes, aqueles empregados mandavam a gente ficar assim de fora numa fila, e ele ia chamando família por família. “Família fulano de tal!” Aí se apresentava. Ficava tudo ao redor dele. Cada um apresentava a mão a ele. O exame que ele fazia era: “Cada um apresente a mão!” Cada um apresentava a mão a ele. Ele passava a mão assim, olhava: “esse aqui tá bom pra tal serviço!” (...) Cada um que ele olhasse as mãos, era assim. Agora, perguntava a religião e perguntava em que o camarada trabalhava, fazia diversas perguntas. A mim mesmo me perguntaram em que eu trabalhava antes (...) Quem tinha a mão fina demais ele não gostava não porque dizia: “Ih! Esse aí vive na malandragem! (risos). Ele queria de mão grossa (risos)”.<sup>86</sup>

Conforme ressaltado por Leite Lopes, a *teatralização do poder* se constituía em importante elemento de consolidação do sistema de dominação da CTP. O sertanejo aliciado se vê como parte de um cenário que é, “não por acaso, a própria *casa grande* e não o escritório da fábrica”. Desse modo, “os trabalhadores são admitidos de maneira carismática pelo patrão em pessoa no lugar o mais ostensivamente simbólico de sua presença e dominação,”<sup>87</sup> indicando que a força da herança do patriarcalismo característico das antigas relações senhoriais se fazia presente, como uma tentativa deliberada de manutenção de antigos sistemas de dominação.

No caso do Grupo Othon, o tradicionalismo das relações senhoriais também se fez presente, mas intrínseco a um discurso, que se deseja e se crê, fundamentalmente moderno. Em artigo publicado pelo jornal *A Província*, em 1928, Bezerra de Mello discorre sobre como, na Inglaterra – que considera “a grande mestra dos povos” – o liberalismo vem servindo de modelo às mais avançadas conquistas sociais, sem entretanto esquecer seu passado e suas tradições”. Liberalismo e tradição são os elementos essenciais ao equilíbrio necessário para o desenvolvimento “cívico, econômico e moral” de nações

---

pelo grupo ou pela coletividade a qual a pessoa se sente pertencer. No caso do empresário Álvaro, trata-se de uma lembrança que marca a história familiar e da empresa, que como será visto no decorrer desta análise, encontra-se intimamente relacionada. Cf. POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

<sup>86</sup> Relato anônimo de um ex-operário da sessão de tinturaria. apud. LEITE LOPES. op. cit., p. 51.

<sup>87</sup> LEITE LOPES, op. cit., p. 52.

“novas”, que “não tem ainda bastante arraigado o sentimento pátrio e o amor à tradição”.<sup>88</sup> Um:

mal de funestas conseqüências, precisamos combatê-lo com tenacidade, para que os brasileiros, a exemplo dos ingleses, concorram para a emancipação econômica de sua pátria, sem o que é impossível prosperar e progredir.<sup>89</sup>

Bezerra de Mello, embora defensor da conservação das tradições – de relações de trabalho tradicionais – concebia a si mesmo como detentor de um “espírito liberal”, que não se conforma em “coagir de qualquer modo a liberdade dos operários”, expressando, com isso, a construção de um discurso fundador de uma identidade que se queria contraposta a de seu maior rival à época; o coronel Frederico Lundgren.

Em 1937, em correspondência privada enviada ao CIFTA-RJ, Othon Bezerra de Mello denuncia as pressões sofridas por parte de seu concorrente, as quais, segundo ele, há muito vinha sendo vítima. A iniciativa da escrita da carta oito anos após o incidente que à época, através de investigação realizada pela polícia estadual, foi presumida a autoria do coronel Frederico Lundgren, deu-se em função de uma série de fatos ocorridos posteriormente, também relatados na referida carta.

A manutenção de um corpo armado de vigias pela CTP – característica típica do coronelismo tradicional – garantia a esta Companhia o que Leite Lopes chamou de “governo local de fato”. Nesse contexto, a absorção, pela fábrica de Bezerra de Mello, de parte da mão de obra oriunda da CTP, podia ser entendida como desrespeito a esse “governo”.

Bezerra de Mello afirmava não ter provas de que o coronel Frederico Lundgren tivesse sido o mandante do incêndio que destruiu o almoxarifado de uma de suas fábricas, mas suas declarações indicavam que essa era a sua maior suspeita. O empresário descartava a possibilidade de que quaisquer outros pudessem ser responsabilizados, especialmente seus operários. Na *carta-denúncia* que dirige ao CIFTA-RJ, Bezerra de Mello expressa uma representação de si e do coronel Frederico, representação esta que bem traduz sua intenção de demarcar distinções entre ambos.

<sup>88</sup> A NOITE, Rio de Janeiro. 7 mar. 1929.

<sup>89</sup> Ibid.

Não tendo eu inimigos pessoais, benquistos como toda a gente sabe, pelo operariado, a quem venho prodigalizando todas as vantagens – como ensino, médico, dentista, parteira, remédios, enterro, habitação confortável, cinema, bailes, sports, roupas duas vezes por ano, armazéns providos de todas as utilidades vendidas a preços de custo e prestação – e não tendo elementos para afirmar ter sido o Cel. Frederico Lundgren o autor do incêndio, conforme se murmura pela cidade, quero entretanto oferecer à polícia as informações que se seguem, no sentido de orientá-la nas diligências a que vai proceder.<sup>90</sup>

Bezerra de Mello faz questão de abrir a carta declarando os padrões em que se baseavam sua “boa relação” com o operariado, listando os benefícios com os quais vinha “prodigalizando” todas as vantagens para a mão de obra então em disputa em função de sua relativa escassez naquele momento. A própria conjuntura que alia escassez de mão de obra no panorama local, devido a todas as razões aqui apresentadas, com o surgimento de novas indústrias, expansão e modernização com introdução de novo maquinário – sem esquecer que, à nível nacional, ocorria a intensificação da elaboração e aplicação de uma legislação social no pós 1930 – devem ser relacionadas à intensificação, nesses anos, da implementação de benefícios sociais para os trabalhadores.

O crescimento da demanda por braços para o trabalho se dá ao mesmo tempo em que ocorre a absorção de parte desses braços na indústria açucareira e, em menor escala, no cultivo do algodão, pondo os trabalhadores em posição que lhes permitiam barganhar melhores condições de vida, porquanto os industriais se viam, direta ou indiretamente, pressionados a oferecer “vantagens” como moradia, assistência médica, escola, lazer, entre outras. Os que cediam à pressão indireta, o que parece ter sido o caso de Bezerra de Mello, ganhavam tanto a simpatia do operariado, traduzidos em lealdade e dedicação ao trabalho, como legitimação junto ao governo e aos próprios trabalhadores em função da crescente pressão exercida por estes em torno da prática, pelos empresários, da legislação social.<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> Carta enviada por Othon Lynch Bezerra de Mello, diretor presidente do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A. ao CIFTA-RJ, data de: Pernambuco, 02/01/1937. *Arquivo de correspondências*. CIFTA-RJ. Trechos desta carta são citados nos trabalhos de LEITE LOPES, op. cit., p. 136-137 e ALVIM, op. cit., p. 46-47.

<sup>91</sup> Não podemos deixar de registrar que a intensificação da adoção de benefícios sociais para trabalhadores, observados no período pós 1930, deve-se também à disseminação da ideologia corporativista que buscava acabar com – nas palavras do próprio Vargas – “O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado”, o que tornava necessário “encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social”. VARGAS, Getúlio. *A nova política no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938 apud. D’ARAUJO, Maria Celina. *Estado, Classe*

A relação da CTP dos Lundgren com o aumento da interferência governamental nas relações de trabalho, a partir de 1930, foi caracterizada por uma enorme resistência às mudanças. O “poder patronal absoluto dos Lundgren” foi abalado com a derrota política sofrida “no bojo da Revolução de 30”.<sup>92</sup> Momento em que, curiosamente, Arthur Lundgren e Bezerra de Mello, ambos deputados estaduais, partilhavam da mesma posição política<sup>93</sup>. Fato que fica evidenciado na biografia de Joaquim de Arruda Falcão, também deputado estadual na época, em que constam registros de sua forte oposição “à oligarquia em Pernambuco, comandada pelo Governador Estácio Coimbra, pelo déspota Estácio Coimbra, segundo ele, e na capital, no Rio de Janeiro, pelo presidente Washington Luís”.<sup>94</sup> Em 2 de abril de 1930, quando o governador Estácio Coimbra estava para proferir sua mensagem anual:

Arruda Falcão estava pronto para ouvir a mensagem, sentado na sua cadeira de deputado, no lado da oposição. Começava a sessão do Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco. Ele estava sozinho. Todos os demais deputados sentavam-se do lado do Governo, da Situação: o jornalista Annibal Fernandes, os industriais Othon Bezerra de Mello e Arthur Lundgren, o futuro reitor Joaquim Amazonas e tantos outros.<sup>95</sup>

O posicionamento político no parlamento pernambucano e o próprio caráter da assistência social dirigida aos operários são aspectos em que são observadas convergências nas atitudes desses industriais rivais. Convergências pontilhadas por divergências, como no modo peculiar com o qual cada um reagiu às mudanças decorridas da Revolução de 1930. Os Lundgren partiram para o enfrentamento direto, ignorando o quanto podiam a obrigatoriedade do respeito à legislação do trabalho, reprimindo tenazmente a associativismo sindical de seus

---

*trabalhadora e políticas sociais*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). op. cit., p. 219. Nesse sentido, a concessão de benefícios sociais concorria para a promoção de um estado de cooperação entre as classes, necessária ao progresso econômico e social.

<sup>92</sup> LEITE LOPES, op.cit., p. 207.

<sup>93</sup> Livro de registros da 13ª candidatura do Congresso Estadual de Pernambuco – 1928, 1929, 1930, p. 24.

<sup>94</sup> CIRANO, Marcos. Joaquim de Arruda de Falcão: contra o rugir da unanimidade. *Perfis parlamentares do século XX*. Assembleia Legislativa de Pernambuco, Pernambuco. p. 11. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares.html>. Acesso em: 30 ago. 2012.

<sup>95</sup> Cf. CIRANO, Marcos. Joaquim de Arruda de Falcão: contra o rugir da unanimidade. *Perfis parlamentares do século XX*. Assembleia Legislativa de Pernambuco, Pernambuco. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares.html>. Acesso em: 30 ago. 2012.

operários<sup>96</sup>, formulando argumentos contrários, por exemplo, à limitação das oito horas de trabalho e, posteriormente, à instituição do salário mínimo para o operário da indústria em todo o país. Tais argumentos foram formalmente enviados aos Centros Industriais do Rio e de São Paulo.

Já Bezerra de Mello valeu-se mais da estratégia de um não enfrentamento direto, o que, de forma alguma, significa ausência de repressão ao operariado, que lutava para fazer valer seus direitos. As divergências de princípios e atitudes, tanto da CTP quanto do Grupo Othon, não alteram o fato de que “a intransigência patronal tornou a lei um campo de batalha para os trabalhadores”<sup>97</sup>. Como ocorria no território de sua concorrente, no Grupo Othon, a repressão aos trabalhadores em luta fica evidenciada em diversos episódios, como pode ser observado nas resoluções do Conselho Estadual do Trabalho, publicadas no *Diário de Pernambuco* de 3/12/ 1930, que entre outras determinações, resolveu que seria sua atribuição:

Fazer sentir que protegerá os interesses dos proletários no que forem justos, de logo convidando os responsáveis pelo Cotonifício Othon Bezerra de Mello (a comparecer ao Departamento), uma vez que chegou ao conhecimento do Departamento que operários foram despedidos pelo fato de terem representado quanto às horas de trabalho, sobretudo os daquela fábrica que terá assim violado o acordo feito com o governo. Esta providência torna-se extensiva a todos os patrões.<sup>98</sup>

Neste período de grande disputa pela mão de obra, demitir operários torna-se um recurso paradoxal e contraditório, mas de que os industriais lançavam mão como estratégia de manutenção do controle sobre a força de trabalho. A possibilidade de maior espaço para barganha, vislumbrada pelos trabalhadores – decorrida da valorização da mão de obra em função de sua escassez, e somada a

<sup>96</sup> O associativismo sindical dos operários da CTP, segundo Leite Lopes, mostrava-se incompatível com o “sistema de paulista. “Muitos trabalhadores vêm nas demissões em massa que se seguem à repressão ao 1º sindicato operário, em 1932, como a causa do aperfeiçoamento e desenvolvimento quantitativo da política de aliciamento massivo de trabalhadores nas áreas do interior.” O autor cita trechos do depoimento de um ex-sindicalista, que declara que após o período de mobilização visando associação dos operários ao sindicato, “demitiram em massa. Sem indenização, sem nada. Tinha que desocupar da propriedade em 24 horas. Ai então é que ele mandou buscar (trabalhadores) em massa no interior. Antes, vinha mas não tinha tanto não. Foi aí que mandou o homem para o interior à cata, para dar Cr\$10,00 por cabeça ao agente. apud. LEITE LOPES, op. cit., p. 205.

<sup>97</sup> Cf. FORTES, Alexandre [et. al.]. *Na luta por direitos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

<sup>98</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 3 dez. 1930. apud. LEITE LOPES, p. 207.



uma maior legitimação dos direitos do trabalho no pós 1930<sup>99</sup> - propiciou o crescimento de movimentos de resistência organizada, e não organizada, ou seja, aquela ocorrida no espaço da produção e fora dele, por meio da ação de indivíduos e grupos tanto em ações não calculadas, quanto por meio de ações estrategicamente programadas.

As demissões por “insubordinação” não objetivavam, necessariamente, a retirada definitiva do operário do quadro de pessoal da empresa, mas, ao que parece, representava uma suposta “ação pedagógica”, que, através da coerção feita por meio de uma demonstração de poder, pretendia manter os operários em permanente subjugação, intenção favorecida pela insegurança estrutural inerente à vida desses trabalhadores.<sup>100</sup> Diante disso, da ação do Grupo Othon no sentido de introduzir em seu quadro de pessoal operários demitidos pela CTP, derivou forte e negativa reação por parte do Cel. Frederico Lundgren, como pode ser observado na continuação da carta-denúncia escrita por Bezerra de Mello.

Em 1928/1929 fui procurado pelo Sr. José Gordo, empregado de confiança do Cel. Frederico Lundgren, que veio em nome deste, pedir-me para não aceitar em minhas Fábricas nenhum operário dispensado das Fábricas Paulista e Rio Tinto. Respondi que, naturalmente não aceitaria em minhas Fábricas nenhum operário que se tivesse retirado de qualquer fábrica ou tivesse sido dispensado por faltas graves; mas que aceitaria, não só das Fábricas do referido Coronel, como de outras, os operários que tivessem sido dispensados por ligeiras faltas, ou que se tivessem retirado por incompatibilidades pessoais, necessidades de mudar de clima, ou outros motivos de somenos importância.<sup>101</sup>

A disponibilidade de uma mão de obra barata e eficiente era exigência fundamental para a ocupação de um bom lugar no mercado, o que justifica a feroz disputa travada, tanto a nível nacional – representada pela polêmica gerada em

<sup>99</sup> Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por decreto de 26/11/1930, foi logo em seguida decretada a regulação da sindicalização das classes patronais e operárias, pelo decreto 19.770 de 19/03/1931. O decreto trazia regras de restrição à autonomia dos sindicatos, mas por outro lado continha cláusulas que asseguravam a liberdade de associação do operário ao instituir, por exemplo, indenização aos operários que fossem demitidos, suspensos ou rebaixados de categoria ou nos salários, pelo fato de pertencerem a um sindicato.

<sup>100</sup> Segundo Savage “o traço distintivo da vida operária não se apóia exclusivamente no processo de trabalho [...] nem no mercado de trabalho [...], mas na insegurança estrutural vivida pelos trabalhadores. Na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa constrangê-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma e sem apelo a outras agências. Cf. SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio H.M.; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira (orgs.). Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 33.

<sup>101</sup> CIFTA-RJ. *Arquivo de Correspondências*. Carta de Othon Lynch Bezerra de Mello, diretor-presidente do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S. A. ao CIFTA-Rio, datada de Pernambuco em 02/01/1937.

torno da limitação das horas de trabalho e da instituição do salário mínimo nacional – quanto local, como revela o conflito travado entre esses dois *coronéis da indústria* pernambucana. Para além do significado objetivo que representava a perda de uma mão de obra capacitada, o conflito com as fábricas do Grupo Othon, especificamente, estava envolto de significações da ordem do simbólico, traduzidas pela quebra do *sistema paulista* de dominação e controle sobre a força de trabalho. Um sistema complexo, pois fundado, não apenas numa dominação material e física. Nisto, sobretudo, mas também nos pactos de lealdade e reciprocidade, característicos de sistemas paternalistas, forjados sob a *teatralização das relações* entre patrões e operários, conforme constata Alvim:

O fato do treinamento que a fábrica de Paulista se orgulhava de dar a seus trabalhadores – a fábrica-escola, como a ela se referem os operários – traz como contrapartida uma relação que envolve uma série de símbolos representados como dádivas pelos trabalhadores; destes era exigido que agissem de acordo com o agradecimento a esta peculiar lógica do dom.<sup>102</sup>

É quebrado um monopólio de décadas da Fábrica de Paulista sobre a força de trabalho especializada da seção de estamperia, “a única do Norte do país”,<sup>103</sup> como destaca o próprio Bezerra de Mello, em seu artigo sobre a evolução da indústria pernambucana. Esse destaque é dado no momento em que ele próprio (Bezerra de Mello) já tem projetado o fim deste monopólio,<sup>104</sup> com a implantação, apenas um ano depois, na Fábrica de Apipucos, de uma concorrente para a “menina dos olhos” dos Lundgren que, deixando transparecer os termos da relação que mantêm com seus operários, tentam impedir sua absorção pelas fábricas do Grupo Othon, como indica, abaixo, na continuação do relato de Bezerra de Mello.

O emissário insistiu e como eu mantivesse meu ponto de vista, retirou-se aborrecido, tendo eu no dia imediato sido procurado pelo Dr. Jonatas Costa, antigo Chefe de Polícia do Estado e advogado da Companhia de Tecidos Paulista, meu velho amigo, que em termos delicados insistia comigo para que atendesse ao pedido do Cel. Lundgren, pois o homem era rico, poderoso e inimigo rancoroso.

<sup>102</sup> ALVIM, op. cit., p. 48.

<sup>103</sup> MELLO, Othon L. Bezerra. A Evolução da Indústria de Tecidos de Algodão em Pernambuco. op. cit., p. 55.

<sup>104</sup> A Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, datada de 30 de setembro de 1929, registra que a instalação da seção de estamperia já existia como um projeto a ser posto em prática na Fábrica Apipucos.

Respondi-lhe que não me intimidava o poderio do famoso Coronel e que nada me faria demover do meu ponto de vista. Achava que **os operários, como todo e qualquer cidadão**, tinham o direito de escolher a Fábrica onde quisessem trabalhar e que o **meu espírito liberal** não se conformaria em coagir de qualquer forma a liberdade dos operários.

De então para cá, venho sendo vítima duma guerra surda e cruel, por parte do Cel. Lundgren e de sua Empresa, Companhia de Tecidos Paulista, que se compraz em fabricar em panos inferiores e mais estreitos, para vender por preços mais baixos, todos os artigos que minha Empresa lança no mercado, o que vem me acarretando avultadíssimos prejuízos (...).<sup>105</sup> [grifos meus].

O procedimento utilizado pela CTP, na intenção de impor suas regras ao grupo rival, sobre a utilização da força de trabalho, revela aspectos de um sistema de dominação ainda fortemente pautado pelo controle direto do trabalhador. O simulacro de liberdade que permitia o ir e vir dos operários, que, “como todo e qualquer cidadão, tinham o direito de escolher a fábrica em que quisessem trabalhar”, desaparece nos momentos limites, em que a força dessa dominação é abalada. O argumento utilizado por Bezerra de Mello, que se autoproclama um industrial de “espírito liberal”, e, portanto, mais atento à necessidade de manutenção deste simulacro de liberdade, está associado ao desejo de demarcar uma posição que julgava oposta à representada pela pessoa do coronel Frederico Lundgren. Contudo, a espera, por oito anos, para tornar pública a suposta pressão que vinha sofrendo, pode significar a existência, talvez inconsciente, de um certo consenso em torno da legitimidade da ação da CTP do coronel Frederico Lundgren, que julgava ter “direito” de exigir que os operários treinados em sua fábrica, embora demitidos, fossem recrutados pelo Grupo Othon. O envio do emissário, “José Gordo”, seguido pelo advogado da Companhia, sugere que a atitude do coronel estava imersa num universo cultural compartilhado.

A carta também evidencia as estreitas relações que esses *capitães* ou *coronéis da indústria* podiam estabelecer com a força policial instituída. O chefe de polícia do estado de Pernambuco, que em 1929 era advogado da CTP, é descrito por Bezerra de Mello como um “velho amigo”, o qual procura isentar de

<sup>105</sup> CIFTA-RJ. *Arquivo de Correspondências*. Carta de Othon Lynch Bezerra de Mello, diretor-presidente do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S. A. ao CIFTA-Rio, datada de Pernambuco em 02/01/1937. A iniciativa do envio da carta ao CIFTA-Rio reflete a credibilidade que este Centro vinha alcançando junto à classe dos industriais, porquanto se percebe uma expectativa por parte de Othon pela tomada de providências em torno das denúncias feitas sobre as atitudes no mínimo pouco éticas do coronel Frederico Lundgren, diretor da Companhia de Tecidos Paulista, que compunha o Centro de Industriais da Fiação e Tecelagem desde seus primeiros anos de funcionamento.

qualquer acusação caracterizando como “delicados”, os termos que utilizou. Mas, no caso da CTP, havia ainda um corpo armado de vigias que lhe garantia o “governo local de fato” no município de Paulista. Um ex-operário da seção de tinturaria, ao descrever seu momento de ingresso na CTP, revela como eram escolhidos os que fariam parte do corpo armado de vigias da Companhia, aqueles que se ocupariam da tarefa de “manjar”.

Aí olhava minha mão grosseira que eu trabalhava no cabo da marreta, batendo, de cavoqueiro, né, aí era tudo cheio de calo. Ele disse: “Esse aí tá bom pra manjar”. Pra manjar era o vigia, né. Pra pegar na ficha pra fazer desordem [...] Aí ele disse: “esse aqui tá bom pra manjar”, mas eles disseram: “não, nós vamos botar ele noutra serviço”. Aí ele disse: “então bota pras caldeiras”. Aí me botaram pras caldeiras. Eu disse: “em todo serviço”. Quando me disseram que meu serviço era pra manjar, eu acho que eles pensaram que eu ia dizer que era (silêncio: gesto de apertar o gatilho). [...] “Não, todo serviço eu faço, todo serviço pesado é comigo”. – “Então vai pra caldeira”.<sup>106</sup>

Diversas outras denúncias são listadas nos trechos seguintes da carta. Os Lundgren, segundo Bezerra de Mello, tentam dificultar a importação de máquinas do Grupo Othon, alegando, junto ao governo federal, a presença de irregularidades no processo. Em 1929, quando a associação das indústrias têxteis já havia aprovado a ideia de suspender todas as importações de máquinas, proclamando a superprodução do setor, o Grupo Othon se encontrava em ampla negociação para implantação de sua seção de estamparia, o que requeria a importação de maquinário apropriado. Ao que consta, o Grupo Othon conseguiu negociar a compra do maquinário no período que compreendeu o final de 1928 – quando a associação de industriais lança a ideia de restrição da importação de maquinário têxtil – até 7 de março de 1931, quando o Governo Provisório de Vargas, finalmente, assina o Decreto nº 19.739, que restringia, por três anos, a importação de máquinas para indústrias, cuja produção fosse considerada excessiva pelo governo.<sup>107</sup> O mesmo decreto também obrigava todas as empresas a enviar ao recém criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio uma relação das máquinas da sua indústria, especificamente, “mencionando as que tivessem em atividade, paralisadas ou em concerto, bem como a data da respectiva montagem e capacidade de produção de cada uma”.<sup>108</sup>

<sup>106</sup> LEITE LOPES, op.cit., p. 51.

<sup>107</sup> CIFTA-RJ. *Relatório da diretoria*. 1929-1933, p. 12.

<sup>108</sup> Ibid.

A indústria têxtil foi uma das primeiras a ser considerada em superprodução, do que resultou intenso controle, visando impedir que ocorresse uma expansão ainda maior. Qualquer movimentação no sentido de renovar ou acrescentar novos maquinários, prescindia da permissão do Ministério do Trabalho, o que foi, em plena vigência do decreto de proibição, plenamente concedida a Bezerra de Mello.

A importação de máquinas, teares, acessórios e sobressalentes encomendados pela sociedade anônima Cotonifício Othon Bezerra de Mello, de Recife, dependia da permissão que, a seu requerimento, e por despacho de 19 do mês corrente, lhe concedeu o Ministro do Trabalho. E para evitar que pelo cônsul do Brasil em Manchester, se ofereça embarço ao respectivo embarque, o diretor geral do expediente e contabilidade do referido Ministério, solicitou ao seu colega dos Negócios Consulares da Secretaria do Exterior, providências no sentido de ser, por telegrama, solicitado aquele funcionário que permita o livre embarque daquele material.<sup>109</sup>

O Grupo Othon se utilizou de uma abertura no decreto que permitia a importação “quando for provado pelo interessado que a máquina que pretende importar vai substituir uma outra paralisada e inaproveitável por alguma causa ou que venha melhorar a produção de sua fábrica.” O Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, concedeu a autorização para importação das máquinas, ao que parece, por considerar – a contragosto e sob protesto dos Lundgren – que a nova seção de estampados do Cotonifício Othon Bezerra de Mello não implicaria maior crescimento da produção neste ramo da indústria.

A partir dessa decisão do Ministro, instalou-se, no setor têxtil, uma intensa polêmica sobre a adoção de medidas de contenção ao aumento da produção, como a proibição para importação de novos maquinários e a limitação das horas de trabalho do operário. Sobre a primeira medida foi argumentado que se instituiu um claro favorecimento para as fábricas já consolidadas. Isso se explica pela concessão, no referido decreto, para importação de “máquinas novas e peças sobressalentes para reposição de equipamentos e instalações obsoletos e desgastados”,<sup>110</sup> ao mesmo tempo em que proibia a aquisição de maquinário para criação ou ampliação de novos setores. Uma lógica que não se aplicou ao caso das indústrias de Bezerra de Mello que, com a concessão feita pelo Ministro Lindolfo

---

<sup>109</sup> A NOITE, Rio de Janeiro, 24 abr. 1931.

<sup>110</sup> STEIN, op. cit., p. 146.

Collor para importação do maquinário, teve concretizada, em 1932, a implantação da seção de estamperia da Fábrica Apipucos, frustrando os supostos investimentos dos Lundgren para tentar evitar a perda do monopólio da estamperia no Norte e Nordeste, que exerciam neste setor há quatro décadas. Dentre as ações que teriam sido executadas com a finalidade de manter o monopólio da CTP, segundo versão do Grupo Othon, estavam atos de sabotagem praticados por operários da Fábrica de Apipucos, que teriam sido subornados pelo coronel Frederico Lundgren para evitar a fabricação dos estampados.

Ao mesmo tempo em que se instaurou um conflito local em torno da disputa por mão de obra e pela perda de monopólios, a nível nacional, a CTP protagonizou uma enorme polêmica quanto aos “interesses das indústrias têxteis do Norte, contra as do Sul”. A limitação do tempo de trabalho do operário para 8 horas diárias nas indústrias de todo o país levou a CTP a produzir um memorial, enviado aos Centros de Industriais do Rio e De são Paulo, no qual acusava as indústrias do Sul, em particular do Rio e de São Paulo, de pretenderem acabar com a concorrência que representava as indústrias do Nordeste.<sup>111</sup> Segundo a CTP, os operários nordestinos eram dotados de baixa eficiência com relação aos operários do Sul, justificando a necessidade de maior quantidade de horas trabalhadas para que se alcançasse o mesmo nível de produção. Conforme visto, relativamente a momentos anteriores, em meados da década de 1920, a mão de obra do *sertanejo* havia sofrido um encarecimento, embora ainda barata se comparada aos salários pagos pelas fábricas do Sul.<sup>112</sup>

A CTP procura explicar a “baixa eficiência” do operário do Norte – principal argumento para justificar a inviabilidade da limitação de horas de trabalho nas fábricas do Nordeste – por critérios técnicos, “e reforçando o determinismo geográfico e o etnocentrismo racista pertencentes ao inconsciente cultural da época”.<sup>113</sup> Abaixo, segue exposição dos argumentos da CTP, realizado

<sup>111</sup> CIFTA-RJ. *Relatório da diretoria*. Rio de Janeiro, dez. 1938.

<sup>112</sup> Na seção em que são apresentadas as “Considerações sobre o Memorial da Companhia de Tecidos Paulista”, a diretoria do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro rebate as argumentações feitas pela CTP com relação a suposta desvantagem em função da “baixa eficiência do trabalhador nordestino”, revelando que “as fábricas de tecidos do Sul, principalmente as do Rio e de São Paulo, pagam salários duas a três vezes maiores que as fábricas do Norte, e continua informando que enquanto a CTP paga em média 116\$000 por operário, as fábricas do Rio pagam o salário médio de 248\$000. CIFTA-RIO. *Relatório da diretoria*. 1938, p. 48.

<sup>113</sup> Para maiores detalhes sobre o protagonismo da CTP na polêmica em torno da “baixa eficiência do trabalhador do Nordeste”, Cf. LEITE LOPES, op. cit., p. 289-299.

pela diretoria do CIFTA-RJ, com o intuito de rebater suas acusações de que estaria favorecendo indústrias do Rio e de São Paulo.

Diz a Companhia de Tecidos Paulista que na Inglaterra o operário tem rendimento de 95% de sua capacidade de produção, e que em São Paulo, essa eficiência é de 85% e nos outros Estados do Sul é de 75%, ao passo que no Norte não vai além de 40 a 45%, donde se conclui que um operário do Sul tem o duplo da eficiência de um operário do Norte. Nas fábricas do Sul um tear é ocupado por um só operário e não existe no Norte nenhuma fábrica, por menor que seja, em que se possa trabalhar um operário em cada tear, e sim, dois. Nas populações no Norte predominam os elementos primitivos que entram no seu amalgamento – o branco, o negro e os indígenas – formando as chamadas raças de mestiços e mamelucos, quando no Sul, em virtude dos movimentos migratórios, a influência tem sido benéfica em virtude da raça meridional do país. Uma fábrica do Norte tem necessariamente que empregar o duplo do pessoal para obter a mesma eficiência, motivo pelo qual, um operário do Norte não pode ganhar senão a metade do que ganha um operário do Sul.<sup>114</sup>

É interessante observar a maneira como o CIFTA-RJ rebate ao argumento da “baixa eficiência” do operário do Norte. A presença de “elementos primitivos” como razão para certa ineficiência do trabalhador é reforçada, na medida em que é declarado que o fenômeno da entrada do “elemento primitivo” no amalgamento das populações do Norte, também é observado nas regiões sulinas. Declara ainda o Centro Industrial que:

A quase totalidade do operariado têxtil é brasileira. A porcentagem de estrangeiros é insignificante, bastando observar que no Distrito Federal a quantidade de estrangeiros na indústria de tecidos não alcança 10% do operariado. Nas fábricas do interior, especialmente no Estado de Minas Gerais, essa porcentagem muitas vezes não atinge a 1%.<sup>115</sup>

Todos os argumentos utilizados pela CTP foram rebatidos pelo Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e pelo Sindicato Patronal das Indústrias Têxteis do Estado de São Paulo, que realizam um inquérito com o objetivo de se certificar sobre o posicionamento de todas as indústrias têxteis do país, como relação à limitação “da duração do trabalho exclusivamente nas seções de tecelagem e algodão têxteis”, e se deve ser “limitado a quarenta e oito ou sessenta horas semanais”. O resultado foi que 165 fábricas se posicionaram a favor da limitação das horas de trabalho, enquanto 48 se posicionam contrárias a

<sup>114</sup> CIFTA-RJ. *Relatório da diretoria*. 1938, p. 3.

<sup>115</sup> *Ibid.* p. 48.

essa medida. A maioria das que foram favoráveis optou pela limitação do trabalho em 60 horas semanais.

As divergências entre o coronel Frederico e Bezerra de Mello foram potencializadas por seus posicionamentos declaradamente opostos nessa ocasião. No inquérito realizado pelos Centros Industriais, o Cotonifício Othon Bezerra de Mello aparece na lista das indústrias favoráveis a limitação em 60 horas semanais do trabalho nas seções de tecelagem. No que diz respeito às considerações sobre a presença do “elemento primitivo” e a “baixa eficiência” do operário do Norte, a divergência, ao que parece, também estava presente.<sup>116</sup> Para Bezerra de Mello, vencida “a fase de educação e preparo do nosso operariado inteligente e apto a todos os misteres, a indústria de tecidos (pernambucana) começou colher os frutos de seu trabalho”.<sup>117</sup>

A “guerra surda e cruel” – expressão utilizada por Bezerra de Mello – foi, segundo o próprio, desfechada pela CTP do coronel Frederico em diferentes frentes. À estratégia da fabricação de “panos inferiores e mais estreitos” para serem vendidos a preços mais baixos que os produzidos pelas fábricas do Grupo Othon, é somada, segundo investigação de Leite Lopes, à realização de um requerimento feito por parte da firma Lundgren Irmãos Ltda, do Rio de Janeiro. Essa firma, que cuidava da parte comercial da CTP, entrou com pedido junto ao Ministério do Trabalho, solicitando o registro das marcas “Riachuelo”, “Mescla Riachuelo” e “Guararapes”, adotadas há dez anos pelo Grupo Othon para assinalar brins e mesclas de sua fabricação, e vendidas em todo o Brasil, pedido este sustado por interferência do governador pernambucano Lima Cavalcanti<sup>118</sup>.

É preciso sublinhar que a Companhia de Tecidos Paulista dos irmãos Lundgren foi uma das primeiras do país a possuir um esquadro próprio para sua produção de tecidos, com a criação da rede de lojas chamada *Casas*

<sup>116</sup> As questões pelas quais se digladiavam a classe dos industriais estavam todas remetidas aos trabalhadores, seu recrutamento, treinamento, controle, capacidade. Trata-se de uma concepção dos trabalhadores, pela “fala dos outros”, que não representa, em absoluto, a diversidade de situações, ações e reações experimentadas por esses trabalhadores, em inúmeras situações socioculturais, cada qual específica porque historicamente constituída. Por outro lado, se a concepção pela “fala do outros”, nesse caso pela fala dos patrões, não pode expressar uma imagem que contemple as reais características dos trabalhadores, por outro, é na relação necessária entre as classes que essa imagem se constitui historicamente. Cf. PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LEITE LOPES, José Sérgio (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro – Museu Nacional – UFRJ1987, p. 53-101.

<sup>117</sup> MELLO, Othon L. Bezerra, op.cit., p. 53.

<sup>118</sup> LEITE LOPES. op. cit., p. 138.



*Pernambucanas*, fora do Estado, e *Paulistas*, em Pernambuco. Em 1920, segundo Stein, “a Companhia mantinha cerca de duzentas lojas varejistas espalhadas por todo o Nordeste do Brasil, nas quais vendiam sua própria produção e a de outras fábricas”.<sup>119</sup> A lembrança desses acontecimentos, fortemente presente na família Bezerra de Mello, sugere que a concorrência entre o “velho Othon” e o coronel Frederico ganhou contornos de uma disputa que conservava um “tom patriarcal”, podendo ser caracterizada como um verdadeiro *embate de coronéis*.

O relacionamento do velho Othon com o coronel Frederico não era bom (risos). O nosso com os filhos – depois que ele morreu – era muito bom, mas enquanto eles eram vivos não. Tinha espaço para todos, mas havia uma certa rivalidade. Os Lundgren fizeram as Casas Pernambucanas, nós fizemos as Lojas Riachuelo. Os Lundgrens passaram a ser nosso maior cliente. As Lojas Pernambucanas estavam espalhadas por todo país e compravam bem mais que qualquer outra [...] O problema dele com o velho Othon é que ele mandou tocar fogo nos nossos armazéns de algodão! Naquela época, coisa de pernambucano (risos), tinha meu irmão com 18, 20 (fala de Luiz Brito Bezerra de Mello, primeiro dos filhos, à época já membro da diretoria do Grupo) anos na época, pegou os caras que estavam tocando fogo, levou lá pra casa dele e botou no alto de uma árvore e deixou eles lá [...] <sup>120</sup>

O incêndio a que se refere Álvaro Bezerra de Mello, ocorrido nos armazéns de algodão de uma das fábricas do Grupo foi o acontecimento que desencadeou a denúncia de toda uma série de incidentes que vinham ocorrendo havia oito anos, desde o momento em que – conforme consta na carta – houve a recusa da parte de Bezerra de Mello em atender ao pedido do coronel Frederico de que não mais admitisse operários demitidos da Fábrica de Paulista. Então, em 13 de dezembro de 1936, de domingo para segunda-feira, “manifestou-se violento incêndio no almoxarifado de nossa Fábrica Bezerra de Mello, destruindo-o por completo”.<sup>121</sup>

É preciso, pois, assinalar que as razões apontadas como sendo motivadoras dos supostos atos praticados pelos Lundgren contra Bezerra de Mello e o aglomerado industrial que chefiava não foram construídas sobre um vazio. Em meados dos anos de 1920 e início de 30, quando as fábricas do Cotonifício Othon Bezerra de Mello se encontravam em plena expansão, o recrutamento dos

<sup>119</sup> STEIN. op cit., p. 128.

<sup>120</sup> Entrevista com Álvaro Bezerra de Mello, concedida à autora em 24 set. 2010.

<sup>121</sup> CIFTA-RJ. *Arquivo de Correspondências*. Carta de Othon Lynch Bezerra de Mello, diretor-presidente do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S. A. ao CIFTA-Rio, datada de Pernambuco em 02/01/1937.

operários da Paulista foi constante. De acordo com relatos colhidos por Leite Lopes, grande contingente de operários de Paulista foi efetivamente transferido para as fábricas do Grupo Othon.<sup>122</sup> Não seria, portanto, de se estranhar que um homem acostumado ao monopólio do poder econômico e social, como o coronel Frederico Lundgren, empreendesse pesada campanha contra aqueles que ameaçavam, de forma tão contundente, a manutenção de seu poder.

Por outro lado, também é pouco convincente a versão que apresenta o Grupo Othon numa postura sempre passiva diante de investidas tão duras, de acordo com a versão apresentada pelo próprio Grupo. Na pesquisa de campo realizada por Leite Lopes a respeito da experiência da Companhia de Tecidos Paulista, foram ouvidas versões que corriam entre antigos operários das fábricas do Grupo Othon, em que o famigerado incêndio que destruiu quase completamente a Fábrica Bezerra de Mello teria sido obra dos próprios proprietários da fábrica, para assim conseguirem o dinheiro do seguro.

Essa versão é explicitada, por exemplo, numa entrevista realizada por Leite Lopes com uma operária da Fábrica Amalita, pertencente ao Grupo Othon, a comunista e militante sindical Júlia Santiago. Em seu relato, a operária que havia participado da greve, da qual os trabalhadores saíram vitoriosos em 1952, denuncia ter sido vítima de uma tentativa da administração da fábrica de torná-la culpada do incêndio proposital de um tear – ocorrido num período em que ela se encontrava gozando de férias – para justificar sua demissão por justa causa. Segundo a versão da entrevistada, formou-se um verdadeiro teatro visando intimidá-la, iniciado com sua convocação para uma reunião, na qual é recebida por chefes, gerentes e policiais chamados pela fábrica. A reunião, de acordo com Júlia, teria seguido com o seguinte diálogo:

Olha, nós mandamos lhe chamar porque você tocou fogo numa máquina. Ao que Júlia responde: Olha, me diga uma coisa. Tocar fogo em máquina, eu de férias, só se foi em pensamento, ou será que vocês mandaram tocar fogo na máquina da mesma forma que vocês fizeram quando ganharam com o incêndio da Bezerra de Mello? Porque vocês mandaram tocar fogo num armazém de algodão e com aquele tocado de fogo, que foram vocês que tocaram aquele fogo, ganharam essa fábrica Amalita. Vocês estão querendo outra fábrica através do seguro? Eu acho que vocês deviam inventar outra forma de me pegar porque essa não vai colar!<sup>123</sup>

---

<sup>122</sup> LEITE LOPES, op. cit., p. 138.

<sup>123</sup> Relato de Júlia Santiago, militante sindical e partidária e operária da Fábrica Amalita de propriedade do Grupo Othon. apud. LEITE LOPES. op. cit., p. 138.

Se as acusações feitas por Júlia aos representantes do Grupo Othon tinham fundamento, não há como efetivamente comprová-las. O fato é que houve um recuo por parte da administração da fábrica na iniciativa de demiti-la por justa causa. Júlia Santiago ainda permaneceu por algum tempo na fábrica em que era liderança antiga.

Segundo Álvaro Bezerra de Mello, Frederico Lundgren e Othon Bezerra de Mello jamais se reconciliariam. Uma reportagem publicada pelo jornal O Globo<sup>124</sup> revela o que pode ter sido a causa de mais um atrito entre esses *coronéis da indústria* pernambucana, corroborando a versão do filho do industrial. A matéria trata de uma descoberta feita por correspondente do jornal em Londres, nos arquivos do governo britânico, em que foi encontrado um dossiê classificado como “relatos sobre atividades inimigas no Brasil”. Nele constam informações sobre um episódio ocorrido no ano de 1940, envolvendo uma tentativa da empresa dos Lundgren de importar nove toneladas do explosivo TNT para Recife, o que não se concretizou porque agentes americanos descobriram que o destino da carga seria a Pernambuco Powder Factory, empresa da família Lundgren. O correspondente do jornal, Fernando Duarte, revela que a encomenda foi feita oficialmente por um intermediário suspeito de ligações com o regime nazista, Walter Hendler<sup>125</sup>, esclarecendo também que no dossiê:

Há atenção especial ao fato de o pedido do TNT ter sido feito em nome do **Cotonifício Othon Bezerra de Mello**, empresa pertencente a uma família rival da Lundgren, e a especulação de que o erro poderia ser uma tentativa de burlar a vigilância dos EUA, que seria muito mais atenta diante de um feito diretamente por uma fábrica de explosivos.<sup>126</sup> [Grifo meu]

É pouco provável que a utilização do nome da empresa rival tenha sido um erro, sendo, da mesma forma, fraco o argumento utilizado para justificar o uso do nome do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, pois, se o problema era despertar suspeitas com um pedido feito por uma fábrica de explosivos, a Companhia de Tecidos Paulista de propriedade do próprio Grupo Lundgren poderia ter sido utilizada na realização da transação. Essa estratégia parece ter sido uma ação deliberada da família Lundgren, que se encontrava sob a vigilância da inteligência norte-americana, que acusava de “abrigar espões nazistas entre os funcionários e

---

<sup>124</sup> O GLOBO, de 30 de jan. 2005

<sup>125</sup> Ibid.

<sup>126</sup> Ibid.

manter infraestrutura no litoral da Paraíba, para abastecer embarcações alemãs”.

127

## 4

### Relações políticas e estratégias empresariais

Um grande número de trabalhadores, gerações inteiras, de diversos locais dos estados de Pernambuco e, posteriormente, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Alagoas, construiu suas histórias a partir da permanente relação estabelecida com as fábricas pertencentes ao Grupo Othon. O ritmo dessas fábricas marcou o compasso em que as experiências foram vivenciadas pelos trabalhadores, dentro e fora do espaço de trabalho. Em maior ou menor intensidade, na memória como na história, no labor e no lazer, o ritmo da fábrica influenciava no compasso das vidas desses trabalhadores.

O apito das fábricas, às seis horas da manhã, acordava muitos apipuquenses, que tinham obrigações profissionais. Também ao soar das dezoito horas, anunciando o descanso, orientava os habitantes das cercanias. Léo frequentava às vezes as danças dos sábados e tinha prazer em cortejar as mulatas roliças, perfumadas com água de cheiro e de cabeleiras untadas à vaselina. Eram operárias tímidas, de pouca instrução, mas ardentes.<sup>128</sup>

Este romântico relato traduz na literatura alguns dos aspectos da vida dos operários da Fábrica Apipucos, de propriedade do Grupo Othon: o apito marcando o tempo das mais diversas atividades, os bailes animados pela orquestra composta por músicos que eram também operários, no Recreio construído pela fábrica para o lazer dos trabalhadores. A “pouca instrução” da mulata é também uma face deste cotidiano em que, sujeitos históricos com emoções, experiências, tradições e valores próprios se relacionam, ora conflitadamente ora consensualmente, no interior de seu próprio grupo ou classe, e com outros grupos ou classes com os quais e a partir dos quais, constroem suas identidades individuais e sociais.

Nesse sentido, o processo de constituição da classe trabalhadora relaciona-se ao processo de constituição da classe empresarial, não havendo determinação absoluta de uma sobre a outra, ao mesmo tempo em que uma não existe sem a outra. As relações de produção e as relações sociais, embora firmadas sobre bases

---

<sup>127</sup> Ibid.

<sup>128</sup> SANTOS, Manoel Heleno. op.cit. p. 113.

desiguais, entre os diferentes sujeitos dotados de interesses diversos, atuam na definição de suas identidades. Assim, a compreensão desse processo, de constituição da indústria moderna a partir do processo de formação das classes envolvidas, requer o conhecimento das condições historicamente constituídas, em cujo cerne se fez o traçado dos fios dessa rede, de relações sociais.

#### **4.1 Relações políticas**

Como visto, o Grupo Othon, uma empresa de caráter estritamente familiar, concentrou seus negócios, até o ano de 1939, no estado de Pernambuco, em que nasceu e cresceu seu fundador, o patriarca Othon Lynch Bezerra de Mello. Seus envolvimento no espaço público – seja como escritor, como político, admirador e incentivador da literatura e das artes ou, ainda, como religioso devoto, praticante do catolicismo – influenciaram diretamente na maneira como conduziu seus empreendimentos fabris.

A carreira política de Bezerra de Mello teve início em 1922, quando se elegeu Conselheiro Municipal, sendo que, em momento anterior, já são observados envolvimento em assuntos da esfera pública. Conforme já apresentado, Bezerra de Mello pertencia a uma família tradicional, fato que, por si só, não explica sua inserção nos meios da alta política pernambucana, mas que permite compreender a existência de condições favoráveis para que isso ocorresse. Em 1920, quando ainda era comerciante de tecidos, seu nome, aí precedido do título de coronel, aparece na lista de “ilustres cidadãos” que receberam o Dr. José Bezerra, então governador do estado de Pernambuco, em seu retorno após dois meses de afastamento por motivo de doença.<sup>129</sup> Outros episódios registrados em jornais locais apontam para a existência de estreitas relações com o Governador José Bezerra. Em 1921, uma exibição do “Teatro do Parque”, descrito como o “maior do Norte do país”, que contou com a presença do “governador do estado, Exmo. Sr. Dr. José Bezerra e o Exmo. Marechal Dantas Barreto,” homenageou algumas “distintas famílias pernambucanas”, dentre elas a do Coronel Othon Bezerra de Mello.<sup>130</sup>

---

<sup>129</sup> A PROVÍNCIA. Recife, 22 dez. 1920.

<sup>130</sup> A PROVÍNCIA. Recife, 21 jan. 1921.

A atuação como secretário da Associação Comercial Pernambucana – conforme visto acima – deu a Bezerra de Mello visibilidade e popularidade necessárias à sua efetiva entrada na política. Isto devido, principalmente, a divulgação dos resultados da Missão Comercial nos jornais, dando destaque à atuação de seus membros, bem como o desdobramento do episódio em que participaram diversos segmentos sociais, tendo à frente componentes da diretoria da Associação Comercial, da qual Bezerra de Mello era secretário. Neste último, sua atuação foi particularmente importante, por ter atuado como uma espécie de conciliador junto ao governador Severino Pinheiro, que demonstrava alguma resistência em ter que negociar com o professor Joaquim Pimenta, segundo ele, “declaradamente anarquista”. Os impostos sobre diversos produtos, alguns de primeira necessidade, previstos no orçamento estadual daquele ano, foram contestados pelos comerciantes, que fecharam suas portas e receberam a adesão dos funcionários do comércio e dos operários das fábricas. A proximidade de Bezerra de Mello com líderes populares, como o professor Joaquim Pimenta, também pode ter facilitado sua inserção na política pernambucana.

Em 1922, Bezerra de Mello é eleito Conselheiro Municipal e, quatro anos depois, alcança uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. No período em que esteve como Conselheiro Municipal, diversificou suas atividades econômicas incorporando a fabricação de tecidos ao negócio, já consolidado, da compra e venda deste produto. Nessa mesma ocasião, sua participação em eventos religiosos o faz estar sempre presente em coluna de jornais dedicados a este tema. No jornal *A Província*, Bezerra de Mello aparece compondo lista de pessoas escaladas para “guarda do Santo Sepulcro na sexta-feira santa, na Matriz do Santíssimo Sacramento”;<sup>131</sup> compondo comitê visando angariar fundos para construção da Capela de Santa Teresinha do Menino Jesus,<sup>132</sup> compondo comissão organizadora de recepção à visita do Arcebispo D. Sebastião Leme<sup>133</sup>, entre outras manifestações, e recebendo agradecimentos pela realização de doações para conserto na Matriz de São José:

Concorreram generosa e espontaneamente para obras na Matriz de São José:  
O exmo. Sr. Conde E. Pereira Carneiro, Coronel Bruno Veloso, Coronel Othon Bezerra de Mello; as firmas José Rufino, Moreira Lima, Pinto Alves, Carlos de

<sup>131</sup> A PROVÍNCIA, Recife, 13 abr. 1922.

<sup>132</sup> A PROVÍNCIA, Recife, 10 jun. 1921.

<sup>133</sup> A PROVÍNCIA, Recife, 30 set. 1927.

Brito, Arthur Lundgren, Coronel José Souto, Frederico Maciel, Gomes Bertão, Manoel do Egyppto e a Padaria Portuguesa.<sup>134</sup>

Outra ação de cunho religioso e social, que alcançou ampla divulgação na imprensa da época, foi a fundação do Asilo do Bom Pastor, na cidade de Recife. A iniciativa partiu da Ordem do Bom Pastor, com sede na cidade de Angers, na França, mas sua viabilização foi conseguida pelos esforços de uma comissão composta por nomes como o do Barão de Suassuna, Manuel da Silva Pinto e Bezerra de Mello. A associação do político, comerciante e já industrial com ações desse tipo favorecia a construção de uma imagem de empresário altruísta, preconizando um discurso amplamente utilizado no modelo de administração que será introduzido em suas fábricas. Além da construção de uma imagem de abnegação, esse discurso buscava apregoar valores morais, como os que são passíveis de observação por meio de declaração do jornal *A Província*, sobre a fundação do Asilo do Bom Pastor:

Recife, onde essa abjeta praga social que é o meretrício impera assustadoramente, aviltando o meio com as suas consequências imediatas que são a degenerescência da raça e dos costumes, recebe com justas manifestações de regozijo essa benfazeja fundação, cuja obra moral, por certo eficiente e edificante, merece as bençãos, muito particularmente da mulher pernambucana. O fim da ordem é promover por meio do recolhimento e da indispensável assistência moral e material, a regeneração de mulheres transviadas, estando também, implicitamente, no seu programa, a preservação de menores desamparadas.<sup>135</sup>

Munido de um discurso conservador, o político, empresário do comércio e da indústria se ocupava ainda da escrita de artigos sobre questões econômicas e financeiras, que lhe garantiam grande visibilidade, como quando recebeu homenagem do Conselho Municipal do Recife pela publicação do artigo intitulado “Emancipação Econômica”.<sup>136</sup> Com as fábricas Bezerra de Mello e Apipucos em expansão, atuando como secretário da Associação Comercial e membro do Conselho Municipal, consegue galgar a legislatura estadual no mesmo pleito em que foi eleito Arthur Lundgren, um dos proprietários da Companhia de Tecidos Paulista, empresa com a qual, a essa altura, já concorria numa acirrada disputa pela mão de obra.

<sup>134</sup> A PROVÍNCIA, Recife, 28 set. 1927.

<sup>135</sup> A PROVÍNCIA, Recife, 18 mai. 1924.

<sup>136</sup> A PROVÍNCIA, Recife, 13 set. 1927.

Sua atuação como legislador continua tendo como foco questões econômicas e financeiras. Em livro que registra a “História Parlamentar de Pernambuco”, seu nome aparece compondo “comissão de fixação de força (ao lado de Arthur Lundgren)”, “comissão de contas e negócios municipais”, “comissão de obras públicas, colonização, comércio, agricultura, artes, viação e indústria”.<sup>137</sup>

Em janeiro de 1928, uma reportagem do jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro apresenta denúncias a respeito do governo de Pernambuco envolvendo o parlamentar Bezerra de Mello. Segundo acusações, Estácio Coimbra – ex-vice-presidente da República no mandato do Presidente Arthur Bernardes, entre 1922-1926 – “exercia no serviço telegráfico do Estado uma censura absurda e ilegal, segundo denúncias dos interessados às autoridades federais” , só saindo de Pernambuco notas ou informações permitidas pelo Governo. O *Gazeta de Notícias* argumentou que só por via postal conseguiu receber cópia de um telegrama “a propósito do clamoroso aumento dos impostos”.

Vem causando apreensões ao comércio desta praça a execução da cobrança de novos impostos do Estado, para o ano próximo. O aumento é exagerado, pois tecidos que pagavam três réis, quatro réis, seis réis e trinta réis, vão pagar dez, vinte, trinta e cem réis por metro [...] São conhecidas as dificuldades do comércio que serão grandemente aumentadas com a execução do novo orçamento. É lamentável que esses aumentos tenham sido lembrados ao atual Governo pelo negociante e industrial Othon Bezerra de Mello, que não vacila em sacrificar seu comércio e indústria, e dos demais colegas, com o fim de, tornando-se agradável ao Governo, ser incluído na chapa de deputados estaduais.<sup>138</sup>

A autoria do telegrama não é revelada, mas supõe-se que tenha sido enviado por algum concorrente local do ramo têxtil. A relação de Bezerra de Mello com Estácio Coimbra, fundador do Partido Republicano em Pernambuco, parece remontar a período bem anterior ao que se deram esses acontecimentos. É sabido que o governador pernambucano teve como secretário e amigo o ainda jovem Gilberto Freyre, seu “homem forte”, à época diretor do jornal governista A

<sup>137</sup> ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO – ALEPE – História Parlamentar de Pernambuco, p. 26-29.

<sup>138</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 7 jan. 1928.



*Província*<sup>139</sup>, com quem Bezerra de Mello – como veremos a seguir – mantinha estreita relação.

Por ocasião da disputa pela sucessão do Presidente Washington Luís, Bezerra de Mello se coloca em franca oposição à candidatura de Getúlio Vargas, participando de campanha pela chapa governista, como deixa claro o que foi divulgado no jornal do Rio de Janeiro, *O Paiz*, de fevereiro de 1930:

Em propaganda da candidatura Júlio Prestes-Vital Soares, também subiu, domingo, com destino aos municípios do 2º distrito, uma delegação do Partido Republicano, presidida pelo deputado federal Costa Ribeiro e composta pelos deputados estaduais Bartolomeu Anacleto, Sylviano Moreira, Costa Carvalho, Othon Bezerra de Mello e Gastão Marinho.<sup>140</sup>

Os acontecimentos de 1930 mudaram os rumos da política pernambucana. O governador Estácio Coimbra foi exilado juntamente com Gilberto Freyre, Bezerra de Mello se manteve firme no término de seu mandato como deputado estadual, mas, segundo consta em obra póstuma produzida pela família, “com a Revolução de 30, desiludido com a política, resolveu dedicar-se apenas a seus empreendimentos.”<sup>141</sup> O fato é que, embora não tivesse mais ocupado cargo eletivo e tivesse sido declaradamente contrário à Revolução, Bezerra de Mello teve sua influência política aumentada nos anos seguintes, ao mesmo tempo em que seus empreendimentos prosperavam.

Contudo, apesar do descontentamento com a Revolução de 1930 não ter, estrategicamente, resultado em ações diretas de enfrentamento político, seu posicionamento fica marcado em certas atitudes, como no episódio narrado pelo escritor pernambucano Clóvis Melo. O artigo publicado no *Jornal do Comércio*, intitulado “Othon e Antônio Chimango”<sup>142</sup>, destaca “o encontro de Othon e Borges de Medeiros, então exilado no Recife. O político gaúcho Borges de

<sup>139</sup> LEITE, Ronildo Maia. Ascensão e queda de Estácio Coimbra. *Perfis parlamentares do século XX*. Assembleia Legislativa de Pernambuco, Pernambuco. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/EstacioCoimbra/sumario.html>. Acesso em: 15 out. 2012.

<sup>140</sup> O PAIZ. Rio de Janeiro, 26 fev. 1930.

<sup>141</sup> MELLO, Letícia Bezerra (org.). op. cit., p. 16.

<sup>142</sup> Antônio Augusto Borges de Medeiros, governador do Rio Grande do Sul entre 1898 e 1927, ficou conhecido como “Antônio Chimango”, após ter sido publicado um poema satírico com este título, no qual era contada sua vida e carreira política. A partir da publicação do poema, Borges e seus seguidores políticos passaram a ser chamados de Chimangos pelos opositores. Cf. DIAS, Carlos G.P. *Antonio Chimango no limiar da velhice*. (Apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934) 2001. Dissertação de (Mestrado em história do Brasil). PUCRS-Porto Alegre.

Medeiros, que foi partidário de Getúlio Vargas, passa a discordar de sua política de centralização do poder após a Revolução de 1930, do que decorreu o exílio no Recife, onde ficou instalado “num casebre de palha, em Boa Viagem”, diante do que, Bezerra de Mello “não se conformou, e disse”: “[...] isso ofende a hospitalidade pernambucana.” E providenciou logo uma casa decente para o velho “Antonio Chimango”. “Othon aí está em corpo inteiro”, finaliza o escritor Clóvis Melo.<sup>143</sup>

Desse modo, ainda que insatisfeito com o Movimento de 1930, que resultou na deposição e exílio do Governador Estácio Coimbra, a quem apoiava, Bezerra de Mello parece ter mantido boas relações com o interventor federal em Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti. Foi por meio da ação de Carlos Lima que a CTP dos Lundgren foi impedida de registrar, no Rio de Janeiro, as “marcas Riachuelo” e “Guararapes”, já utilizada em brins produzidos pelas fábricas de Bezerra de Mello. Aspectos de uma suposta boa relação do industrial com o interventor, podem ser observados quando, em 1940, numa série de entrevistas para *O Jornal* – por haver representado os industriais do país na Missão Comercial aos países da América – Bezerra de Mello dirige profusos elogios a Lima Cavalcanti, então embaixador no México.<sup>144</sup>

## 4.2 **Pernambuco de Agamenon, paternalismo e leis do trabalho**

A oposição ao golpe do Estado Novo e os desentendimentos com o Ministro do Trabalho e da Justiça, Agamenon Magalhães, levam o interventor Lima Cavalcanti à deposição em 1937.<sup>145</sup> Agamenon é nomeado o novo Interventor Federal no estado de Pernambuco, inaugurando uma fase de controvertidas relações do governo estadual com a figura patronal de alguns industriais. As maiores controvérsias foram relacionadas à Companhia de Tecidos Paulista dos irmãos Lundgren, principalmente em razão do que Leite Lopes chamou de “governo local de fato”, exercido por esta Companhia no Município de

<sup>143</sup> MELO, Clóvis. Othon e Antonio Chimango: *Revista da Academia Pernambucana de Letras, Recife*, 79 (29): 39-40, maio/jun. 1980. Localização: Fundação Joaquim Nabuco.

<sup>144</sup> O JORNAL. Rio de Janeiro, 1 nov. 1940.

<sup>145</sup> MACIEL, Ayrton. Carlos Lima Cavalcanti: todo poder ao rei. *Perfis parlamentares do século XX*. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/01pdf/CarlosLimaCavalcanti.pdf> Acesso em: 15 out. 2012.

Paulista. Além disso, ainda havia a resistência direta dos Lundgren em aplicar as leis trabalhistas, fazendo com que a ação dominadora do Estado Novo esbarrasse na “dominação tão competentemente exercida pelo Coronel Frederico Lundgren”.

146

O poder exercido pela CTP passou a sofrer a concorrência do poder do interventor Federal Agamenon Magalhães, visto pelos operários como alguém que conseguia impor limites às vontades do Coronel Frederico. O depoimento do operário – aliviado por não ter sido escolhido para compor o corpo armado de vigias da companhia – expressa bem como essa imagem foi assimilada pelos trabalhadores.

Graças a Deus, dessa vez eles não me botaram não. Eu acho que não botaram porque cismaram, porque eu era da terra de Agamenon (Serra Talhada) e Agamenon era espinha de garganta (risos), não era espinha na garganta não, era uma barra de ferro na garganta dele (risos).<sup>147</sup>

No caso das fábricas de Bezerra de Mello, o embate foi mais sutil. Diferente do Coronel Frederico, este empresário não fazia uma oposição direta à instituição da legislação do trabalho e ao poder de Agamenon Magalhães, o que não significa que não houvesse resistência à aplicação das leis do trabalho e outras intervenções promovidas pelo Estado Novo, como será visto adiante.

O próprio Bezerra de Mello declarou, em artigo publicado no ano de 1928, a necessidade de uma “legislação social mais rigorosa”, visando remediar os efeitos negativos para o “bem estar material e moral do trabalhador”, gerados por um “progresso industrial que no Brasil como na Europa se operou desregradamente”.<sup>148</sup> Contudo, a legislação social apregoada pelo industrial deveria ser equilibrada com a “devida atenção às tradições”, mantida quando da iniciativa dos próprios industriais em instaurar benefícios sociais para seus operários, tal qual parece ter sido feito na indústria Nitro Química do empresário José Hermírio de Moraes.

<sup>146</sup> Para saber mais sobre os aspectos do embate entre o Interventor Agamenon Magalhães e os Lundgren, em especial o Coronel Frederico Lundgren, proprietários da companhia de Tecidos paulista, ver: LEITE LOPES, op. cit., p. 500.

<sup>147</sup> Relato anônimo de um operário da sessão de tinturaria. Apud. LEITE LOPES. op. cit., p. 51

<sup>148</sup> A PROVÍNCIA, Recife, 08 dez. 1928.

Realmente, antes mesmo de se considerar que a assistência social ao trabalhador fosse considerada atividade rotineira das atividades laborativas das classes produtoras, muito antes que a lei viesse a tornar obrigatória a prevenção do infortúnio do trabalho e a readaptação profissional do acidentado [...] já instituía a Nitro na sua fábrica o Serviço Social.<sup>149</sup>

Como observado acima, o papel absolutamente estratégico de iniciativas patronais no estabelecimento de benefícios sociais, anteriormente à exigência da lei, é observado em diversas indústrias do país, sendo uma delas a Nitro Química de São Paulo. Nela, Fontes constata a presença dessa estratégia empresarial também por meio da análise da fala do *capitão de indústria* José Ermirio de Moraes e do diretor administrativo da Nitro, Marcelo Kieh. Segundo este último:

Se o exemplo da Nitro Química fosse imitado nas demais indústrias de São Paulo e do Brasil, teria plena convicção que a parte: compreensão, educação e entendimento entre operários e patrões seria bem mais harmoniosa.<sup>150</sup>

A “atenção às tradições”, a que chama a atenção Bezerra de Mello, é observada implícita às suas declarações sobre a Inglaterra industrial, que considerava ser o “maior domínio colonial do mundo”.

Sem ter uma constituição escrita, porque ela se rege por leis diversas elaboradas através das cidades, sua forma de governo e o seu liberalismo vêm servindo de modelo às mais avançadas conquistas sociais, sem entretanto esquecer o seu passado e suas tradições.<sup>151</sup>

O comportamento de Bezerra de Mello, que se dizia dotado de um “espírito liberal”, remete ao que foi assinalado por French sobre a aplicação da legislação trabalhista. Segundo o autor: “a ambiguidade subjacente à ambiciosa lei trabalhista do Brasil [...] só pode ser entendida em termos da cultura política e legal das elites brasileiras, formadas pela herança ideológica de um paternalismo autoritário”.<sup>152</sup> Esta definição também se aplica à lógica de *capitães de indústria* de outros setores e outras regiões do país, como A.J. Renner, na indústria do vestuário no Rio Grande do Sul, sobre o qual, Fortes assinala que:

<sup>149</sup> LEME, José de Moraes. “Nosso Programa”. In: Nitro Jornal, nº3, março de 1953 e Nitro Jornal, nº9, setembro de 1953. apud. FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos / Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997, p. 70.

<sup>150</sup> Ibid., p. 69.

<sup>151</sup> A NOITE, Rio de Janeiro, 7 mar. 1929.

<sup>152</sup> FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores*. São Paulo: Editora: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 10.

Ao contrário de outros modelos de gestão industrial paternalista implantados, no país, nos anos 30 e 40 e da lógica predominante entre os empresários do Rio Grande do Sul, a concessão de benefícios, na empresa, não se fazia em detrimento ao cumprimento da legislação trabalhista. Renner podia criticar duramente aspectos específicos da lei em seus artigos, mas reiterava frequentemente a ideia de que sua existência marcava uma nova era, defendendo que os direitos sociais deveriam superar a filantropia sem, entretanto, afetar a estrutura de poder das relações sociais fundamentais e o “princípio natural da hierarquia”.<sup>153</sup>

O “princípio natural da hierarquia”, a que se refere Renner, pode ser compreendido como correspondente, ou contido, no que Bezerra de Mello chamou de “tradição”. Concepções equivalentes, ligadas à – tomando de empréstimo as palavras de French – herança ideológica de um paternalismo autoritário, cujo significado foi também observado por Fontes nas atitudes do *capitão de indústria* José Ermírio de Moraes, na administração da Nitro Química. Fontes assinala que o “discurso patronal fazia questão de enfatizar a sua antecipação à própria legislação social do país e como os benefícios dos trabalhadores na Nitro iam além da própria lei.”<sup>154</sup> Dado que funcionava como “elemento legitimador da dominação”, tornando-se o “grande trunfo empresarial constituindo a compensação para as conhecidas, mas quase nunca assumidas, condições de periculosidade e insalubridade”.<sup>155</sup>

No caso das fábricas de Bezerra de Mello, havia, de fato, ao menos no nível do discurso, uma preocupação em estar de acordo com o determinado pela lei. Numa carta enviada ao CIFTA-Rio, o Cotonifício Othon Bezerra de Mello solicita esclarecimentos sobre qual deveria ser a interpretação de um artigo do Decreto nº 5473, de 11/05/1943, sendo o motivo das dúvidas o seguinte trecho do texto da lei: “o empregado adulto tem direito ao salário adicional, sem distinção de sexo, por dia normal de trabalho”.<sup>156</sup> A questão era se o salário adicional deveria ou não ser pago ao operário que trabalhasse, “por culpa dele ou do empregador”, menos de 8 horas diárias. A dúvida foi esclarecida pelo sindicato

<sup>153</sup> FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 203-204.

<sup>154</sup> FONTES, op. cit., p. 70.

<sup>155</sup> Ibid.

<sup>156</sup> CIFTA-RJ. *Arquivo de Correspondências*. Carta enviada pela direção do Cotonifício Othon Bezerra de Mello. Recife, 5 jun. 1944.

patronal, que orientou que fosse seguida a tabela de cálculo das horas de trabalho, anexa ao Decreto-lei.<sup>157</sup>

Após quarenta e quatro anos da morte do patriarca, sua imagem de industrial cumpridor das leis é mantida viva pela empresa, ainda de propriedade da família, como demonstra o folder comemorativo dos cinquenta anos da Fábrica Maria Amália, em Minas Gerais.

Sempre foi um devotado ao trabalho e reconhecido por seus funcionários como homem justo e preocupado com o bem estar social da comunidade na qual atuava. A justiça raramente era acionada para resolver questões trabalhistas, os compromissos de direitos e deveres entre empregado e patrão sempre prevaleceram nas empresas do Grupo Othon.<sup>158</sup>

Sabe-se, no entanto, que, na prática, muitos detalhes da lei eram burlados. Para citar apenas um exemplo, a proibição do trabalho de menores de 14 anos na indústria era permanentemente ignorada. A operária Margarida Oliveira da Silva, que trabalhou em duas das fábricas do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, recorda que seu ingresso na primeira delas se deu em 1943, quando tinha apenas doze anos de idade.<sup>159</sup> Os baixos salários obrigavam as famílias a alterar a idade dos filhos, com a conivência de diretores e chefes de muitas fábricas.

O Grupo Othon e tantos outros conglomerados industriais brasileiros<sup>160</sup> adotaram uma retórica estrategicamente identificada com as propostas nacionalistas e corporativistas do Estado Vargasista, que procurava harmonizar a

<sup>157</sup> CIFTA-RJ. *Arquivo de Correspondências*. Carta enviada pelo CIFTA-RJ ao Cotonifício Othon Bezerra de Mello. Rio de Janeiro, 14 jun. 1944.

<sup>158</sup> Folder comemorativo dos cinquenta anos de existência da Fábrica Maria Amália na cidade de Curvelo, 1993, Apud. OLIVEIRA, Gladson Macedo. *A fábrica Maria Amália e sua inserção na cidade de Curvelo: os caminhos do desenvolvimento de uma indústria têxtil no interior de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Belo Horizonte, 2007, p.77.

<sup>159</sup> Mais tarde, Margarida de Oliveira Silva ingressou na “Ação Católica Operária”, vindo a participar ativamente de greves como a que ocorreu em Pernambuco no ano de 1958. Foi presa e torturada por ocasião do Golpe de 1964. Após isso, retornou ao trabalho, mas foi transferida da Fábrica Amalita para a Fábrica da Macaxeira (Apipucos), ambas de propriedade do Cotonifício Othon Bezerra de Mello. Margarida exercia lugar de liderança entre os operários da Fábrica Amalita, sendo sua transferência uma tentativa de impedir a articulação de novos movimentos. O depoimento de Margarida de Oliveira Silva, nascida em 1932, no interior do estado de Alagoas, está registrado na Revista Zena. Disponível em: <http://www.revistazena.com.br/belisaparente/capa/uma-margarida-faz-revolucao/>. Acesso em: 30 set. 2012.

<sup>160</sup> Na análise realizada por Fontes, sobre as relações paternalistas que marcaram empresários, diretores e operários da Nitro Química do bairro de São Miguel Paulista, fica evidenciado o modo como a Companhia requereu para si um perfil de indústria moderna, colocando-se em contraposição a um tipo de administração industrial considerada ultrapassada, identificando-se como as propostas nacionalistas e corporativistas do Estado Vargasista. Cf. FONTES. op. cit., p.67.

relação interclasses, buscando com isso alcançar a paz social tão necessária ao desenvolvimento da nação. Os industriais, ao solicitarem os benefícios garantidos pela adoção de constantes medidas protecionistas,<sup>161</sup> favoreciam a construção de vínculos transformados sutilmente em “ferramentas de barganha” com as quais se garantiam concessões que configuravam adesão ao discurso estatal.

Em grande medida, os industriais aderiram às propostas estatais – sobretudo ao modelar recurso utilizado pelo “Estado-patrão”, entre os anos de 1940 e 1950.<sup>162</sup> Entretanto, a intensificação da interferência estatal, a partir de 1930, nas relações de trabalho da indústria foi sempre recebida com desconfiança pelo empresariado, que já bastante organizado, reagia a cada medida considerada ameaçadora<sup>163</sup>, utilizando-se do discurso do próprio Estado, para que sua argumentação fosse considerada.

Os relatórios do CIFTA-RJ contêm diversos exemplos da reação dos industriais de tecidos às determinações da Justiça do Trabalho, em que são apresentados argumentos visando justificar a eliminação ou alteração das determinações deste órgão. Assim fazem com relação ao próprio projeto de criação da Lei Orgânica da Justiça do Trabalho, publicado no Diário Oficial de 16 de abril de 1939, sugerindo, entre outras coisas, que o artigo 4º desse projeto tivesse sua redação alterada, já que a mesma abria precedentes para que fossem recebidas e processadas, reclamações acerca de questões não contempladas no contrato de trabalho. Propunham assim a seguinte redação para o artigo:

Art. 4º: Só poderão ser recebidas e processadas perante a Justiça do Trabalho, reclamações fundamentadas em lei vigente ou contrato de trabalho, mesmo em se tratando de questões de salários ou de qualquer outra forma de remuneração de serviço.<sup>164</sup>

<sup>161</sup> Solicitações de medidas protecionistas encontram-se registradas nos relatórios da diretoria do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão (a partir de 1941: Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro), referentes ao período do governo Vargas.

<sup>162</sup> O apelo à formação de uma “família” foi recorrente no discurso do Estado. É o que aponta José Ricardo Ramalho, em seu trabalho sobre formas de gestão em empresas estatais nos anos 40 e 50. Cf. RAMALHO, José Ricardo. *Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

<sup>163</sup> Ângela de Castro Gomes esclarece que “o patronato temeu o avanço do poder intervencionista do Estado em seus “negócios privados”, e em sua bem montada e rica estrutura associativa, além de ver nesse poder uma clara intenção de proteger os trabalhadores” Cf. GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002, p. 26.

<sup>164</sup> CIFTA-RJ. *Relatório da diretoria*. 1939, p. 114.

O sindicato patronal justifica a alteração do artigo, argumentando que a Carta Constitucional de 1937 determinou a criação da Justiça do Trabalho “para dirimir conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados, regulados na legislação social,”<sup>165</sup> o que a leva a somente poder intervir “legítima e constitucionalmente”, quando se verificar as duas circunstâncias a seguir:

- 1º - que haja um conflito resultante entre empregadores e empregados, e
  - 2º - que a pretensão ajuizada esteja amparada por dispositivo vigente da legislação social.
- Só e exclusivamente quando o litígio satisfaça todos esses requisitos é que a Justiça do Trabalho terá competência para a lide.<sup>166</sup>

Outro projeto fortemente contestado pelo CIFTA-RJ, foi o relacionado à reforma da Lei de Sindicalização de 1939, a respeito do qual foi redigido um memorial a ser enviado à Confederação Industrial do Brasil, para que esta o encaminhasse ao então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Waldemar Falcão. O aspecto questionado na reforma foi organização sindical por meio do sindicato único, que foi classificado como um erro pelo CIFTA-RJ. Diversos argumentos, com base na Carta Constitucional de 1937, foram apresentados a fim de justificar a negativa reação à reforma.

[...] O art. 138 da Constituição de 10 de novembro de 1937 não assegura nem exige a organização de sindicatos únicos. Pelo contrário. Seu primeiro período afirma, textualmente: “a associação sindical é livre” [...] nada impede que haja mais de um sindicato reconhecido pelo Governo, para o fim de usufruir das vantagens que a lei garante a essas associações [...] Escusado será repetir as desvantagens, sob o ponto de vista social, e ainda em face dos próprios interesses do Estado, em se adotar o regime do sindicato único, regime esse que, nos países, nos países que o tem adotado, tem produzido os piores resultados, por ser o sindicato único o primeiro passo para a ditadura sindical, situação inconciliável com a orientação e o espírito da Carta Constitucional de 1937.<sup>167</sup>

Grande parte das solicitações dos industriais não alcançou resultado imediato, mas, com a lei do esforço de guerra que viria a entrar em vigor a partir de 1942, cuja determinação implicou a gradativa suspensão dos direitos trabalhistas por meio de inúmeros decretos presidenciais, criou-se uma situação de

---

<sup>165</sup> Ibid.

<sup>166</sup> Ibid.

<sup>167</sup> Ibid.



amplo favorecimento aos empresários têxteis,<sup>168</sup> conforme sugere o conteúdo de um memorando enviado pela Embaixada Americana, em 1944, dirigido ao Departamento de Estado no Brasil.

Alguns acreditam que os líderes da indústria têxtil tenham ficado insatisfeitos por muito tempo por causa das vantagens dadas aos trabalhadores e que eles procuravam uma desculpa para anular a execução dessas leis na prática ou senão em princípio.<sup>169</sup>

De uma forma ou de outra, o empresariado mostrou-se ativo diante das imposições estatais na regulamentação da relação entre capital e trabalho, o que pode ser percebido nos registros dos relatórios da diretoria do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, em que consta ano após ano intenso debate, materializado em ações diretas de sugestões de supressão, ampliação e substituição do conteúdo da legislação social e trabalhista então em constituição. Desses debates podem ser apresentados exemplos em que a tensão entre Estado e empresariado resulta favoravelmente ou contrariamente a este último<sup>170</sup>, demonstrando que a legislação trabalhista e social não foi produto da ação de um Estado “todo poderoso”, mas resultante, como afirma Fontes, “do profícuo relacionamento entre as políticas estatais balizadas pela ideologia corporativa com as experiências concretas no chão das fábricas de industriais que a compartilhavam e enriqueciam”.<sup>171</sup>

Essas experiências, ao mesmo tempo em que podiam ser reflexos, também refletiam sobre os ritmos e rumos da transformação do conceito de indústria que

<sup>168</sup> Os efeitos causados pela Lei do Esforço de Guerra sobre as relações de trabalho nas fábricas do Grupo Othon serão tratados em seção posterior.

<sup>169</sup> ALEM, Silvio Frank. Os trabalhadores e a redemocratização. Dissertação de mestrado, Unicamp. Campinas, 1981. Apud. COSTA, Helio. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo. IN: FORTES, Alexandre [Et.al.]. *Na luta por direitos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999, p. 94.

<sup>170</sup> Um exemplo que indica parecer favorável aos empresários se refere ao Decreto-lei 2308, de 13 de junho de 1940, que dispôs sobre o tempo de duração do trabalho. Após a formação de uma comissão “para se entender com o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio”, Waldemar Falcão, por discordarem dos artigos que determinam como trabalho noturno o serviço executado entre 20 horas de um dia e 6 horas do outro, e ainda da obrigatoriedade da concessão de uma hora para repouso e alimentação. A alegação da comissão era de que tais mudanças nos horários inviabilizariam a existência de dois turnos diurnos e um noturno, o que causaria forçosa dispensa de operários gerando grave problema social. Assim, fazendo uso do discurso do próprio Estado, os empresários conseguiram as alterações solicitadas, assim expressas no relatório: “Efetivamente, no “Diário Oficial” de 21 de agosto de 1940, foi publicado o decreto-lei n.º 2.505, de 19 de agosto de 1940, consubstanciando as razoáveis aspirações deste Sindicato. CIFTA-RJ. *Relatório da Diretoria*. 1940, p. 17.

<sup>171</sup> FONTES, op. cit., p. 66.

incluía, com sentidos diversos, a apropriação por parte do operariado e do empresariado das novas condições em que se davam as relações entre capital e trabalho.

Assim, através da representação no sindicato patronal do qual faziam parte suas fábricas, Bezerra de Mello objetou aspectos das leis trabalhistas, porém, individualmente optou pela estratégia do não enfrentamento direto diante das transformações políticas do pós 1930. Esse posicionamento o colocava em posição favorável no que diz respeito ao relacionamento com o Interventor Federal Agamenon Magalhães, para o que também concorria as divergências com o Coronel Frederico Lundgren, visto que tal condição o fazia estar, de certo modo, do mesmo lado que Agamenon, já que ambos, mesmo que por razões diversas, mostravam-se insatisfeitos com as ações da poderosa CTP.

Um episódio que pode ter contribuído para que, ao menos inicialmente, as relações entre o industrial Bezerra de Mello e o interventor Agamenon Magalhães fossem amistosas, ocorreu meses antes da queda de Lima Cavalcanti e a ascensão de Agamenon Magalhães em Pernambuco. Em janeiro de 1937, irrompe um conflito entre o então Ministro do Trabalho e interino da Justiça, Agamenon Magalhães e o deputado federal, o gaúcho Adalberto Correa. Após a insurreição comunista de novembro de 1935, desencadeou-se por parte do governo grande repressão aos comunistas, ao mesmo tempo em que gerou apreensões quanto ao atendimento das reivindicações sociais dos trabalhadores. Nesse contexto, o Ministro Agamenon – defensor da justiça do trabalho e favorável à sindicalização por considerá-los instrumentos para auxiliar no controle, pelo governo, das reivindicações dos trabalhadores – é acusado pelo Deputado Adalberto Correa de ser simpatizante dos comunistas e de nomear pessoas pouco confiáveis para cargos estratégicos no Ministério.<sup>172</sup>

O Ministro Agamenon responde às acusações com um discurso no Parlamento Federal, que obteve ampla repercussão. O jornal *Diário Carioca*, de 21 de janeiro de 1937, num artigo de página inteira intitulado “O Grande Triunfo Parlamentar do Sr. Agamenon Magalhães”, publica uma série de telegramas com

---

<sup>172</sup> RIBEIRO, José Adalberto. Agamenon Magalhães: uma estrela na testa e um mandacaru no coração. *Perfis parlamentares do século XX*. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/EstacioCoimbra/sumario.html>. Acesso em: 15 out. 2012

declarações de solidariedade ao Ministro. As mensagens foram enviadas por particulares, sindicatos, associações e representantes das “classes conservadoras”, encontrando-se, neste último, a declaração de apoio do industrial Othon Bezerra de Mello.<sup>173</sup> Além disso, um telegrama assinado pelo industrial pernambucano, com conteúdo semelhante ao que foi publicado no Diário Carioca, é enviado ao Presidente Getúlio Vargas. Nele é afirmada a estranheza com relação às acusações feitas pelo Deputado Adalberto Correa sobre “obra social do Ministro Agamenon Magalhães, que primou sempre atender condições sociais e econômicas de nossa pátria”.<sup>174</sup>

Na série de artigos apreciativos das iniciativas de industriais pernambucanos em instituir benefícios sociais aos seus operários, escritos por Agamenon, em 1939, foram dirigidos elogios a diversos empresários. Um discurso de características paternalistas e de grande apelo ao papel social da empresa salta aos olhos no artigo que teve como tema o Cotonifício Othon Bezerra de Mello. Aspectos que foram reforçados e exaltados pelo interventor, que apresenta uma declaração do industrial que bem traduz o apelo existente em torno da disseminação de um “espírito familiar” envolvendo suas empresas.

As minhas empresas – disse-me ele, antes de embarcar para a Europa, em outubro do ano findo – não são minhas. São desses três mil operários, **inclusive os meus filhos, que se confundem com eles**, são das famílias que vivem felizes com o labor do Cotonifício. A minha felicidade está na felicidade dos que trabalham comigo. A função social da riqueza é que me fez realizar esse esforço.<sup>175</sup> [grifo meu]

Como visto em seção anterior, Bezerra de Mello, ao denunciar – através de carta enviada ao CIFTA-RJ – as supostas perseguições de que vinha sendo vítima, procurou destacar a “boa relação” que mantinha com o operariado, por quem, segundo ele, era “benquisto”. Em seguida, apresenta uma lista dos benefícios com os quais vinha “prodigalizando todas as vantagens: ensino, médico, dentista, parteira, remédios, enterro, habitação confortável, cinema, bailes, esportes, roupas

<sup>173</sup> DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 21 jan. 1937.

<sup>174</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Arquivo de correspondências*. Coleção: Gabinete Civil da Presidência da República. Código: 35, lata: 457.

<sup>175</sup> O JORNAL. O Cotonifício Othon Bezerra de Mello. Recife, 5 fev., 1939.

duas vezes por ano e armazéns providos de todas as utilidades vendidas a preço de custo e prestação”.<sup>176</sup>

A associação feita pelo industrial dos benefícios sociais que oferecia com a “boa relação” que mantinha com os operários expressa a afirmação do pacto de reciprocidade que caracteriza o paternalismo industrial. A alusão à noção de família fabril, já presente nesta carta, aparece ainda mais claramente nas declarações feitas a Agamenon Magalhães, que vê suas expectativas plenamente atendidas na fala de Bezerra de Mello, especialmente quando faz menção à “função social da riqueza”.

As declarações do industrial, escritas por Agamenon Magalhães, um dos maiores defensores e disseminadores da ideologia que gradativamente foi sendo aplicada às relações de trabalho no pós 1930, representam, de certa maneira, uma afinidade com as propostas estatais para harmonização das classes. Para Agamenon, o parque industrial de Othon era um padrão de técnica, de arrojo, de disciplina social e confiança no trabalho honesto. Tudo isso atribuído ao gênio pessoal do empresário: “pernambucano de boa têmpera, formado desde cedo na escola severa do trabalho”.<sup>177</sup>

Bezerra de Mello parecia personificar o que se esperava do “regime da ordem e do progresso”, entendidos como resultado do trabalho, que nos tempos modernos se confundia com a atividade industrial<sup>178</sup>. Assim, para Agamenon, este empresário era um homem de negócios cujas palavras e ações “têm um valor altamente educativo e moral” [...] “A minha felicidade está na felicidade dos que trabalham e colaboram comigo. A função social da riqueza é que me fez realizar esse esforço”.<sup>179</sup>

A referência às “famílias que vivem felizes com o labor do Cotonifício” e nas quais inclui seus próprios filhos, que “se confundem com os operários”, liga-se ao discurso sustentando,   época, pelo Estado brasileiro. O caráter desse discurso estava em se colocar como alternativa para um capitalismo visto como “modelo econômico e social gerador de desigualdades” e um socialismo “condenado, entre outras coisas, por impor pela força o que seria uma falsa

<sup>176</sup> Ibid.

<sup>177</sup> Ibid.

<sup>178</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo* – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 40.

<sup>179</sup> O JORNAL, Cotonifício Othon Bezerra de Mello. op. cit.

igualdade social”, o corporativismo com o qual se buscava “manter as hierarquias, mas diminuir as desigualdades sociais; evitar o conflito; banir a luta de classes; gerar harmonia social [...]”.<sup>180</sup>

Para Agamenon, um “homem do governo”, interessava enfatizar de modo apologético declarações afinadas com a ideologia estatal. Agamenon Magalhães utilizava sua coluna, no *Folha da Manhã*, como veículo de disseminação da ideologia do Estado Novo, para o qual, a questão social não era apenas uma questão operária, mas devia ser enfrentada “como um problema de todos os homens e de todas as classes, já que eram trabalhadores todos aqueles que produziam, que colaboravam com o valor social de seu trabalho”,<sup>181</sup> bem ao modo como se apresentou o empresário Bezerra de Mello. A propriedade, nesse sentido, não devia ser abolida, mas disseminada, pois necessária ao homem e à sociedade.

A visão do trabalho como um meio de servir à Pátria, o trabalho muito mais que uma maneira de adquirir valores, mas visto como um valor moral, é o que expressa muitos trechos dos artigos publicados por Agamenon Magalhães, no Jornal *Folha da Manhã*.

Dinheiro que não produz riqueza. Dinheiro que não se distribui pelo trabalho, é dinheiro perdido. É dinheiro junto por uma geração para a outra dissipar. Quem deixar uma empresa, deixa uma escola do trabalho. Uma organização da qual podem viver e prosperar muitas famílias, muitas gerações. Quem deixar um arranha-céu, deixa aos filhos renda sem trabalho, deixa a ociosidade que é o caminho para todos os vícios, para todas as formas inúteis de viver. Triste da geração que amanhecer o dia sem um dever. Sem o rumor e a alegria do trabalho.

<sup>182</sup>

As relações entre Othon Bezerra de Mello e o interventor federal Agamenon Magalhães foram aparentemente amistosas, ao menos até o momento em que o empresário decide ampliar seus empreendimentos para além dos limites do estado de Pernambuco. De perfil conservador, autoritário e controlador, Agamenon interferia fortemente, sobretudo no setor econômico e social do estado pernambucano, empreendendo forte reação contra aqueles que lhe faziam oposição ou simplesmente não agiam em concórdia com suas crenças e valores,

<sup>180</sup> Cf. D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, Classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 217-218.

<sup>181</sup> FOLHA DA MANHÃ. Recife. 1939, p. 3.

<sup>182</sup> Ibid.

fazendo uso tanto da censura oficial do governo federal quanto de sua coluna no jornal *Folha da Manhã*. Como visto, não foram poucos os atritos que teve, por exemplo, com a Companhia de Tecidos Paulista dos irmãos Lundgren.

O perfil pessoal e empresarial de Othon Bezerra de Mello estava mais afinado ao discurso moralizador de Agamenon, que valorizava imensamente a assistência social, refletindo a estratégia de um generalizante incentivo por parte do Estado para que os industriais investissem na adoção de benefícios sociais para seus operários. O sistema de vilas operárias, adotado nas fábricas de Paulista e do Cotonifício de Bezerra de Mello, serviu como modelo na campanha que se transformou na bandeira do governo *agamenônico*: a luta contra o mocambo ou Liga Social contra o Mocambo<sup>183</sup>, cuja inspiração filosófica surgiu dos ensinamentos da “Igreja Católica, Apostólica, Romana e pernambucana”.<sup>184</sup> A observância da doutrina social da Igreja Católica era um elemento comum ao interventor e ao industrial.<sup>185</sup>

Agamenon apresenta uma lista de benfeitorias desenvolvida pelo Cotonifício Othon Bezerra de Mello, faz referência às moradias, à alimentação, ao Grupo Escolar, à recreação, à assistência médica, e dá destaque especial à assistência religiosa, “celebram-se, nas fábricas, missas aos domingos e é dada aos filhos dos operários, instrução religiosa”.<sup>186</sup> Bezerra de Mello é descrito no *Jornal Correio do Ceará* como “admirador sincero das ideias de Leão XIII”, tendo por isso “introduzido, em todas as suas fábricas os cristianíssimos princípios daquele sábio Papa”.<sup>187</sup>

Em nada disso, no entanto, o Grupo Othon se diferencia da Companhia de Tecidos Paulista, homenageada – como visto – pelo próprio Agamenon, que chegou a chamá-la de “uma fábrica e uma civilização”, por toda infraestrutura

<sup>183</sup> A “Liga contra o Mocambo” virou símbolo de Agamenon Magalhães no imaginário popular. “A Liga Social contra o Mocambo foi criada oficialmente em 12 de julho de 1939. Em 1945 foi transformada em Serviço Social contra o Mocambo, com natureza jurídica e política menos intervencionista no sentido autoritário e mais assistencialista [...] a erradicação do mocambo, mediante a construção de casas populares de alvenaria, insere-se entre as prioridades econômico-sociais do governo de Agamenon Magalhães: urbanização e saneamento das cidades, pavimentação das estradas, habitação popular, organização da pequena agricultura, saúde e educação”. Cf. RIBEIRO, José Adalberto. *Agamenon Magalhães: uma estrela na testa e um mandacaru no coração*. op. cit.

<sup>184</sup> Ibid.

<sup>185</sup> Essa doutrina teve por base a Encíclica *Rerum Novarum*, anunciada pelo Papa Leão XIII em 1891 e retomada pelo Papa Pio XI para combater os comunistas. Ibid.

<sup>186</sup> O JORNAL. O Cotonifício Othon Bezerra de Mello. op. cit.

<sup>187</sup> CORREIO DO CEARÁ, Ceará. 2 mar. 1942.

oferecida, e pelo enquadramento “físico e moral” a que submetia seus operários.<sup>188</sup> Havia, porém, os “pecados dos Lundgren”, aos quais Agamenon não deixa de fazer sutil referência no mesmo artigo escrito para homenagear a assistência social prestada pela Companhia.

De acordo com os ensinamentos da Encíclica *Rerum Novarum*, o direito da propriedade equivalia ao direito natural, de tal modo, todo cidadão deveria ter direito à casa e comida, ou seja, a condições básicas de sobrevivência.<sup>189</sup> Nesse sentido, a Liga Social de Agamenon pretendia atender esse direito contando com o “financiamento do Governo, donativos de empresas, entidades de classe, associações, ou mesmo de voluntários de corações generosos”.<sup>190</sup> Frequentemente eram solicitados os esforços dos empresários na realização de doações em dinheiro, terras e outros bens necessários ao trabalho da Liga, pois o Interventor entendia que a questão social devia ser enfrentada “como um problema de todos os homens e de todas as classes”. Desse modo, “quando algum empresário milionário não demonstrava generosidade, o Interventor entrava na linha para abrandar seu coração”.<sup>191</sup>

O interventor, conhecido por ser um grande “amigo dos amigos” e feroz “inimigo dos inimigos”, lançava mão do perfil paternalista e autoritário para fazer valer sua vontade, sendo a coluna diária no Jornal *Folha da Manhã*, uma de suas principais armas para desestabilizar aqueles que não aderiam às suas imposições. Essas práticas de interferência e controle do governo estadual parecem ter incomodado o “espírito liberal” de Bezerra de Mello, influenciando em sua decisão de ampliar seus negócios para fora da *Pernambuco de Agamenon*.

Em 1939, com as quatro fábricas pernambucanas produzindo a pleno vapor e gozando de grande prestígio no meio político<sup>192</sup>, Othon Bezerra de Mello deixa os filhos mais velhos – Luis Brito Bezerra de Mello, Othon Brito Bezerra de

<sup>188</sup> FOLHA DA MANHÃ, Rio de Janeiro. 28 jan. 1939.

<sup>189</sup> A Encíclica “*Rerum Novarum*” (das coisas novas), questiona o capitalismo emergente e preconiza a humanização das doutrinas econômicas e das relações trabalhistas. apud. RIBEIRO, José Adalberto. *Agamenon Magalhães: uma estrela na testa e um mandacaru no coração*. op. cit.

<sup>190</sup> *Ibid.*

<sup>191</sup> *Ibid.*

<sup>192</sup> Um ano depois, em 1940, Othon Bezerra de Mello é escolhido para integrar a Missão Econômica Brasileira aos países do continente, “destacando-se entre os demais companheiros de embaixada. “De volta ao Brasil escreveu e publicou tudo quanto viu e observou em sua viagem.” *CORREIO DO CEARÁ*. Ceará. 2 mar. 1942.

Mello Júnior (Othonzinho) e Alberto Brito Bezerra de Mello <sup>193</sup> – cuidando dos negócios em Pernambuco e muda-se para o Rio de Janeiro, então capital da República, já com a intenção de expandir os empreendimentos para o Sul. A decisão do empresário não satisfez ao interventor Agamenon Magalhães que, sem mencionar diretamente os nomes da(s) empresa(s) ou do(s) empresário(s), passa a publicar artigos no *Jornal Folha da Manhã* criticando “[...] industriais de tecidos e de açúcar que tenham feito fortuna no Estado, procuram transferi-la para o Rio”.

194



Figura 9 - Othon Bezerra de Mello e seus filhos Othonzinho e Alberto, com dedicatória para a esposa Maria Amália. 1933. Fonte: Acervo da família Bezerra de Mello.

Embora o nome do empresário Othon Bezerra de Mello não seja mencionado, tudo indica que fosse ele o principal alvo das críticas de Agamenon. Em arquivo do CIFTA-RJ, na pasta de documentação do Grupo Othon, encontra-se recorte de jornal da década de 1940, em que Álvaro Bezerra de Mello declara que a vinda de seu pai para o Rio de Janeiro decorreu de problemas com o então

<sup>193</sup> É também no *Correio do Ceará* que se faz referência à “ilustre e numerosa família chefiada por Othon Bezerra de Mello, que formou uma plêiade de homens verdadeiramente integrados na vida industrial”. CORREIO DO CEARÁ. 2 mar. 1942.

<sup>194</sup> FOLHA DA MANHÃ, Rio de Janeiro. 13 set. 1940, p. 3.



governador pernambucano.<sup>195</sup> Othon Bezerra de Mello costumava arquivar recortes de jornais, artigos publicados por ele e a respeito dele e de suas empresas, dentre os quais os de autoria de Agamenon Magalhães. Nestes, em especial nos dois números do ano de 1940, em que são dirigidas duras críticas a industriais que abandonam seu estado, alguns trechos foram estrategicamente sublinhados, indicando interesse sobre seu conteúdo. Em um desses artigos, Agamenon declara ter recebido uma carta de um brasileiro, residente no Rio, fazendo “indignado e justo protesto contra o fato de um industrial” – que Agamenon faz questão de enfatizar – “não é do açúcar, é de tecidos, do meu estado”, que teria:

[...] adquirido, na capital da República, recentemente prédios e terrenos [...]. A carta enumera os prédios e terrenos, ruas e lotes, etc., e lamenta que essa riqueza, ganha em Pernambuco, ganha no Nordeste, seja atirada, na febre dos lucros e da vida suntuária das grandes metrópoles, quando devia ser aplicada na criação de outras riquezas, no trabalho da região em que foi obtida, a custa de baixos salários, com um ágio econômico que deveria reverter em benefício da terra e do homem.<sup>196</sup>

É possível que a tal carta, supostamente recebida por Agamenon, não seja real, mas um artifício utilizado para expressar, com maior eloquência, sua indignação com o “desvio” para outros estados dos capitais acumulados “à custa dos baixos salários” em terras pernambucanas. Neste mesmo artigo, Agamenon expõe o problema do déficit de carne em Pernambuco e alega que os industriais que acumularam fortuna no estado teriam que investir na restauração dos rebanhos, o que lhes traria rendimento econômico e social, mas o “individualismo contra o qual o estado e a razão têm de lutar” – afirma Agamenon – os impede de fazê-lo. O autor finaliza o artigo fazendo um apelo, uma denúncia e, ao mesmo tempo, lançando um desafio para os empresários que abandonam Pernambuco para investir em outras capitais.

Vamos criar boi, enquanto os outros, os novos ricos das indústrias, instalados à sombra do protecionismo alfandegário, constroem suas avenidas e seus edifícios gigantescos. Vamos criar boi, e depois veremos quem resistirá melhor às crises. Se as cidades ou os campos.<sup>197</sup>

<sup>195</sup> CIFTA-RJ. *Arquivo de jornais*. 198(-).

<sup>196</sup> FOLHA DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 13 set. 1940.

<sup>197</sup> Ibid.

“A sombra do protecionismo alfandegário” que, de fato, garantiu durante muito tempo conforto e revitalização aos empresários do setor têxtil era produto de constantes e intensas reivindicações dos empresários, que as justificavam utilizando o seguinte argumento:

[...] se, de fato, os seus vultosos interesses foram, em tempo, defendidos e resguardados pela taxação aduaneira sobre os artigos similares estrangeiros, esses benefícios têm sido progressiva e amplamente restituídos à economia nacional.<sup>198</sup>

A despeito dos benefícios recebidos pelos industriais estarem ou não sendo restituídos à economia nacional, o fato é que tais benefícios, aliados a outros fatores, ajudaram a garantir um rápido crescimento nos negócios de Bezerra de Mello, que, ao mesmo tempo em que atuava ativamente à frente dos negócios, enveredava-se também pela política. Como visto acima, o empresário foi secretário da Associação Comercial de Pernambuco, Conselheiro Municipal, em 1922, e, quatro anos depois Deputado Estadual, “Como legislador dedicou-se a assuntos financeiros e econômicos, escrevendo artigos no ‘*Diário de Pernambuco*’ e no ‘*O Jornal*’”, do Rio, como também nos demais órgãos da Cadeia dos *Diários Associados*.<sup>199</sup>

Contraditoriamente, Álvaro Bezerra de Mello declarou que seu pai não gostava de envolvimento com política, e costumava dizer que “política é para pobre metido e rico besta”. No entanto, apesar de ser verdade que após eleger-se conselheiro municipal, em 1922, e deputado estadual por Pernambuco, em 1926, o empresário jamais voltaria a ocupar cargo eletivo,<sup>200</sup> o que, entretanto, não o impediu de manter relações estreitas com políticos, artistas e intelectuais atuantes nas esferas local e nacional.

<sup>198</sup> CIFTA-RJ. *Relatório da diretoria*. 1939, p. 13.

<sup>199</sup> CORREIO DO CEARÁ, Ceará. 2 mar. 1942.

<sup>200</sup> Consta em registros familiares que Othon ficou desiludido com a Revolução de 1930, o que o teria levado a afastar-se da política, passando a dedicar-se apenas a seus empreendimentos, sem, contudo, “jamais deixar de estar atento aos problemas do país”. MELLO, Letícia Bezerra de. op. cit., p. 16.

## 5 Tradição, modernidade e progresso: “um industrial a serviço da nação”.

### 5.1 A Missão Econômica Brasileira

Em Pernambuco (e a partir de 1940 nos demais estados para onde expandiram os negócios: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Alagoas <sup>201</sup>), Othon Bezerra de Mello estabeleceu relações com políticos locais influentes <sup>202</sup>, ao mesmo tempo em que mantinha contato com outros de projeção nacional, garantindo-lhe ampla circulação pelas esferas do poder estatal.

O sucesso de seus empreendimentos fabris em Pernambuco, sobretudo de dos investimentos em benefícios sociais para os operários, puseram-no em grande evidência frente à elite política local e nacional. Seus feitos na área social são noticiados em diversos jornais e revistas, inclusive em artigo escrito pelo interventor Agamenon Magalhães – visto anteriormente – para quem o parque industrial de Othon Bezerra de Mello era “[...] um padrão de técnica, de arrojo, de disciplina social e confiança no trabalho honesto”. <sup>203</sup>

O interventor se dedica a listar minuciosamente o que parece ter sido resultado de uma pesquisa pormenorizada do investimento social do Grupo Othon, apresentando, por exemplo, números exatos de alunos do sexo masculino e

<sup>201</sup> Em capítulo posterior, trataremos, tanto das relações políticas quanto dos demais fatores que envolveram a chegada do empresário Othon Bezerra de Mello a esses estados, dando especial ênfase ao Rio de Janeiro, estado em que se localiza o *lugar* chamado Santo Aleixo.

<sup>202</sup> Em Santo Aleixo, no Rio de Janeiro, Othon Bezerra de Mello e família mantinham estreita relação com Waldemar Lima Teixeira, prefeito por três vezes do Município de Magé e morador de seu 2º distrito: Santo Aleixo. Segundo Álvaro Bezerra de Mello, “foram muitos os sábados e domingos em que íamos comer feijoada na casa do Waldemar”. Relatos de antigos operários e diversos registros também apontam para a existência de uma política colaboracionista entre os proprietários da Fábrica Esther, pertencente ao Grupo Othon e o prefeito municipal Waldemar Lima Teixeira. Cf. MELLO, Juçara da Silva Barbosa. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP, São Gonçalo, 2006; Em Curvelo, Minas Gerais, local em que foi instalada a Fábrica Maria Amália em 1941 (mesmo ano em que foi adquirida a Fábrica de Santo Aleixo), Othon Bezerra de Mello recebeu apoio político e financeiro do Interventor do Estado Benedito Valladares e do seu primo, o prefeito da cidade de Curvelo, Viriato Mascarenhas Gonzaga. Othon Bezerra de Mello foi procurado pelo prefeito Viriato, que lhe apresentou todas as vantagens que o Município ofereceria para implantação de uma indústria têxtil no local. Cf. OLIVEIRA, Gladson Macedo. *A Fábrica Maria Amália e sua inserção na cidade de Curvelo: Os caminhos do desenvolvimento de uma indústria têxtil no interior de Minas Gerais (1941-1992)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Belo Horizonte, 2007, p.76.

<sup>203</sup> O JORNAL. O Cotonifício Othon Bezerra de Mello. Recife. 5 fev. 1939.

feminino matriculados no Grupo Escolar, e ainda de professores e ajudantes. Sobre a prestação de assistência médica e dentária, escreve: “são gratuitas, podendo apreciar-se seus resultados pelo número de consultas médicas, tratamentos e intervenções cirúrgicas registradas nas fichas relativas ao ano de 1938”.<sup>204</sup>

Em 1939, ano em que as empresas do Grupo Othon, em Pernambuco, ganham maior visibilidade, política, sobretudo, ocorre à filiação ao Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro, o sindicato patronal da categoria. Nesse mesmo ano, o empresário é escolhido para compor comissão visando discutir a situação de crise pela qual passava a indústria têxtil, junto ao Ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa.<sup>205</sup>

Nesse contexto, Othon Bezerra de Mello, dentre tantos outros industriais bem sucedidos no Brasil, é escolhido para compor a Missão Econômica Brasileira com destino aos países americanos situados ao Norte do Brasil. O Embaixador do Brasil na Colômbia, Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, em correspondência dirigida a Oswaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores, expressa seu “contentamento por ter verificado o acerto das escolhas” dos membros da Missão. Pontes de Miranda se dedica a apresentar considerações sobre cada componente do Grupo, sendo o primeiro deles o presidente Leonardo Truda, chefe do Conselho Federal do Comércio Exterior, seguido de José Lurdes Salgado Scarpa e José Pires de Oliveira. Também enalteceu as qualidades do professor Francisco Sales Vicente de Azevedo e, finalmente expressou que Othon Lynch Bezerra de Mello:

É um industrial que sabe vê os problemas do país e, quero deixá-lo escrito, levava o seu interesse pelo bom êxito da Missão a se esquecer de suas indústrias para, continuamente, falar das demais e, no mesmo ramo, das que fazem competência às suas.<sup>206</sup>

É possível supor que a própria ideia de realização da Missão Econômica Brasileira esteja relacionada a ações executadas por Bezerra de Mello. Em meados de 1938, Bezerra de Mello realiza excursão à Europa, com o objetivo de observar a indústria daquele Continente. Essa viagem é mencionada no propalado artigo

---

<sup>204</sup> Ibid.

<sup>205</sup> CIFTA-RJ. *Relatório da diretoria*. 1939, p. 7.

<sup>206</sup> ARQUIVO DO ITAMARATY. *Missão Econômica Brasileira - 1940*, Lata 1187, Maço 25708.

sobre o Cotonifício do industrial pernambucano, escrito pelo interventor Agamenon Magalhaes, em fevereiro de 1939, momento em que Bezerra de Mello se encontrava numa outra excursão, agora pelos países da América Central. E foi lá, no Chile, que Bezerra de Mello, entrevistado por um correspondente dos Diários Associados, esclareceu seus objetivos:

Logo que cheguei a esta cidade, graças à muita gentileza do embaixador Maurício Nabuco, li transcrito no “O Jornal” o artigo que o governador Agamenon escreveu, a propósito da sua visita ao Cotonifício, pois o assunto deste artigo prende-se ao fim da minha excursão, tão certo é que viajo ao serviço da indústria de tecidos. Em companhia de meu filho mais velho, e de sua esposa, estou fazendo uma viagem de observação e estudo das possibilidades que possam ter os tecidos brasileiros na América Central, Antilhas e países sul americanos.<sup>207</sup>

Nesta entrevista, Bezerra de Mello apresenta uma série de sugestões, ou melhor, “um esboço de plano para expansão da indústria de tecelagem”. “Uma grande possibilidade para os tecidos brasileiros nos mercados americanos”, este foi o título dado à entrevista no Chile, que resultou numa reportagem que ocupou a primeira página do *Diário da Noite*, no Brasil. O industrial apresentou elementos que, segundo ele, são a causa da dificuldade que os industriais brasileiros enfrentavam para exportar seus produtos. Uma delas é a existência de países que gozam de tarifas reduzidas, sendo eles, Estados Unidos, Japão e Inglaterra. Outra é a dificuldade com as rotas de navegação, fazendo com que, por exemplo, mercadorias brasileiras destinadas ao Panamá, Equador e Peru tenham que ir antes até Nova Iorque, sendo isso especialmente dificultoso para suas fábricas, já que “os vapores que vêm do Chile, bem como os que vão a Trinidad e Nova Iorque não tocam em Pernambuco”. De tudo isso, a ênfase maior do industrial se colocava sobre “a concorrência da indústria japonesa que vende seus artigos por preços irrisórios, parecendo protegida pelo Governo do Japão [...] como o faz o da Alemanha”.<sup>208</sup>

A proteção governamental para a indústria de tecelagem era a base do plano do industrial para sua expansão. Declarando que seu empenho se dá mais pela riqueza do Brasil do que por interesse próprio, argumenta o potencial da indústria de tecelagem para o engrandecimento do país, faltando, para isso, apenas que o governo “se dignasse a auxiliá-la mais eficientemente”. O industrial lista

<sup>207</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro. 15 fev. 1939.

<sup>208</sup> Ibid.

um conjunto de elementos com os quais não conta “o grande império japonês”, e que põe a indústria brasileira em condições de vencer a concorrência desse país nos mercados sul e centro americanos: “temos grande potencial hidráulico, baixo “standard” de vida e abundante matéria prima”.<sup>209</sup>

Um dos elementos apontados pelo industrial como favorável ao desenvolvimento da indústria têxtil brasileira revela claramente a contradição subjacente a todo o seu discurso. O baixo “standard” de vida do brasileiro, ou seja, o baixo nível econômico da mão de obra, aliado a outros fatores, constitui a condição fundamental para o crescimento de uma riqueza que se classifica pública, mas que reivindica ser investida na proteção da mesma indústria que requer – para o crescimento cada vez maior de seu capital, que não é público – a manutenção das relações de exploração que caracterizam o conflito entre capital e trabalho. Assim, o mesmo baixo “standard” apresentado como condição favorável para o desenvolvimento da indústria no Brasil aparece como problema a ser solucionado por ela.

Temos que ser país exportador de produtos manufaturados, o que nos permitirá elevar o ‘standard’ de vida de nossa gente, demasiado baixo, miserável mesmo, se o confrontarmos com o dos outros países por nós visitados.<sup>210</sup>

O oportunismo dos discursos revela sua própria contraditoriedade. Entretanto, a lente conservadora e elitista pela qual enxergavam esses industriais estava fundamentada na crença de um “princípio natural da hierarquia”, conforme verificado no discurso do *capitão de indústria* A. J. Renner, do Rio Grande do Sul.<sup>211</sup> Essa conveniente concepção levava esses industriais a considerar que possuíam o poder de determinar os limites do que deveria ser oferecido para elevação do “standard” de vida de seus operários que, por esta ótica, deveria apenas atender a satisfação de algumas necessidades básicas à própria reprodução da força de trabalho necessária ao crescimento de seus capitais.

Bezerra de Mello apresenta ainda diversas outras sugestões, que ele chama de plano para expansão da indústria no Brasil, como linhas de crédito especiais no

<sup>209</sup> Ibid.

<sup>210</sup> O JORNAL. Rio de Janeiro. 5 fev. 1940.

<sup>211</sup> “Renner podia criticar duramente aspectos específicos da lei em seus artigos, mas reiterava frequentemente a ideia de que sua existência marcava uma nova era, defendendo que os direitos sociais deveriam superar a filantropia sem, entretanto, afetar a estrutura de poder das relações sociais fundamentais e ‘o princípio natural da hierarquia’”. Cf. FORTES, op. cit., p. 204.

Banco do Brasil, com juros baixos e pagamento a longo prazo, para remodelação das fábricas obsoletas e a subvenção governamental a uma linha de navegação que se propusesse a realizar uma viagem mensal, partindo do Rio e contornando toda a América do Sul.

Todas essas propostas alcançaram ampla repercussão nos meios industriais, resultando em outra matéria publicada no *Diário da Noite* apenas alguns dias depois. A propósito das declarações do industrial, foi entrevistado o professor Álvaro Porto Moitinho, catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, e membro do Conselho Federal do Comércio Exterior,<sup>212</sup> que procurou responder às argumentações de Bezerra de Mello sobre as dificuldades enfrentadas pela indústria brasileira na exportação de seus produtos. Para o professor Álvaro, a questão se baseava na resolução da tensão entre “autarquia e intercambialismo”, ou seja, fazia-se necessário decidir pela autossuficiência ou pelas trocas comerciais.

Existem entre nós, como em outros países, pessoas desejosas de que o país se baste economicamente. Como consequência solicitam barreiras alfandegárias, combatem as importações, alegam que as compras internacionais representam evasão de ouro, etc. Denominam essa política de “Autarquia” ou de autossuficiência, crentes de servirem á nação sob cujo solo nasceram. Entre outras razões, para justificar essa política, alegam como principal, a da defesa nacional, devendo o país estar preparado para produzir tudo em caso de guerra.<sup>213</sup>

O professor Álvaro comenta as reclamações de Bezerra de Mello sobre os favores especiais gozados pelos Estados Unidos em Cuba, e a Inglaterra no Chile, e pergunta: “poderíamos pedir ao Chile que nos conceda os mesmo favores que concede à Inglaterra, quando não lhe oferecemos as compensações que dá aquele Império?”<sup>214</sup> E, de forma semelhante, indaga sobre os favores concedidos às mercadorias dos Estados Unidos em Cuba. Como exige-los se “não nos prontificamos a lhe oferecer as compensações dadas pela grande república norte americana?”<sup>215</sup> A conclusão apresentada pelo membro do Conselho Federal do Comércio Exterior revela o impasse na esfera governamental em torno dessas questões.

---

<sup>212</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro. 22 fev. 1939.

<sup>213</sup> Ibid.

<sup>214</sup> Ibid.

<sup>215</sup> Ibid.

Ou a nação orienta-se para a Autarquia, conformando-se neste caso com a perda de mercados antigos, e a conquista de novos, ou adota o intercambismo, prontificando-se então a dar mercados aos produtos alheios, a fim de obter outros tantos mercados para seus produtos; a comprar para poder vender; importar para poder exportar; a conceder para poder obter; a dar para poder receber.<sup>216</sup>

O fato é que as declarações feitas por Bezerra de Mello, na excursão de iniciativa particular realizada pelos países da América do Sul, causaram enorme impacto, não apenas nos meios industriais, mas também na esfera governamental. Meses depois, ocorre o convite para representar a indústria na Missão Econômica Brasileira, cuja participação obteve grande destaque e cujas declarações foram ansiosamente aguardadas pela imprensa.

Com o regresso ontem ao Rio de Janeiro da Missão Econômica enviada pelo chefe do governo aos países americanos situados ao norte do Brasil, ficou encerrada a primeira fase das providências destinadas a desenvolver as relações e o comércio do nosso país com essas Repúblicas. Um estudo cuidadoso acaba de ser procedido nos mercados da Venezuela, Colômbia, Equador, América Central, México e Estados Unidos. Países precursores de uma era de breves e frutuosos entendimentos recíprocos. Ainda não havia cessado o movimento das visitas e saudações aos recém-chegados, e já O JORNAL buscava detalhes dos trabalhos da Missão, com um de seus membros mais credenciados, o Sr. Othon Lynch Bezerra de Mello.<sup>217</sup>

É significativo que uma Missão Econômica com destino aos países vizinhos seja realizada em momento de grande tensão internacional. A iniciativa do Presidente Vargas em buscar uma aproximação comercial com esses países foi acompanhada do desejo do fortalecimento de suas relações diplomáticas. Em 16 de novembro de 1940, Leonardo Truda, chefe da Missão Comercial, enviou correspondência, arquivada como “confidencial” ao Presidente Getúlio Vargas, dando conta dos trabalhos realizados e, principalmente, destacando o sucesso de sua iniciativa.

No estrangeiro, desde Caracas, também pudemos comprovar, a oportunidade da iniciativa que o Governo de Vossa Excelência havia adotado. Em toda parte fomos acolhidos com a mais fidalga hospitalidade por parte dos Governos, Câmaras de comércio e Indústria, Instituições bancárias, Associações de classe e as sociedades dos países que visitamos. Fomos hospedes oficiais do Governo mexicano. Na Colômbia, o Presidente da República, Senhor Eduardo Santos, ofereceu à Missão um almoço de excepcional significação, pelo número e cuidadosa seleção dos convidados, pertencentes à administração, a alta finança,

---

<sup>216</sup> Ibid.

<sup>217</sup> O JORNAL. Rio de Janeiro. 31 out. 1940.



ao comércio, indústria e lavoura, assim como ao mundo intelectual de Bogotá. Em demais países, membros do Governo ou pessoalmente homenageavam a Missão, oferecendo-lhes recepções e festas, ou se associavam de maneira expressiva, de homenagens a esta prestadas quer pelos representantes do Brasil quer por corporações locais.<sup>218</sup>



Figura 10 - Jornais noticiando a passagem da Missão Econômica Brasileira pelo México. À esquerda, o secretário da Fazenda e Crédito Público recepciona os membros da Missão em seu Gabinete. À direita, uma exposição dos produtos comerciais e industriais brasileiros, realizada no Palácio de Belas Artes do México. A matéria destaca o intenso movimento de visitação. FONTE: ARQUIVO DO ITAMARATY. *Missão Econômica Brasileira* - 1940, Lata 1187, Maço 25708

A opção realizada pelo Brasil foi – como visto – pela busca por um intercâmbio econômico. Algumas das observações feitas por Bezerra de Mello, em sua excursão particular, foram confirmadas pela Missão Econômica. Uma delas é a que diz respeito à concorrência de países como o Japão. No relatório da Missão, endereçado ao Presidente Getúlio Vargas, foi notificado que os delegados representantes da indústria e do comércio, Bezerra de Mello e Scarpa respectivamente, foram informados de que:

<sup>218</sup> Ibid.

Ante a impressão que causava o nosso mostruário de tecidos, representantes japoneses percorriam as casas importadoras pedindo-lhes suspendessem quaisquer compras, pois estavam sendo aguardadas, do Japão, em resposta a solicitações enviadas, instruções para novas bases de preços dos tecidos desse país.<sup>219</sup>

Continua a informação de que os japoneses estavam “amparados por fortes organizações, e seguro apoio oficial”, sendo esta razão para que – adverte o relatório – “nossa importação não se apresente nem desaparelhada nem desamparada”, carecendo assim que ela tenha “além de melhor organização, seguro amparo”, governamental evidentemente.

## 5.2 “Por amor ao Brasil”

“Temos que enveredar com amor e entusiasmo pelo terreno da industrialização”. Essas e tantas outras palavras proferidas por Bezerra de Mello, somadas às práticas executadas na condução de seu parque industrial revelam um empresário – como outros espalhados pelo país<sup>220</sup> – situado na vanguarda de um processo que vinha ocorrendo ao longo de toda a década de 1930, que consistia, segundo Diniz, numa “gradual depuração ideológica no sentido de uma identificação crescente com a instrução das bases do capitalismo industrial”,<sup>221</sup> no qual a burguesia industrial viria a ter importância cada vez maior. A apresentação da via industrial como condição para o fortalecimento da economia e do nível social da nação, princípios básicos da ideologia industrialista, são elementos claros do discurso do empresário.

O discurso patriótico de Bezerra de Mello, em defesa da industrialização como meio para o alcance do progresso do país, guarda, evidentemente, interesses particulares. Semelhante condição foi observada por Fontes ao analisar o discurso

<sup>219</sup> ARQUIVO DO ITAMARATY. *Missão Econômica Brasileira - 1940*, Lata 1187, Maço 25708.

<sup>220</sup> Tem sido demonstrado ao longo do texto que empresários como José Ermírio de Moraes, presidente da Nitro Química de São Miguel Paulista, em São Paulo, e A. J. Renner, líder da indústria do vestuário em Porto Alegre atuaram, assim como Bezerra de Mello, como verdadeiros ideólogos da modernização do país pela via industrial, apregoando um capitalismo “humano e progressista”.

<sup>221</sup> DINIZ, Eli. Estado Novo: estrutura de poder, relações de classe. In: GOMES, Ângela de Castro [et. al]. *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930/1964)* – Tomo III – História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 97.

nacionalista de José Ermírio de Moraes, liderança máxima da Nitro Química em São Paulo, para quem “era preciso formar uma comunidade forte e independente sem ser obrigada a entregar seus recursos e grande parte de suas rendas a participações no exterior”. Fontes argumenta que “fatores pessoais e o clima nacionalista bastante forte do período” acompanhavam os interesses econômicos do empresário e político.

Entretanto, é fato que Bezerra de Mello escreveu diversos artigos em defesa da industrialização, muito tempo antes desse período de forte “clima nacionalista”. Em 1928 já defendia publicamente o argumento que seria reiterado inúmeras vezes nos anos seguintes. Para ele, a orientação que devia ser seguida quanto à política econômica era “a mesma adotada por todos os povos em qualquer época da humanidade, todos os países têm criado e feito prosperar suas indústrias com a proteção tarifária”.<sup>222</sup> No entanto, sua admiração pela Inglaterra fica evidente, por meio do destaque que atribui ao seu governo liberal, e ao mesmo tempo, tradicional ao seu povo que tem “uma verdadeira idolatria pelo seu *eu* e por tudo que simboliza a pátria e suas instituições”.

O inglês em qualquer parte que se encontre será sempre inglês; seus filhos, seus netos são ingleses também. O jornal e o livro que lê, a música, o teatro, o corte de sua roupa, a sua alimentação são ainda inglesas, e será sempre sua mentalidade. Daí sua grande força coletiva, que tem resistido com galhardia e com sucesso aos mais duros embates da adversidade.<sup>223</sup>

Patriotismo, nacionalismo e protecionismo, sem esquecer o “amor à tradição” – manutenção da estrutura hierárquica da sociedade – representam, para Bezerra de Mello, o caminho para o progresso. Um apelo estrategicamente acompanhado de menção a sua função social. “Comprai mercadorias brasileiras”, exclamou, e, em seguida, justificou: “porque com isso, concorreremos para a riqueza, o conforto e o bem estar dos brasileiros e estrangeiros, que fazem do nosso país sua segunda pátria, vindo colaborar conosco no desenvolvimento da fortuna pública”.<sup>224</sup> Assim, a justificativa para o apelo em torno da necessidade

<sup>222</sup> Entrevista concedida por Othon Bezerra de Mello ao Jornal do Brasil em 1928. Apud. RIALTO, Jorge (pseudônimo de Gilberto Freyre). Em torno de uma entrevista. *Jornal A Província*, 08 dez. 1928. Localização: Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

<sup>223</sup> A NOITE, Rio de Janeiro, 7 mar. 1929.

<sup>224</sup> Ibid.

de o Brasil tornar-se um país exportador de produtos manufaturados era o de “eivar a vida de nossa gente, demasiado baixo mesmo”.

A Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, publicada em 1930, traz o artigo intitulado “A evolução da indústria de tecidos de algodão em Pernambuco”, escrito por Othon Bezerra de Mello, um de seus membros efetivos. Neste artigo, além de apresentar dados objetivos sobre a indústria pernambucana e de propor soluções “para a crise econômico-financeira que assaltou o país no último ano do quadriênio Bernardes”, Bezerra de Mello apresenta uma concepção sobre o tema que permite avaliar os princípios e valores que sustentam o discurso que continuará a orientar as ações do grupo, ao menos até sua morte, em 1949.

As nossas fábricas de tecidos além de contribuírem extraordinariamente para o **aumento da riqueza pública**, pela valorização que dão ao algodão, transformando-o em tecidos, cujo valor é três e quatro vezes superior ao custo da matéria prima, exercem uma grande **função de ordem social** com a educação e tratamento que dispensam aos seus operários. São eles beneficiados com seguros contra acidentes de trabalho, assistência médica e dentária, ensino em aulas noturnas, associações recreativas e de beneficência e salários duas e três vezes mais elevados que o que lhes paga a agricultura. <sup>225</sup> [grifos meus] (MELLO, O, op. cit.: 56)

Desse modo, Bezerra de Mello justificativa sua defesa pela concessão de incentivos governamentais com a argumentação de que a indústria vinha contribuindo com o crescimento da riqueza pública, com avanços obtidos em relação ao trabalho agrícola, pela adoção de benefícios sociais dispensados aos operários. Para ele, as autoridades brasileiras deviam seguir o exemplo:

[...] de dois grandes estadistas que, adotando para seus países tarifas ultra protecionistas, fizeram a grandeza e a prosperidade das duas pátrias: Colbert e Dingley; Colbert, o grande ministro de Luiz XIV, lançou por meio da proteção tarifária, as bases das manufaturas de luxo, que fazem ainda hoje a riqueza da França, e Dingley, elaborando a tarifa ultra protecionista, que tomou seu nome, fez dos Estados Unidos o maior império industrial do mundo, dando-lhes a proeminência financeira que proporciona aos seus habitantes a maior soma de bem estar e conforto, jamais desfrutados por um povo, em qualquer época da história da humanidade. (Ibid.: 58) <sup>226</sup>

<sup>225</sup> MELLO, Othon Bezerra. *A evolução da indústria têxtil no Brasil*. op.cit., p. 56.

<sup>226</sup> Ibid., p. 58.

No discurso do empresário, servir a nação era o principal objetivo da existência de suas fábricas; seu esforço visava o engrandecimento da pátria, de sua gente. Contudo, para isso, era fundamental a independência econômica do país que exigia maior “sentimento pátrio e amor à tradição”. O primeiro traduzido pela aquisição e consumo de produtos brasileiros, tanto pelo cidadão quanto pelo governo,<sup>227</sup> já com relação ao segundo, o que se espera é uma contraposição aos comunistas “fantasiados de líderes da classe laboriosa, impatrióticos e sempre a serviço de ideologias extravagantes”.<sup>228</sup> O amor à tradição significava assim o progresso e a independência do Brasil, sem a interferência das “ideologias extravagantes” que, na visão da liderança de outra indústria, “na realidade encobriam, com seu suposto nacionalismo sua aversão à iniciativa privada e o identificariam com a ação do Estado na economia.”<sup>229</sup> Os industriais, têxteis sobretudo, requeriam o protecionismo, mas desejavam a manutenção do liberalismo e a garantia da liberdade do domínio econômico externo.

A retórica nacionalista aparece fortemente na série de entrevistas concedidas pelo empresário para *O Jornal* e *Os Diários Associados*, entre setembro e novembro de 1940,<sup>230</sup> refletindo uma clara influência do contexto dos acontecimentos, tanto na esfera nacional, como na internacional.

A ida da Missão Econômica foi a primeira etapa de uma série de medidas que o nosso governo terá que tomar pra fomentar nosso intercâmbio entre as terras da América, intercâmbio que será a muralha com que amanhã iremos nos defender do imperialismo europeu, que tudo ameaça absorver ou destruir! [...] Assim como o comércio aproxima os povos, os interesses econômicos estreitam e consolidam as relações políticas, e, no momento perigoso que o mundo atravessa, precisamos consolidar nossa posição de maior nação do continente sul-americano. (O JORNAL, 1940)<sup>231</sup>

O discurso de Bezerra de Mello revela uma atuação cada vez mais contundente do empresariado na formulação e difusão dos valores que

<sup>227</sup> A NOITE, Rio de Janeiro, 7 mar. 1929.

<sup>228</sup> DOCUMENTÁRIO ILUSTRADO DO TRICENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO PERNAMBUCANA. O Cotonifício Othon Lynch Bezerra de Mello: a herança de um homem representativo.

<sup>229</sup> FONTES, op. cit., p. 59.

<sup>230</sup> Em 1º de setembro de 1940, o próprio Othon Bezerra de Mello escreve artigo em coluna especial para os “Diários Associados”, intitulado: “A Missão Econômica, Mauá e os Capitães do Norte”; em 17 de dezembro de 1940 escreve: “Havana (Da Missão Econômica Brasileira)” e em 31 de outubro de 1940 concede entrevista para *O Jornal*, assim descrita “Ao termo de sua visita às Américas, o Sr. Othon Lynch Bezerra de Mello resume para O JORNAL as observações que fez, integrado na Missão Econômica Brasileira.”

<sup>231</sup> O JORNAL. Rio de Janeiro. 31 out. 1940.

fomentaram o processo específico que transformou o Brasil, de uma nação com economia predominantemente agrário-exportadora, em uma moderna sociedade industrial. Processo marcado pela simultaneidade de outros processos – como o da constituição e atuação da classe trabalhadora<sup>232</sup> – que articulam entre si as muitas dimensões que compõem essa história. Segundo Diniz, a participação do empresariado se deu através:

[...] de uma atuação, cujos efeitos transcenderiam o nível simbólico, na medida em que a presença dos industriais em órgãos de formulação de política econômica, ao lado de técnicos, militares e representantes dos demais grupos econômicos, possibilitaria uma ação mais concreta do setor na definição de alternativas de ação que, sob a forma de propostas e pareceres, seriam encaminhadas às instâncias governamentais superiores.<sup>233</sup>

Coletivamente, como através dos Centros Industriais do Rio e São Paulo principalmente, ou individualmente, como visto nas atitudes e ações de empresários como Bezerra de Mello, A. J. Renner e José Ermírio de Moraes, por exemplo, a atuação da burguesia industrial como ator político “teria um significado maior do que o sugerido pela maioria das análises”.<sup>234</sup> A aproximação de políticos e intelectuais ligados à burocracia estatal permitiu a criação de redes sociais que garantiram a circulação de concepções modernizantes da liderança empresarial, em muitos pontos convergentes com as concepções do Estado<sup>235</sup>, como revelam as justificativas explicitadas por Bezerra de Mello para a “necessidade de enveredar com amor e entusiasmo pelo terreno da industrialização”.

### 5.3

#### O sociólogo e o industrial

Esse homem de negócios [...] juntava paradoxalmente a atividades práticas, devaneios líricos. Estou certo de que admirava os mauás. Mas desconfio de que suas maiores

<sup>232</sup> A atuação dos trabalhadores, especificamente dos operários do Grupo Othon, será melhor analisada na segunda parte desta tese.

<sup>233</sup> DINIZ, Eli, op.cit., p. 97-98.

<sup>234</sup> Ibid.

<sup>235</sup> Para Eli Diniz, “Tal convergência, entre outras consequências, criaram um clima propício à afirmação da analogia burguesa entre crescimento industrial e fortalecimento econômico, crescimento industrial e independência econômica e política do país, favorecendo ainda a identidade indústria-nação, indústria-capacidade interna de defesa”. Ibid.

admirações eram pelos Joaquim Nabuco, os Oliveira Lima, os Maciel Monteiro: brasileiros de Pernambuco, junto com Frei Caneca, tão do seu culto.<sup>236</sup>

Gilberto Freyre.

A epígrafe acima chama à atenção para características do perfil do industrial Bezerra de Mello, que ganham importância pelo peso que exercem nas relações estabelecidas com as muitas famílias operárias, que tiveram suas trajetórias marcadas pelo trabalho em suas inúmeras fábricas. Diversos registros revelam que o industrial mantinha uma postura reflexiva diante dos assuntos relacionados à administração de suas empresas, mas, para além de reflexiva, suas atividades intelectuais foram, sobretudo, práticas. Como empresário, político, escritor ou mecenas, Othon Bezerra de Mello assumiu um discurso e uma prática que foram organicamente gestados, e que fizeram dele um intelectual<sup>237</sup> de sua classe.

As atividades políticas e as funções empresariais, em parte já contemplados nesta tese, foram, desde muito cedo, acompanhadas por atividades intelectuais e grande interesse pelas artes. Em Pernambuco, quando sua dedicação se voltava apenas ao comércio, os jornais já noticiam a participação de Bezerra de Mello em diversos eventos artísticos. A título de exemplo, numa exposição ocorrida em 1922, com quadros da pintora pernambucana Fedora Monteiro Fernandes, o “Coronel Othon Bezerra de Melo adquire as obras ‘Turbante Vermelho’, e a sugestiva ‘Tarde no Engenho’”.<sup>238</sup> Esta postura, aliás, tornou-se padrão de comportamento do empresário, que “adquiriu muito quadro de

<sup>236</sup> FREYRE, Gilberto. Homens-formigas e homens cigarras. *Revista da Academia Pernambucana de Letras do Recife*. 79 (29): 42-43, maio/jun. 1980. Localização: Fundação Joaquim Nabuco.

<sup>237</sup> Em atenção ao que foi observado por French, para quem: “uma das coisas que se perderam em pouco mais de 30 anos de história social é a importância da história intelectual”. FORTES [et. al]. op. cit., p. 195, buscou-se abordar neste capítulo a operação e a função intelectual de Bezerra de Mello. Isso partindo do modo como Gramsci definiu o intelectual orgânico, um possuidor de vínculos sociais claros tendo, por isso, que ser analisado no conjunto de suas relações sociais. Gramsci apresenta uma distinção entre o intelectual tradicional e o intelectual orgânico, o primeiro visto utopicamente, como pensador autônomo em relação aos conflitos políticos e sociais de sua época, portador de um conhecimento livre, exemplificado pelo clérigo católico do século XIX. Já o segundo – o intelectual orgânico – é exemplificado pela figura do empresário, um organizador da produção e dirigente político, figura que, por pertencimento ou adesão representa um dado projeto político, portanto, de classe. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 7-24.

<sup>238</sup> A PROVINCIA, 31 jan. 1922.

paisagista pernambucano e protegeu mais de um pintor pobre [...] e um de seus maiores prazeres era ter à mesa, intelectuais, escritores, jornalistas”.<sup>239</sup>

O empresário foi membro ativo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Na maturidade, quando já se destacava como grande industrial brasileiro, instituiu o Prêmio Literário Othon Bezerra de Mello, entregue pela Academia Pernambucana de Letras – do qual se tornou patrono – destinado aos melhores livros publicados anualmente. Igual iniciativa foi por ele adotada em Alagoas e em Minas Gerais, o que lhe valeu o título de *Mecenas Brasileiro do Século XX*. Também instituiu um prêmio anual em dinheiro, na cidade de São Paulo, para os dois primeiros colocados em cada turma da Faculdade de Ciências Econômicas da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado.<sup>240</sup>

Bezerra de Mello era um “fidalgo” e exibia, sempre que possível, o orgulho em sê-lo, demonstrando grande apego às tradições da elite da sociedade pernambucana. O modelo de família patriarcal, tão valorizado por essa elite é observado em fiel versão na própria família constituída pelo industrial, sendo ilustrativa a declaração de seu filho a esse respeito: “o velho Othon era um homem bravo, vitoriano, eu tinha muito medo dele [...] o papai era brilhante, nós, os filhos, somos bons, mas o papai era brilhante!” Na mesma direção está o que foi escrito por Freyre:

O casamento feliz foi uma de suas melhores venturas. Outra seria a dos filhos, seus valorosos continuadores. A dos filhos fraternalmente unidos em torno do pai amado, admirado, seguido. Patriarcal no mais criativo sentido da expressão. (FREYRE, op. cit.)<sup>241</sup>

Essas descrições do perfil do industrial levam à compreensão de que o discurso<sup>242</sup>, construído ao longo da vida privada e pública, constituiu parte de

<sup>239</sup> FREYRE, Gilberto. *Dois Mortos*. IN: DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife. 16 jun. 1949. Microfilme. Localização: Fundação Joaquim Nabuco.

<sup>240</sup> Além das informações obtidas em entrevista realizada com Álvaro Bezerra de Mello, concedida à autora em 24 set. 2010, podem ser conferidas as seguintes fontes: ANDRADE, Maria do Carmo. *Othon Bezerra de Mello*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2011; MELLO, Leticia Bezerra de (org.). *Obra Comemorativa do Centenário do Grupo Othon: uma história de ousadia e sucesso*. Rio de Janeiro, 2005.

<sup>241</sup> FREYRE, Homens-formigas e homens cigarras. op. cit.

<sup>242</sup> As origens sociais do discurso deste empresário [dele e sobre ele], sua credibilidade e a audiência a que se dirigia são aspectos que ao serem considerados constituem parte de nosso



uma cultura política forjada no processo de sedimentação de ideias e valores ancestrais, que podem assumir novos formatos, mas que guardam antigas concepções, mantidas como uma tradição. Desse modo, o industrial apresentado como admirador de Mauá, pelo racional empreendedorismo que lhe é reconhecidamente característico, também aparece como admirador de Nabuco, o que incita correlações com as ideias de justiça social, liberalismo, democracia, representações simbolicamente ligadas ao nome deste “verbo do abolicionismo”, expressão utilizada em algum momento pelo próprio Bezerra de Mello.

A proposta de uma correlação, feita pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, entre o que simbolicamente representa o pernambucano Joaquim Nabuco com a imagem do também pernambucano Bezerra de Mello, pode ter um significado bem maior do que se supõe à primeira vista. O que claramente salta aos olhos, trazendo uma inicial coerência a essas correlações é a “pernambucanidade” dos personagens, tão apreciada e difundida pelo sociólogo Gilberto Freyre. Na comemoração do centenário de nascimento de Bezerra de Mello, “o grande Business-man pernambucano, os ‘meninos de Othon’ – Roberto, Renato e Álvaro – instituíram um prêmio especial, de 300 mil cruzeiros, através da APL, para comemorar o evento”.<sup>243</sup> A palestra de entrega do prêmio “Othon 79” foi realizada por Gilberto Freyre, e mais tarde publicada na revista da Academia, com o título: “Homens-formigas e homens-cigarras”.

---

esforço em compreender todas as variáveis que cercam a construção e os usos da linguagem, ou os “atos da fala”. Conforme nos esclarece James e French, o “ato da fala implica a interseção entre linguagem e ação, linguagem no contexto político-social”. As crenças e os interesses que subjazem ao discurso –ao texto – são assim considerados em sua relação com o contexto. Uma relação conflituosa e dinâmica em que os fatores culturais se colocam em permanente diálogo com interesses materiais, tanto individuais quanto da coletividade ou da classe representada. Cf. entrevista de Daniel James e John French, In: FORTES, Alexandre [et.al.]. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 1999.

<sup>243</sup> MELO, Clóvis. Othon e Antonio Chimango. op. cit.



Figura 11 - Da esquerda para a direita: Gilberto Freyre, o diretor desta revista, poeta Cesar Leal e o industrial Renato Bezerra de Mello, na festa comemorativa do 1º centenário de nascimento do grande Patrono da APL (Academia Pernambucana de Letras). Revista da Academia Pernambucana de Letras, Recife, 79(29): 39-40, maio/jun.1980

Muito me agrada a oportunidade que hoje me é dada pela ilustre Academia Pernambucana de Letras [...] de evocar a figura de um brasileiro de Pernambuco, de um pernambucano do Recife, de um amigo que nasceu com a vocação para as amizades duradouras, mas do que para as camaradagens efêmeras, como foi Othon Lynch Bezerra de Mello. Exemplar sobre todos os três aspectos sugeridos: o brasileiro de Pernambuco. O Pernambucano de Recife. O amigo.<sup>244</sup>

As marcas das relações entre Freyre e Bezerra de Mello aparecem em muitos registros, nos quais saltam evidências de laços de forte amizade e de interlocução intelectual e política. Por ocasião da morte do industrial, em 1949, Freyre publica artigo em que descreve um pouco de sua vivência ao lado do industrial.

Lembro-me dele quando não era ainda o milionário conhecido em todo o Brasil, mas apenas o Othon, da Firma Othon Mendes, da rua do Imperador. Lembro-me dele de mangas de camisa à porta de seu armazém de fazenda, como os bons comerciantes de outrora. Mais de uma vez parei para conversar com ele entre rolos de brim, e peças de mandapolão. Mais de uma vez jantei com ele em sua casa de São José de Manguinho. Casa tão acolhedora, tão brasileira, tão

<sup>244</sup> FREYRE, Gilberto. Homens-formigas e homens cigarras. op. cit.

pernambucana, não só pelo estilo como pelos móveis; e não só pelos móveis como pelas velhas e boas árvores que a completavam.<sup>245</sup>

Década antes, ao tratar dos “sinais” por meios dos quais “falam as cidades”, o jovem jornalista Gilberto Freyre, elege a casa de Bezerra de Mello como exemplo de casas “cujas fachadas indicam todo um gênero de vida nos seus mais íntimos pormenores, todo um tipo de civilização”.

A casa colonial de meu amigo Sr Othon Lynch Bezerra de Mello é outra casa assim: tem caráter. Recorda essas nossas casas de engenho, vastas e boas, na sua repousada brancura de cal. Faz sentir quatrocentos anos de vida pernambucana – social e econômica. Toda ela irradia uma hospitalidade ao mesmo tempo cristã e senhorial.<sup>246</sup>



Figura 12 - Na varanda da residência em que moravam na Avenida Rui Barbosa em Recife. Bezerra de Mello e sua esposa Maria Amália ao fundo. Na frente, cinco dos 11 filhos que teriam. 1922. Fonte: autor desconhecido. Acervo da família Bezerra de Mello.

A visão harmoniosa e romantizada de Freyre sobre a “terra pernambucana”, sobre seu passado de tradições – muitas delas por ele mesmo

<sup>245</sup> FREYRE, Gilberto. *Dois Mortos*. op. cit.

<sup>246</sup> FREYRE, Gilberto. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 set. 1923.

inventadas <sup>247</sup> – com as casas grandes e as senzalas, os sobrados e os mocambos, parece ter sido, em alguma medida, compartilhada pelo amigo Bezerra de Mello.

Como já apontado, Bezerra de Mello optou por uma estratégia de não enfrentamento direto nos diversos momentos em que a configuração assumida pelo jogo político não lhe agradou, atuando de maneiras alternativas e, assim, possibilitando a viabilização da expansão de seus empreendimentos, refletindo uma consciente estratégia política não apenas de “sobrevivência”, mas de uma convivência benéfica, adotada pelo empresário que, como visto, foi muito bem sucedida.

A prática dessa estratégica fica clara nos posicionamentos assumidos no período anterior e posterior ao advento da Revolução de 1930. Exercendo mandato como deputado estadual por Pernambuco, Bezerra de Mello se coloca em franca oposição à candidatura da Aliança Liberal, ao lado do governador do estado Estácio de Coimbra e de seu então secretário, o jornalista diretor do jornal *A Província*, Gilberto Freyre, ambos amigos pessoais do industrial. Essa oposição resulta no exílio de Coimbra e Freyre, enquanto Bezerra de Mello continua no pleno exercício de seu mandato no legislativo estadual. Nos anos seguintes, o equilíbrio das relações que, em certa medida, são mantidas com os interventores estaduais Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães, além das que estabelece com representantes do poder político a nível federal, revela que o “jogo político” foi um elemento de fundamental importância, que contribuiu enormemente para o sucesso de seus negócios.

Entretanto, é curioso observar que em muitos aspectos, os valores e opções ideológicas de Gilberto Freyre não convergiam com os princípios que pareciam nortear as atitudes e ações de Bezerra de Mello. Com o retorno do exílio por cidades africanas e algumas da Europa, especialmente Lisboa, Freyre conclui no Recife, a partir dos materiais coletados, sua obra de maior impacto: *Casa Grande & Senzala*. A publicação deste livro garantiu a Freyre “projeção intelectual nacional, reafirmando sua posição frente à política pernambucana,” <sup>248</sup> traduzida

<sup>247</sup> Para saber mais sobre a atuação de Gilberto Freyre como um dos maiores responsáveis pela “invenção do Nordeste”, Cf. ALBUQUERQUE Jr., D. M. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Cortez, 2001. Ver também o quarto capítulo de: BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano*. Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2008.

<sup>248</sup> PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre: cultura e conflitos políticos em Pernambuco (1923-1945). *Revista eletrônica Plurais*. Disponível em:

pelo “conservadorismo agrário associado às fortes tradições monocultoras do latifúndio açucareiro.”<sup>249</sup>

Não é que Freyre fosse contrário à expansão urbano industrial, mas a posituação – presente em suas obras – das relações de trabalho que se davam nos latifúndios açucareiros de Pernambuco, da “Casa Grande com a Senzala”, tornava-o o grande defensor e propagador de uma tradição, em alguns aspectos apreciada pelo industrial Bezerra de Mello – como o paternalismo hierárquico, por exemplo.

A indústria melhorou moral e economicamente o Brasil. As condições são boas. Mas em algumas fábricas somente. Em outras as condições são ainda lamentáveis, pedem uma legislação social que mínimo faça às vezes de antigos senhores de engenho, dos bons, dos que amparavam e protegiam toda a gente ao redor da Casa Grande.<sup>250</sup>

Em outros aspectos, no entanto, notam-se divergências. O jornal *Diário de Pernambuco* publica, em 1937, um artigo em que o industrial Bezerra de Mello assume a função de um crítico literário, ao apresentar uma análise das principais obras de Freyre, como o título *Casa Grande e Senzala*. Após discorrer sobre a “soma tal de conhecimentos, situações e observações” que possibilitou a Freyre “sem favor o primado do estudo da sociologia em nosso país”, Bezerra de Mello compara o movimento feito pelo escritor pernambucano Oliveira Lima, ao atribuir ao príncipe D. João VI contribuições “à nascente nacionalidade brasileira”, com o que fez Gilberto Freyre, ao reivindicar, para a “raça negra, o papel predominante que ela representou na economia e na formação do povo brasileiro”.

Oliveira Lima, em “D. João VI”, reivindica para a memória deste príncipe bom e generoso a autoria dos grandes serviços prestados à nascente nacionalidade brasileira no período que medeia entre sua chegada ao Rio, acossado pela baionetas de Junot e o seu regresso à Corte de Lisboa. Gilberto Freyre, em “Casa Grande e Senzala”, reivindica também, para a raça negra, o papel predominante na economia e formação do povo brasileiro. **Sem estar de perfeito acordo sobre o mérito da influência exercida pelos infelizes párias africanos em nossa pátria**, assinalamos, entretanto, o formidável esforço empregado pelo autor para justificar suas conclusões e confirmar seus conceitos.<sup>251</sup> [grifos meus]

---

<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/revistaplurais/article/viewFile/67/92>. Acesso em: 26 out. 2012.

<sup>249</sup> Ibid.

<sup>250</sup> Entrevista concedida por Othon Bezerra de Mello ao Jornal do Brasil em 1928. apud. RIALTO, Jorge (pseudônimo de Gilberto Freyre). Em torno de uma entrevista. op.cit.

Nota-se que o “crítico literário” compartilha da opinião de Oliveira Lima sobre a contribuição de D. João VI, a quem chama de “príncipe bom e generoso”, mas o mesmo não acontece com a concepção de Freyre a respeito do papel predominante da raça negra, por ele designada como “infelizes párias africanos”, ou seja, como indivíduos que, por sua condição desfavorável, mantiveram-se à margem da sociedade, não contribuindo – ao menos não como defendia Freyre – para a sua formação. Esta é uma divergência crucial, pois revela o olhar específico do industrial sobre o tipo, ou os aspectos da tradição, que, para ele, deveria se preservar.

As concepções políticas e sociais representadas na obra *Casa Grande e Senzala* e a posterior *Sobrados e Mucambos* viriam a se chocar com as concepções daquele que seria o maior inimigo político de Freyre, o interventor Agamenon Magalhães. Como visto em seção anterior, Agamenon Magalhães empreendeu forte campanha pela erradicação dos mocambos, um projeto do Estado Novo para o estado de Pernambuco, que se tornou uma verdadeira obsessão em seu governo, associado a um tenaz combate do latifúndio improdutivo, este considerado pelo interventor como reflexo de um individualismo que o “Estado tem que lutar muito para vencer em seus exageros, nos seus erros e nas suas injustiças tremendas”.<sup>252</sup>

O modelo de cidade industrial, de fábrica com vila operária, somada à assistência social empreendida por alguns industriais pernambucanos – como o próprio Bezerra de Mello – foi adotado por Agamenon em sua “Liga contra o Mocambo”, o que levou o interventor a escrever diversos artigos apreciativos dos industriais que tomavam iniciativas neste sentido.

Assim, o projeto político social de Agamenon, pautado por uma “modernização urbano-industrial em moldes genuinamente capitalistas”, chocava-se com o “conservadorismo agrário associado às fortes tradições monocultoras do latifúndio açucareiro”, tão presente nas obras de Freyre, ao que eram somadas outras divergências.

Magalhães fundou um jornal diário, no qual passaria a noticiar os “grandes feitos” de Adolf Hitler, ao passo que Freyre defendia em sua obra o mestiço e a

<sup>251</sup> MELLO, Othon Bezerra de. *Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos, Nordeste*. In: DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife. 13 jul. 1937. Localização: Fundação Joaquim Nabuco.

<sup>252</sup> FOLHA DA MANHÃ. Rio de Janeiro. 13 set. 1940.

contribuição civilizacional do negro africano no Brasil. O interventor, um católico fervoroso, era adepto incondicional do projeto fascista de Charles Maurras. Ainda que Freyre também tenha se encantado com as ideias de Maurras, continuava a frequentar, em Recife, terreiros de macumba (como convidado especial de muitos pais de santo do Nordeste) e prostíbulos baratos (embora namorasse também moças e senhoras casadas da elite pernambucana).<sup>253</sup>

Observando o perfil do industrial Bezerra de Mello, verifica-se bem mais pontos de contato que poderiam identificá-lo com o interventor do que com o amigo Gilberto Freyre. Mas o amigo era mesmo Freyre, havendo entre eles uma espécie de “consenso no dissenso”<sup>254</sup>, enquanto o interventor representava para o industrial Bezerra de Mello, um incômodo com o qual saberia conviver durante algum tempo, até que o controle e o autoritarismo, tão fortemente exercidos pelo governo de Agamenon Magalhães, chocou-se, decisivamente, com as intenções do industrial de diversificar e ampliar os negócios para além dos limites das fronteiras do estado de Pernambuco.

Demonstrando que seu interesse estava mais nas questões que envolviam a “evolução de nossa gente”, caracterizada pela passagem da “casa grande e da senzala” para a liberdade e progresso, representados pela vida urbana, sem esquecer a “tradição”, Bezerra de Mello apresenta considerações sobre uma das obras de Freyre, por ele considerada a mais complexa.

Sobrados e Mocambos é uma obra mais complexa, como Oliveira Viana em *Evolução do Povo Brasileiro*, *Populações Meridionais*, etc. Estuda Gilberto Freyre a evolução de nossa gente mostrando a influência que a formação da urbs exerceu na vida colonial, como o centro da influência política que residia nos engenhos e fazendas, isto é, nas casas grandes, na aristocracia rural, na terra enfim, deslocou-se para os centros urbanos, para os sobrados, onde imperavam os reinós, quer dizer, os comerciantes enriquecidos no tráfico da exportação do açúcar, madeiras, etc. e na importação do negro e demais utilidades necessárias à vida na colônia.<sup>255</sup>

<sup>253</sup> PINTO, João Alberto da Costa. *Gilberto Freyre: cultura e conflitos políticos em Pernambuco*. op.cit., p. 3-4.

<sup>254</sup> Expressão utilizada por Leite Lopes para caracterizar o consenso em torno do sistema de fábrica com vila operária como sendo um “justo sistema de conciliação entre os interesses dos operários e dos patrões”, ao mesmo tempo em que se questiona a prática de violências contra os trabalhadores dessas vilas e a cobrança de aluguéis. Assim, o dissenso sobre o sistema de dominação exercido pela fábrica se localiza nos acontecimentos ocorridos nas vilas operárias, mas não no caráter de dominação que o próprio sistema representa. Cf. LEITE LOPES. op. cit., p. 141.

No caso aqui apresentado, o consenso está na valorização, tanto por Bezerra de Mello quanto por Freyre, do caráter elitista e hierárquico da tradicional sociedade pernambucana, enquanto o dissenso se localiza no significado atribuído a essas mesmas relações hierárquicas.

<sup>255</sup> MELLO, Othon Bezerra de. *Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mocambos, Nordeste...* op. cit.

Bezerra de Mello prossegue destacando a importância da obra de Freyre, por este constatar o que ele próprio já defendia: uma fundamental “influência dos fatores econômicos na formação do nosso povo”. Esta foi uma questão cara à reflexão do industrial que, como um bom “intelectual orgânico”, buscava, no dizer de Grasmci, “condições mais favoráveis à expansão da própria classe”<sup>256</sup>, e nenhuma condição seria mais favorável ao industrial do que o convencimento da sociedade sobre o “governo dos fatores econômicos na sociedade contemporânea”.

Esta constatação da influência dos fatores econômicos muito honra o autor, que neste ponto diverge da maioria de nossos intelectuais, que fazem praça da mais profunda ignorância no trato destas questões; sabido como é que o mundo antigo foi governado pelos guerreiros e conquistadores; o mundo moderno pelos intelectuais, que serviram de mentores aos príncipes, enquanto que o mundo contemporâneo é governado pelos fatores econômicos.<sup>257</sup>

Na interpretação da obra de Freyre, o industrial marca o seu lugar no acontecimento fundador desses fatores econômicos, que seria – em sua visão – o marco inicial do processo de construção da modernidade no Brasil.

O autor atribui como fundamento a esses fatores o epílogo da Guerra dos Mascates, guerra entre a nobreza de Olinda, representada pelo meu ascendente Bernardo Vieira de Mello, e os mercadores do Recife, amparados pela Metrópole.<sup>258</sup>

Ao comentar o último dos livros da trilogia de Freyre, que declara ter lido por gentileza do “velho amigo Anibal Fernandes, com quem mantenho constante comércio das coisas do espírito”, Bezerra de Mello mantém a apreciação feita aos dois primeiros, de que “se trata de uma obra de fôlego que marcará época”. Mantém também o padrão de uma crítica *suave*, porém contundente, que expressa a lógica do “consenso no dissenso”, que caracterizou a visão, ao mesmo tempo consoante e dissonante, desses dois devotados pernambucanos. Não é ao acaso que a crítica mais apreciativa do industrial se concentra sobre *Sobrados e Mocambos*, em que Freyre se desloca do “paradisiaco” mundo agrário, representado pelo engenho, e passa a se ocupar do deslocamento para a “urbs”,

<sup>256</sup> GRASMCI, op. cit., p. 7.

<sup>257</sup> MELLO, op.cit.

<sup>258</sup> Ibid.



para os sobrados, para o comércio, para o mundo “governado pelos fatores econômicos”, ou seja, o mundo em que ocupava lugar dominante.

Em *Nordeste*, Freyre retrata uma região em decadência, sendo coerente com sua concepção a respeito da harmonia que representava a vida transcorrida nas casas grandes e senzalas, no auge econômico dos grandes engenhos de seu estado. A imagem de um Nordeste em decadência não agrada ao industrial, adepto da preservação das tradições, porém convencido – e disposto a convencer – que o progresso e a modernização do país se dariam por meio das transformações econômicas e sociais que, de certa forma, apareciam como responsáveis pela decadência apontada por Freyre. Demonstrando um vasto conhecimento acerca das questões econômicas que dizem respeito, não apenas ao Nordeste, mas a todo Brasil e centros econômicos internacionais, Bezerra de Mello apresenta uma série de argumentos nos quais concorda não estarem “acompanhando o mesmo ritmo de progresso que o Sul”, ao que atribui “as correntes migratórias que para lá tem se dirigido, atraídas pela benignidade do clima”, mas, através dos quais, defende que o Nordeste estava progredindo também.

Nossas safras de açúcar já atingiram a elevada cifra de 8 milhões de sacos. Temos duplicado e melhorado a produção de café, do fumo e dos cereais e criamos uma indústria de tecidos que no ano passado produziu mais de 200 mil contos sobrepujando o valor da taxa do açúcar. Ampliamos nossa aparelhagem de ensino [...] a imprensa tem realizado grande progresso, sendo os jornais do Recife superiores ao meio, podendo rivalizar com os do Rio e São Paulo [...] sem falarmos no progresso material do Recife, Maceió, Fortaleza, Natal e outras cidades do interior. Demos ao país as duas figuras de mais evidência em nossos meio intelectuais, que são o próprio Gilberto Freyre em Pernambuco e o paraibano José Lins do Rego. Uma terra decadente não poderia produzir espíritos dessa ordem.<sup>259</sup>

De maneiras diversas, Bezerra de Mello e Freyre produziram e reproduziram um discurso que visava distinguir o Nordeste, e o estado de Pernambuco em particular, do restante do país. Um discurso regionalista que tornou recorrente a imagem do Nordeste como a região do “atraso e da miséria”, uma imagem historicamente construída, sendo, portanto, movida por interesses, em alguns casos visivelmente econômicos, sendo que em outros podem ter predominado os aspectos sociais e culturais.

Até meados da década de 1910, o Nordeste não existia, Ninguém pensava em Nordeste, os nordestinos não eram percebidos, nem criticados como gente de

<sup>259</sup> MELLO, Othon Bezerra de. Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mocambos, Nordeste. op. cit.

baixa estatura, diferente e mal adaptada. Aliás, não existiam, as elites locais não solicitavam, em nome dele, verbas ao Governo Federal para resolver o problema de falta de chuvas, da gente e do gado que morriam de fome e de sede [...] <sup>260</sup>

A Companhia de Tecidos Paulista – como visto anteriormente – em sua tentativa de impedir que o decreto determinando a limitação do trabalho em 8 horas diárias na indústria de tecelagem fosse estendido ao Nordeste, envia um memorial aos centros industriais do Rio e São Paulo. O mais forte argumento utilizado, visando um regime especial para a região, foi à alegação da “baixa eficiência do trabalhador nordestino”, em função de uma mistura racial degenerativa e do clima desfavorável. O determinismo geográfico e o etnocentrismo racista serviam para alimentar o discurso de uma elite que buscava benefícios especiais do Governo Federal.

Os problemas causados pelo clima árido fizeram com que, no discurso de sulistas e nortistas, o Nordeste fosse, paulatinamente, associado à imagem da precariedade e da miséria, cujas origens, para Gilberto Freyre, estavam diretamente ligadas à “obra da escravidão”. Essa ideia, já presente no livro *Nordeste*, em que Freyre destaca a decadência da região, foi utilizada pelo então deputado Gilberto Freyre como argumento principal, no final dos anos de 1940, para o convencimento do Governo Federal acerca da pertinência da criação de um Instituto de Pesquisas destinado ao estudo dos problemas sociais que ele mesmo vinha se encarregando de divulgar.

Freyre, como afirma Bonafé, foi “um dos mais destacados ‘inventores do Nordeste’, do ‘intelectual regional’, a exemplo do próprio sociólogo.” <sup>261</sup> A existência de um Instituto de Pesquisas para estudar os problemas que, segundo Freyre, eram problemas típicos do Nordeste, deveria ter sua localização naquela que seria sua “capital intelectual”, o Recife. “De acordo com Albuquerque Jr., a Faculdade de Direito do Recife e o Seminário de Olinda eram, desde o século XIX, ‘lugares privilegiados para a produção de um discurso regionalista e para a sedimentação de uma visão de mundo comum’”. <sup>262</sup> A origem da nacionalidade

---

<sup>260</sup> RAGO, Margareth. “Prefácio: Sonhos de Brasil”. In: ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed. Recife, FJN, Editora: Massangana; São Paulo: Cortez, 2001. apud. BONAFÉ, op. cit., p. 39.

<sup>261</sup> Ibid.

<sup>262</sup> Ibid.

passou a ser buscada na história de cada região, e cada região buscou eleger seus heróis fundadores da nacionalidade.

“Um desses heróis, filho do Nordeste e de sua capital intelectual, era Joaquim Nabuco, cuja memória, Freyre buscava homenagear oficialmente em 1949”, com a proposta de criação de um Instituto de pesquisas com o nome daquele que, segundo conclamava Freyre, precocemente percebeu as questões sociais no Brasil, antes mesmo que elas aparecessem como tal. No discurso construído pelo sociólogo pernambucano, Nabuco considerava a “abolição da escravatura o primeiro passo para a organização do trabalho nacional e, por conseguinte, da civilização brasileira”<sup>263</sup>.

O discurso proferido pelo então Deputado Federal Gilberto Freyre, em 1948, buscava não deixar dúvidas acerca da importância histórica de Joaquim Nabuco, não apenas para seu estado de origem ou sua região, mas para a resolução dos problemas que mais afligiam a nação brasileira como um todo. Segundo o sociólogo, Joaquim Nabuco: “foi um pioneiro daquele socialismo ou trabalhismo de sentido ético, para o qual devemos caminhar cada vez mais resolutamente no Brasil, acima de seitas e de facções, de doutrinas fechadas e de sistemas rígidos”.<sup>264</sup>

O trabalhismo que Freyre atribui a Nabuco, supostamente não teria relação com ao trabalhismo de Vargas, ao qual o deputado udenista fazia franca oposição. Tratar-se-ia, como observado por Bonafé, do trabalhismo inglês. Segundo Freyre, Nabuco havia se aproximado dos trabalhadores brasileiros devido a um socialismo “como muitas afinidades com um trabalhismo mais avançado de hoje que é o britânico da Ala Cripps”.<sup>265</sup>

A Ala Cripps do Partido Trabalhista Britânico, naquele momento, começava a implantar as ideias da social-democracia no Reino Unido. Stafford Cripps, a quem Freyre faz referência direta era um dos integrantes do governo trabalhista liderado por Clemente Attlee, eleito em maio de 1945, após uma campanha baseada em bandeiras como a nacionalização, reconstrução nacional e aumento dos investimentos nas políticas públicas de saúde. Tem origem neste governo a construção dos alicerces daquilo que seria o Estado de Bem Estar Social

<sup>263</sup> Discurso do Deputado Federal Gilberto Freyre (UDN-PE), apresentando o projeto de criação do Instituto Joaquim Nabuco, no dia 02 de agosto de 1948. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/didoc/gf-ddc-ijn.pdf> Acesso em: 25 out. 2012.

<sup>264</sup> Ibid.

<sup>265</sup> Ibid.

Britânico. Clippis era um socialista cristão a quem o sociólogo admirava e a quem dedicou seu livro *Inglese no Brasil*.<sup>266</sup>

Apresentado, ainda que sucintamente, o “lugar” do qual falava o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, suas posições político-ideológicas e as que ele atribui a Joaquim Nabuco, cabe questionar a relação de tudo isso com a empresa, o empresário e os trabalhadores do Grupo Othon.

A relação de amizade e a interlocução intelectual entre Bezerra de Mello e Freyre podem significar o compartilhamento de posições e ideias, que ao serem identificados possibilitam compreender ações e atitudes do industrial. Um fim que não se encerra nele mesmo, mas que possibilita compreender como a *práxis* deste empresário, que funciona, em nosso entender, como um intelectual de sua classe, intercambia-se com a *práxis* dos inúmeros trabalhadores de seu grande complexo fabril.

O empresário Bezerra de Mello reivindicou – sempre que a oportunidade lhe permitiu – seu lugar entre os “heróis fundadores” da nacionalidade em sua região. Fez isso ao referir-se ao seu ascendente Bernardo Vieira de Mello, considerado herói na Guerra dos Mascates, fez isso na entrevista que concedeu quando estava em excursão comercial no Chile. Nesta última o industrial esclarece as características originárias da noção em que está implícito o sentido do “espírito liberal”, frequentemente requerido para si.

Aqui no Chile fui gentilmente recebido pelo nosso Embaixador, sr. Maurício Nabuco, a quem estou ligado por laços de tradicional amizade, graças as relações íntimas que existiam entre o grande Joaquim Nabuco, **o verbo da Abolição**, e o meu pai que era, como hoje se diz, 100 por cento abolicionista. O meu pai, embora fosse homem abastado, não possuía escravos, tendo libertado no ato da compra todas aqueles que precisava para seus serviços. Em nossa casa nunca houve escravos porque o meu pai cuja família muito sofreu em 1844, da qual o meu avô materno foi um dos chefes, era um **liberal autêntico**, de ideias muito avançadas para sua época.<sup>267</sup> [grifo meu]

A admiração de Bezerra de Mello por Nabuco, destacada por Freyre, pode não ter representado mero recurso de retórica, o que, aliás, não lhe faltava. O industrial, assim como o sociólogo, buscava na tradição, existente ou inventada, inspiração e fundamentos para suas próprias concepções políticas e ideológicas.

<sup>266</sup> BONAFÉ, op. cit., 50.

<sup>267</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro. 15 fev. 1939.

Assim, não nos parece absurdo sugerir que o industrial dialogasse com as ideias e propostas do suposto “trabalhismo puro” que Freyre atribui a Nabuco.

O descontentamento com Revolução de 1930, inicialmente explícito, passou, nos anos seguintes, por uma estratégica acomodação. Isso, somado à declarada admiração que Bezerra de Mello nutria pela Inglaterra, por ele considerada “a grande mestra dos povos”,<sup>268</sup> pode significar que os princípios do herói desenhado por Freyre, representados pelo “cristão e democrata trabalhismo britânico”, tenham norteado muitas das ideias e ações do industrial, sobretudo a política de benefícios sociais, implementada em todas as suas fábricas.

#### 5.4

#### O Grupo Othon na Campanha Nacional da Aviação

No contexto da Segunda Guerra Mundial, o jornalista e empresário Assis Chateaubriand, proprietário da cadeia de jornais *Diários Associados*, juntamente com Salgado Filho, então Ministro da Guerra, lançam a Campanha Nacional da Aviação ou Campanha *Dêem Asas ao Brasil*, como também ficou conhecida.<sup>269</sup> Os empresários eram chamados ao exercício de seu patriotismo na realização de doações de aviões, de dinheiro ou de peças que servissem na compra ou montagem de aviões. O objetivo da Campanha era consolidar a aviação civil no Brasil, com a formação de pilotos nos Aeroclubes que foram fundados em vários estados do país. Havia também o interesse em monitorar sobrevoos de aviões em

<sup>268</sup> Diversos registros evidenciam a admiração que Bezerra de Mello nutria pela forma de governo da Inglaterra. Segundo o industrial, a combinação de liberalismo e preservação das tradições tornava esse país um modelo a ser seguido. Essa concepção é claramente percebida na declaração feita no jornal *A Noite*, em 1929, quando, referindo-se à Inglaterra, declarou que “[...] sua forma de governo e seu liberalismo, vem servindo de modelo às mais avançadas conquistas sociais, sem esquecer suas tradições” *A NOITE*, Rio de Janeiro. 7 mar. 1929.

<sup>269</sup> A Campanha Nacional de Aviação, ou CNA, como ficou conhecida a campanha que também foi chamada de “Campanha para dar Asas a Juventude Brasileira” ou “Dêem Asas ao Brasil”, foi organizada no governo de Getúlio Vargas, tendo sido idealizada pelo jornalista Assis Chateaubriand, proprietário da cadeia de jornais *Diários Associados* – na qual Othon L. Bezerra de Mello foi autor de diversos artigos – e por Joaquim Pedro Salgado Filho, então Ministro da Guerra. Essa campanha, que surgiu na década de 1940, visava a doação de aviões ou dinheiro e materiais que servissem para compra ou construção de um avião, ampliação de hangares ou construção de campos de pouso para os chamados Aeroclubes. Para saber mais sobre a Campanha Nacional da Aviação, Cf. MORAES. Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 394.

nosso território, já que o mundo encontrava-se numa guerra, na qual o Brasil envolveu-se estratégica e diretamente a partir de 1942.

As relações de Chateaubriand com Bezerra de Mello eram antigas. Em diversos registros da imprensa, o jornalista e empresário é chamado de amigo pelo industrial, que constantemente escrevia artigos para os jornais da cadeia dos *Diários Associados*, da qual Chateaubriand era proprietário. Esse dado, somado ao “poder de persuasão” Chateaubriand,<sup>270</sup> talvez tenha contribuído para fazer com que fosse precedido apenas pelo empresário Samuel Ribeiro, encabeçando as primeiras doações para Campanha de Aviação, inicialmente patrocinando a compra de duas aeronaves. Em cerimônia que contou com a presença do Ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, uma delas, a “Duque de Caxias” – como a batizou o empresário Bezerra de Mello – foi enviada por Chateaubriand, para Caxias do Sul, onde havia sido fundado em 19 de fevereiro de 1941, o Aeroclube Caxias.

No dia 22 de março de 1941 o aeroporto da Ponta do Calabouço se engalanava para o batismo solene do primeiro avião, o Regente Feijó, um Piper Cub doado por Samuel Ribeiro para o aeroclube de Pelotas, no interior do Rio Grande do Sul. A cobertura da festa foi tão feérica que no dia seguinte aparecia o segundo avião: o pernambucano Othon Lynch Bezerra de Mello doava ao Duque de Caxias, um monomotor de três lugares, que seria destinado ao aeroclube de Caxias do Sul, também no Rio Grande.<sup>271</sup>

---

<sup>270</sup> “A receita que ele tinha na cabeça era simplíssima: pedia-se a um milionário (ou a um grupo deles) que doasse um avião de treinamento. Os Associados (Diários Associados) se encarregariam de cobrir o doador de elogios (e reportagens e fotos) e cada avião seria batizado com o nome de um vulto ilustre – que poderia ser o pai, a mãe ou um antepassado qualquer do mecenas que tivesse pago a conto do aparelho. Cada batismo seria uma cerimônia pública, com champanhe, banda de música, discursos – e mais a garantia da cobertura do ato por todos os órgãos Associados. O rico que se recusasse a contribuir entrava na temida lista negra dos inimigos de Chateaubriand”. Ibid.

<sup>271</sup> Ibid.



Figura 13 - Em 1941, Álvaro Bezerra de Mello, filho de Othon Bezerra de Mello, batiza uma das duas aeronaves doadas por seu pai para a Companhia Nacional da aviação liderada por Assis Chateaubriand (à direita). Na cerimônia, o jornalista e empresário puxa os aplausos, observado pelo então Ministro da Aeronáutica, Salgado Filho (ao centro, de terno branco). 1941. Fonte: autor desconhecido. Acervo da família Bezerra de Mello.

A própria construção do Aeroclub de Caxias se fez pela colaboração do empresário Bezerra de Mello, que, em 1944, realizou nova doação no valor de 10 contos de réis para a aquisição de outros aviões, gesto que lhe rendeu diversas manifestações de apreço. O jornal *Diário da Noite* publicou uma matéria intitulada: “Extraordinário movimento patriótico em torno da aviação civil brasileira: o gesto do Dr. Othon Bezerra de Mello”, na qual são apresentados inúmeros telegramas assinados por instituições, como a comissão de indústrias e banqueiros do Rio Grande do Sul constituída para incrementar o movimento em prol da aviação civil e pelo presidente do Fluminense Yacht Club, Petrônio Almeida Magalhaes. Além disso, ao se referir à “legião de abnegados patriotas”, o *Diário da Noite* dá grande destaque ao nome do empresário:

Entre os patriotas figura com grande destaque o Dr. Othon Lynch Bezerra de Mello, o filantropo reconstrutor do porto da cidade de Rio Grande, que num novo gesto espontâneo de alta compreensão patriótica acaba de doar a importância de 10 contos de réis para a aquisição de aviões destinados ao aeroclube.<sup>272</sup>

<sup>272</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 22 mar. 1944.



Figura 14 - Aeronaves doadas por Bezerra de Mello. Empresário ao lado de personalidades da época. 1941. Fonte: autor desconhecido. Acervo da família Bezerra de Mello.

A essa altura, em que os “abnegados patriotas”, por idealismo ou por força das circunstâncias, abraçavam a causa liderada por Chateaubriand, o Brasil já contava com os serviços da VARIG – Viação Aérea Rio-Grandense – empresa de aviação civil fundada pelo brasileiro naturalizado, alemão de nascimento, Otto Ernest Meyer, em 1927. Não se pode compreender a “fundação de uma companhia de aviação comercial nesse período fora do jogo estratégico internacional do entre-guerras”, afirma Fortes, que recorre a um especialista americano para esclarecer que:

A Varig foi criada por iniciativa do Sindicato Condor, “uma companhia de propriedade alemã [...], mas incorporada por brasileiros”, especialmente para assumir a linha aberta entre o Rio de Janeiro e o porto do Rio Grande, Via Porto Alegre, passo importante para converter o Brasil em “base da operação das linhas aéreas alemãs pelo continente – um desenvolvimento lógico em vista da sua posição estratégica em qualquer rota para a Europa e sua grande população alemã”.<sup>273</sup>

Fortes destaca ainda os aspectos estratégicos da aviação comercial alemã “vista como meio de fortalecer os laços do *Auslanddeutsche* (alemães do exterior)

<sup>273</sup> FORTES, op. cit., p. 185.



na América Latina com o Reich.” Com a evolução da guerra e tomada de posicionamento pelo Brasil, Meyer passou a ser investigado por ser suspeito de envolvimento com o nazismo, ao que o empresário respondeu negando pertencer ao Partido Nazista, mas confirmando sua participação na DAF (Frente Alemã do Trabalho), que na Alemanha nazista:

Assumi um papel de liderança na política social do regime, dedicando-se, também, a um intenso trabalho doutrinário, a partir de cursos de formação política destinados a converter os industriais em líderes fabris.<sup>274</sup>

Conforme esclarece Fortes, embora não houvesse planos definidos para algum tipo de golpe de estado na América do Sul, esta foi palco de uma acirrada disputa comercial entre alemães e norte-americanos, sendo que no caso brasileiro havia a peculiaridade:

[...] de que as três maiores colônias de imigrantes fossem provenientes dos países do eixo contribuiu para a diluição da simpatia inicial pelos regimes fascistas dentro do governo Vargas e de grande parte da elite nacional, que acabaram colocando a *segurança nacional* em consideração superior às eventuais afinidades ideológicas. O risco de uma opção em sentido contrário, entretanto, foi extremamente útil para a negociação de recompensas significativas pela adesão aos aliados, como foi o caso do financiamento para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda.<sup>275</sup>

O ingresso do Brasil na guerra em 1942, ao lado dos aliados, colocou a VARIG em difícil situação, já que a influência exercida pela Alemanha sobre seu quadro administrativo era evidente, e mesmo com a substituição de Otto Ernest Meyer por Rubem Berta no cargo de Diretor Administrativo, a pressão da inteligência militar norte-americana continuaria até que a Varig fosse, em 1943, totalmente *nacionalizada*.<sup>276</sup>

Nesse contexto, a criação da Campanha Nacional de Aviação, liderada por Chateaubriand e pelo Ministro da Guerra Salgado Filho, ganha especial significado, assim como a adesão de empresários ao movimento. Este foi um momento em que gestos que demonstrassem apego à pátria brasileira, como o empenho na constituição de uma aviação própria, foram estrategicamente positivos, sobretudo por parte de *líderes fabris* como Bezerra de Mello, que a essa

<sup>274</sup> Ibid.

<sup>275</sup> Ibid., p. 194

<sup>276</sup> Cf. FORTES, op. cit., p. 197-200.

altura já se beneficiava com a Lei do Esforço de Guerra que começou a vigorar no final de 1942.

O período da guerra marca um momento de consideráveis transformações no Grupo Othon. O patrimônio da família Bezerra de Mello sofrerá um significativo crescimento nesses anos, como resultado das estratégias e do oportunismo empresarial de sua maior liderança. Em 1939, Bezerra de Mello muda-se de Pernambuco para a Capital Federal, de onde passa a articular a aquisição de três novas fábricas,<sup>277</sup> em três novos espaços em que o impacto das mudanças estruturais empreendidas pela administração do Grupo Bezerra de Mello terão lugar em um meio já marcado por uma tradição de luta dos trabalhadores.

Em Santo Aleixo, por exemplo, local em que é adquirida, por compra, a Companhia Agrícola e Industrial Magalhães, rebatizada de Fábrica Esther, os trabalhadores já contavam com uma longa trajetória de lutas. Entretanto, é no contexto das transformações decorrentes da chegada do Grupo Othon que uma série de outros elementos irá convergir na vivência de experiências a partir das quais serão forjadas uma cultura fabril específica, bem como as características da classe trabalhadora local, fundadas numa nova dinâmica social.

As constantes doações realizadas pelo empresário, também nos locais para onde os negócios se expandiram, contribuíram na tessitura das redes de relações sociais que favoreciam sua inserção no espaço das elites intelectual e política local e nacional. Em Alagoas, por exemplo, doou uma área de 700 hectares, com seus mananciais, para o Serviço de Águas da Cidade de Maceió, na gestão do então governador Silvestre Péricles de Góes Monteiro. As doações faziam parte do processo de positivação da imagem das fábricas do Grupo, da associação das empresas com a ideia de colaboração e com o crescimento da “riqueza pública” e com o valorizado sentimento de patriotismo. Mas, muito mais que isso, as doações possuíam um papel estratégico, estabelecendo pactos de reciprocidade entre as diferentes esferas do poder. Os ganhos simbólicos, que acabavam de uma

---

<sup>277</sup> São elas: a Fábrica Esther em Santo Aleixo; a Fábrica Maria Amália em Minas Gerais e a Fábrica Carmen em Alagoas. As três fábricas, que foram adquiridas entre 1942 e 1943, serão palco de experiências de consenso e resistência dos trabalhadores no contexto das relações sociais vivenciadas dentro e fora de seu espaço. Tudo isso será objeto de nossa análise na segunda parte desta tese.

forma ou de outra, convertendo-se em ganhos materiais, eram a contrapartida que justificava todo o investimento.

**Parte II**  
**Os trabalhadores na expansão do Grupo Othon**

## 6 Esther, Maria Amália e Carmen: novas fábricas, antigos lugares.

Em princípios da década de 1940, cresceu consideravelmente a “grande família fabril” administrada pelos Bezerra de Mello. Aos três mil operários que, em 1939, o patriarca declarou pertencer suas empresas, foi acrescentado aproximadamente igual número nos anos que se seguiram. A *Revista Cruzeiro*, visando destacar o “espírito de brasilidade” do empresário – em momento de fundamental significado político do atributo – informa que “os operários e funcionários que no início da empresa, eram em número de 600, têm hoje o número elevado a cerca de 5000.”<sup>278</sup> Números referentes ao ano de 1941, quando o Grupo Othon já conta com as fábricas Esther, no Rio de Janeiro, e a Maria Amália em Minas Gerais. A partir da aquisição da fábrica Carmen, em Alagoas, o quantitativo de operários informado pela *Revista Cruzeiro* é duplicado.<sup>279</sup>



Figura 15 - Família Bezerra de Mello em Manchete da reportagem feita pela *Revista Cruzeiro*. In: *Revista Cruzeiro*, set. 1941

<sup>278</sup> REVISTA O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 17-25 set. 1941.

<sup>279</sup> Segundo Ivo Farias, a fábrica Carmen, em Alagoas, chegou a abrigar cerca de 5000 operários, representando a maior produção têxtil do Estado. Cf. FARIAS, Ivo dos Santos. *Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho/AL*. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2009, p. 12.

Cabe assinalar que apenas alguns meses antes dessa reportagem, Bezerra de Mello havia doado duas aeronaves para a Campanha Nacional da Aviação, liderada por Assis Chateaubriand. Este empresário e jornalista costumava oferecer como contrapartida, reportagens, às vezes apoteóticas, em sua cadeia de jornais – da qual fazia parte a *Revista Cruzeiro*.<sup>280</sup>



Figura 16 - Acima destaque para a seção de tecelagem da Fábrica Apipucos no Recife e abaixo (à esquerda) uma fotografia com os dizeres: "Othon L. Bezerra de Mello é um amante apaixonado das viagens. Aqui está fotografado junto à estátua de Camões, na longínqua colônia portuguesa de Macau (China). In: Revista Cruzeiro, set. 1941

Sendo a reportagem apoteótica ou não, o fato é que se nota um impressionante crescimento do complexo industrial do Grupo Othon nesse

<sup>280</sup> Ver último tópico da primeira parte desta tese: "O Grupo Othon na Campanha Nacional da Aviação".

período. A mudança do fundador e presidente para o Rio de Janeiro ocorreu em 1939, momento em que gozava de grande evidência política, entre outras coisas, pela valorizada, ou “patriótica” – como se encontra registrado em diversos jornais e revistas da época – política social empreendida em seus estabelecimentos fabris. É desse ano a elogiosa matéria publicada na coluna do interventor Agamenon Magalhães dos *Diários Associados*, em que compara seus operários aos próprios filhos<sup>281</sup>,

O industrial sempre expressou ideias ambiciosas sobre o papel da indústria no Brasil. A circulação pelas esferas de poder político e inserção nos meios intelectuais de seu estado de origem ocorreu paralela a um extraordinário desenvolvimento dos negócios nas décadas de 1920 e 1930, prova de uma grande habilidade política em contornar, estrategicamente, momentos que pareciam desfavoráveis, como o da vitória da Revolução de 1930, contra a qual fazia declarada oposição no parlamento pernambucano. Mesmo sendo aliado do então governador Estácio Coimbra, exilado com seu secretário Gilberto Freyre, com quem Bezerra de Mello – como visto – mantinha profícuo diálogo intelectual, o industrial não apenas sobreviveu intacto às mudanças como soube articulá-las a favor de seus interesses e, por conseguinte, dos interesses de seu grupo empresarial.

Analisando os inúmeros artigos publicados pelo industrial, a respeito de aspectos econômicos e sociais, nota-se a presença de um subjacente projeto de modernização para o país, que possuía como referência o exemplo do liberalismo inglês que, segundo ele, garantia conquistas sociais, “sem esquecer seu passado e suas tradições”<sup>282</sup>. Este, aliás, foi o grande mote da “tese” que, implícita ou explicitamente, defendeu sobre o caminho que o Brasil deveria percorrer para superar a tendência em dar “preferência a tudo que nos vem de fora!”, mal que – segundo ele – “ não é exclusivamente nosso: ele é peculiar a todos os povos novos que ainda não tem bastante arraigado o sentimento pátrio e o amor à tradição.”<sup>283</sup>

---

<sup>281</sup> Refiro-me à declaração do empresário, publicada pelo interventor Agamenon Magalhães, no artigo dedicado ao Cotonifício Othon Bezerra de Mello. “As minhas empresas, disse-me ele, antes de embarcar para a Europa, em outubro do ano findo, não são minhas, são desses três mil operários, inclusive os meus filhos, que se confundem com eles. São das famílias que vivem felizes com o labor do Cotonifício. A minha felicidade está na felicidade dos que trabalham comigo. A função social da riqueza é que me fez realizar esse esforço.” DIÁRIO DA NOITE. Recife. 6 fev. 1939.

<sup>282</sup> A NOITE. Rio de Janeiro. 7 mar. 1929.

<sup>283</sup> Ibid.

No decorrer de toda a década de 1930, o empresário continua a expressar ideias e ideais com relação ao progresso de Pernambuco e do país, além de investir, de maneira prática, em políticas sociais, nas fábricas do grupo que comanda. Dez anos após deixar registrada sua admiração pelo povo inglês, “tão bem orientado na luta pela vida [e que] tem uma verdadeira idolatria pelo seu eu e por tudo que representa a pátria e suas instituições”<sup>284</sup>, o contexto do Estado Novo no Brasil e o advento da guerra na Europa legitimam ainda mais seu discurso nacionalista, modernizador e progressista. Ainda que não declaradamente identificado com o projeto autoritário e centralizador do Estado Novo, suas ações, relativas, por exemplo, ao investimento na assistência social aos operários, em grande evidência naquele momento<sup>285</sup>, e sua destacada participação em projetos de interesse nacional, como o da Campanha da Aviação, colocavam-o em sintonia com as aspirações do Estado brasileiro.

No discurso ideológico dessa época, a questão social aparecia como elemento marcante, reformulando inclusive as funções do Estado Nacional. A questão social devia significar um ponto de equilíbrio entre o trabalhador e a produção mecanizada, uma questão de convivência e cooperação entre as classes, de humanização do trabalho e do bem-estar comum. Cabia ao Estado Nacional Brasileiro organizar o povo em uma nação, voltar-se para o trabalhador como expressão máxima das possibilidades de desenvolvimento socioeconômico.<sup>286</sup>

José Ricardo Ramalho argumenta que, no contexto da guerra, a qual define como uma ameaça à soberania nacional, a base de legitimação da centralização do poder executivo e da expansão do controle do Estado foi a criação do “homem novo”, através da disseminação do “progresso” a todos os lugares do país. Neste processo, a imagem do avião ganhava – prática e simbolicamente – grande eficácia.

Um avião que passa é um grito de alerta que levanta os acorados, que faz até vibrar a atenção dos amolecidos e descrentes. Um avião que voa no sertão, é a alma das grandes capitais brasileiras que vibra nos ares, é a afirmação evidente de que lá longe, em lugares que nunca foram sequer sonhados, existe uma força à qual obedecem os pássaros brilhantes e barulhentos e que essa força se chama Brasil! Um avião que aterra nos campos sertanejos é o melhor embaixador de

<sup>284</sup> Ibid.

<sup>285</sup> Referência disso é o já citado artigo escrito pelo interventor Agamenon Magalhães, além de outras publicações em periódicos do Estado.

<sup>286</sup> RAMALHO, José Ricardo. Estado-Patrão e luta operária: o caso da FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 41. Cf. também GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.



nossa nacionalidade indivisível, capaz de levar rapidamente aos mais afastados lugarejos brasileiros o livro, a higiene, a saúde e a alegria das grandes cidades do litoral [...].<sup>287</sup>

Quando, em 1939, Bezerra de Mello muda-se para o Rio de Janeiro, seus empreendimentos industriais em Pernambuco passavam por momento áureo. Conforme visto em seção anterior, “problemas com o interventor Agamenon Magalhães aconselharam a mudança para a Capital, problemas de ordem econômica”, afirmaria décadas depois, Álvaro Bezerra de Mello, filho mais jovem do fundador do Grupo. Entretanto, é possível supor que a mudança para a Capital tenha feito parte de um bem pensado plano de expansão, com investimento de capitais acumulados em momento plenamente favorável para tal. A viagem de reconhecimento feita aos países da América do Sul em 1939, por iniciativa particular, teria possibilitado amplo conhecimento do mercado, ao mesmo tempo em que garantiu credibilidade e reconhecimento por parte das autoridades brasileiras. Tanto é que a publicação da entrevista concedida aos *Diários Associados* na ocasião em que se encontrava no Chile, na qual apresenta “esboço de um plano para expansão de nossa indústria de tecelagem”, obteve grande repercussão nos meios industriais, suscitando intenso debate em que se pôs como interlocutor o professor Álvaro Porto Moitinho, catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro e Membro do Conselho Federal de Comércio Exterior.<sup>288</sup> A participação, em 1940, da oficial “Missão Econômica Brasileira” possibilitou, enfim, o conhecimento das condições do mercado e a inserção política necessários à garantia de sucesso aos novos empreendimentos.

Três novas fábricas foram adquiridas nos primeiros anos da década de 1940, em ordem de aquisição: a Companhia Agrícola e Industrial Magalhães, rebatizada de “fábrica Esther”, no Rio de Janeiro; a “Maria Amália”, em Curvelo, Minas Gerais e a “Fernão Velho”, que passou a ser chamada de “Carmen”, Alagoas. Estas fábricas vieram a compor a Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello, Companhia que foi associada ao já consolidado Cotonifício Othon Bezerra de Mello, ao que se somou também, a Companhia de Seguros Riachuelo com sede no Rio de Janeiro, e Usinas de Açúcar em Pernambuco que

<sup>287</sup> Discurso proferido pelo Brigadeiro Guedes Muniz, idealizador e responsável pela Fábrica Nacional de Motores (FNM), instalada na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, na década de 1940. Posse da Primeira Diretoria do Aeroclube do Estado do Rio de Janeiro, 22 ago. 1940. apud. Ibid.

<sup>288</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro. 23 fev. 1939.

se transformariam na Companhia Açucareira Santo André do Rio Uma, com a aquisição da Rio Una, então de propriedade do antigo colega de Parlamento, Joaquim de Arruda Falcão.

Joaquim de Arruda Falcão, comprou a Usina Rio Una no Município de Barreiros. Uma Usina sem muita possibilidade de expansão, cercada que era pela pantagruélica Central Barreiros, de Othon Bezerra de Mello. Mais tarde, Othon [...] que irá construir uma das maiores fortunas do Brasil, comprou a Rio Una. Aumenta a produção em mais de 200% e a incorpora à Central Barreiros.<sup>289</sup>

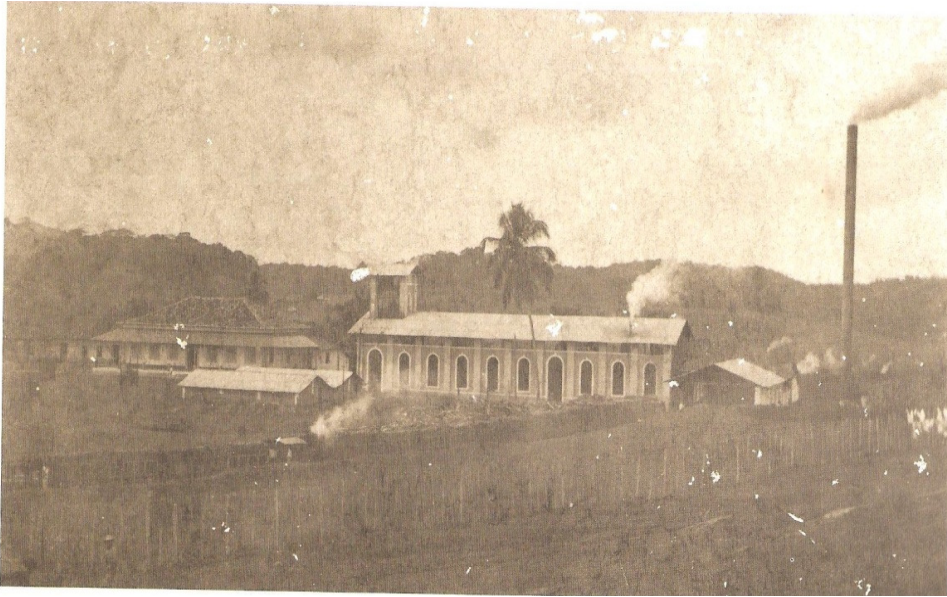


Figura 17 - Sede da Companhia Açucareira Santo André da Rio Uma. 1943. Fonte: autor desconhecido. Acervo da família Bezerra de Mello

As novas fábricas de tecidos ocupariam lugar de relevância na trajetória do Grupo Othon, e de modos diversos, este Grupo Empresarial, ou cada uma destas fábricas em particular, teria papel central na história dos *lugares*<sup>290</sup>, feitos *novos* pelos trabalhadores que os (re) significaram.

<sup>289</sup> CIRANO, Marcos. Joaquim de Arruda Falcão: contra o rugir da unanimidade. *Perfis parlamentares do século XX*. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/01pdf/CarlosLimaCavalcanti.pdf> Acesso em: 15 out. 2012.

<sup>290</sup> O espaço, assim como os lugares deve ser categoria historicamente situada, uma vez que as experiências que nele se dá são dialeticamente condicionadas e condicionantes, ou seja, são resultantes do entrelaçamento entre a contingência que lhe está implícita com os aspectos estruturais que se constituíram em processos anteriores. O lugar, por sua vez, corresponde a um ponto específico do espaço, significando assim o uso que cada indivíduo ou grupo social faz de espaços mais amplos, definindo o seu lugar. Cf. CARLOS, Ana Fani. *O lugar do/no mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. Da mesma forma, Savage adverte que os lugares em si não sustentam a

Todas as novas *meninas* do Grupo Othon – as fábricas Esther, Maria Amália e Carmen – foram instaladas em locais já marcados por certa tradição em torno do trabalho fabril, conferindo semelhança ao impacto gerado pelas transformações estruturais implementadas em cada local, pela nova administração. Entretanto, as especificidades culturais forjadas por meio de experiências históricas e de relações sociais também específicas tornaram a configuração social e cultural de cada local um “caso particular do possível”, conforme verificado por Leite Lopes no caso da Companhia de Tecidos Paulista. A particular combinação de tempo, lugar e atores sociais com o padrão de administração do Grupo Othon, marcado pelo modelo de fábrica com vila operária fez desses *lugares* palco de experiências socioculturais específicas no interior de “[...] uma situação onde a própria fábrica é proprietária das casas em que moram seus operários e é promotora da vida social extra fabril da localidade”.<sup>291</sup>

Numa situação em que, para além da presença das regularidades que marcam o “padrão fábrica com vila operária”, pontilhado pelas especificidades socioculturais dos grupos operários de diferentes locais, em alguns casos são verificados traços de uma tradição associativa e combativa anteriores, a complexidade de cada situação é ainda maior, em função da possibilidade de que permanências sejam travestidas por novos formatos ou de transformações se apresentarem implícitas a antigas formas.

## 6.1 De Fábrica Nacional de Santo Aleixo a fábrica Esther

A primeira fábrica adquirida fora dos limites do estado pernambucano, pelo Grupo Othon, foi a então Companhia Agrícola e Industrial Magalhães, rebatizada de Fábrica Esther. Localizada no remoto distrito de Santo Aleixo, no município de Magé no Rio de Janeiro, esta fábrica foi chamada em sua fundação – em meados do século XIX – de Fábrica Nacional de Santo Aleixo e, alguns anos depois, de Nova Fábrica de Santo Aleixo, vindo a figurar como Companhia Agrícola e Industrial Magalhães apenas em meados da década de 1930.

---

formação da classe. Cf. SAVAGE, Mike. *Espaço, redes e formação de classe*. In: Revista Mundos do Trabalho. v. 3, n. 5. jan-jun/2011. p. 26.

<sup>291</sup> Cf. LEITE LOPES, op. cit., p. 17-20.

O município de localização da fábrica se destacou como importante região produtora de alimentos no século XIX,<sup>292</sup> quando seria cenário das principais fases de implantação e desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil, chegando a abrigar cinco fábricas de tecidos no período áureo do setor. O município experimentou, assim, a transformação de uma região essencialmente agrícola no século XIX para um polo industrial têxtil no século seguinte.



Figura 18 - Fonte: CASTRO, Ruy. *Estrela Solitária: um brasileiro chamado Garrincha*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996. p.14. (Imagem Adaptada por Felipe Augusto dos Santos Ribeiro)

<sup>292</sup> O município de Magé chegou a ser chamado de Celeiro da Corte, devido a sua importância no abastecimento do Rio de Janeiro em seu período imperial. Cf. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. Niterói: Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), 1994.

Santo Aleixo foi o distrito que obteve maior destaque na fase industrial do município. O isolamento geográfico e a população rarefeita não impediu que abrigasse as duas de suas cinco fábricas, sendo a Fábrica Nacional de Santo Aleixo a primeira do ramo têxtil, não apenas do município, mas da então Província do Rio de Janeiro.<sup>293</sup> Esta fábrica ganha grande importância por adquirir nas décadas seguintes, em especial a partir da administração dos Bezerra de Mello, o caráter de um campo circunscrito de construção das relações sociais e da configuração dos padrões culturais da sociedade local. Isso se deve, em grande parte, à centralidade que o trabalho fabril passou a ocupar nas vidas dos operários-moradores de Santo Aleixo. O isolamento geográfico foi também um fator que contribuiu como elemento de fortalecimento da construção de valores comuns relativos à experiência coletiva da luta pela subsistência material, representada pelo trabalho nas fábricas.

A gênese das transformações econômico-sociais na região foi marcada pela fase embrionária da indústria no local, que corresponde aos primórdios da indústria no país. Transformações estas que marcaram o progressivo processo de interdependência que envolveu o estabelecimento das unidades fabris, bem como a própria “construção do lugar”. O documento mais antigo sobre essa fase é datado de 22 de agosto de 1847. Trata-se de uma carta enviada a José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, na qual contém a informação de que:

(...) Frederico Jones, sócio representante da Companhia de uma Fábrica de fiar e tecer algodão acompanhado do Diretor Luis S. Moran e de um engenheiro da mesma, tendo achado no lugar denominado Santo Aleixo, distante desta Vila duas léguas, pouco mais ou menos, a água suficiente para servir de motor da dita fábrica. Ali compraram as precisas terras [...] e lá encetaram as obras precisas.<sup>294</sup>

Em 1849, em relatório anual apresentado pelo presidente da Província do Rio de Janeiro, a Fábrica Nacional de Santo Aleixo aparece como dotada de “notável progresso”.<sup>295</sup> No ano seguinte, é citada em outro relatório como sendo

<sup>293</sup> A Real Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão do Catumbi (1815) e a Real Escola de Fábricas de Fiação de Algodão, Tecidos de Pano e Malha da Lagoa Rodrigo de Freitas (1819), ambas financiadas pelo governo de D. João VI, tiveram um breve período de existência, paralisando suas atividades em 1818 e 1822, respectivamente.

<sup>294</sup> CASADEI, Thalita de Oliveira. *Notas sobre a fábrica de tecidos de Santo Aleixo em Magé*. In: *Jornal do Instituto Histórico de Niterói* (documento transcrito da Sala Matoso Maia, na Biblioteca Estadual de Niterói).

<sup>295</sup> RIO DE JANEIRO. *Relatório do vice-presidente da Província*, João Pereira Darrigue Faro: 1850. p. 48.

um dos quatro principais estabelecimentos industriais da Província.<sup>296</sup> O acesso irrestrito a uma abundante fonte de energia hidráulica alimentava o desejo de expansão do empreendimento. Contudo, Santo Aleixo, sendo um local distante dos centros urbanos, abrigava uma população rarefeita, significando carência de mão de obra. Para solucionar o problema, colonos alemães de Petrópolis estavam sendo recrutados para o trabalho na fábrica, esperando-se que somente em último caso, fossem utilizados escravos.<sup>297</sup> A precariedade das estradas e meios de transporte teria contribuído para que a fábrica de Santo Aleixo “*fosse passando de mão em mão, e entre seus últimos donos, figuram as firmas Serafim Clares (...), Cia. Agrícola e Industrial Magalhães, e finalmente, Bezerra de Mello*”.<sup>298</sup>



Figura 19 - Pintura: Prédio da Fábrica Nacional de Santo Aleixo na década de 1840. Fonte: autor desconhecido. Acervo de Ademir Calixto

O processo de transformação do município de Magé, de uma área essencialmente rural para um núcleo industrial, iniciado a partir de meados do século XIX, é emblemático para a compreensão das mudanças que então se processavam no âmbito das relações de trabalho. Pela precocidade e intensidade da instalação de estabelecimentos têxteis no local, o distrito de Santo Aleixo

<sup>296</sup> RIO DE JANEIRO. *Relatório do vice-presidente da Província*, João Pereira Darrigue Faro: 1851, p. 48.

<sup>297</sup> RIO DE JANEIRO. *Relatório do vice-presidente da Província*, Luiz Pedreira do Couto Ferraz: 1849, p. 47.

<sup>298</sup> SANTOS, R.P. *Magé: Terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957, p.161.

obteve preponderância nesse processo, iniciado alguns anos depois, em diversas outras regiões do país.

Desde o início, a força de trabalho foi uma questão crucial na indústria. Stein observa que as relações de trabalho nas primeiras fábricas exigiam pouca inovação, “pois, *grosso modo*, os empresários acreditavam que os trabalhadores eram dóceis, ignorantes e carentes de orientação”, levando-os a adotar uma política que “não diferia muito daquela dos benevolentes patriarcas das grandes propriedades rurais”.<sup>299</sup> Assim, mesmo com a tendência progressiva em substituir a mão de obra escrava pela assalariada a partir de 1850, “a sombra da escravidão permaneceu visível”.<sup>300</sup> Nem o escravo nem o trabalhador assalariado brasileiro possuía grandes habilidades mecânicas, levando os industriais a contratarem técnicos estrangeiros. A Fábrica Nacional de Santo Aleixo e também a de Fernão Velho, que seriam ambas incorporadas pelo Grupo Othon na década de 40 do século seguinte, são citadas como exemplo na utilização de mão de obra estrangeira e livre em meados do século XIX.

Em 1851, a Santo Aleixo era uma fábrica cosmopolita: tinha dezessete brasileiros (15 homens e 2 mulheres), cinco italianos (3 homens e 2 mulheres), 2 ingleses, 2 americanos e oitenta e três alemães (43 homens e 40 mulheres). A fábrica Fernão Velho, em Alagoas, com 1625 fusos e 40 teares, empregava 8 estrangeiros, ao lado de 35 operários nacionais em 1866.<sup>301</sup>

Conforme afirmou Stein, uma diversidade de grupos estrangeiros compunha a mão de obra da fábrica Nacional de Santo Aleixo em seus primeiros anos de funcionamento. Contudo a predominância de um contingente considerável de trabalhadores alemães foi a provável razão que levou “os diretores da Santo Aleixo a patrocinarem escolas noturnas, nas quais se ensinava o alemão e o português [...]”, enfatizando ainda que os proprietários fabris tomaram para si “a tarefa de proporcionar educação primária aos empregados analfabetos [...] porque era vantajoso para a fábrica ter empregados que soubessem ler e escrever”.<sup>302</sup> Além disso, a preocupação com a fixação e controle da mão de obra, já naquele momento, levou os industriais a considerarem válido o investimento para “inculcar moralidade e transmitir uma educação completa”.

---

<sup>299</sup> STEIN, op. cit., p. 63.

<sup>300</sup> Ibid.

<sup>301</sup> Ibid.

<sup>302</sup> Ibid.

As famílias dos trabalhadores viviam juntas, sob a mais moralizadora e sagaz supervisão, recebendo do digno proprietário e de sua honrada família exemplos salutarres de trabalho e dignidade – eis como um observador caracterizou as condições, nos anos 80 [1880], da fábrica Santo Aleixo.<sup>303</sup>

Em documento datado de 1890, a fábrica aparece apenas como Fábrica de Tecidos de Santo Aleixo, de propriedade do Comendador José Antônio de Araújo Filgueiras,<sup>304</sup> e não mais Fábrica Nacional de Santo Aleixo. Em 1906, em registro referente ao ônus devido pelo “uso d’uma faixa de terras com trinta metros (30) metros, para o fim de assentarem a linha de transmissão de energia”, o nome da Companhia figura como “Companhia Nova Fábrica de Santo Aleixo”,<sup>305</sup> provavelmente já como propriedade da Firma Serafim Clares. Em 1911, o Cartório do Ofício da Cidade de Magé registra um contrato de compra e venda pelo qual a “Companhia Nova Fábrica de Tecidos de Santo Aleixo”, representada pelo presidente interino Lafayette Maia, adquire uma grande faixa de terras de propriedade do morador do local Henrique Fernandes Rebelo. Na década de 1930, os documentos já registram a fábrica como de propriedade da Companhia Agrícola e Industrial Magalhães, adquirida, em 1941, pelo empresário Othon Bezerra de Mello.

O depoimento do Sr. Elpídeo, operário que trabalhou na fábrica de Santo Aleixo entre 1896 e 1953 – desde a administração de Serafim Clares a Bezerra de Mello – aposentando-se, segundo ele, com “cinquenta e tantos anos de casa”, é emblemático para compreensão de aspectos da trajetória dos imigrantes estrangeiros que vieram em busca de trabalho na fábrica de Santo Aleixo, se enraizaram no local, constituindo a primeira de várias gerações de trabalhadores fabris. Segundo o Sr Elpídeo, seu pai veio de Portugal, aos 14 anos de idade, acompanhado de seus avós. “Vieram de Portugal direto para Santo Aleixo, porque a vida não tava [sic] boa lá”, quando ingressou na fábrica por volta de 1860. Seu Elpídeo declara ainda que a avó trabalhou como tecelã, tendo morrido aos 89 anos, e – pretendendo chamar a atenção para a antiguidade do acontecido – diz ter sido ela “quem amansou os teares aí na fábrica [...] eles trabalharam muitos anos aí na fábrica”. A família se enraizou no local. O pai se casou com uma operária

---

<sup>303</sup> Ibid.

<sup>304</sup> Registro Geral das Hipotecas do Estado do Rio de Janeiro. Cartório de Magé, 1890.

<sup>305</sup> Registro Geral das Hipotecas do Estado do Rio de Janeiro. Cartório de Magé, 1906.



brasileira, com quem teve 13 filhos, todos, inclusive o Sr Elpídio, trabalharam na mesma fábrica em que seus filhos também viriam a trabalhar.<sup>306</sup>

Essa experiência se assemelha a de um conjunto de outras famílias operárias enraizadas no lugar desde as primeiras levadas migratórias no século XIX. Para além dessas famílias, muitas outras foram sendo atraídas de estados e municípios vizinhos, em momentos de maior estabilidade e prosperidade das fábricas, enraizando-se e construindo para si uma identidade social, forjada em torno da partilha de experiências e interesses comuns.

O processo de constituição dessa identidade social se fez – como se pretende explicitar – em simultaneidade com outro processo, o de construção de uma cultura fabril, ou seja, de um conjunto de ideias, valores e tradições compartilhados, que não representavam uma contraposição ao do operariado em geral, mas que esteve, em diversos aspectos, permeado pelas especificidades das condições históricas e culturais particularmente vivenciadas neste local, feito *lugar* por seus operários-moradores. A consideração desses processos simultâneos não representa, como se pretende evidenciar, a visão de uma fragmentação enfraquecedora dos interesses da classe trabalhadora, mas significa, isto sim, a inclusão de variadas e variáveis experiências que tornam sua história mais densa e mais complexa.

### **6.1.1 A crise local e nacional da indústria têxtil**

De acordo com os registros diversos, incluindo depoimentos de antigos operários, a crise que se verificou em âmbito nacional em finais dos anos de 1920 e início dos anos 30, refletiu diretamente no município de Magé, onde algumas fábricas tiveram seus trabalhos interrompidos, sendo uma delas a Companhia Nova Fábrica de Santo Aleixo que, no dizer dos operários, “parou de rodar”, retornando às atividades já como propriedade da Companhia Agrícola e Industrial Magalhães.

---

<sup>306</sup> Depoimento do Sr. Elpídio, contramestre aposentado, nascido em 1897, concedido a Sonia Maria Gonzaga de Oliveira, em 7 ago. 1980. Na entrevista, Elpídio relata ainda que iniciou o trabalho na fábrica com 8 anos de idade, padrão que se estendeu a todos os 12 irmãos e 1 irmã.

Contudo, os ciclos de prosperidade e retração da fábrica de Santo Aleixo e da indústria local de um modo geral, ocorreram desde o momento da implantação até o de seu período áureo, vivenciado nas décadas de 1940, 50 e 60. Um dos momentos de refluxo não só da indústria, mas da economia do município de um modo geral, ocorreu com a abolição da escravatura, sobre o que a Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro registrou o seguinte:

Com a abolição da escravatura, houve considerável êxodo dos antigos escravos, ocasionando terrível crise econômica. Esse fato, aliado à insalubridade da região, fez com que desaparecessem as grandes plantações, periódicas ou permanentes. O abandono das terras provocou a obstrução dos rios que cortam quase toda a baixada do território municipal, alagando-a. Daí originou-se o grassamento da malária, que reduziu a população local e paralisou por décadas o desenvolvimento econômico da região.<sup>307</sup>

O processo abolicionista causou uma desorganização do trabalho rural no município de Magé, afetando também a indústria local. Esta que, não obstante fizesse uso da mão de obra de imigrantes estrangeiros e brasileiros livres, foi bastante prejudicada, pois com o abandono das terras pela falta de braços para o trabalho, a infraestrutura necessária para o funcionamento das fábricas ficou totalmente desorganizada. Esse quadro foi agravado em função dos acontecimentos ocorridos por ocasião da Revolta da Armada, quando contingentes da Marinha se colocaram contra o governo do Marechal Floriano Peixoto. Os revoltosos invadiram a cidade de Magé em busca de gêneros alimentícios, passando as invasões a serem mais ostensivas, incidindo no controle efetivo sobre a cidade, que é abandonada pelas autoridades públicas e moradores abastados.<sup>308</sup> Esses acontecimentos foram registrados por uma série de reportagens realizada pelo *Jornal do Brasil* sob o título “Horrores de Magé”. A agricultura sofreu um golpe fatal, com a emigração dos já escassos braços necessários ao trabalho, que saíram em busca de um ambiente mais promissor. O comércio ficou completamente estagnado, tendo muitos comerciantes fechado suas portas. A

<sup>307</sup> TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Estudo sócio Econômico – 1997/2001*. (Histórico). Magé: Rio de Janeiro, 2002, p. 7. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br/>>. Acesso em: 07 mar. 2005.

<sup>308</sup> SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann: história da cidade de Magé (1870/1950)* Editora: Gráfica Jornal da Cidade, Petrópolis, 1988, p. 28.

indústria ficou impossibilitada de comercializar seus produtos, o que levou algumas delas a paralisarem suas atividades temporariamente.<sup>309</sup>

Concomitantemente a todos os problemas gerados pelas transformações decorrentes da crise do escravismo e dos efeitos da Revolta da Armada em Magé, surgiram aqueles relacionados à falta de saneamento da região, agravada pelo abandono de suas terras pelos ex-escravos, a partir da abolição da escravatura e por diversas famílias, após o episódio lembrado como os “Horrores de Magé”. Este quadro de abandono resultou na proliferação de uma série de moléstias, alvo de preocupação por parte das autoridades locais e dos empresários fabris que, acertadamente, viam nos problemas sanitários um grande empecilho para o soerguimento da economia local.<sup>310</sup>

O momento que atravessamos não nos permite olhar com sorridente otimismo para o futuro das indústrias, que não podem concorrer livremente nos mercados mundiais, impondo-se pela qualidade e pelo custo de seus produtos. Sem aperfeiçoamento de sua aparelhagem, sem barateamento do custo da vida, sem melhoramento do braço operário, fortalecido pela educação e pela higiene, o povo mageense não poderá jamais dormir tranqüilo quanto ao destino de sua indústria, da qual depende, na hora presente, o seu próprio destino.<sup>311</sup>

O discurso do prefeito Gilberto Bacellar retrata a situação de declínio econômico e social experimentado pelo município, em parte por circunstâncias que afetaram semelhantemente a indústria de todo país e, por outro lado, por outra parte por circunstâncias locais, como a proliferação da malária e outras febres desde o período que se seguiu a crise do escravismo. É recorrente em vários documentos menções à questão das endemias: “O clima em algumas localidades é bom; em outros pontos reina a malária,”<sup>312</sup> “O paludismo em suas diversas modalidades assolou os municípios de Itaperuna, Magé e Niterói”.<sup>313</sup> “[...] a Febre Amarela e o impaludismo [...] faziam com que os de fora passassem ao largo [...]

<sup>309</sup> JORNAL DO BRASIL. *As Causas e os Homens da Revolta Naval*. Rio de Janeiro, 28/ jan. 1895, n° 28.

<sup>310</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>311</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ. *Relatório apresentado ao Exmo. SR. Interventor no Estado do Rio Comandante Ary Parreiras pelo prefeito Gilberto H. de Bacellar*. Magé: RJ, 1933, p. 7.

<sup>312</sup> GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Álbum do Estado do Rio de Janeiro. Centenário da Independência do Brasil: Município de Magé*. Rio de Janeiro: 1922 (Não paginado).

<sup>313</sup> RIO DE JANEIRO. *Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado pelo Presidente do Estado Alberto de Seixas Martins Torres*. 15 set. 1899, p. XXV. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/jain>> Acesso em: 17 mai. 2007.

porque tinham medo terrível de se contaminarem ‘naquela terra em que a febre dava até nos postes’”.<sup>314</sup> Na memória dos antigos operários, a paralisação das atividades fabris, em fins da década de 1920 e início de 30, deve-se ainda aos infortúnios da natureza.

Essa fábrica, quando eu entrei pra ela era Companhia Serafim Clares. Então faliu. Deu uma enchente em 1927, até arrebentou uma ponte ali no Zé, onde tem uma pilastra em pé. Uma irmã minha foi vítima, matou ela. Então, faliu a fábrica, deu uma enchente e carregou muitas coisas de dentro da fábrica, e eu estava na empresa nessa época mais ou menos [...] então depois de um tempo a Magalhães comprou, Companhia também boa.<sup>315</sup>

O distrito de Santo Aleixo é cortado por dois rios, tendo sido a abundância de água o mais forte elemento de atração para a precoce instalação da indústria têxtil no local. As enchentes, ocorridas frequentemente, estão presentes como marcos na memória coletiva dos operários-moradores do local. No depoimento acima, o fechamento da fábrica de Santo Aleixo, que se deu no contexto da crise generalizada que atingiu o setor a nível nacional, aparece na lembrança do operário associado à enchente que teria lhe causado uma dupla perda: o emprego na fábrica e a vida de sua irmã.

Numa poesia publicada no jornal local *Cidade de Magé*, o fechamento das fábricas é motivo de lamento, “o cenário das casas operárias abandonadas e o apito que não se houve mais”. Tudo isso é comparado às intempéries naturais, as enchentes e tempestades que teriam afetado a região.<sup>316</sup> Em outra matéria, a “má condição da estrada que liga Santo Aleixo a Magé” – para o que se solicita providências às autoridades – é o problema apresentado como causa da fábrica de Santo Aleixo, “fechada há mais de 1 ano” e posta à venda, “não ter sido vendida ainda”.<sup>317</sup>

Entretanto, apesar de as circunstâncias locais, em maior ou menor medida, terem efetivamente influenciado na paralisação das atividades fabris, outros fatores concorreram na configuração deste quadro, como a crise econômica que se abate sobre o país em meio ao debate internacional, conforme observado por

<sup>314</sup> SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann: história da cidade de Magé (1870/1950)*. Editora: Gráfica Jornal da Cidade, Petrópolis, 1988, p. 80.

<sup>315</sup> Depoimento de Custódio, tecelão aposentado, concedido a Sonia Maria Gonzaga de Oliveira, em 29 jul. 1980.

<sup>316</sup> CIDADE DE MAGÉ, Magé. 3 ago. 1930.

<sup>317</sup> CIDADE DE MAGE. Magé. 7 jun. 1931.

Bezerra de Mello, no artigo em que tratou da evolução da indústria têxtil pernambucana.

[...] não podemos calar nem esquecer a tremenda crise, que há dois anos vêm assoberbando a indústria de tecidos no Brasil, indústria que pelo desenvolvimento que tomou representa, depois do café, a maior fonte de riqueza do país. Diversos são os fatores apontados como causa desta situação que, prolongando-se, ameaça arruinar muitas empresas que dão trabalho a milhares de operários, reduzindo-os à miséria e a fome.<sup>318</sup>

Movido por concepção distinta acerca do lugar a ser ocupado pela indústria na economia, o prefeito Bacellar, no relatório que dirige ao interventor do Distrito Federal, manifestou grande preocupação com o futuro da cidade de Magé. Neste momento, em que algumas de suas fábricas já se encontravam com as atividades paralisadas, eram graves os problemas sociais da cidade. Para Bacellar, tudo isso se configurava como “consequência funesta do exclusivismo industrial”, o qual ele considerava uma ameaça para a própria sobrevivência da população local, uma vez que a economia do município se encontrava quase que totalmente na dependência, direta ou indireta, deste meio de subsistência.

A indústria de tecelagem é a mais importante do Município. As rendas públicas, o comércio, a população estão, na hora presente, na mais absoluta dependência dessa atividade fabril. Um colapso nessa indústria, o fechamento repentino das fábricas de tecidos, constituiria para Magé uma desgraça inominável. As rendas públicas ficariam reduzidas a menos de um terço, o comércio perderia 70% de seus clientes, que teriam de emigrar em massa, para não morrer de fome.<sup>319</sup>

Segundo o prefeito Bacellar, a solução para a crise gerada “pelo exclusivismo industrial” deveria consistir no retorno a um “passado de glórias”, no qual Magé abrigava “grandes fazendas e numerosos engenhos”, em que se produzia “no solo fecundo saneado pelo trabalho rural”. Para ele, a agricultura, e não a indústria, deveria se colocar como “sólido fundamento da economia regional”, refletindo uma disputa que, para além de seu caráter econômico, envolvia concepções presentes no plano ideológico.

---

<sup>318</sup> MELLO, Othon Bezerra. *A evolução da indústria têxtil pernambucana*. 1929-1930, op. cit., p. 56.

<sup>319</sup> BACELLAR, op. cit. p. 7.

Vieram as estradas de ferro, conquistando as distancias de serra acima, sobreveio **a luta contra a escravatura, desorganizando com sua precipitação, o trabalho rural**. Magé viu, então sob a influência de circunstâncias menos favoráveis, desaparecer, lamentavelmente, sua agricultura, fonte de sua riqueza e prosperidade.<sup>320</sup> [grifo meu]

A argumentação do prefeito Bacellar em defesa da atividade rural, lamentando sua desorganização pela “precipitação da luta contra a escravatura”, reflete um tipo de ideologia presente entre as elites política, econômica e intelectual do país, mas em confronto com posicionamentos divergentes e conflitantes, como o assumido por Bezerra de Mello.

Não podemos perder de vista que a exportação de nossos produtos agrícolas tem o seu limite: os grandes países da Europa [...] trabalham com afinco para desenvolver em suas colônias os produtos necessários a sua alimentação e as suas indústrias, e quando este dia chegar tristes dos países que baseiam suas riquezas apenas na agricultura e na pecuária [...] não queremos pregar aqui o abandono desses dois ramos de atividade nacionais, mas insistimos que à indústria seja dispensada a mesma proteção que vem merecendo de nossos estadistas a agricultura e a pecuária.<sup>321</sup>

O encontro entre o rural e o urbano, o agrícola e o industrial, são observados também no cotidiano das famílias operárias de inúmeras fábricas instaladas em locais afastados dos centros urbanos. Desse modo, semelhantemente ao que ocorria com a mão de obra *sertaneja* que atuava nas fábricas dos Lundgren e de Bezerra de Mello<sup>322</sup>, em Pernambuco, na fábrica de Santo Aleixo e outras em seus arredores, o trabalho assalariado foi percebido inicialmente por muitos dos operários que migraram do campo, “da roça”, como alternativa para um momento de crise. Como estratégia de sobrevivência, muitas famílias mantinham pequenos roçados e criações de animais como complemento do trabalho assalariado na fábrica, parecendo existir um acordo tácito permitindo que atividades extra fabris fossem executadas em terras da Companhia.

A roça era terra da Companhia que a gente podia plantar a vontade, a Companhia não implicava. Terreno da Companhia a gente podia plantar a vontade, entendeu? Não era terreno da gente não. Eu plantava muita rama de mandioca desde

<sup>320</sup> Ibid., p. 8.

<sup>321</sup> MELLO, Othon Bezerra. *A evolução da indústria*, op. cit., p. 58.

<sup>322</sup> Leite Lopes observou que os períodos de abundância da mão de obra *sertaneja* na indústria, estiveram ligados aos momentos de seca e declínio da produção algodoeira e açucareira. Cf. LEITE LOPES, op. cit.

menino, junto com meu pai. Cheguei a fazer 3 sacos de farinha com as ramas de mandioca que eu plantava, aí eu vendia pro pessoal daqui. Meu pai tinha uma capixaba. Capixaba é modo de dizer, ele tinha uma rocinha pequena [...] todo mundo vivia assim [...] meu pai contava que ele tocava duas engomadeiras de fio na fábrica pra ganhar três mil e quinhentos cruzeiros por dia em 8 horas de trabalho, mas sempre tinha a lavoura dele, quer dizer, farinha não comprava, tinha sempre um porco no chiqueiro, tinha galinha, plantava algum milho também [...] era assim todo mundo.<sup>323</sup>

As lembranças retrospectivas, que marcam positivamente a possibilidade de conjugação do trabalho fabril com o dos roçados são recorrentes, como no exemplo acima. A fala deste operário, que se refere à administração anterior a dos Bezerra de Mello, revela que a abundância de terras pertencentes à fábrica lhe permitiu a prática de uma eficiente estratégia de superexploração do trabalhador que, ao mesmo tempo, corroborava nas ações voltadas à inculcação de uma “moral do trabalho” e ao controle e dominação dessa mão de obra, para além do espaço do trabalho fabril. Esses aspectos da relação de dominação e subordinação entre a empresa e sua mão de obra foram observados por Leite Lopes no caso da Companhia de Tecidos Paulista.

Pode-se observar como esse trabalho “camponês”, subordinado a um contexto geral de trabalho fabril seria, por detrás de suas aparências, um acréscimo de sobretabalho fora das paredes fabris, apropriado indiretamente pelo industrial, o qual através desse expediente tem o custo de sua força de trabalho reduzido. É, como se, para além do sobretabalho a que estão sujeitos em sua jornada de trabalho fabril, os operários tivessem ainda que sujeitarem-se a um acréscimo de esforço “por conta própria” para produzirem bens alimentares de subsistência cuja possibilidade de aquisição já deveria estar incluída em um salário superior a ser pago pela Companhia como equivalente a um nível de reprodução normal da força de trabalho.<sup>324</sup>

De forma semelhante, Leite Lopes observa essa superexploração do sobretabalho no caso dos operários do açúcar da Zona da Mata de Pernambuco.

[...] Lá na oficina tem muitos que aplanta uma rocinha, é o que vale a gente. Tem muitos e muitos que trabalha na usina, larga de 4 e meia, coitado. Quando larga de 4 e meia já tá com a vista escura. Mas é o jeito, “vou fazer um sacrifício”. Aí vem em casa, a machadinha já tá assim na área, é só pegar, toca pra subir a ladeira ( o roçado desse operário é no morro concedido pela usina para o pequeno plantio dos operários). Larga da usina 4 e meia, que chegue lá gasta mais ou menos meia hora, não é isso? Gasta mais ou menos meia hora nisso. Chega lá em

<sup>323</sup> Depoimento de Paulo Lopes, tecelão e mestre aposentado, concedido a Sonia Maria Gonzaga de Oliveira, em 8 set. 1980.

<sup>324</sup> LEITE LOPES, op. cit., p. 111.

cima 5 horas. Não é hora de ninguém mais trabalhar em serviço, né? Chega lá dentro com sacrifício, peleja, já é de noite, quando dá 6 horas ele larga.<sup>325</sup>

A prática da concessão de terras para o cultivo de gêneros alimentícios, assim como outras concessões, foi sendo gradativamente abandonada pela companhia. Não coincidentemente, esse abandono se fez na medida em que a legislação social e trabalhista foi sendo posta em prática, garantindo direitos antes concedidos – em formas e medidas diferenciadas – como dádivas.

O operário revela que a companhia “botou guarda na floresta”, para que não fosse cortado “nem um cabo de vassoura, até uns pé de feijão que nasceram bonito ali perto da caldeira, quando o homem olhou que viu aquilo bonito, mandou arrancar”.<sup>326</sup>

Antes podia. A companhia mesmo dava terreno, né? Você pedia terreno pra fazer uma plantaçozinha, e ele dava. No tempo do Seu Serafin Clares, aquilo era uma beleza; você via roça nesses morros todos aí. Hoje aqui não tem um pé de chuchu. O Othon, essa parte da plantaço, ele não dava. Ele já morreu, mas não dava e não dá.<sup>327</sup>

Estabelecendo uma associação entre os temas, o operário segue relatando que “já no tempo de Othon, eles davam café com pão e manteiga a gente” como lanche na fábrica, “davam pano duas vezes por ano: cada homem um terno e cada senhora um vestido. Tiraram tudo, tudozinho tiraram”. A razão da suspensão desses benefícios teria sido um movimento de contestação feito pelos operários, a partir do qual o trabalho foi paralisado e algumas máquinas quebradas, em reivindicação do abono de natal. “Aí nós conquistamos isso, aí fizeram o abono de natal, aí veio a lei do abono de natal, e cortaram tudo”.<sup>328</sup>

O depoimento do operário converge com a tese de Leite Lopes, que refletindo sobre o caso da Companhia de Tecidos Paulista, identificou na concessão de roçados para os operários uma superexploração de sua força de trabalho. As atividades extrafabris de criação de animais e produção de gêneros alimentícios funcionavam como complemento do insuficiente salário recebido

<sup>325</sup> Depoimento anônimo de operário de uma usina de açúcar pernambucana, identificado apenas com a profissão de serralheiro. apud. LEITE LOPES, José Sérgio. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 118.

<sup>326</sup> Depoimento do Sr. Elpídio, contramestre aposentado, nascido em 1897, concedido a Sonia Maria Gonzaga de Oliveira, em 7 ago. 1980.

<sup>327</sup> Ibid.

<sup>328</sup> Ibid.



pela já exaustiva jornada de trabalho na fábrica. “Tinha uma rocinha senão meus filhos passavam necessidade”<sup>329</sup>, declara o operário. Tratava-se ao mesmo tempo de complemento salarial e estratégia de controle, já que a concessão de terras para o roçado era vista como uma dádiva da companhia. Desse modo, à medida em que as lutas dos operários venciam a resistência dos patrões, a dádiva ia sendo substituída pelo direito.

Verificadas as semelhanças na situação de superexploração, cumpre explicitar que de maneiras concernentes às experiências comuns de dominação a que estiveram submetidos, no âmbito da vida e do trabalho, específicas de cada local, os trabalhadores se reconheceram como grupo composto por indivíduos identificados por essa experiência comum, percebendo seus interesses como convergentes entre si, e opostos aos de seus patrões.

### 6.1.2

#### **Aspectos da resistência operária no Santo Aleixo da Primeira República**

Em Santo Aleixo, o isolamento geográfico e a situação de dependência estrutural, já verificada em administrações anteriores a dos Bezerra de Mello, não impediram que os operários formassem, na Primeira República, uma série de sociedades mutualistas, recreativas e de resistência, como ocorria, de modo geral, em outros centros industriais.<sup>330</sup>

As características peculiares de uma dessas associações são retratadas num pequeno jornal local. Com o título: “Uma associação que honra sua classe”, a matéria apresenta um balancete da Associação de Operários de Santo Aleixo, datado de junho de 1926, enviado por Paulo Clares, diretor-gerente da Companhia Nova Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Aleixo e presidente da respectiva associação de operários. A associação era mista, ou seja, formada por patrões e trabalhadores, e a “honra” a que faz referência o título se relaciona a aprovação dos itens de despesas e contribuições. Esta última se constituía do pagamento de mensalidades pelos associados, contribuição da Companhia, além da “dádiva do

---

<sup>329</sup> Ibid.

<sup>330</sup> Cf. BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

diretor-presidente”. Como despesas, constam benefícios pagos aos associados e aquisição do estandarte da Associação.<sup>331</sup>

A associação descrita acima, de caráter misto, buscava atenuar algumas das muitas carências que afligiam os trabalhadores, em parte, a partir de seus próprios esforços, pois contribuía com o pagamento de mensalidades descontadas de seus parcos salários, mas tendo à frente o representante da Companhia que, com suas “dádivas”, revestia, com um ar de benevolência a prestação de alguma assistência social aos trabalhadores que, apesar da vigência de algumas leis,<sup>332</sup> encontravam-se alijados de qualquer benefício legal, pela resistência dos patrões em acatá-las, bem como pela inexistência de uma fiscalização que garantisse sua aplicação.<sup>333</sup>

A análise de matérias de jornais e depoimentos de operários confirma que as primeiras leis promulgadas nos anos de 1920, e após 1930, inclusive, foram sistematicamente ignoradas pelos empresários. O Sr. Elpídio, por exemplo, relata que morava em casa que pertencia à fábrica desde criança, e que começou a trabalhar com seu pai, “como operário”, quando tinha apenas 8 anos, mas que:

[...] houve uma ocasião que meu pai foi reclamar um negócio de um cartão que tinha aí na fábrica. **Era um roubo danado!** Então eles despediram meu pai na mesma hora! O cartão era um valezinho, tinha uns cartõezinhos que era um vale, compreende? Aquilo era uma ladroeira porque você tinha que gastar aquilo tudo na venda deles, que era um roubo. Aí despediram meu pai, e quando despedia um despedia todo mundo, né? Eles mandaram nós tudo embora. A casa foi desocupada no mesmo dia, aí fomos morar lá na Capela de Santo Aleixo, e lá dava febre até nos pau [...] Depois nós tudo voltamos pra trabalhar. Naquele tempo era assim: despedia agora, amanhã a gente chegava lá e falava com ele: \_ O seu James eu quero trabalhar \_ O rapaz, já tomou juízo?\_ Ah, já seu James (risos). Aí ele mandava a gente trabalhar.<sup>334</sup>

Os relatos sobre o trabalho de menores de 14 anos, mesmo após 1930, são frequentes. Conforme observado no relato de operários das fábricas

<sup>331</sup> MAGE –JORNAL. Magé, 5 jun. 1926.

<sup>332</sup> Entre as primeiras leis votadas no Brasil sobre assuntos trabalhistas estão: “uma lei de acidentes de trabalho, de 1919; a formação de Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), em 1923; a criação de um Conselho Nacional do Trabalho, também em 1923; uma lei de férias, de 1925; e um Código de Menores, de 1926”. GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 19.

<sup>333</sup> Segundo French, “tanto antes como depois de 1930, os empregadores industriais resistiram renitentemente a quase toda espécie de iniciativa previdenciária, trabalhista e regulatória do Estado. Quando eles não puderam estancar tal legislação, solaparam seu cumprimento ou simplesmente não fizeram caso dela na prática”. FRENCH, John. op. cit., p. 89.

<sup>334</sup> Depoimento do Sr Elpídio, contramestre aposentado, nascido em 1897, concedido a Sonia Maria Gonzaga de Oliveira, em 7 ago. 1980.

pernambucanas,<sup>335</sup> os baixos salários exigiam que o maior número possível de membros de uma família estivesse inserido no trabalho fabril, levando muitas delas a burlarem documentos de registro, com a conivência e, muitas das vezes, a ajuda de diretores e chefias. O tecelão Custódio relata que nasceu em 1914, “mas botaram 12 (1912), que era pra mim entrar com dois anos na frente, aí entrei com 10 anos”.<sup>336</sup>

Meu pai contava que quando ele entrou na fábrica, ainda criança, o mestre dele trabalhava com uma correia [cinto de couro] na mão. Bobeou, levava uma correia [...], quando ninguém estava olhando, as crianças aproveitavam pra brincar.<sup>337</sup>

Eu entrei na fábrica com 11 anos [...] naquele tempo tinha tamanho entrava, não tinha nada de idade.<sup>338</sup>

Antigamente entrava na fábrica com 12 anos. As máquinas eram altas, então eles faziam aquele tablado assim, pra criança subir pra poder trabalhar. Era criança, criança mesmo!<sup>339</sup>

Diversas fontes atestam a ocorrência de uma série de acontecimentos nos quais grupos operários da fábrica de Santo Aleixo manifestavam de modo mais ou menos organizado sua insatisfação e demanda por mudanças. O Sr. Elpídio recorda que as condições de trabalho eram muito difíceis, e que antes “do tempo de Othon”:

O calor era muito. Tempo de calor faz um bocado de calor aí na fábrica. E nesse tempo não era 8, era 12, 13 horas, era conforme eles queriam tocar, né? Pegava 5 horas da manhã e largava 6 da tarde. Depois que nós demos umas bordoadas aí, aí nós formamos o sindicato, o sindicato então agia, né? Quando eles queriam *serão* nós ia no presidente [do sindicato], aí as vezes entrava em greve. Eles atentavam, aí entrava todo mundo em greve. De vez em quando tava em greve isso aí, até que nós conseguimos: 8 horas de serviço. Eram 12, 13 horas, nós parávamos mesmo, né. Não era canja não!<sup>340</sup>

<sup>335</sup> O depoimento analisado nas páginas 69 e 70 do presente texto, da operária Margarida de Oliveira da Silva, que trabalhou em duas das fábricas do Grupo Othon em Pernambuco, converge com essas afirmações.

<sup>336</sup> Para maiores informações sobre o trabalho infantil e feminino, além das hierarquias sócio profissionais na gestão dos Bezerra de Mello, Cf. MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. São Gonçalo: Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), 2008.

<sup>337</sup> Entrevista com Eli da Silva, concedida à autora em 09 set. 2006.

<sup>338</sup> Entrevista com Paulo Lopes, concedida à autora em 03 fev. 2005.

<sup>339</sup> Entrevista com Maria Oneida Péclat, concedida à autora em 18 jan. 2007.

<sup>340</sup> Depoimento do Sr Elpídio, contra-mestre aposentado, nascido em 1897, concedido a Sonia Maria Gonzaga de Oliveira, em 7 ago. 1980.

A fala do operário alude à greve que é identificada pelo grupo como uma experiência comum cujos interesses convergentes se opõem aos dos empregadores, denotando o processo de construção de uma consciência de classe do operariado local.<sup>341</sup> O relato também evidencia o quanto “na prática, a intransigência patronal tornou a lei um campo de batalha para os trabalhadores”<sup>342</sup>, que, desde a Primeira República, lutavam com os meios de que dispunham, não apenas por interesses utilitários, embora também por eles, mas sobretudo pelo reconhecimento de um sentimento de dignidade que compunha uma identidade social forjada entre sujeitos que se reconheciam como iguais. O operário, ao ser questionado sobre greves na fábrica, responde haver participado em “muita quantidade”, e que a mais importante delas foi quando “deu à espanhola”.

A greve a que o operário faz referência ficou conhecida localmente como a *Greve do Pano*<sup>343</sup>, ocorrida no ano de 1918, no contexto dos acontecimentos da Revolução Russa. Segundo Batalha, a onda de greves que marcou o ano de 1917 obteve um certo arrefecimento no ano seguinte, “mas prosseguiram greves localizadas, e sobretudo, o esforço de ampliação e consolidação das organizações operárias, iniciado no ano precedente”<sup>344</sup>.

A importância local desta greve se expressa pela força com que surge na memória dos operários, mesmo que a partir de diferentes perspectivas. Numa apropriação retrospectiva dos acontecimentos, ora os operários envolvidos na greve aparecem como “heróis dignos de louvor”, como na narrativa realizada por Renato Peixoto dos Santos, em 1950, ora como “amotinados executando um plano diabólico”, como na narrativa de Antônio Paiva Fernandes.

---

<sup>341</sup> Segundo Thompson, “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem ou articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem e geralmente se opõem aos seus.” Cf. THOMPSON. A formação da classe operária inglesa, op.cit., p. 10.

<sup>342</sup> FORTES, et. al. Na luta por direitos, op. cit., p.[prefácio]

<sup>343</sup> Embora não seja consensual, de acordo com uma literatura local e com declarações dos operários Waldomiro Pinto Carneiro, Benedito Queiroz Vieira e José Pereira Leal “(...) os operários, mesmo os que não concordavam com a greve eram obrigados a carregar para casa, cortes de tecidos da fábrica. Muitos ao chegarem em casa procuravam dar fim aos tecidos, queimando-os. Outros esperavam anoitecer para deixar no portão da fábrica.” As entrevistas dos operários citados foram feitas ao Grupo Centenário, por ocasião da comemoração dos cem anos de criação do distrito de Santo Aleixo, em 1992.

<sup>344</sup> BATALHA, Cláudio H. M. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, p. 53.

[...] quando da greve comunista em Santo Aleixo, Juca Ullmann foi louvado pelos operários grevistas perseguidos [...] e utilizou de um engenho fabuloso para os salvar: quando trazia o algodão manufaturado de Santo Aleixo para levar para o Rio, trazia-os nas caixas fechadas, em vez de pano. Em Piedade (Porto de Piedade), colocava-os no navio, ‘Presidente’ em demanda ao Rio de Janeiro. Eles só poderiam voltar, às vezes, tangidos pelas saudades da família, para vê-las, de noite e disfarçados de mulher.<sup>345</sup>

[...] Para ali convergiam os chamados delegados dos operários, que outra coisa não eram, senão meros agitadores. Promoviam comícios de rua, e nas pregações revolucionárias pregavam o amor livre, a dissolução da família e a divisão de latifúndios. Assacavam as maiores infâmias contra Crespi, Matarazzo e outros capitalistas, e de permeio insuflavam os operários contra o comércio local, enorme massa se postava diante da agência postal, na ânsia de adquirir números dos jornais abertamente comunistas [...] E naquele dia aprazado, os operários a um sinal convencionado [...] pararam as máquinas e entraram a praticar desatinos. O plano era por demais diabólico [...] Instalaram o ‘Soviet’ local, e em substituição a bandeira brasileira, hastearam a bandeira vermelha, com o dístico: ‘Viva Lenine’. A seguir, os amotinados saíram em delírio pelas ruas precedidos pela Banda de Música, entoando a Internacional de Moscou.<sup>346</sup>

Essas narrativas foram acompanhadas por outras,<sup>347</sup> que em conjunto indicam uma apropriação que dá aos acontecimentos a forma de um “mito de origem” do movimento operário no local<sup>348</sup>.

Considerada pelos antigos operários Elpídio e Custódio a mais importante da qual participaram, a greve de 1918 foi motivada – a partir de seus relatos – pela falta de assistência e pelo desrespeito da fábrica pela dignidade dos operários. Quando a epidemia da gripe espanhola estava assolando a região, vitimando muitos operários, a “fábrica não dava assistência, nada, nada, carreguei muito

<sup>345</sup> SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann: história da cidade de Magé (1870/1950)*. Editora: Gráfica Jornal da Cidade, Petrópolis, 1988, p. 73.

<sup>346</sup> FERNANDES, Antônio de Paiva. *Magé, durante o Segundo Império e os primeiros tempos da República*. Rio de Janeiro: Hélios, 1962, p. 54-57.

<sup>347</sup> “[...] A rebelião armada [na cidade do Rio de Janeiro] fracassou [...] Somente nos arredores do Rio de Janeiro, os trabalhadores de Magé, rebelando-se, proclamaram a República Operária, que durou alguns dias. Os revolucionários tentaram mesmo tomar sob seu controle as fábricas, porém, destacamentos policiais afogaram em sangue a República Operária – a primeira tentativa dos operários de tomarem o poder em suas mãos.” KOVAL, Boris. *História do Proletariado Brasileiro: 1857 a 1967*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega. 1982, p. 150. “Os operários de Santo Aleixo eram tão comunistas que em 18 de novembro de 1918, empolgados com a vitória da Revolução Russa, no ano anterior, marcharam de Santo Aleixo até Magé e conseguiram dominar a cidade durante 3 horas”. MENDES, Antônio José. *Santo Aleixo é enclave comunista em Magé*. Rio de Janeiro: Jornal *O Dia*. 04 jun. 1989, p. 6. Artigo baseado em entrevista com José Rodrigues Santana. 72 anos, membro atuante do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Santo Aleixo. À época da entrevista era presidente da Associação do Trabalhador aposentado de Magé.

<sup>348</sup> Segundo Portelli, um mito não se apresenta como “uma narrativa unívoca”, mas como “uma matriz de significados”, uma trama de oposições. Caracterização que, a nosso ver, corresponde ao modo como se apresenta, na memória coletiva, o episódio da greve de 1918 em Santo Aleixo. PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 123.

defunto que jogava numa vala ali no cemitério”, afirmou Elpídio. Mas o que de fato teria ferido a dignidade dos trabalhadores, foi que, ao solicitarem ajuda para as famílias com doentes da gripe, receberam como resposta, de um dos gerentes da fábrica, que o “remédio para a gripe do operário era o capim”. A reação, segundo Custódio e Elpídio, foi imediata:

Nós agarramos ele, demos uns arrancos nele e botamos ele pra comer grama. A fábrica teve aí parada uma porção de tempo [...] necessidade, ih.. era uma luta! Aí todo mundo parou, naquele tempo quando um gritava todo mundo acompanhava [...] não tinha médico não tinha nada, só tinha uma farmácia de um tal de Waldemar Garcia [...] mas não era da Companhia não, era dele. Aí tinha que ir lá, mas tinha que pagar, né? A fábrica não pagava, não dava assistência. Depois da guerra morreu gente que você nem queira saber. Você via aí uma família andando, amanhã tava tudo estendido, morto.<sup>349</sup>

Desse modo, o até então incipiente movimento operário local, foi influenciado tanto por circunstâncias específicas, quanto “pelas notícias ainda confusas da Revolução Bolchevique”<sup>350</sup>, que incitaram o movimento operário na Capital Federal. Nas celebrações do 1º de maio de 1919, que reuniram dezenas de milhares de trabalhadores no Rio de Janeiro e em São Paulo<sup>351</sup>, dirigentes da União dos Operários em Fábrica de Tecidos – conforme citado por Ribeiro<sup>352</sup> – proclamaram, nas escadarias do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, as moções aprovadas mediante votação, entre as quais “um veemente protesto contra o encarceramento de cinco trabalhadores na cadeia de Magé, [...] por ocasião dos acontecimentos de novembro último”.<sup>353</sup>

Alguns anos depois, numa “lista negra de indesejáveis”, enviada pelo CIFTA (Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem do Algodão do Rio de Janeiro) para o CIFTSP (Centro de Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo), constavam os nomes de “16 operários da Cia. de Fiação e Tecidos de

<sup>349</sup> Depoimento do Sr. Elpídio, contramestre aposentado, nascido em 1897, concedido a Sonia Maria Gonzaga de Oliveira, em 7 ago. 1980.

<sup>350</sup> BATALHA, Claudio H.M. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, p. 53.

<sup>351</sup> Ibid.

<sup>352</sup> Cf. RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. 2009. 270f. São Gonçalo, RJ: Dissertação de Mestrado em História Social apresentada a Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio.

<sup>353</sup> Reportagem do jornal *A Razão*, de 02 de maio de 1919. apud. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 244.

Santo Aleixo também grevistas afastados; 4 operários grevistas despedidos pela Cia. América Fabril [...]; 3 operários despedidos por ‘princípio de greve’, da Cia. Fiação e Tecidos Cometa [...]’.<sup>354</sup>

De todas as fábricas citadas, localizadas no município de Magé, a de Santo Aleixo aparece com o maior número de “indesejáveis”, líderes grevistas, denotando a proeminência de seus operários nos movimentos de resistência no município.

Na década de 1920, fundou-se uma representação da Aliança Operária, cuja sede foi estabelecida em Santo Aleixo, conforme indica matéria do jornal local *Cidade de Magé*. A matéria relata a visita do Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, e outros, como Osvaldo Aranha que, de acordo o relato do jornal, foram recebidos com discursos ainda na estação de trem, quando o padre Nicodemos – vigário de Magé – fala em nome dos operários do município. Em seguida, as autoridades governamentais seguem para uma reunião em Santo Aleixo, na filial da Aliança Operária, “onde são inaugurados retratos das autoridades e novos discursos são proferidos pelo padre e pelos representantes do governo federal e ministros”.<sup>355</sup>

Nesse mesmo jornal, em que aparece o relato da visita dos representantes governamentais, em maio de 1931, foi registrado que em janeiro desse mesmo ano, uma passeata realizada pelos operários de Santo Aleixo, culminou em reunião em que se pretendia fundar uma Sociedade Beneficente Operária. Tal iniciativa acontece no contexto de extrema carência material dos operários, conforme indica reportagem em jornal de circulação estadual, de 3 de março de 1930. A matéria intitulada “Os horrores da fome em Santo Aleixo” traz o seguinte conteúdo:

Santo Aleixo é um lugar que dista apenas 40 minutos de Magé, no estado do Rio. Outrora havia ali um grande formigamento humano diligenciando pelo pão de cada dia, nas horas de febre de trabalho nas fábricas, estabelecimentos têxteis onde milhares de criaturas adquiriam meios de provisão para os seus lares. Agora no entanto tudo mudou. Ali como em Petrópolis, diante da paralisação do trabalho, antes de tudo provocada pela ganância dos patrões, que tentaram diminuir os salários dos tecelões, sobrecarregando-os de serviço, a fome começou

<sup>354</sup> CIFTSP, circular nº 340 – Confidencial, S. Paulo, 1/07/1924. 4fls. Apud HARDMAN & LEONARDI. *Historia da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ed. Global, 1982, p. 212.

<sup>355</sup> CIDADE DE MAGÉ. Magé. 6 mai. 1931.

a sua ronda apavorante em todas as portas, e o espetáculo da miséria fazem condoer o coração mais empredado.<sup>356</sup>

Meses antes da publicação do jornal denunciando a situação de crise social e econômica, o *Gazeta de Notícias* havia informado a falência da Companhia Nova Fábrica de Fiação e Tecidos Santo Aleixo,<sup>357</sup> período lembrado pelos antigos operários como um tempo de “muita luta”. Custódio recorda que depois de uma enchente ocorrida em 1927, no “tempo do Serafim Clares”, foi feita uma greve.

Naquela época a lei era porrete mesmo. Cada um trabalhava como braço, com um porrete enfiado. Então, fomos fazer uma reclamação, e o sujeito disse assim: \_eu não posso aumentar porque a inundação d’água prejudicou aí. A Companhia fraca e tal, tal. Mas naquele tempo sabe como era, né? Um assobiava e todos acompanhava, compreende? Mas nós dissemos: \_ Seu James, nós não temos nada com a inundação d’água [...] parece que ele falou umas palavras lá que agravou, sei que metemo-lhe o pau, demos uma coça. Foi muita gente, uma comissão. A gente tinha uma comissão. Houve essa greve aí, em 30, mas essa greve pacificou-se com entendimento com o patrão.<sup>358</sup>

Os relatos escritos ou orais acerca dos acontecimentos que envolveram a greve de 1918, ou *greve do pano*, como lembrada por alguns operários, sugerem a construção de fortes vínculos identitários em torno do acontecimento. A observação de diferentes narrativas nas quais ocorrem apropriações, significações e ressignificações implicam a necessidade de se considerar que a construção de culturas específicas – nesse caso, a construção de uma cultura fabril – ocorre de modo vivo, dinâmico e interacional. As diferentes percepções acerca das motivações e significações desta greve são tão marcantes quanto a percepção de sua importância como marco, ou mito de origem, do movimento operário local.

### 6.1.3

#### Diferentes percepções do “espírito da nova legislação”

Com o advento da Revolução de 1930, e com ele a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no mesmo ano, notabilizou-se a presença do

<sup>356</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 2 abr. 1930.

<sup>357</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 24 jan. 1930.

<sup>358</sup> Depoimento de Custódio, tecelão aposentado, concedido a Sonia Maria Gonzaga de Oliveira, em 29 de jul. 1980.



Estado regulamentando e fiscalizando as relações entre capital e trabalho no país. Ainda neste ano foi criada a “lei dos 2/3, que exigia que todas as empresas tivessem 2/3 de trabalhadores nacionais”, visando valorizar o trabalhador brasileiro. Em 1931, foram estabelecidas normas de sindicalização, assumindo um modelo doutrinário de corte corporativista. Para além dessas medidas iniciais, foi instituída a carteira de trabalho, em 1932, e numerosas leis foram sancionadas, “sobretudo durante a gestão do ministro Salgado Filho, (1932-34)”<sup>359</sup>.

Nesse período, a legislação social, com ênfase na regulamentação das relações de trabalho, entrava em gradual via de sistematização e implementação<sup>360</sup>, gerando reações, tanto por parte do empresariado quanto do operariado. Embora de naturezas diversas, essas reações evidenciavam que uma regulamentação das relações entre capital e trabalho, ainda que marcada por forte ingerência do Estado, não seria uma tarefa executada sob cálculos predeterminados.

Constam, no Relatório do Centro de Industriais de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro (CIFTA-RJ), do ano de 1932, registros da preocupação dos industriais têxteis com relação às medidas adotadas pelo Governo Provisório. Sobre o estudo e promulgação da Legislação Trabalhista, a diretoria do Centro declarava que “diversas vezes pediu a atenção do Governo Provisório para a delicadeza do assunto, cuja solução precisava ser serena, criteriosa e oportuna, em vista das consequências que poderiam advir de qualquer imprudência ou precipitação”.<sup>361</sup>

Nos relatórios do CIFTA-RJ, estão memoriais escritos e apresentados a Lindolfo Collor, então ministro do recém-criado Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. O conteúdo desses memoriais revela a grande preocupação do empresariado têxtil com a atuação do recente Ministério na regulação de seus negócios. Abrindo uma longa carta, endereçada a Lindolfo Collor, em que

<sup>359</sup> GOMES, Ângela Castro. *Cidadania e direitos*. op.cit., p. 23.

<sup>360</sup> “É preciso registrar que desde 1917/18 que a chamada questão social já era um ponto da agenda política, levando à criação de uma série de leis voltadas à regulamentação do trabalho”. Entre elas estão: uma lei de acidentes de trabalho, de 1919; a formação de Caixas de Aposentadoria (Caps), em 1923; a criação de Conselho Nacional do Trabalho, também em 1923; uma lei de férias, de 1925; e um Código de Menores, de 1926”. Cf. GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 19.

<sup>361</sup> CENTRO DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO RIO DE JANEIRO. *Relatório da diretoria (1929-1932)*, p. 7.

constam dados relativos aos mais diversos aspectos que envolvem a “situação da indústria algodoeira do Brasil”, encontra-se a seguinte declaração:

O CENTRO DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE ALGODÃO, em nome da indústria algodoeira nacional, desejando prestar ao patriótico Governo de nosso país a sua colaboração sincera no estudo e solução dos principais problemas nacionais, pede respeitosamente vênica para vir apresentar a V. Ex. o presente e **despretensioso trabalho**, em que procurou focalizar o ponto de vista atual da mais importante indústria manufatureira do país, no que respeita à sua situação econômica e financeira e as suas **relações com o numeroso operariado que com ela labuta e coopera** na missão dignificante e elevada do desenvolvimento de uma das maiores riquezas da nossa pátria.<sup>362</sup> [grifos meus]

Essa e muitas outras declarações, contestações e reivindicações do empresariado, observadas nos relatórios e pastas, contendo cartas dirigidas pelos industriais e outros documentos presentes nos arquivos do CIFTA-RJ, são indícios da tensão que marcou a relação entre industriais, governo e trabalhadores no período em que os termos desta relação estiveram sendo redefinidos.

No subitem intitulado, “O operário nacional e os problemas operários”, o empresariado têxtil, ao mesmo tempo em declara que a “classe proletária já constitui uma classe digna de acurada observação”, caracteriza-na, “convenientemente”, de maneira desqualificadora. Afirma o memorial que “o operariado de nosso país jamais se congregou em torno de ideais avançados, nunca teve a veleidade de pretender reivindicações que, por vezes, têm chegado a inquietar a sociedade dos velhos países estrangeiros”.<sup>363</sup>

Tais declarações sugerem um empresariado preocupado com os rumos de uma tendência que trazia para o centro dos debates políticos as relações entre o capital e o trabalho. Apresentar um operariado movido apenas por demandas materiais significava diminuir ou anular a participação desses operários na motivação do próprio debate que então se encontrava em curso, justificando com isso a advertência, junto ao governo, da necessidade de evitar qualquer “imprudência ou precipitação” na elaboração da legislação social brasileira.

Esse foi também o momento em que o prefeito do município de Magé Gilberto Huet de Bacellar, enviou uma série de correspondências, além de um relatório de gestão, a Ary Parreiras, interventor federal do Rio de Janeiro. As correspondências tinham por objetivo informar sobre a crise econômica e social

---

<sup>362</sup> Ibid., p. 92.

<sup>363</sup> Ibid., p. 98.

que se abatera sobre o município, o que o prefeito atribui, em tom de reprovação, ao “exclusivismo industrial” para o qual caminhou a economia do local. Diante da crise, em 1933, a Companhia de Fiação e Tecidos Mageense propôs a redução dos vencimentos dos operários em 10%, por três meses, sendo aceita com “boa vontade” pelos operários que “[...] no caso, não reclamam aumento de salários, mas apenas o restabelecimento de seus salários integrais”.<sup>364</sup> Passados os meses previstos, em julho de 1934, os operários declararam-se em greve, pleiteando a abolição completa dos descontos, regulamentação do pagamento em atraso e pagamento imediato das férias.<sup>365</sup> Esse e diversos outros conflitos entre os operários e os industriais locais se constituíram, assim, em objeto da mais alta preocupação do prefeito, para quem o “estado de inquietação no meio proletário”, devia-se a dificuldades de duas ordens:

Primeiro as que decorrem da interpretação e aplicação prática das novas leis sociais criadas após a Revolução; e, ao mesmo passo, a **percepção nem sempre exata, do espírito da nova legislação**, por parte dos proletários. Segundo, as dificuldades inerentes ao ambiente social e econômico mageense, que resumiremos no seguinte [...] impossibilidade das empresas pagarem altos salários [...] **reduzida eficiência do trabalhador**.<sup>366</sup>

As duas dificuldades apontadas pelo prefeito Bacellar correspondem bem às argumentações feitas por French sobre a “ambiguidade subjacente à ambiciosa lei trabalhista do Brasil”. Uma cultura política e legal, “formadas pela herança ideológica de um paternalismo autoritário”, é o que teria levado as elites brasileiras, e nelas o empresariado, a uma reação negativa, ou a uma interpretação conservadora das leis do trabalho.

Esses aspectos devem certamente ser levados em conta na análise do processo de implementação da legislação trabalhista no Brasil, sem, contudo,

<sup>364</sup> Ibid.

<sup>365</sup> Maria Célia Paoli observou que muitas das greves e paralisações deste período reivindicavam, além das mínimas garantias contra o fato de o peso da crise cair nas costas do operariado, reivindicações específicas no âmbito da fábrica. Entre as reivindicações mais frequentes estavam “a dispensa de contramestres e mestres que abusam do poder, junto com a denúncia da redução salarial e do aumento da jornada; do mesmo modo, se denuncia [...] o trabalho noturno de mulheres e crianças, o fato de ser informais de um tear para cada tecelão, a jornada corrida e sem tréguas para o café, o fato de certos tipos de trabalho terem que ser feitos de pé”. Cf. PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. IN: LEITE LOPES, José Sérgio (org.). *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro, UFRJ – Museu Nacional/ Marco Zero-PROED. 1987.

<sup>366</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Interventor do Estado do Rio Comandante Ary Parreiras pelo prefeito Gilberto H. Bacellar. Magé, Rio de Janeiro, 1934, p. 40.

deixar de se considerar que muitos empresários, como Bezerra de Mello, por exemplo, compartilham, já nos anos de 1920,<sup>367</sup> a construção da perspectiva de uma legislação trabalhista, fosse aos moldes da que seria efetivamente criada ou não. A necessidade de conservação das tradições, traduzidas pelo que French chamou de “herança ideológica de um paternalismo autoritário”, se colocava, para empresários como Bezerra de Mello, lado a lado da perspectiva de uma ordem social fundada em leis construídas a partir de princípios racionais, tidos como modernos. Contudo, a luta dos trabalhadores, sem dúvida, se apresentava, primeiro, como princípio mobilizador das discussões pela elaboração das leis, e depois como efetivo recurso para fazer valer os direitos que afinal lhes haviam sido outorgados.

Além disso, mais uma vez o discurso de uma suposta “baixa eficiência do trabalhador” aparece como estratégia para manutenção dos baixos salários. Esse mesmo discurso – como visto – foi utilizado pela Companhia de Tecidos Paulista em Pernambuco, em reação ao decreto que limitava em 8 horas o tempo de trabalho diário nas tecelagens de todo o país. Para a CTP, o decreto não deveria vigorar nas fábricas do Norte, que teria “necessariamente que empregar o duplo do pessoal para obter a mesma eficiência, motivo pelo qual, um operário do Norte não pode ganhar senão a metade do que ganha um operário do Sul”.<sup>368</sup> Nota-se nos dois casos uma visão elitista e hierarquizada da sociedade, que enxergava os trabalhadores como seres ignorantes e incapazes, portanto, carentes, e ao mesmo tempo, passíveis de que outros (os proprietários) decidissem sobre suas condições de vida e trabalho, o que se fazia, geralmente, estabelecendo mínimos padrões que visassem apenas garantir a reprodução da mão de obra. O momento de relativa queda da lucratividade da indústria têxtil no contexto da crise de 1929, “evidenciou a sua instabilidade e a necessidade de várias modalidades de auxílio governamental para sua expansão”,<sup>369</sup> além de direcionar o peso da crise para as “costas do operariado”.

Os trabalhadores, por sua vez, presenciaram a redefinição de suas lutas cotidianas. As primeiras leis do trabalho e sindicais instituídas a partir de 1930

---

<sup>367</sup> Em 1928, Othon Bezerra de Mello já defendia a necessidade de “uma legislação social mais rigorosa acompanhada da iniciativa dos donos das fábricas”. Entrevista concedida por Othon Bezerra de Mello ao *Jornal do Brasil* em 1928. Apud. RIALTO, op.cit.

<sup>368</sup> CIFTA-RJ. *Relatório da diretoria*. 1938, p. 3.

<sup>369</sup> Cf. PAOLI, op. cit., p. 68.

inauguraram um processo através do qual “a fábrica emergiu no plano público, propondo-se, ao mesmo tempo, como uma área de controle do Estado e como um espaço civil de luta pelos direitos ao trabalho e à vida,”<sup>370</sup> fato que, ao fim, de acordo com French, tornou as leis trabalhistas “reais” nos locais de trabalho “somente na medida em que os trabalhadores lutaram para transformar a lei de um ideal imaginário em uma realidade futura possível”.<sup>371</sup>

Assim, os operários lançaram mão de diversas estratégias de lutas para garantia dos direitos prometidos, movidos por uma percepção acerca do “espírito da nova legislação” que não podia mesmo parecer “exata” a grupos cujos interesses eram opostos aos seus, e cuja reação se fez por meio de uma dura repressão aos trabalhadores.<sup>372</sup> É representativa a existência de uma infinidade de correspondências dirigidas por entidades representativas de classes ao Gabinete Civil da Presidência da República solicitando a intervenção do Presidente Vargas, sempre com forte apelo ao espírito de “patriotismo e justiça” do chefe da nação. Em 5 de junho de 1934, em meio a negociações entre a Companhia Mageense, a recém criada Justiça do Trabalho, o poder público municipal e a Aliança Operária, os trabalhadores entram em greve por não terem suas reivindicações atendidas, passando a sofrer duplamente com a repressão dos patrões e do Estado. Os empresários advertiam sobre o risco de fechamento das fábricas, alegando impossibilidade no atendimento das reivindicações dos trabalhadores, aterrorizando os operários com a ameaça do desemprego. O Estado, por sua vez, fazia vistas grossas à ação policial que executava prisões e espancamentos dos operários grevistas, mesmo sem a existência do amparo legal.

Assim, diante do desrespeito às leis sociais, a liderança da Aliança Operária dirige telegrama ao presidente da República solicitando providências com relação a prisões de alguns operários do local.

Operários Magé, representados pela Aliança Operária Magé, solicita Vossencia decretação medidas que importe comutação penas impostas todos criminosos

<sup>370</sup> PAOLI, op. cit., p. 69.

<sup>371</sup> FRENCH, op. cit. p. 10.

<sup>372</sup> Segundo Ângela de Castro Gomes, “Mesmo antes de abril de 1935, quando foi aprovada a Lei de Segurança Nacional, houve muita intervenção nos Sindicatos que reivindicavam e organizavam greves. Intervenção, na época, significava em grande parte invasão policial e destruição virtual das sedes dos sindicatos, com abundantes espaçamentos e prisões. Legalmente isto não poderia acontecer [...]”. GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 176.

primários, hoje em prisão. Ato este muito dignificará Vossencia encerramento atos de ditadura multiplicará certos corações brasileiros dupla simpatia ato justo humano patriótico Vossencia.<sup>373</sup>

A Aliança Operária das fábricas de Magé funcionava desde a década de 1920, inicialmente movida por ideais anarquistas, passando, aos poucos, a receber influência comunista. Na década de 1930, a Aliança Operária participou ativamente das mesas de negociação junto ao patronato. Nos relatórios apresentados pela prefeitura de Magé ao interventor do estado do Rio, nos anos posteriores à Revolução de 1930, “*diversos incidentes de caráter social*”, tiveram a participação da Aliança Operária, atuando em discussões mediadas pelo prefeito interventor, governo municipal, e acompanhadas por representantes do Departamento Estadual do Trabalho.<sup>374</sup> José Rodrigues Santana, membro da Aliança Operária de Santo Aleixo, nos anos de 1920-1930, relata que:

[...] nossa luta prática eram as greves, tendo como metas, o aumento de salário, água potável, melhoria da matéria-prima, o algodão, e também o respeito ao horário de trabalho [...] Reivindicávamos através de greves e comissões, compostas por operários com mais conhecimento, que eram cooptados e orientados pela Aliança. Eles iam negociar diretamente com os patrões, juntamente com o presidente da Aliança Operária [...] Quando tinha muita encomenda pra fora, a fábrica cedia alguma coisa: pedíamos 30% do salário e ganhávamos 5% ou 10%.<sup>375</sup>

Em 1931, no auge da crise que se abateu sobre a indústria têxtil, o jornal local *Cidade de Magé* noticia a chegada de representantes do ministro do trabalho. Essas autoridades são recebidas por discursos ainda na estação de trem, seguindo-se dali para uma reunião em Santo Aleixo, na filial da Aliança Operária, onde são inaugurados retratos das autoridades e novos discursos são proferidos pelo padre Nicodemos – Vigário de Magé – e por representantes dos governos federal e municipal.<sup>376</sup>

<sup>373</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Gabinete Civil da Presidência*. Correspondências: Representantes de entidades de representação de classe. Fundo 35. Lata 7. 1934. Optou-se pela manutenção da ortografia original.

<sup>374</sup> Cf. RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *Operários a tribuna: vereadores comunistas e operários têxteis de Magé (1951-1964)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – FFP/UERJ. 2009, p. 40.

<sup>375</sup> Entrevista com José Rodrigues Santana, concedida a Felipe Augusto dos Santos Ribeiro em 04 ago. 2006.

<sup>376</sup> CIDADE DE MAGE. Rio de Janeiro. 6 mai. 1931.

Ao final dos anos de 1930, a Aliança Operária das Fábricas de Magé, se desfez, e em 17 de março de 1935 foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Distrito de Inhomirim, com sede em Pau Grande. Em 1939, foi organizada em Santo Aleixo a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Magé, Santo Aleixo e Andorinhas, filiada ao Sindicato de Pau Grande. Esse seria o núcleo que, após concessão da Carta Sindical do Ministério do Trabalho, deu origem ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Santo Aleixo e Magé, fundado em 16 de março de 1941, mesmo ano em que a Companhia Agrícola e Industrial Magalhães é adquirida pelos Bezerra de Mello.<sup>377</sup>

Nesse ínterim, a ocorrência de epidemias na região (como a febre amarela), associada aos efeitos da Crise de 1929, que se estenderam por toda a década de 1930, causou pânico à população, tendo ocasionado o encerramento das atividades de algumas fábricas de tecidos do município, inclusive da Nova Fábrica de Santo Aleixo que, mesmo com a nova administração da Companhia Agrícola e Industrial Magalhães, não foi capaz de superar os problemas de infraestrutura que se colocavam como entraves à estabilidade e expansão dos negócios. A questão da moradia estava na pauta de prioridades à implementação de ações destinadas a solucionar os problemas relacionados à higiene e saúde do operário.

A falta de comodidades de um ambiente estacionário e pobre, e a ameaça de um estado sanitário precário, são razões suficientes para afugentar do município os homens que pelas suas posses, sua cultura, seus dotes intelectuais e sua projeção social, mais eficazmente poderiam contribuir para o engrandecimento da região.<sup>378</sup>

As preocupações do prefeito Bacellar enfatizam as consequências negativas que a condição de “estado sanitário precário” em que se encontrava o município traziam para o desenvolvimento econômico e social da região. Preocupações justificadas pelos seguidos casos de malária que vinham sendo registrados, com um número significativo de óbitos. O poder público vinha

<sup>377</sup> Cf. MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. São Gonçalo: Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), 2008.

<sup>378</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ. *Relatório apresentado ao Exmo. SR. Interventor no Estado do Rio Comandante Ary Parreiras pelo prefeito Gilberto H. de Bacellar*. Magé, RJ, 1933, p. 6.

tomando algumas medidas, visando diminuir o alto índice de mortalidade, resultante das epidemias, principalmente da malária e outras, como a gripe espanhola, a febre amarela e a varíola. Entretanto, tais medidas não seriam suficientes para contornar o problema, não fosse a forte atuação dos estabelecimentos fabris a partir de finais da década de 1930 e início dos anos 40. A preocupação com a saúde e higiene, especificamente no meio operário, era também tema de um intenso debate no decorrer dos anos de 1920 e início dos anos 30, nos quais as estatísticas do serviço sanitário “confirmavam a pior situação dos distritos pobres e dos operários, no tocante à mortalidade infantil, doenças infectocontagiosas, etc.”.<sup>379</sup>

Esse contexto de forte crise, forjada a partir de circunstâncias locais e de acontecimentos ligados a transformações na política econômica e social mais ampla, resultou da combinação entre ausência de uma infraestrutura capaz de garantir o mínimo bem estar físico das famílias moradoras no local, com a redefinição das relações entre patrões e operários a partir da implementação da legislação social e trabalhista no decorrer da década de 1930.

Diante desse quadro, as transformações levadas a efeito, em Santo Aleixo, a partir da chegada dos empresários Hermann Mattheis e Othon Lynch Bezerra de Mello, causariam enorme impacto no cenário local. O primeiro adquiriu a Fábrica Andorinhas (também localizada no distrito de Santo Aleixo), que teve suas portas fechadas um ano antes, quando fazia parte da extinta Companhia Mageense,<sup>380</sup> enquanto o segundo incorporaria a Companhia Agrícola e Industrial

<sup>379</sup> DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1930)*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1987, p. 39-40.

<sup>380</sup> A administração da fábrica Andorinhas, que passou a compor o “Grupo Unidas de Tecidos Rendas e Bordados” a partir de 1935, foi, ao lado da fábrica Esther, responsável por um grande investimento na infraestrutura do distrito de Santo Aleixo, um pequeno território constituído por dois bairros operários que rivalizavam entre si. É através da adoção e implementação desse tipo de política social que os empresários Hermann Mattheis e Othon Lynch Bezerra de Mello, marcaram seus nomes, ainda presentes na memória de antigos moradores, que em suas lembranças os têm como verdadeiros benfeitores responsáveis pela construção de um “novo” Santo Aleixo. Para saber mais sobre a dinâmica sociocultural, protagonizada pelos operários, que se instaurou em Santo Aleixo a partir da chegada dos empresários Hermann Mattheis e Othon Lynch Bezerra de Mello, ver: MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. São Gonçalo: Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), 2008.



Magalhães, a “fábrica velha”, como era e ainda é chamada pelos moradores do local. As negociações em torno da compra da Fábrica Santo Aleixo junto à Companhia Agrícola e Industrial Magalhães são descritas na escritura de Constituição da Companhia Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello S.A., registrada num cartório do Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 1941. Esta Companhia que seria composta por três novas fábricas de tecidos fora do estado de Pernambuco, foi criada com um capital de cinco mil contos de réis, dos quais Othon Lynch Bezerra de Mello participou com quatro mil quatrocentos e quarenta e oito contos de réis.<sup>381</sup> A primeira dessas fábricas como acabou de ser apresentado, foi a Esther, em Santo Aleixo, a segunda e a terceira, com trajetórias anteriores que serão sucintamente descritas a seguir, estão a Maria Amália e Carmen, respectivamente.

## 6.2 Curvelo e a fábrica Maria Amália

Diferentemente da população de Santo Aleixo, cujas relações sociais e práticas culturais encontravam-se marcadas pelo ritmo do trabalho fabril desde o século XIX, na pequena cidade de Curvelo, em Minas Gerais, o trabalho rural na plantação algodoeira absorvia praticamente a totalidade da população. No final do século XIX, momento em que a cidade despontava como polo produtor de algodão, é instalado, em seus arredores, a fábrica Cachoeira, do Grupo Cedro e Cachoeira. Entretanto, é na década de 1930 que tem início uma campanha empreendida por autoridades políticas locais, com a finalidade de implantar indústrias de tecidos na cidade, visando torná-la além de um polo algodoeiro, um polo industrial têxtil, como indica a manchete do jornal *A verdade*, no ano de 1933: “Curvelanos! Curvelo é a terra do algodão. Auxilie a fundação de uma fábrica de tecidos na cidade. É bom negócio para todos!”<sup>382</sup>

A fundação da fábrica de tecidos Cachoeira data de 1884. Ela tem início com uma pequena manufatura, composta de 12 teares de pau destinados à

<sup>381</sup> TABELIÃO DO 4º OFÍCIO. *Escritura de Constituição da Companhia Othon Lynch Bezerra de Mello*. Rio de Janeiro, 1941.

<sup>382</sup> Fonte: Jornal “A verdade”; 17 de dezembro de 1933. apud. OLIVEIRA, Gladson Macedo. A fábrica Maria Amália e sua inserção na cidade de Curvelo: os caminhos do desenvolvimento de uma indústria têxtil no interior de Minas Gerais (1941-1992). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2007, p. 13.

produção de vestimentas para os escravos e ensacamento dos produtos da lavoura da fazenda de São Sebastião, localizada a 9 km de onde atualmente se encontra a cidade de Curvelo. A presença de uma excelente queda d'água no centro de uma zona produtora de algodão favoreceu a montagem da primeira sociedade anônima do estado de Minas Gerais: a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro & Cachoeira, cuja fábrica possuía 40 teares movimentados por mulheres e crianças escravas, que representavam, ao todo, 75 operários.<sup>383</sup>

Em 1924, o governo federal concedeu amplos incentivos ao cultivo do algodão e às atividades de descaroçamento e fabricação de seus subprodutos, através do decreto 16.396 de 27 de fevereiro do mesmo ano. Este decreto possibilitou que a produção algodoeira na cidade de Curvelo tivesse um crescimento extraordinário na década seguinte, ocasião em que surgiu – conforme apresentado acima – uma campanha, visando a implantação de uma fábrica de tecidos na cidade.

Segundo depoimento de um operário da fábrica Maria Amália, ex-líder sindical,<sup>384</sup> a cidade de Curvelo antes da chegada da fábrica, em 1941, era a própria representação do atraso. As ruas não possuíam calçamento, não havia rede de esgoto e água encanada e a única alternativa de ocupação para as pessoas sem instrução era na lavoura e na colheita de algodão. De acordo com a tecelã, Vanda de Oliveira Silva, “a vantagem da fábrica foi que aqui nunca teve emprego, foi o primeiro emprego que teve aqui pra salvar a população, foi a fábrica, né?”<sup>385</sup>

O prefeito do município de Curvelo, Viriato Mascarenhas Gonzaga, ciente dos benefícios que uma fábrica de tecidos poderia trazer para o local, e atento aos acontecimentos do país, utilizou o apoio político de seu primo, o interventor do estado de Minas Gerais, Benedito Valladares, para atrair o interesse de algum empresário em quem pudesse confiar o grande empreendimento. Tendo fundado em janeiro de 1941 a Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello, com

---

<sup>383</sup> A maior parte dos dados e informações sobre a fábrica Maria Amália e a cidade de Curvelo, utilizados nesta seção, foram obtidos em OLIVEIRA, Gladson Macedo. A fábrica Maria Amália e sua inserção na cidade de Curvelo: os caminhos do desenvolvimento de uma indústria têxtil no interior de Minas Gerais (1941-1992). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2007.

<sup>384</sup> Depoimento de José Teófilo da Silva, concedido a Gladson Macedo de Oliveira. apud. OLIVEIRA, op. cit., p. 64.

<sup>385</sup> Depoimento de Vanda de Oliveira Silva, concedido a Gladson de Macedo de Oliveira. apud. Ibid.

sede no Rio, e gozando de grande prestígio político,<sup>386</sup> além de dispor de capitais para o investimento, Othon Lynch Bezerra de Mello mostrava ser exatamente o que o prefeito Viriato procurava.

Othon Bezerra de Mello ouvira falar de Curvelo, nos idos de 1941. Ele fora procurado no Rio de Janeiro por Viriato Mascarenhas Gonzaga, seu jovem e ativo prefeito, que pretendia transformar a pequena cidade de então em prospero centro industrial. Curvelo, apesar de pequena, já era então, um importante centro de produção de algodão da região e o seu dinâmico e operoso prefeito estava decidido a estimular todo o potencial de seu rincão.<sup>387</sup>

O prefeito Viriato apresentou uma série de vantagens e incentivos à Companhia de Bezerra de Mello para que este implantasse uma fábrica de tecidos em sua cidade. A linha férrea e a rodovia que faziam a ligação da cidade com a capital do estado, facilitando o escoamento da produção para qualquer parte do país, principalmente para Belo Horizonte e São Paulo, doação do terreno onde seria construída a fábrica, abundância de água e de matéria-prima, visto que a cidade de Curvelo se destacava como grande produtora de algodão. Além disso, o apoio político do governador do estado garantiria a Bezerra de Mello a facilitação da compra das terras em torno do lago da Companhia Luz e Força Ulha Branca, no distrito de Paraúna, que forneceria energia elétrica para a fábrica e cidades circunvizinhas a Curvelo. Segundo o que foi registrado no folder comemorativo dos 50 anos da fábrica Maria Amália “[...], foi o governador Benedito Valadares, homem de grande visão e sensibilidade política e social quem convidou Othon Bezerra de Mello a levar para Minas o seu talento empreendedor, assegurando-lhe, desde logo, o total apoio do seu governo”.

Diante de tantos incentivos, Bezerra de Mello inicia o audacioso empreendimento de construção de uma fábrica de tecidos em Curvelo, apenas alguns meses após ter adquirido, por compra, a fábrica de Santo Aleixo, no Rio de Janeiro. O investimento foi de cinco mil contos de réis, para a construção de uma área de 280.000 m<sup>2</sup>. A fábrica que se voltou à produção de tecido cru vendido para estamparias e tinturarias de São Paulo, foi equipada com “modernos e novos

---

<sup>386</sup> No ano anterior, Bezerra de Mello havia se destacado como representante da indústria na Missão Econômica Brasileira com destino aos países da América. Para além disso, a mudança de Pernambuco para o Rio de Janeiro em 1939, marcou o início dos investimentos na expansão de seu complexo industrial têxtil, que já contava com a recém adquirida fábrica Esther em Santo Aleixo.

<sup>387</sup> Fonte: Folder comemorativo dos cinquenta anos de existência da fábrica na cidade de Curvelo. Apud. OLIVEIRA, op. cit., p. 75.

maquinismos comprados nos Estados Unidos”, sendo, de acordo com o jornal *Correio do Ceará*, a mais moderna fábrica, no gênero, na América do Sul.”<sup>388</sup>



Figura 20 - A foto registra a solene bênção da primeira pedra da fábrica em 15 de setembro de 1941. O segundo da esquerda para a direita é um dos filhos do presidente e fundador do Grupo Othon, Othon Lynch Bezerra de Mello. A direção das fábricas foi sendo entregue aos filhos. Fonte: arquivo histórico do Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC)

---

<sup>388</sup> CORREIO DO CEARÁ. Ceará, 2 mar. 1942.



Figura 21 - Foto vista aérea em 1942. Chamo a atenção para a proximidade dos trilhos do EFCB. Fonte: arquivo histórico do Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC)

### 6.3 Fernão Velho e a fábrica Carmen

Em Fernão Velho, assim como em Santo Aleixo, a indústria têxtil foi cedo implantada. Ocupando uma região tradicional na produção do açúcar e do algodão, a então província de Alagoas teve sua primeira indústria têxtil, estabelecida em 1857<sup>389</sup>, fundada por José Antonio Mendonça, o futuro Barão de Jaraguá, na localidade de Fernão Velho. A Companhia Mercantil funcionou como única indústria têxtil na província até o ano de 1888,<sup>390</sup> chegando a concorrer com as indústrias baianas, em suas primeiras décadas de existência.

O primeiro núcleo urbano da cidade de Fernão Velho foi construído no entorno da fábrica União Mercantil, que, na década de 70 do século XIX enfrentou um momento de crise devido aos surtos de varíola e malária que afetaram diversos operários, e ainda em função do vigor do inverno no ano de

<sup>389</sup> A produção algodoeira foi inicialmente destinada ao abastecimento das indústrias inglesas e, mais tarde da América do Norte e regiões em que a indústria têxtil primeiramente se desenvolveu no Brasil. No século XX, essa abundância de matéria prima favoreceu a instalação de 12 fábricas de tecidos no estado.

<sup>390</sup> FARIAS, Ivo dos Santos. Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho (1953-1962). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas. 2012, p. 26.

1874, que contribuiu para abalar a produção, já que a força hidráulica era a principal fonte de energia.<sup>391</sup>

Entre 1891-1911, a fábrica esteve sob o comando do português José Teixeira Machado. Nesse período, a fábrica teve suas instalações ampliadas devido ao aumento da produção. A partir de 1911 assumiram a direção da Companhia os seus filhos, Doutor Antonio de Melo Machado e Doutor Arthur de Melo Machado, que permaneceram à frente dos negócios até o ano de 1938. Sob a administração dos Machados, a União Mercantil deixou de ser uma pequena indústria de 80 teares e chegou a alcançar o porte de 1.000 teares, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).<sup>392</sup> Esse período da fábrica de Fernão Velho é descrito pelo *O Jornal* da seguinte maneira:

A fábrica era uma tecelagem de oitenta teares e fabricava, na época, um tecido grosso denominado algodão Fernão Velho, que era vendido aos engenhos banguês da Zona da Mata e aos comerciantes de cereais do interior. Converteu-se um pouco depois numa das maiores fábricas de tecidos do Brasil, com o aumento do prédio e aquisição de novas máquinas, chegando a dispor de 1000 teares depois da Primeira Guerra Mundial, aumentando e melhorando a qualidade da produção, surpreendendo tanto pela rapidez como pela solidez da sua estrutura, ganhou a medalha de melhor manufatura na exposição de Turim na Itália em 1922, devido às qualidades dos seus produtos que constavam de toalhas felpudas, morins, bramantes, cambraias e zefires que agradou comerciantes estrangeiros.<sup>393</sup>

Na administração dos Machados, a fábrica de Fernão Velho teve sua capacidade aumentada consideravelmente. O quantitativo inicial de 80 teares chegou a atingir o número de 1.000 teares, significando enorme aumento de sua produtividade. Como consequência desse desenvolvimento ocorreram expressivas transformações no interior do núcleo fabril de Fernão Velho, que incluíram além do crescimento significativo das instalações fabris, um investimento da administração numa verdadeira urbanização do bairro. Novas casas foram construídas para abrigar o crescente número de trabalhadores, foram abertas ruas que receberam os nomes da família proprietária da fábrica, que também investiu no oferecimento de assistência médica, educacional, além da criação de espaços para o lazer, objetivando atender às demandas sociais dos operários.

<sup>391</sup> SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Algodão: cultivo e indústria. In: \_\_\_\_\_. Contribuição à história do açúcar em Alagoas. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool, Museu do Açúcar, 1970. p. 53-69.

<sup>392</sup> FARIAS, op. cit., p. 31.

<sup>393</sup> O JORNAL. 1999.

É necessário destacar que o território de Fernão Velho caracterizava-se pelo isolamento geográfico, estando afastado dos centros urbanos. O crescimento populacional, resultante do aumento das atividades fabris exigia que fosse realizado investimento em uma infraestrutura para o bairro, de modo que fosse capaz de manter a força de trabalho no local. Nesse contexto, a administração da fábrica providencia a construção do Cine-Teatro São José; da Igreja de São José, antes uma simples capela; a ampliação da escola; e a fundação do ambulatório, que fornecia assistência médica e serviços de farmácia gratuitamente aos operários.<sup>394</sup>



Figura 22 - Igreja de São José no Bairro de Fernão Velho. apud. SILVA, Jordânya Dannyelly do Nascimento. *Estratégias de desenvolvimento para o bairro de Fernão Velho: uma mudança de paradigma*. 2008. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

Os negócios dos Machado são abalados com a crise que afeta o setor têxtil nos anos de 1930. Essa crise, e, ao que parece, outras razões, que não são plenamente esclarecidas, resultam em divergências na família, que terminam na venda da fábrica. Os novos proprietários, usineiros, pertencentes à tradicional família Leão, introduzem grandes melhoramentos nos prédios das fábricas e na vila operária, de cerca de 8 mil habitantes, investindo na época o capital de 5 mil contos de réis.<sup>395</sup>

Apesar de todo investimento feito na Companhia União Mercantil pela família Leão, em 1943, momento em que as fábricas Esther de Santo Aleixo e Maria Amália, de Minas Gerais, já produziam, a pleno vapor, o grupo empresarial

<sup>394</sup> FARIAS, op. cit., p. 31.

<sup>395</sup> Ibid.

liderado por Bezerra de Mello agrega mais esta fábrica ao seu complexo industrial têxtil. Segundo Farias, no momento em que foi vendida aos Bezerra de Mello, a fábrica de Fernão Velho produzia quase um milhão de metros de tecidos por mês, a partir do funcionamento de três turnos de trabalho.<sup>396</sup> Contudo, na administração dos Bezerra de Mello esse potencial produtivo aumentaria ainda mais, tornando a fábrica de Fernão Velho, agora fábrica Carmen, a maior produtora de tecidos do estado de Alagoas. Dado que, para Farias, decorreu de dois fatores: o favorável contexto da Guerra Mundial para o setor têxtil brasileiro, beneficiado pelos acordos firmados entre o Brasil e os aliados para o fornecimento de uniformes às forças militares, e, ainda, as possibilidades que “então se abriam para que exportássemos para vários países africanos e sul americanos”.<sup>397</sup> Ainda na visão de Farias, nesse contexto:

[...] temos o Grupo Othon atuando dentro destas duas diferentes esferas de poder político-econômico do país (Nordeste e Centro-Sul). Ou seja, este grupo provavelmente se beneficiou das condições favoráveis da reprodução do capital de seus empreendimentos do Centro-Sul para usar parcelas destas vantagens e de seu fundo ampliado de capital para aplica-lo, expandi-lo e reproduzi-lo nas indústrias da região Nordeste, incluindo, obviamente, a Fábrica de Fernão Velho.<sup>398</sup>

É preciso sublinhar que o complexo industrial do Grupo Othon teve suas origens, como já exposto, no Nordeste brasileiro. A expansão e consolidação do Cotonifício Othon Bezerra de Mello em Pernambuco, nos anos de 1920-1930, gerou o capital utilizado para o investimento nas fábricas do Centro-Sul, Esther e Maria Amália. A aquisição da fábrica de Fernão Velho em 1943, ao que parece, tratou-se, conforme sugerido por Farias, de uma oportuna estratégia empresarial de reprodução de capitais, destacando que, neste mesmo ano, são compradas as Usinas de Açúcar Rio Una e Santo André, no estado de Pernambuco, ao mesmo tempo em que se dá o início da construção do primeiro hotel do Grupo, nos inúmeros terrenos adquiridos, neste período, no bairro de Copacabana, no Distrito Federal.<sup>399</sup>

<sup>396</sup> Ibid., p. 32.

<sup>397</sup> CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1985, p. 78. apud. FARIAS, op. cit., p. 32.

<sup>398</sup> Ibid., p. 37.

<sup>399</sup> O contexto de diversificação dos negócios para o ramo de hotelaria será tratado adiante.



A sucinta exposição da trajetória da fábrica de Fernão Velho, a Companhia União Mercantil, até sua incorporação pelo Grupo Othon, pretendeu evidenciar a existência de uma tradição fabril anterior, evidenciada pela exposição de dados que confirmam o lugar do bairro de Fernão Velho como um precoce núcleo fabril. O isolamento geográfico e a ausência de infraestrutura oferecida pelo poder público, permitiram a construção de uma verdadeira cidade industrial, mesmo antes da administração Bezerra de Mello. Em 1924, já havia registros de que:

O nosso estabelecimento fabril, sito em Fernão Velho, funcionou com a maior regularidade e eficiência durante o ano de 1924, havendo sempre a maior harmonia entre os operários e a gerência, o que demonstra a excelência dos métodos de organização do trabalho que temos adotado, e os magníficos resultados do processo de desenvolvimento moral que procuramos, com o maior empenho, estabelecer entre o operariado de Fernão Velho, cujas condições se encontram igualadas às dos maiores centros industriais do país.<sup>400</sup>

Apesar de já encontrar uma estrutura que contava com um significativo conjunto de casas para os operários, ambulatório médico, escola, cinema, igreja, entre outros elementos constitutivos de um núcleo fabril, a administração dos Bezerra de Mello trouxe ainda algumas inovações que a identificariam ainda mais com o capitalismo humano e progressista defendido por seu fundador. Foi construído o prédio “Recreio” como novo local para festividades dos operários, além de mais obras de infraestrutura como drenagem e calçamento do povoado.

---

<sup>400</sup> Relatório da União Mercantil, publicado em 04 de abril de 1925, p. 7, apud. FARIAS, op. cit., p. 64.



Figura 23 - Prédio do “Recreio Operário”. A inscrição na fachada registra o ano de 1946. apud. SILVA, Jordânya Dannyelly do Nascimento. **Estratégias de desenvolvimento para o bairro de Fernão Velho: uma mudança de paradigma.** 2008. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008

## 7 Transformação e continuidade, consenso e resistência: aspectos da experiência operária na administração do Grupo Othon.

A decisão de deixar seu estado natal, em 1939, para fazer residência no Rio de Janeiro, então Capital Federal, parece ter sido o primeiro passo do empresário Othon Bezerra de Mello em direção a uma extraordinária expansão de seu já significativo complexo industrial têxtil. O apego afetivo com o lugar de origem, como indica declaração registrada em seus escritos pessoais, “eu amo tudo em Pernambuco e nele espero repousar um dia e para sempre”<sup>401</sup>, não impediu que deixasse os filhos mais velhos cuidando de seu próspero Cotonifício, para dar início a novos empreendimentos no Rio de Janeiro, onde fixou residência no bairro do Cosme Velho. Analisando o contexto dessa mudança, é possível argumentar sobre algumas das condições que supostamente envolveram a decisão

<sup>401</sup> DOCUMENTÁRIO ILUSTRADO DO TRICENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO PERNAMBUCANA. O Cotonifício Othon Lynch Bezerra de Mello: a herança de um homem representativo, p. 171. Localização: Fundação Joaquim Nabuco, Pernambuco.

do industrial. Conforme apresentado na primeira parte deste texto, a participação em comissões representativas dos industriais junto às autoridades federais, a destacada atuação na Missão Econômica Brasileira, aliados à positividade atribuída a política de benefícios sociais posta em prática em suas fábricas, coloca o empresário numa posição estrategicamente favorável a novos investimentos, sobretudo pela junção de seus conhecimentos acerca da economia industrial nacional e estrangeira com a ampla circulação nas esferas políticas nacional e local.

Em Pernambuco, com a habilidade que o caracterizava, o empresário buscou manter um relacionamento amistoso com o interventor pernambucano Agamenon Magalhães, obtendo sucesso durante algum tempo. O interventor utiliza sua coluna no jornal dos *Diários Associados* para dirigir profusos elogios ao empresário, “um modesto comerciante de miudezas e fazendas da rua Rangel que ascendeu até a posição de um dos maiores líderes da produção industrial do país”, um homem, cuja “capacidade de trabalho, a tenacidade sadia, o poder econômico [...] nunca foi posto a serviço do mal”. Sobre o Cotonifício Othon Bezerra de Mello, Agamenon considera ser “a maior organização fabril do Norte do Brasil”.

O interventor, entretanto, criticava com a mesma disposição com que elogiava. O fato de Bezerra de Mello se declarar um liberal e abertamente favorável à industrialização como caminho para modernização do país pode ter se chocado com o perfil autoritário e literalmente interventor de Agamenon Magalhães.<sup>402</sup> Assim, em janeiro de 1940, o empresário funda a Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello, já negociando a compra da Companhia Agrícola e Industrial Magalhães, em Santo Aleixo.

A participação de Bezerra de Mello como delegado representante da indústria, na Missão Comercial de 1940, possibilitou-lhe uma clara percepção acerca do promissor mercado que, naquele momento “perigoso”, abria-se para a indústria têxtil brasileira. Conforme já apresentado, nos relatórios da Missão, arquivado no Itamaraty, estão presentes análises minuciosas do quadro econômico e social das nações visitadas. E assim, gozando de grande prestígio no meio da elite política e intelectual brasileira, bem como munido de informações preciosas

---

<sup>402</sup> As circunstâncias da vinda de Bezerra de Mello para o Rio de Janeiro foram abordadas de maneira mais detalhada na primeira parte deste texto.

sobre a política econômica do governo e sobre o quadro promissor que se apresentava no mercado internacional, o empresário Othon Bezerra de Mello decidiu investir numa ousada ampliação de seu complexo industrial têxtil.

Em Santo Aleixo, Curvelo e, de forma semelhante, em Fernão Velho, a administração do Grupo Othon marcou a história da cidade e de toda uma geração de trabalhadores, que, a partir do compartilhamento da centralidade de trabalho fabril, elaborou os códigos de uma mesma identidade social <sup>403</sup>. Na memória dos antigos operários desses *lugares*, o tempo áureo da cidade coincide com o tempo em que a fábrica funcionava a pleno vapor. O trabalho nas fábricas representa a manutenção do funcionamento do “órgão gerador da própria vida do lugar”. No caso das cidades de Curvelo e Santo Aleixo, o mito fundador dessa época áurea da comunidade é o início da administração dos Bezerra de Mello, personificada na figura do patriarca, fundador do Grupo.

Tenho muitas lembranças da minha juventude, juntamente com os colegas e chefes, vendo o quanto a cidade de Curvelo crescia, com o salário que era pago pela empresa. Com meu trabalho tive condições de casar e criar minha família. <sup>404</sup>

O Senhor Othon era gente fina demais, gente humana, tratava todo mundo como gente deles mesmo. <sup>405</sup>

Ali era um matagal completo que eu me lembre [...] onde é o cinema, onde é a vila. É, depois da ponte. Ali, defronte à fábrica do outro lado do rio, defronte da fábrica aquilo ali era tudo mato, era brejo, era um brejal ali. Mas então eles (os donos da fábrica) chegaram, construíram aquela vila ali. Aí fizeram, conforme foram fazendo, foram vindo operário de fora, aquela coisa e tal, e foram organizando a 2ª turma, passaram para a 3ª turma. Aí passaram a tocar a fábrica dia e noite [...] o velho, o velho (refere-se a Othon Bezerra de Mello) era um velho muito legal, sabe? Muito bom, tinha uma ideia de fazer isso aqui um lugar muito pitoresco, né? Ele conversava com a gente, ele dizia que não queria as casas pro negócio dele não, as casas ele queria era pros operários, como ele fez também o cinema defronte da fábrica, o refeitório, tudo aquilo [...] tudo aquilo ele fez pra beneficiar o operário. Ele dizia que queria ver o operário dele, os funcionários com conforto. Não queria ver o operário em sacrifício não. Então ele fez aquelas casas, né? Ele dava ao operário. E daí foi indo...foi indo.” <sup>406</sup>

<sup>403</sup> Cf. SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2000, p. 81-82.

<sup>404</sup> Fonte: Pré-Projeto de pesquisa; Fábrica Maria Amália: “Do sonho a realidade”; Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FACIC). Entrevista feita com Carlos Alves, mecânico de produção de 1944 até 1994. apud. OLIVEIRA, ... p. 64.

<sup>405</sup> Entrevista concedida por Alice Schimidt Duarte, operária da fábrica Maria Amália na cidade de Curvelo, a Gladson Macedo de Oliveira, nov. 2004.

<sup>406</sup> Entrevista anônima de operário da Fábrica Esther, concedida à Sonia Maria Gonzaga de Oliveira. apud. OLIVEIRA, S.M. *Montanhas de pano: fábrica e vila operária em Santo Aleixo*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

Como visto, existem particularidades nas circunstâncias da chegada do Grupo Othon em Curvelo, Santo Aleixo e Fernão Velho. Contudo, em maior ou menor medida, houve similaridades no impacto gerado pelas transformações estruturais que consistiram na remodelação dos prédios fabris e na ampliação ou criação de todo o aparato necessário ao funcionamento de verdadeiras cidades “núcleos industriais, compostos de vilas operárias, escola, igreja, armazéns, banda de música, além dos prédios de produção, construídos em poucos anos (...) completamente isolados dos outros núcleos já existentes”.<sup>407</sup> Em todos esses lugares, mesmo nos que já havia uma certa tradição fabril – como no caso de Santo Aleixo e Fernão Velho – uma nova configuração social e cultural foi se delineando, principalmente em razão de um processo de migração provocado pela grande oferta de emprego, moradia, lazer, enfim, de toda a infraestrutura que as fábricas passaram a oferecer. Em Santo Aleixo, uma das primeiras medidas adotadas pela nova gestão foi a remodelação do espaço da produção da fábrica, ao que acompanhou a construção do posto médico e de uma pequena vila de casas.



Figura 24 - Início das obras de remodelação do prédio da fábrica Esther, imediatamente após em março de 1941. Fonte: autor desconhecido. Acervo de Sônia Maria Gonzaga de Oliveira

<sup>407</sup> FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. *Inventário dos Bens Culturais de Magé*. Rio de Janeiro, 1984, p. 20.

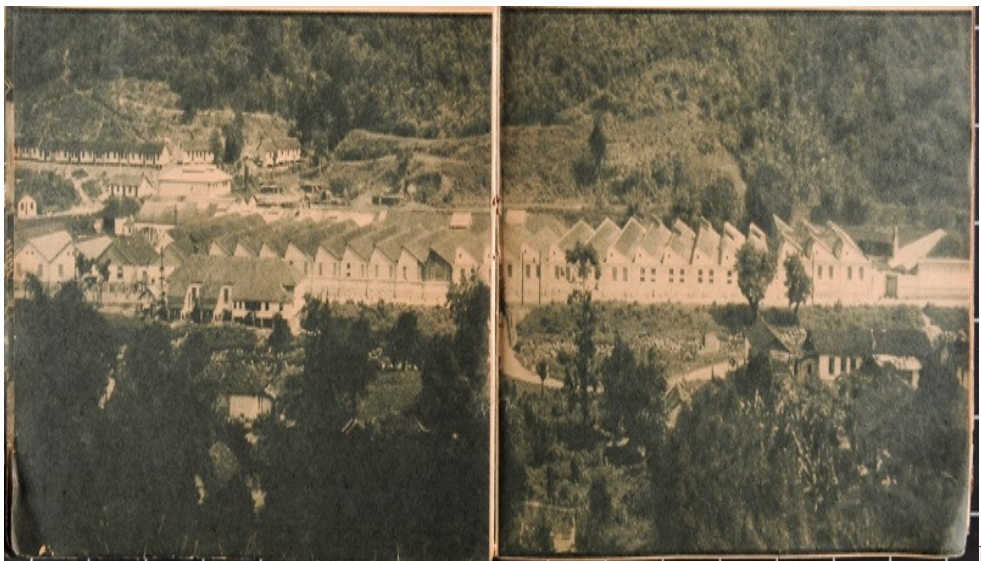


Figura 25 - Em setembro de 1941 o prédio da fábrica Esther já se encontra totalmente remodelado, e com as primeiras casas operárias, como é possível observar no fundo superior esquerdo. Fonte: Revista Cruzeiro, set. 1941



Figura 26 - Fábrica Maria Amália. Curvelo, Minas Gerais. 2007. Acervo de Gladson Macedo de Oliveira. apud. OLIVEIRA, op.cit., p. 129

Entretanto, o ritmo acelerado do crescimento da produção da fábrica Esther e, por conseguinte, de sua mão de mão de obra, levou o grupo empresarial

a investir na construção de uma nova vila operária, além do prédio do cinema e de uma creche que atendesse os filhos do grande quantitativo de operárias empregadas na fábrica. O rápido retorno financeiro do investimento feito na compra da fábrica Esther, mesmo antes de 1944, quando a indústria têxtil é incluída no conjunto de outras indústrias consideradas de “interesse nacional”<sup>408</sup>, pode ser observado na fala do filho caçula do patriarca, o empresário Álvaro Bezerra de Mello: “papai tinha orgulho em dizer que em apenas quatro meses pagou a fábrica de Santo Aleixo, sem precisar investir um centavo sequer, apenas com a produção da própria fábrica”.

Em 22 de maio de 1943, ocorre uma Assembleia Extraordinária da Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello, na qual:

[...] verificando-se no livro de presença haver número legal, assumiu a presidência da assembleia, na ausência do presidente da Companhia, o acionista diretor Othon Lynch Bezerra de Mello, que convidou o acionista Arthur Brito Bezerra de Mello e a mim, Roberto Brito Bezerra de Mello, também acionista, para primeiro e segundo secretários respectivamente. Declarou então o presidente [...] que a presente assembleia tinha por fim, tomar conhecimento e deliberar a respeito da exposição em que a diretoria propõe e justifica o aumento do capital social e a reforma dos estatutos.<sup>409</sup>

O documento segue com a exposição das razões da proposta de aumento do capital social e da reforma dos estatutos da Companhia. A elevação do custo do algodão e outras matérias primas necessárias ao funcionamento da fábrica é apresentada como uma das justificativas, a que se soma o “custo elevado” da necessária manutenção de grandes estoques de matéria prima e de produto manufaturado em armazéns da cidade, em razão da “situação anormal do serviço de transporte para os portos nacionais e estrangeiros”. Contudo, a causa central da necessidade de um aumento do capital social se justifica em razão de:

[...] grande parte de nossos recursos foi empregada no equipamento geral da fábrica e imobilizada no reparo dos edifícios, na construção de novos depósitos e armazéns e outros melhoramentos, do que tendes já pleno conhecimento. Acresce que em obediência ao nosso programa de assistência aos operários, estamos construindo uma nova Vila Operária, dotada de posto médico-odontológico, escolas, estas já em pleno funcionamento, creches, “play-grounds”, cinema, etc. e a construção desse conjunto requer o duplo ou triplo do numerário que seria

<sup>408</sup> A influência do chamado “esforço de guerra” na expansão do Grupo Othon será tratada posteriormente.

<sup>409</sup> Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello. Rio de Janeiro, 22 mai. 1943.

necessário antes da guerra. Necessitamos, assim, de elevar sem demora nosso capital.<sup>410</sup>



Figura 27 - Prédio da fábrica Esther à direita e Cine-Recreio a esquerda. Entrada principal do distrito de Santo Aleixo. 197(-). Fonte: autor desconhecido. Acervo de Sônia Maria Gonzaga de Oliveira

O emprego associado à moradia, num momento caracterizado pela carência de habitações consideradas dignas, associado a toda a infraestrutura oferecida pela fábrica em locais isolados dos grandes centros urbanos, tornou-se um verdadeiro polo de atração de famílias camponesas oriundas de regiões vizinhas.

Quando essas fábricas se localizavam em zonas rurais com baixa densidade demográfica, convertiam-se, por vezes, **em frentes avançadas de povoamento** ao atraírem a população pela possibilidade de emprego e moradia nas casas das vilas operárias. Nessas circunstâncias o conjunto de habitantes quer fossem operários-moradores na vila da fábrica ou que residissem em regiões vizinhas, quer fossem pequenos produtores ou comerciantes que se instalavam ao redor da fábrica, iriam formar um núcleo populacional que se enraizava criando **situações sócio-culturais que os especificavam**.<sup>411</sup> [grifos meus]

<sup>410</sup> Ibid.

<sup>411</sup> OLIVEIRA, Sonia Maria Gonzaga de. *Montanhas de Pano: Fábrica e Vila Operária em Santo Aleixo*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 1992, p. 2.



A oferta de empregos, visando, tanto a mão de obra pesada quanto a habilidade técnica, aliada aos benefícios estruturais oferecidos pelas fábricas, como moradia, assistência médica e lazer, provocaram primeiro, uma migração interna, quando a população, outrora ocupada com atividades agrícolas, passou a se concentrar ao redor dessas fábricas. Posteriormente, houve migrações externas, intermunicipais e interestaduais, aumentando significativamente o número de habitantes. O depoimento da antiga operária Maria Oneida Peclat exemplifica uma situação comum a de muitas famílias operárias da fábrica Esther.

Eu sou do Sana, distrito de Casimiro de Abreu. Vim pra aqui [Santo Aleixo] com 6 ou 7 anos [na década de 1940] [...] a primeira a morar na casa da fábrica foi minha irmã que casou. Aí depois nós chegamos. Eu, minha irmã e meus dois irmãos. Primeiro nós fomos morar na casa de uma família. Nós viemos pra cá por causa da fábrica, porque já não dava mais pra trabalhar na roça, a vida na roça tava muito difícil.<sup>412</sup>

O contexto de vida e trabalho dos operários da fábrica Esther em Santo Aleixo, anterior à gestão dos Bezerra de Melo, tanto daqueles recém-ingressos no trabalho fabril, quanto dos que já eram operários na gestão anterior, justifica em certa medida, a visão positiva do período. Uma visão retrospectiva que também é positivada pelo contexto em que foram realizadas as entrevistas. Um período marcado pelo retrocesso econômico, social e cultural experimentado após a crise que levou ao encerramento das atividades fabris na década de 1980.

(...) Tinha o cinema, que tinha a primeira seção às 6 horas, e a segunda às 8 horas. Tinha também o refeitório do lado, onde fazia tarde dançante. Então a gente ia pra tarde dançante, e depois a gente ia pro cinema. No domingo e qualquer feriado que dava, que tivesse um filme bom, a gente assistia. A época era muito boa (...) agora em matéria de diversão, de comércio, não tem nada. Nós não temos mais nada em Santo Aleixo.<sup>413</sup>

A prática de um capitalismo “humano e progressista”, ideal tão presente no discurso do empresário Othon Bezerra de Mello, como de outros destacados *capitães de indústria* do período, traduziu-se em medidas sociais relativas à

---

<sup>412</sup> Entrevista com Maria Oneida Peclat, concedida à autora em 18 jan. 2007.

<sup>413</sup> Ibid.

concessão de moradias, educação primária, saúde e lazer, que buscaram atingir todos os níveis da vida extrafabril. Todo esse investimento no âmbito social contribuiu para construção da representação de uma imagem protetora do patrão, aquele que havia possibilitado o acesso dos operários aos benefícios da modernidade.

(...) Os Bezerra de Mello têm sido de uma prodigalidade digna de menção, concorrendo de forma objetiva para o bom êxito dos vários empreendimentos (...) O impulso progressista que essa organização deu a Santo Aleixo, é um fato incontestável; além disso, ela colaborou com o poder municipal, fazendo doações diversas, quer de terras e materiais, facilitando tudo, para proporcionar aos moradores locais uma vida confortável.<sup>414</sup>

Já em Curvelo, a instalação da fábrica Maria Amália representou “o progresso, a inovação, a modernidade, a integração de Curvelo com o mundo e o que este tinha a oferecer”.<sup>415</sup> As transformações no cotidiano das famílias dos 1.700<sup>416</sup> operários, aproximadamente, se deveram, segundo Oliveira, ao grande porte da empresa e aos novos métodos de atendimento às necessidades do trabalhador. Toda a cidade foi beneficiada com a infraestrutura construída juntamente com o prédio da fábrica, mas aos operários da fábrica Maria Amália, além de tudo isso, eram oferecidos os serviços da farmácia, recreio, mercearia, escola primária aos filhos, clube, posto de gasolina e posto médico. Tudo isso contribuiu para a construção de uma visão idealizada e nostálgica acerca do período.

Os trabalhadores tornaram independentes da cidade. Pois a vila tinha farmácia, loja, açougue, cinema, igreja, armazém clube, campo de futebol, parteira, médico. Tínhamos de tudo, inclusive remédio de graça. Tinha até música, o JAZZ, baile de quinze em quinze dias, teatro. Era uma vida de conforto e todos ganhavam bem. O salário mínimo naquela época valia mais, tínhamos uma situação muito boa. Os bailes eram para os empregados, mas vinha convidados de fora, eu mesmo levei muitos.<sup>417</sup>

“O trabalhador da Fábrica Maria Amália tinha tudo, ninguém seria bobo de perder aquelas vantagens”. Essa fala, do operário José Teófilo, levanta aspectos

<sup>414</sup> SANTOS, op. cit., p.163.

<sup>415</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 64.

<sup>416</sup> Esse número atingiu o quantitativo máximo de 2.034 operários no ano de 1957, ainda sob administração do Grupo Othon.

<sup>417</sup> Entrevista concedida por General Rocha de Oliveira, ao Museu Vivo de História Local, em novembro de 2000 e 2004. Apud. Oliveira, p. 68.

relevantes do significado assumido pelo emprego fabril na vida dos trabalhadores curvelanos que, segundo o mesmo, eram os únicos a receber salário mínimo na cidade, o que os colocavam em posição privilegiada em comparação com a situação dos trabalhadores que “ganhavam centavos na colheita do algodão”.<sup>418</sup>

As declarações desses trabalhadores, embora não representem um discurso unívoco, e represente apenas parte dos significados que o trabalho fabril – sob a administração do Grupo Othon, assumiu em suas trajetórias – remete-nos ao lugar assumido pelo empresário fundador do Grupo, desde a década de 1920, em defesa da via industrial como caminho para a modernização do país. Para Bezerra de Mello, “as fábricas, além de contribuírem extraordinariamente para o aumento da riqueza pública”, beneficiam os operários “com assistência médica e dentária, ensino em aulas noturnas, associações recreativas e de beneficência e salários duas a três vezes maiores do que o que lhes paga a agricultura”.<sup>419</sup>

Se a imagem do trabalho na fábrica foi, em certa medida, idealizada, a do “bom patrão”, o “velho Othon”, parece ter alcançado um relativo consenso. O empresário é tido como o grande responsável por todas as “benfeitorias” voltadas aos operários, gerando uma espécie de pacto de reciprocidade, no qual os trabalhadores deveriam responder com lealdade e dedicação ao trabalho. O ideal que parece ter norteado as ações de Bezerra de Mello à frente de seu grupo empresarial, esteve baseado num discurso cujo eixo estaria firmado na existência, no seu próprio dizer, de um “espírito familiar” envolvendo suas empresas. A declaração realizada em certo momento, de que seus filhos se confundiam com seus operários<sup>420</sup>, traduz bem o sentido dessa representação, considerando-se estar marcada pelo peso de uma retórica que buscava, consciente ou inconscientemente, uma identificação com a ideia, defendida pelo Estado brasileiro, da paz social fundamentada na harmonização entre as classes.

Na situação específica dos operários-moradores de Santo Aleixo, a construção da “grande família” foi um processo desencadeado pelo estabelecimento de novas relações sociais, engendradas a partir da centralidade do trabalho fabril. Essas relações foram amadurecidas e vivenciadas intensamente

<sup>418</sup> Entrevista concedida por José Teófilo a Gladson Macedo de Oliveira, em março de 2006. apud. OLIVEIRA, op. cit., p. 68.

<sup>419</sup> MELLO, Othon L. Bezerra. *A Evolução da Indústria de Tecidos de Algodão em Pernambuco*, op. cit., p. 56.

<sup>420</sup> O JORNAL, Recife. 5 fev. 1930.

entre as décadas de 1940 e 1950, período em que ações da nova administração das duas fábricas do local causaram enorme impacto no cotidiano de uma geração de trabalhadores, cuja memória, ainda hoje, guarda lembranças que sustentam laços de compartilhamento e vínculos de pertencimento à cultura fabril construída nesse “tempo” e “lugar”.

Desse modo é que a imagem de Othon Bezerra de Mello foi sendo idealizada como a do benfeitor, como fundador de um tempo áureo, em que “havia muita solidariedade, as pessoas trabalhavam muito”<sup>421</sup>; uma época em que “existia mais amor, a gente conhecia todo mundo”<sup>422</sup>; “os bailes eram familiares e havia respeito”<sup>423</sup>.

Esses valores, expressos pela fala de operários da Fábrica Esther, são os valores que fundamentam a noção de família, tão presente no discurso do patriarca Othon Bezerra de Mello. Os antigos operários forjam uma representação do passado que ganha força pelo contraste da forma como, para eles, se apresenta o presente. “Tem muita gente diferente em Santo Aleixo que eu não conheço”<sup>424</sup>; “agora é muita gente diferente, acabou tudo”.<sup>425</sup>

A observação de Fortes sobre o paternalismo difundido através das políticas sociais da Renner e da Varig no quarto distrito porto alegreense serve bem à descrição do que, objetivamente e simbolicamente, significou a administração dos Bezerra de Mello na Fábrica de Santo Aleixo:

Para além do atendimento a necessidades materiais e simbólicas dos trabalhadores, essas políticas alimentavam a imagem do capitão de indústria como pai da família que pretendia constituir no âmbito da empresa. Já na perspectiva da comunidade trabalhadora, essa mesma imagem era assimilada como referência para o papel empreendedor, provedor e disciplinador, estabelecido como padrão ideal para os chefes de família.<sup>426</sup>

Não se trata, assim, de conceber esses trabalhadores como meros depositários de uma ideologia. Embora não seja possível ignorar a presença de elementos de dominação e subordinação marcando as relações sociais e de

<sup>421</sup> Entrevista com Nito Lima Teixeira, concedida à autora em 05 jan. 2005.

<sup>422</sup> Entrevista com Nelly Gualandi de Mello, concedida à autora em 15 jan. 2005.

<sup>423</sup> Entrevista com Maria Oneida Péclat, concedida à autora em 18 jan. 2007.

<sup>424</sup> Ibid.

<sup>425</sup> Entrevista com Nelly Gualandi de Mello concedida à autora em 15 jan. 2005.

<sup>426</sup> FORTES, A. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*, op. cit., p. 179.

produção desses operários, é preciso considerar que os aspectos presentes na cultura desses trabalhadores devem ser compreendidos, não como uma repetição mal assimilada da cultura dominante, mas como compartilhamento e circulação de valores culturais.

Isso é o que parece ocorrer nos casos em que a manutenção do princípio patriarcal da família camponesa, no ambiente da produção fabril, era favorecida pela moral familiar apregoada pela empresa, contribuindo para o consenso dos trabalhadores em torno de sua ideologia. Do ponto de vista dos trabalhadores, a disseminação de uma moral familiar pelas empresas, para além de representar dominação por meio de um mecanismo de controle e repressão, significou também um canal aberto para constante reivindicação da contrapartida do empresário no jogo de compromissos e lealdades trazidos pela noção de família, por ele mesmo difundida. Segundo Fortes e Negro:

[...] uma estratégia empresarial não se impõe por si só. Se circunscreveu os trabalhadores numa relação de reciprocidade, era atualizada sob a interferência recriadora desses mesmos trabalhadores. Sua socialização no interior do mundo grandioso e novo da fábrica “moderna” não representava subjugação total. Criando formas de sociabilidade e identidade demarcavam alianças, diferenças, espaços e tempos próprios, forjando uma “cultura fabril” marcada por uma forte noção de dignidade operária [...] <sup>427</sup>

Diante da insegurança estrutural que marcava a vida dos trabalhadores, por sua dependência do trabalho na fábrica e, em muitos casos, da moradia, a necessidade da *provisão paterna*, representada pelo pleno emprego, compreendido quase como uma dádiva, podia implicar em representações como as da operária Maria Oneida Peclát, que, ao ser questionada sobre seu posicionamento perante greves e a militância comunista na fábrica, declara:

Eu acho que os comunistas se excediam um pouco. Às vezes eles estavam até certos, mas alguns eram baderneiros. Eu tinha medo deles. A gente dependia da fábrica pra ter o salário da gente, a família inteira trabalhava na fábrica. Os donos da fábrica não precisavam disso aqui, e se eles cismassem de fechar a fábrica? Fechou, mas foi aos poucos. Pra onde esse povo ia correr? O estudo era muito pouco, ia trabalhar aonde? <sup>428</sup>

<sup>427</sup> FORTES e NEGRO, op. cit., 197.

<sup>428</sup> Entrevista com Maria Oneida Péclat, concedida à autora em 18 jan. 2007.

A ideologia da “grande família fabril” foi reforçada pela possibilidade de acesso fácil aos patrões.<sup>429</sup> Álvaro Bezerra de Mello, filho caçula do patriarca, relata que suas férias, na infância, eram passadas na “casa grande de Santo Aleixo, junto da tia Alcina. Papai fazia questão que a gente tivesse contato com as fábricas, para tomar gosto pelos negócios”.<sup>430</sup> A “tia Alcina”, irmã de Othon Bezerra de Mello, era a que mais tempo passava em Santo Aleixo. Muito católica, ensinava catecismo aos operários e cuidava para que todos tivessem acesso aos sacramentos do batismo e do casamento.



Figura 28 - Inscrição na fotografia: “Ao sr. Antonio Teixeira de Azevedo e Exma. família. Lembrança da distribuição aos filhos de operários na festa de Santo Aleixo. Com muita consideração Alcina Bezerra de Mello. Rio, 17 – 7- 1944”. Autor desconhecido. Acervo de Sonia Gonzaga de Oliveira

A emblemática fotografia acima registra o momento em que Alcina Bezerra de Mello, representando a fábrica Esther fazia a doação de panos para confecção de roupas para a tradicional festa do santo que dá nome ao lugar. A

<sup>429</sup> Segundo Perrot, um dos traços principais que caracterizam a administração paternalista é a presença física dos patrões nos locais de produção. Cf. PERROT, op.cit.

<sup>430</sup> Entrevista com Álvaro Bezerra de Mello, concedida à autora em 24 set. 2010.

dona Alcina é lembrada pelos antigos operários como “uma mulher muito religiosa e muito boa, era ela que fazia aquela festa de fim de ano e dava roupa ao pessoal, aquela que tava certa, aquela era religiosa”.<sup>431</sup>

Observa-se, na fala do operário, um compartilhamento de valores com relação ao incentivo oferecido pela fábrica à prática religiosa. Um compartilhamento também evidenciado na dedicatória feita pela D. Alcina a um operário da fábrica, o mesmo que, numa demonstração de intimidade, enviou uma correspondência à família Bezerra de Mello, convidando-a para que estivesse presente à festa de Santo Aleixo. A resposta à carta revela que, além de contribuírem fornecendo roupas e outros recursos materiais, não era incomum a presença dos patrões nos festejos promovidos pelo operariado. A carta que responde ao convite é escrita em folha com timbre “Companhia Othon Bezerra de Melo & Cia” e assinada por Othon Lynch Bezerra de Mello Júnior, como *Othonzinho*, indicando alguma intimidade do então administrador da fábrica Esther com o operário que lhe fez o convite. A carta segue com o seguinte conteúdo: “Ilmo Sr Antonio de Azevedo”

Referindo-me a sua estimada carta de 10 do corrente, por meio da qual V.S. teve a gentileza de me convidar para assistir os festejos em homenagem a SANTO ALEIXO, padroeiro dessa localidade, cumpre-me agradecer-lhe; realmente sensibilizado sua preciosa atenção, e apresso-me a comunicar-lhe que meu pai já incumbiu minha tia ALCINA, ora aí, de representa-lo e a nossa família nessas festividades. Renovando meus agradecimentos, e fazendo votos pelo maior brilhantismo da festa, aqui fico a seu dispor subscrevendo-me.<sup>432</sup>

---

<sup>431</sup> Entrevista com Zeferino, tecelão aposentado. Concedida a Sonia Gonzaga de Oliveira em 8 ago. 1980.

<sup>432</sup> Correspondência enviada por Othon Lynch Bezerra de Mello Júnior ao operário Antonio Teixeira de Azevedo. 14 jul. 1944.



Figura 29 - Inscrição na fotografia: “Ao Sr Antonio de Azevedo Teixeira e Exma. família, envio esta pequena lembrança da inauguração do Apostolado da Oração de Jesus. Ofereço em muita estima e consideração. Alcina Bezerra de Mello, Santo Aleixo, Rio, 13-8-1944”. Autor desconhecido. Acervo de Sonia Gonzaga de Oliveira

É provável que o “velho” Bezerra de Mello tenha estado poucas vezes no lugar, pois se ocupava mais diretamente da administração geral de suas empresas no Rio de Janeiro, designando os filhos mais velhos para gerência local das fábricas. Presume-se, assim, que os muitos contatos diretos com o Bezerra de Mello, tão presentes na memória dos antigos operários, fossem, na realidade, contatos com Othon L. Bezerra de Mello Júnior (Othonzinho) e seu irmão, Arthur L. Bezerra de Mello, que gerenciavam a fábrica Esther.

Os donos: os Bezerra de Mello eram excelentes! Eles não sabiam metade das coisas que aconteciam lá. Porque ele, o dono, era pessoa de entrar dentro da



fábrica, apertar a mão do operário, entrava nas casas dos operários. Vinha na festa de Santo Aleixo [tradicional festa religiosa do local], tomava cerveja com os operários. As injustiças que aconteciam lá [na fábrica], eram aqueles caras que administravam.<sup>433</sup>

O medo de perder o cargo fazia os mestres fazerem coisas que não era pra fazer. Eles queriam que a gente trabalhasse além do devido. Mas os patrões eram bons, tinham diálogo com os operários, conversavam com a gente pra saber o que precisava, a gente falava direto com eles. Era uma época muito boa.<sup>434</sup>

Os trabalhadores, inclusive alguns dos envolvidos em movimentos organizados,<sup>435</sup> costumavam preservar a imagem do patrão, atribuindo às chefias as “injustiças que aconteciam lá”. Esse parece ter sido um traço relativamente comum em empresas que adotaram o modelo paternalista nas relações com os operários. Na Nitro Química de São Miguel Paulista, a “figura carismática de José Hermírio de Moraes” era permanentemente preservada das críticas dirigidas pelos operários,<sup>436</sup> certos de que “ele, o dono”, não tomava providências em sua defesa pelo desconhecimento das ações de chefes que se excediam nas exigências de trabalho e disciplina, embora – assumindo uma postura aparentemente contraditória – reconhecessem, muitas vezes, que a causa do excesso era “o medo de perder o cargo”. Ora, quem os faria perder o cargo, senão o próprio patrão?

Apesar do consenso amplamente verificável em torno da imagem do bom patrão, o discurso que aponta para uma consciência das “regras do jogo” é bastante recorrente. Para o ex-operário Álvaro José da Silva, os investimentos voltados às atividades de lazer e cultura era “uma estratégia para ativar o operário, investia no carnaval e no futebol”.<sup>437</sup> Nesse sentido, ao contrário de uma postura de alienação e passividade, algumas atitudes de resignação podiam significar que, diante da insegurança estrutural que marcava as condições imediatas da vida dos operários, o conformismo era mais uma estratégia visando a satisfação de seus interesses.

Eu ganhei casa logo que comecei a trabalhar. Era difícil conseguir casa. Mas dependia muito da operária. Se ela fosse boa trabalhadora, trabalhasse legal, ficasse até mais tarde quando o patrão necessitava [...] Não fosse faltona, sempre conseguia. Para ganhar casa muitos tinham que esperar a vez e nem assim

<sup>433</sup> Entrevista com Nito Lima Teixeira, concedida à autora em 05 jan. 2005.

<sup>434</sup> Entrevista com Antônio Maciel de Oliveira, concedida à autora em 20 jan. 2005.

<sup>435</sup> Esse é o caso da operária, militante sindical, que declarou que “quem perseguia os operários não eram os patrões não, eram os chefes”. Entrevista com Lúcia de Souza, concedida à autora em 10 de out. 2007.

<sup>436</sup> FONTES, op. cit., p. 51.

<sup>437</sup> Entrevista com Álvaro José da Silva, concedida à autora em 09 set. 2006.

ganhavam [...] O aluguel da casa não era bem um aluguel era uma colaboração.<sup>438</sup>

O reconhecimento de que os operários utilizavam a dedicação ao trabalho como ferramenta de barganha, por meio de cálculos racionais, neste “delicado jogo de reciprocidade”, não anula ou enfraquece a presença de uma forte noção de dignidade operária. O trabalho como um valor, eis um dos elementos que, na relação histórica entre as classes, foi compartilhado pelos operários, que o tornaram elemento de identificação e fortalecimento da própria classe, e não o contrário.

Eu sempre fui líder da classe, mas sempre cumpri com meus deveres. Era pra chegar 7:00 horas, eu chegava 6:30 e a minha seção era a que mais produzia na fábrica. A única coisa que tentaram fazer comigo foi tentar me tirar do meio da massa, me oferecendo outro cargo, mas eu não aceitava. Eu ganhava por produção e a minha seção era a que mais produzia.<sup>439</sup>

O operário da fábrica Esther, Zeferino, afirma ter conhecido “o dono dessa fábrica, sabe? São pernambucanos. Ele vinha aqui, era um pernambucano baixotinho, alí (apontando para a praça, onde de encontra o busto do presidente do grupo) tem a estátua dele!”. Um tom de orgulho é observado na fala dos operários acerca da proximidade com o patrão, como na fala de Alice Schmidt Duarte, governanta da “Casa Grande” da fábrica Maria Amália:

[...] as cerimônias comemorativas do dia do trabalho eram realizadas na “Casa Grande”, onde havia uma Capela, e o patrão recebia os funcionários. Alguns almoçavam com o senhor Othon, que trazia todos os dias que ficava aqui, quinze funcionários para almoçar com eles. Tirava um de cada sessão sem avisar. O funcionário ia do jeito que estava. As pessoas ficavam inibidas, pois estavam sujas de algodão, mas ele não se incomodava, e todo mundo ia dar um parecer sobre o que estava acontecendo na fábrica.<sup>440</sup>

<sup>438</sup> Entrevista anônima de operária. Apud. OLIVEIRA, S.M.G de. *Montanhas de pano: fábrica e vila operária em Santo Aleixo*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ- Rio de Janeiro, 1992, p. 42.

<sup>439</sup> Entrevista com Paulo Lopes, concedida à autora em 03 fev. 2005.

<sup>440</sup> Entrevista concedida por Alice Schmidt Duarte, em novembro de 2004, apud. OLIVEIRA,... p. 67.



Figura 30 - Othon Bezerra de Mello em uma de suas fábricas, cercado por autoridades políticas, amigos e operários. A fábrica é, possivelmente, a Esther ou a Maria Amália- 8 mar. 1942. Fonte: autor desconhecido. Acervo da família da Bezerra de Mello

Entretanto, ao lado das experiências que indicam consenso estavam as que indicam resistência, muitas vezes protagonizadas pelos mesmos sujeitos. A resistência que podia ocorrer em suas formas organizadas, por meio de sindicatos e greves, e em suas formas não organizadas, nos pequenos territórios da vida cotidiana, nos pequenos gestos que podem chegar a um amplo alcance. A declaração abaixo evidencia a quebra do “mito do tempo áureo” em Santo Aleixo, na medida em que expressa a consciência da operária acerca dos limites impostos pela insegurança estrutural a que se encontrava submetida.

A gente perdia a mocidade da gente, a juventude, a adolescência [...] era uma escravidão, uma escravidão mesmo! Mesmo assim eu sou muito grata a essa fábrica, porque se não fosse ela... Eu tinha pouca experiência, pouco estudo. Casa de família? Ninguém aqui podia pagar empregada. Sair pra fora? De que jeito? Então pra mim, a fábrica foi uma mãe, uma mãe severa, mas foi uma mãe!<sup>441</sup>

Contudo, mesmo diante dos limites impostos pela necessidade de garantir a subsistência material, os trabalhadores reagiam através da reinvenção criativa do espaço da produção e à burla a fiscalização fabril. Esses foram aspectos constituintes das ações executadas pelos operários em sua lida rotineira com as hostilidades de suas condições de trabalho, funcionando como uma “microfísica

<sup>441</sup> Entrevista com Maria Oneida Péclat, concedida à autora em 18 jan. 2007.

da resistência”, executada cotidianamente nas fissuras deixadas pela disciplina fabril. Essas práticas de resistências não planejadas, designadas por Certeau como “táticas”, diferentemente das estratégias, caracterizam-se pelo seu “não lugar”, por ter que “constantemente jogar com os acontecimentos para os transformar em ocasiões”. As táticas, embora prescindam de discursos planejados, como o são as estratégias, também indicam formas de resistência, na medida em que expressam uma insatisfação que se manifesta na própria decisão, ato ou maneira de aproveitar a ocasião.<sup>442</sup> É o que se expressa no relato da operária da fábrica Esther, que mesmo tendo orgulho da profissão e do trabalho bem feito, característica muito comum entre os operários desta fábrica, encontrava formas de subverter a disciplina do tempo de trabalho, buscando trazê-los para níveis razoáveis de suportabilidade.

Eu era muito atrevida mesmo. Uma vez até aconteceu uma coisa engraçada, posso contar? Eu trabalhava numa máquina de espula. *Então lá era muito quente.* A gente costumava tirar o calçado e ficar descalço, e eles não gostavam porque dava acidente. Aí eu coloquei o calçado bem a jeito de poder calçar, pra se aparecesse algum diretor, alguma pessoa grande. Então, nesse dia eu tava trabalhando descalço e não vi quando o gerente chegou; o gerente e o mestre. E aí quando eu vi que ele chegou perto de mim, corri pra pegar o chinelo. Quando eu fui pra calçar ele chutou meu chinelo lá pra debaixo da máquina. Resultado: eu puei uma suspensão de dois dias, mas foi engraçado.<sup>443</sup>

Na fábrica Carmen, em Fernão Velho, alguns relatos de trabalhadores que vivenciaram os primeiros anos da administração dos Bezerra de Mello apresentam um contraponto ao discurso do bom tratamento oferecido aos operários. A fala abaixo é de uma operária, que, ao expor a prática de atividades extra fabris como complemento para subsistência, denuncia a insuficiência da renda familiar obtida com o trabalho na fábrica Carmen.

Então a gente se criou com essa mãe lagoa, era muito bom, não faltava nada, era uma fartura nessa lagoa. O senhor chegava aqui 2 horas da tarde, o senhor via os homens com balaio de camarão, tudo vendendo na época [...] A lagoa tão limpinha, tão limpinha,  
E a minha mãe quando não tinha o que comer, a minha mãe dizia assim: vou na beira da lagoa tirar sururu [...] ela levava um balaio e tirava sururu tudo assim, aí meus irmãos arrudiava [...] não faltava nosso alimento porque a mãe lagoa era o dia todinho peixe passando [...] muita gente aqui, meu Deus, passava fome, nem

<sup>442</sup> CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 13ª ed. – Trad. Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 47.

<sup>443</sup> Entrevista com Maria Oneida Péclat, concedida à autora em 18 jan. 2007.

farinha... hoje em dia o povo conta papo: eu digo a verdade, porque a verdade é essa.<sup>444</sup>

Em Santo Aleixo, os primeiros anos da administração dos Bezerra de Mello são marcantes na memória do operariado, não apenas pelas mudanças promovidas pela ação da fábrica, como a implementação de benefícios sociais e a construção da nova vila operária, mas também pela ação dos operários na fundação do sindicato têxtil, em 1941, e sua escola sindical em 1943. Também se destacou a efervescência comunista pós-1940, com várias campanhas ligadas ao contexto do conflito mundial, consolidando a proeminência do PCB na região até 1964; a criação do Círculo Operário Católico no distrito, em 1945; e o fim do Estado Novo e a atuação dos recém-criados partidos políticos, justamente no período em que o trabalhador tornava-se eleitor.<sup>445</sup>

Em Santo Aleixo, a militância sindical e partidária contou com a atuação de participantes de perfis heterogêneos: operários de alto e baixo “escalão”, homens e mulheres, vinculados ou não às associações recreativas ligadas às fábricas. A circulação entre as instituições recreativas patronais, o Partido Comunista e o Sindicato, como foi o caso de Paulo Lopes, operário da fábrica Esther, aponta para a evidência de que “muitos trabalhadores implicados no usufruto do lazer [...] estavam ativamente engajados com a meta de uma sociedade mais justa, na qual receberiam o ‘reconhecimento’ e a ‘recompensa’ devidos”.<sup>446</sup> Tal evidência aponta para a necessidade de relativização da noção que aponta os operários consumidores do lazer oferecido pela fábrica como suspeitos de alienação e passividade.

Eu nunca saí em bloco não, até dançava né, mas nessas coisas sempre fui muito moderada, nunca fui muito chegada. Seu Paulo Lopes é que gostava muito de carnaval. Esse sofreu muito também, antes de 64. Ele era do Sindicato, e na época que caçou o Partido Comunista ele foi preso e sofreu muito. Aqui em Santo Aleixo tinha essas coisas todas. Tinha banda de música, bloco de carnaval, futebol, tinha isso tudo, mas eu nunca participei não, só olhava assim, mas não participava não, eu era mais da luta mesmo! Algumas pessoas que participavam

<sup>444</sup> Entrevista com D. Aidée. apud. FARIAS, op.cit., p. 86.

<sup>445</sup> Destaca-se que o cognome “Moscouzinho” é recorrente em matérias jornalísticas e em entrevistas com antigos operários, devido às expressivas votações do PCB em Santo Aleixo nas eleições pós-Segunda Guerra. Entre 1947 e 1964, por exemplo, o partido elegeu vereadores, por meio de legendas emprestadas, em todos os pleitos municipais. Ao todo, foram onze comunistas eleitos, sendo a maioria ex-tecelões do distrito.

<sup>446</sup> KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. IN: BATALHA, Cláudio H.M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Ed. da Unicamp, Campinas. 2004, p. 67.

dessas coisas não estavam interessadas na luta [...] Só ficavam lá se distraíndo, e quando a coisa apertava um pouquinho já iam logo se afastando.<sup>447</sup>

---

<sup>447</sup> Entrevista com Lúcia de Souza, concedida à autora em 10 out. 2007.

## 8 O front dos “soldados da produção”

Certamente, não foi por acaso ou por mero desentendimento com o interventor Agamenon Magalhães que o empresário Othon Bezerra de Mello deixou seu estado natal, justamente no ano em que se inicia a guerra na Europa. Toda a sua perspicácia empresarial não seria suficiente para prever o quanto os rumos tomados pelo conflito acabariam favorecendo seu principal ramo de negócios, ao menos, não na intensidade em que ocorreria. Mas para um empreendedor, com boas relações políticas, e ainda, um estudioso extremamente atento aos temas econômicos, parece possível que fossem feitos cálculos avaliando o quanto aquele podia ser um bom momento para o investimento de seus capitais em novas fábricas de tecidos, em locais afastados da incômoda interferência de Agamenon Magalhães.

O ano de 1939 representou, para os industriais têxteis, o apaziguamento de uma batalha que vinha ocorrendo desde finais de 1936, momento em que as Associações dos industriais têxteis do Rio e de São Paulo iniciam ampla campanha, visando garantir uma segunda prorrogação do controle sobre a importação de máquinas, que iria expirar em 1º de março de 1937. O setor têxtil foi um dos primeiros a ser considerado em superprodução no contexto da crise iniciada em 1929, resultando na assinatura do Decreto nº 19.739, que restringia, por três anos, a importação de máquinas para indústrias cuja produção fosse considerada excessiva pelo governo.<sup>448</sup> A isto se juntou a limitação do tempo de trabalho do operário para 8 horas diárias.

Curiosamente, esses são anos em que foi verificado um grande crescimento das fábricas de Bezerra de Mello, em Pernambuco. Como visto na primeira parte desta tese, Bezerra de Mello consegue autorização do então Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, para importação de maquinário necessário à instalação da seção de estamparia na fábrica de Apipucos, em plena vigência da lei de restrição, acontecimento que significou a quebra do monopólio sobre produção de estampados da então maior indústria têxtil do Norte do Brasil: a Companhia de Tecidos Paulista, de propriedade dos irmãos Lundgren. Os desentendimentos que a partir daí marcariam a relação entre esses dois líderes

---

<sup>448</sup> CIFTA-RJ. *Relatório da diretoria*. 1929-1933, p. 12 .

fabris em Pernambuco indicam que o complexo industrial de Bezerra de Mello ameaçava, em alguma medida, o predomínio da CTP na produção e comercialização de tecidos.

Stein observa que, após a restrição durante seis anos, às importações de máquinas, com base no pressuposto de que o país ressentia-se da superprodução de tecidos, “a indústria algodoeira havia na verdade expandido sua produção [...] cabendo às indústrias do Norte e do Nordeste parcela significativa desse aumento”.<sup>449</sup> As fábricas de Bezerra de Mello estavam, certamente, entre as indústrias têxteis que haviam crescido bastante neste período. Embora seja verdade a afirmação de Stein sobre a liderança das indústrias dos grandes centros urbanos do Sudeste, na campanha contra as indústrias têxteis estrangeiras que levou o governo a decretar medidas restritivas quanto às importações de máquinas, é verdade também que Bezerra de Mello, já respeitado industrial do Nordeste, foi responsável pela veiculação de artigos em que, não obstante se autoproclamasse um autêntico liberal, requeria do Governo, diante do fato das “nossas indústrias” terem se desenvolvido demais, a “obrigação de ampará-las, garantindo-lhe os mercados nacionais tão trabalhados pela concorrência estrangeira”.<sup>450</sup>

Após a forte disputa que envolveu as associações do Rio e São Paulo e os Lundgren, em torno da limitação das horas de trabalho do operário e da restrição à importação de maquinário, o foco das discussões nos Centros Industriais voltou-se à necessidade de incentivos governamentais para exportação de tecidos, e com menor entusiasmo, como observou Stein, “a fixação de uma escala de salários mínimos em âmbito nacional”.<sup>451</sup> É nesse contexto que Bezerra de Mello participa, a convite de autoridades governamentais, de Missões Comerciais pelo Brasil e exterior, ao mesmo tempo em que publica artigos e concede entrevistas na imprensa de alcance nacional, sobre seu entusiasmo pelo recurso às exportações como “principal medida” para debelar a “crise”, como faz ao apresentar um plano minucioso e entusiástico de como o governo poderia expandir as exportações de

---

<sup>449</sup> STEIN, op. cit., p. 152.

<sup>450</sup> MELLO, Othon Bezerra. *A evolução da indústria têxtil no Brasil*. In: REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. Vol. XXIX, 1928-1929, Pernambuco: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1930, p. 56.

<sup>451</sup> STEIN, op. cit.



produtos têxteis, após sua viagem de reconhecimento de mercados nas Antilhas e na América do Sul e Central.<sup>452</sup>

A circulação do industrial entre autoridades governamentais certamente permitiu que obtivesse uma visão apurada sobre a inclinação em torno de um favorecimento às exportações de tecidos brasileiros, como sugere o conteúdo da carta enviada pelo CIFTA-RJ ao Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha.<sup>453</sup> A situação ganha novos contornos com a deflagração da guerra em setembro de 1939, quando se “tornou ociosa a controvérsia sobre superprodução ou subconsumo, pois tudo o que não se conseguia vender, aos preços vigentes no mercado interno, passou a ser embarcado com destino aos países beligerantes”.<sup>454</sup> Assim, é o próprio Bezerra de Mello quem declara em entrevista para *O Jornal*, em 1941, que “os negócios estavam indo muito bem devido à expansão das exportações nos últimos meses”.

Nota-se, nas ações empreendedoras de Bezerra de Mello, a prática de um ensinamento que o patriarca empresário procurou transmitir aos filhos e sucessores, “papai dizia sempre que como empresário você deve sair na frente, você tem que sentir a coisa, ser sempre o primeiro a subir e o primeiro a descer. Esse era o segredo dele [...] assim ele tornou-se um homem muito rico”<sup>455</sup> A fundação da Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello, em janeiro de 1941, com a posterior aquisição das novas fábricas, foi um empreendimento que se tornaria ainda mais bem sucedido do que, considerando o contexto daquele momento, podia esperar o próprio empresário. “[...] A Fábrica Esther, e também a Maria Amália, deram muito dinheiro durante a guerra [...] foi com o dinheiro ganho com a produção da fábrica Esther, em Santo Aleixo, que papai comprou todos os terrenos de Copacabana”.<sup>456</sup>

De fato, em 1943, no mesmo ano que o Grupo Othon adquiriu sua primeira usina de açúcar, em Pernambuco, e mais uma fábrica de tecidos, em Alagoas, tem início a construção, no Rio de Janeiro – precisamente no bairro de Copacabana – o Hotel Aeroporto, hoje Aeroporto Othon Travel, que ficaria pronto no ano

---

<sup>452</sup> O plano de Bezerra de Mello é analisado na primeira parte deste texto.

<sup>453</sup> CIFTA-RJ. *Arquivo de Correspondências*. 26 set. 1940.

<sup>454</sup> STEIN, op. cit., p. 165.

<sup>455</sup> Entrevista com Álvaro Bezerra de Mello, concedida à autora em 24 de setembro de 2010.

<sup>456</sup> *Ibid.*

seguinte. Curiosamente, nesse mesmo ano, é realizada a primeira celebração do Dia do Trabalho pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Santo Aleixo.

A manifestação ocorreu na Praça X de Novembro, no bairro de Andorinhas, reunindo cerca de trinta operários, formados bem em frente ao coreto da praça. Eles hasteavam a bandeira nacional, portavam instrumentos musicais de marcação e marcialidade, bem como demonstravam o caráter cívico e ordeiro da celebração. Meses mais tarde, em outubro, o sindicato já inaugurava sua sede social e uma escola de ensino primário.<sup>457</sup> Aproximadamente 30 operários ostentavam uma faixa com os seguintes dizeres:

Salve 1º de Maio, Dia do Trabalho: o proletariado de Magé, Santo Aleixo e Andorinhas unidos comemoram esta data obedecendo as diretrizes do Estado Novo, criado pelo nosso grande chefe e Dr. Getúlio Vargas. Salve as autoridades que nos honraram com suas presenças na data de hoje. Aceite nossos agradecimentos.<sup>458</sup>

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Santo Aleixo e Magé, fundado em 16 de março de 1941, mesmo mês e ano da aquisição da fábrica Esther pelo Grupo Othon, teve sua origem marcada por forte enquadramento promovido pelo Estado Novo. Apesar disso, este Sindicato veio a se tornar um importante instrumento de reivindicação e conquista do operariado Santoaleixense. Os trabalhadores, e entre eles os operários de Santo Aleixo, que vivenciaram esse tempo de “desqualificação” dos direitos políticos, lançaram mão da criação de outros “canais inventados no cotidiano” visando a “ampliação do politicamente possível.” Esta é a constatação feita por Fortes, a partir de pesquisa realizada junto aos trabalhadores do quarto distrito porto-alegrense.

Se o sindicalismo assegurava aos trabalhadores instrumentos para lutar pela efetivação de seus direitos ele, pelas limitações expostas, estava muito aquém de representar plenamente a dimensão e os potenciais colocados na nova configuração de classe. Por outro lado, sem estar imunes às tensões e contradições apontadas, outras cadeias de representação e canalização de demandas, de maior ou menor organicidade, se articulavam também no universo da participação partidária e eleitoral. Em ambas frentes, e por meio de uma infinidade de outros canais inventados no cotidiano, os trabalhadores lutaram para

<sup>457</sup> “Uma escola em Magé para os filhos de trabalhadores”. In: *A Manhã*: 02 de novembro de 1943. p. 10. A Escola Sindical 1º de Maio, fundada em 1943, funcionou nas dependências do Sindicato e era mantida pela entidade.

<sup>458</sup> Inscrição em fotografia. Acervo de Felipe Augusto dos Santos Ribeiro.

ampliar os limites do “politicamente possível” e construíram por suas próprias mãos, o seu lugar na Era Vargas.<sup>459</sup>

A nova administração da fábrica de Santo Aleixo, iniciada quase ao mesmo tempo em que tem início a Lei do Esforço de Guerra, em vigor no final de 1942, encontra um operariado já detentor de uma tradição de lutas e de uma cultura fabril que serão redimensionadas em face das novas circunstâncias. Apesar de representar uma relação construída sob bases extremamente desiguais, a articulação entre o Estado, o empresariado e os operários possibilitou a criação de alianças e práticas sociais reveladoras de uma situação social que se contrapõe à noção de uma postura de conformismo, resignação e passividade dos trabalhadores diante do forte controle a que estavam submetidos.

Na medida em que as novas demandas sociais se apresentavam diante dos trabalhadores, neste momento de suspensão sistematizada dos direitos conquistados, estes criavam estratégias, protagonizando, no âmbito do cotidiano, a ampliação do “politicamente possível”. Segundo Gomes,

[...] Falar de uma história dos direitos do trabalho no Brasil é falar também de uma história das formas de organização dos trabalhadores. E elas são basicamente duas, ambas se desenvolvendo ao longo da Primeira República: as organizações de matriz corporativa, clássicas do mundo do trabalho, chamem-se ligas, clubes, centros, resistências, associações mutualísticas ou sindicatos; e as organizações do espaço político, basicamente os partidos.<sup>460</sup>

As formas de organização dos trabalhadores, mencionadas por Gomes, estiveram em estreita ligação, e sofrendo influências recíprocas em Santo Aleixo, fossem entre as do primeiro grupo – as associações recreativas e os sindicatos – ou fossem entre estas e os partidos. O envolvimento nas associações recreativas operárias foi um aspecto marcante da política local.

No ano de 1942, o presidente Getúlio Vargas conclama os “soldados da produção” para a “batalha da produção”, um *front* em que todos os sacrifícios recaíam sobre os trabalhadores, inaugurando um processo em que, conquistas caras ao operariado local, como a da jornada de 8 horas, foram suplantadas por decretos que em nome do “esforço de guerra”, além de “restaurar” a jornada de

<sup>459</sup> FORTES, A. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era vargas*. Caxias do Sul, RS: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 443.

<sup>460</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002, p. 17.

trabalho de 10 horas, suspender o direito de férias e permitir o trabalho noturno de mulheres e menores, proibiu, simultaneamente, qualquer meio dos trabalhadores contestarem legalmente tais medidas.<sup>461</sup> Os empresários, por sua vez, “encobriram-se sobre o manto do patriotismo” para justificar a intensificação da exploração. Um memorando da embaixada americana no Rio de Janeiro dirigido ao Departamento de Estado, elucida “o oportunismo do empresariado que se escudava na conjuntura da guerra, para transformar seus interesses econômicos privados em interesses nacionais”.<sup>462</sup>

Alguns acreditam que os líderes da indústria têxtil tenham ficado insatisfeitos por muito tempo por causa das vantagens dadas aos trabalhadores e que eles procuravam uma desculpa para anular a execução dessas leis na prática ou, se não, em princípio. É evidente que a *lei de Mobilização* dá à indústria têxtil controle autocrático sobre sua força de trabalho e que essa indústria recorre a esse controle para responder a pressão que podia existir de baixo para conseguir uma revisão da escala de vencimentos [...] um aumento de vinte e cinco por cento no tempo de trabalho podia ter sido obtido através de processos normais, dentro da lei existente.<sup>463</sup>

O “esforço de guerra” foi imediatamente implementado nas fábricas de Bezerra de Mello, o que, aliás, não foi uma surpresa. Afinal, o empresário sempre fez questão de afirmar sua devoção à nação, cuja grandeza dependia de que todos enveredassem “com amor e entusiasmo pelo terreno da industrialização”.

“Um patriota sobretudo”. Essa foi a expressão utilizada em 1942, pelo jornal *Correio do Ceará*, para referir-se ao empresário Othon Bezerra de Mello, que em momento mais que oportuno recebeu uma página inteira de elogios à sua trajetória de homem público e industrial devotado ao seu país, “um conhecedor dos problemas brasileiros e um patriota de boa tempera a serviço outrossim de sua pátria”.<sup>464</sup>

O traço predominante no espírito de Othon L. Bezerra de Mello é o seu grande amor ao Brasil. Não limitou a Pernambuco os benefícios de sua ação patriótica, onde fundou quatro grandes empresas. Seu raio de trabalho construtor abrange

<sup>461</sup> Cf. PAOLI, Maria Celia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. IN: LEITE LOPES (org.)... op. cit., p. 88. Ver também: COSTA, Hélio. *Em busca da memória*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995, p. 16.

<sup>462</sup> COSTA, op. cit., p.16.

<sup>463</sup> ALEM, Silvio F. O PCB e as outras esquerdas. *Revista Ensaio*. São Paulo, nº 10. apud. COSTA, p. 16.

<sup>464</sup> CORREIO DO CEARÁ, Ceará. 2 mar. 1942.

também outros estados. Viajando pelo Sul observou que havia a possibilidade de desenvolver suas indústrias no Estado do Rio e adquiriu por compra a antiga Fábrica de Santo Aleixo [...] esta fábrica tomou o nome de fábrica Esther e possui 500 teares, sendo especializada na fabricação de brins e zefires, os quais tem a mais larga aceitação nos mercados internos e externos.<sup>465</sup>

O manto do patriotismo estava de fato sobre Bezerra de Mello, encobrindo interesses econômicos em jogo, na imposição de novas formas de exploração do trabalho de seus operários. O Grupo Othon comprometeu-se junto às autoridades governamentais a produzir, na fábrica Esther, o brim-marinho, tecido base para a confecção de uniformes dos marinheiros brasileiros que iriam para o *front*. Na ocasião, embora passados dois meses do anúncio do governo e não tendo chegado ainda a matéria-prima, “a fábrica já tinha aumentado de um para três turnos, isenta de impostos e direitos trabalhistas... Era um blefe!”, relatou José Rodrigues, que foi preso e “desterrado” de Santo Aleixo após redigir, com outros companheiros, uma carta denunciando esta situação.<sup>466</sup> A carta, segundo o operário, que foi dirigida aos jornais da capital, ao Ministro da Justiça, ao governador e ao prefeito, acabou sendo interceptada e entregue à polícia.<sup>467</sup>

José Rodrigues dirigiu-se então para Petrópolis, onde se tornou dirigente do PCB, enquanto, em Magé, despontava a liderança do médico sanitarista Irun Sant’Anna, que chegou à cidade para combater a malária, mas acabou envolvendo-se na política local, sobretudo junto aos tecelões do município. Filiado ao PCB desde 1935, o médico começou a influenciar as lideranças operárias que encontrou em Magé, aproximando-as da ideologia do PCB e, simultaneamente, conquistando respeito e admiração da comunidade, onde suas atividades médicas e comunistas se confundiam.<sup>468</sup> “Dr. Irun é um grande homem, ele ainda está vivo, aquele era dos vermelhos mesmo”.<sup>469</sup>

<sup>465</sup> Ibid.

<sup>466</sup> É assim que: “o fato da CLT, ser um caderno de leis – leis frequentemente ignoradas pelos patrões – com um sem número de disposições sobre condições de trabalho não alterou o sem número de queixas de operários submetidos ao regime de despotismo fabril, que estava respaldado pela Lei do Esforço de Guerra (a qual, a propósito, anulou vários desses dispositivos da CLT)”. Cf. NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. São Paulo: Boimtempo, 2004, p. 26.

<sup>467</sup> Entrevista concedida por José Rodrigues, operário e líder comunista, a Felipe Augusto dos Santos Ribeiro, em 04 de agosto de 2006.

<sup>468</sup> Para maiores detalhes sobre a atuação do médico Irun Sant’Anna e o sindicalismo político-partidário em Magé, Cf. RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. Dissertação de Mestrado. FFP/UERJ, 2009.

<sup>469</sup> Entrevista concedida por Paulo Lopes à autora em março de 2005.

No período em que Dr. Irun Sant’Anna chegou à Magé, em 1940, no auge do Estado Novo, o PCB encontrava-se na clandestinidade, sob forte repressão. O Sindicato de Santo Aleixo, que era dirigido por Marciano Macedo de Freitas, “*um homem de confiança da fábrica*” – <sup>470</sup> constituiu-se, ainda assim, de trabalhadores de perfis heterogêneos, homens e mulheres, operários de alto e baixo “escalão”, filiados ou não ao PCB. O fato de todas as reuniões no Sindicato serem assistidas por um investigador policial levou os operários a se encontrarem em reuniões clandestinas, para tratar de temas que podiam ser considerados subversivos pelo governo.

Tinha um famoso investigador [da Divisão de Ordem Política e Social (DOPS)] chamado Machado. Pra você ter uma idéia da repressão Getuliana nesse primeiro período... (...) Ele ia para todas as reuniões do Sindicato abertamente como investigador. Era convidado para sentar à mesa, como representante da polícia estadual. Isso em 40, 41. Então nossas reuniões [do PCB] tinham que ser ultra clandestinas, pois as reuniões oficiais [no sindicato] eram monitoradas pelo investigador e com dirigentes ligados a Getúlio.<sup>471</sup>

A fala da operária Lúcia de Souza, que participou ativamente nessas reuniões clandestinas, indica que a consciência da exploração a que estavam submetidos se colocou para além de posições político-partidárias. Consciência que impulsionava a luta pelo direito, pela justiça, realizada em “defesa dos sacrificados”.

Nunca eu nem meu marido dissemos que somos comunistas, mas eu sempre achei que eles lutavam em defesa dos sacrificados. Nós somos socialistas, a gente pensa no social, na igualdade, na justiça. Mas naquele tempo a gente vivia com aquele povo todo, né? Então diziam que a gente era comunista. Eu nunca botei, conforme muita gente botava, foto de Luís Carlos Prestes no peito, nem aquela foice e martelo. Eu não coloco nada no meu corpo. Até hoje os trabalhadores são explorados, e eu sempre lutei contra a injustiça.<sup>472</sup>

Se, por um lado, nota-se a frequência de inúmeros relatos a respeito da insatisfação com a intensificação do trabalho e as medidas repressoras que marcaram esse período, por outro, o forte discurso patriótico, a existência de um

<sup>470</sup> Entrevista concedida por José Rodrigues, operário e líder comunista, a Felipe Augusto dos Santos Ribeiro, em 04 de agosto de 2006.

<sup>471</sup> Entrevista concedida por Irun Sant’Anna, médico comunista, a Felipe Augusto dos Santos Ribeiro, em 06 de abril de 2006.

<sup>472</sup> Entrevista com Lúcia de Souza, concedida à autora em 10 out. 2007.

inimigo externo convidava à “superação de impasses agora considerados secundários politicamente”.<sup>473</sup>

[...] Santo Aleixo foi um dos distritos do Brasil que mais trabalharam pelo nosso esforço de guerra em prol da FEB. Os teares trepidavam dia e noite, o seu ruído varava as madrugadas. Nós nos matávamos nas horas extraordinárias para que os nossos pracinhas pudessem partir logo. Queríamos que eles fossem ajudar os nossos aliados no esmagamento, o mais rapidamente possível, da besta nazista.<sup>474</sup>

A tensão entre consenso e resistência em torno do “esforço de guerra” marcou o cotidiano dos operários da fábrica Esther. É preciso sublinhar que a ação social do Grupo Othon ocorria paralela aos constrangimentos gerados pela suspensão dos direitos trabalhistas, com a exigência de um esforço sobrecomum no trabalho. A modernização técnica da fábrica e a criação de uma infraestrutura urbana em seu entorno, acompanhada de uma série de benefícios sociais, inclusive com incentivos ao lazer e oferecimento de amparo religioso, foram ações perpassadas por um forte apelo à noção de família.

Essas políticas sociais exerceram enorme influência na constituição de uma identidade coletiva dos trabalhadores, afinada com a noção de grande família fabril, pois inspirada – como observou Fortes, no caso das indústrias Renner e Varig – na “imagem do *capitão de indústria* como o pai da família que pretendia constituir no âmbito da empresa”.<sup>475</sup>

No período da guerra já ocorria a distribuição de tecidos para que os operários pudessem confeccionar roupas novas para a tradicional festa de Santo Aleixo e para os festejos natalinos. Outra ação da fábrica que gerou grande mobilização na comunidade operária, no período da guerra, foi o apoio dispensado ao bloco de penas Tribo Guarany, organizado pelo operário Paulo Lopes, militante do Partido Comunista e membro do sindicato local. O caso desse operário é emblemático para reflexão acerca de diversos mitos que cercam a participação operária nas práticas político-partidárias na Era Vargas, na medida em que fortalece a noção, já difundida, de que os “mundos do trabalho”, perpassam não só uma história bem mais densa, como diversa da que pode ser

<sup>473</sup> Gomes, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* op. cit., p. 186.

<sup>474</sup> *Tribuna Popular*. 13 de abril de 1946, p.8. Entrevista concedida pelo tecelão José Pereira da Silva.

<sup>475</sup> FORTES, A. *Nós do quarto distrito..* op. cit.

apreendida a partir, unicamente, da análise de sindicatos, partidos e militantes ocupantes das “altas cúpulas das lideranças operárias”.<sup>476</sup>

A atuação política dos trabalhadores é complexa e plural, encontrando-se, no caso específico de Santo Aleixo, imbricada no universo fabril, no cotidiano de trabalho e convívio com a comunidade e, portanto, impregnada por uma cultura própria. O mesmo operário que, devido à atuação em atividade político-sindical, sofreu várias represálias, era um exemplo de dedicação ao trabalho, além de participante, em posição de liderança, inclusive, das atividades recreativas oferecidas pela fábrica.

Fui preso, tirado de dentro da fábrica [...] em 48, quando cassaram o partido. Me tiraram de dentro da fábrica, me levaram pra delegacia, e aí o “pau comeu”. Depois me jogaram dentro de um carro, me jogaram no mato e me bateram muito, depois me levaram pra Niterói e eu fiquei preso lá três dias [...] Graças a Deus passei por tudo isso, mas não tenho arrependimento de nada que fiz. Eu lutei pra mim e pros meus amigos.<sup>477</sup>

É destacada a participação do operário Paulo Lopes como líder do bloco de penas Tribo Guarany, que possuía como marca uma forte participação feminina, regulada através de rígidos padrões morais, só sendo permitido participar do bloco “moças de família”. A fábrica contribuía com as atividades do bloco de diferentes maneiras, uma delas era dispensando os operários de algum tempo do trabalho para que pudessem ensaiar e “tinha um gerente camarada que mandava a gente tingir as coisas na fábrica, as penas do bloco e ajudava com tecidos para as fantasias”.<sup>478</sup>

É preciso enfatizar que as concessões chegaram a ocorrer em plena vigência do “esforço de guerra”, indicando que, na relação entre empresário e trabalhadores, o discurso em torno da noção de família fabril, “além de controlar ou reprimir, construiu consenso, incorporando um delicado jogo de reciprocidade”<sup>479</sup>, no qual o compartilhamento de experiências pelos operários em sua vivência

<sup>476</sup> Ibid.

<sup>477</sup> Entrevista com Paulo Lopes, concedida à autora em 03 fev. 2005. A repressão sofrida pelo operário Paulo Lopes ocorreu num contexto que, segundo Maria Célia Paoli, houve uma explosão de protestos operários no pós-guerra, com inúmeros movimentos grevistas nos anos de 1947 e 1948, “que parecem demonstrar o quanto o acúmulo de tensões no nível da fábrica podia sustentar a energia do movimento, e de modo mais importante, dar-lhe a feição que tomou”.

<sup>478</sup> Entrevista com Paulo Lopes, concedida à autora em 03 fev. 2005.

<sup>479</sup> FORTES e NEGRO, op. cit., p. 196.



cotidiana, permitiu que se posicionassem buscando a contrapartida dos patrões à sua lealdade e dedicação ao trabalho.

No ano de 1945, outro grupo carnavalesco, composto por operários da fábrica, elabora o enredo “A cobra fumando”, em alusão à atuação vitoriosa da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Os bravos soldados brasileiros que vem demonstrando seu valor nos campos da velha Europa dizendo que a cobra fumou. Essa jornada gloriosa que todo mundo já sabe. Enche de orgulho os brasileiros, o valor de nossa FEB.<sup>480</sup>



Figura 31 - Grupo de operários em bloco carnavalesco em Santo Aleixo. Destaque para a alegoria da cobra fumando ao centro, a bandeira à esquerda e o estandarte à direita. Atenção para componentes posando com o “V” da vitória na 2ª Guerra Mundial. 1945. Fonte: autor desconhecido. Fonte: Acervo particular de Adecir Leal

O operário Paulo Lopes relata que havia muito lazer para os trabalhadores. Ao exibir uma fotografia do ano de 1942, na qual se encontram muitos operários reunidos próximos à fábrica Esther, o operário explica se tratar de uma corrida de bicicleta, da qual havia participado pouco tempo após ter regressado do exército. “A corrida foi em 42, aí pegamos a correr, 10 pessoas. Tinha que correr 12 voltas [...] lá por trás onde depois foi construída a vila operária. Depois teve brincadeira de quebra-potes, corrida de ovo na colher, corrida de saco”.<sup>481</sup>

<sup>480</sup> Letra do samba de enredo, informada pelo ex operário e folião, Adecir Leal.

<sup>481</sup> Entrevista com Paulo Lopes, concedida a Sônia Maria Gonzaga Oliveira, em 8 set. 1980.



Figura 32 - Famílias operárias em dia de festa, próximo à fábrica Esther e as primeiras casas da vila operária. 1942. Fonte: autor desconhecido. Acervo de Paulo Lopes

A nova Vila Operária é inaugurada somente em 1946, com a presença de autoridades municipais e estaduais. A propósito, a proximidade com autoridades políticas locais, como o chefe político, o pessedista Waldemar Lima Teixeira, fica evidenciada através da constatação de uma série de “troca de favores”, possível entre os poderes econômico e político.<sup>482</sup> Além disso, Álvaro Bezerra de Mello declara recordar bem dos numerosos almoços em que esteve presente com sua família na residência do prefeito Waldemar Lima Teixeira, em Santo Aleixo.

<sup>482</sup> Há registros de diversas doações feitas pela fábrica Esther ao governo municipal, como terrenos para construção de escolas, cemitérios. Em contrapartida, o jornal *Imprensa Popular*, inaugurado logo após o fim da guerra, publica uma série de denúncias sobre perseguições do prefeito municipal a operários envolvidos em algum tipo de protesto ou resistência ao poder patronal, e, principalmente, a operários que passam a atuar no movimento sindical e partidário.



Figura 33 - Vista parcial da nova vila operária. Destaque para a disposição das casas, projetadas de modo que fosse formado um "V", fazendo alusão à vitória do Brasil ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial. É preciso destacar que o início da construção da vila se deu em 1943. Ao fundo, o prédio de produção da fábrica Esther. 1946. Fonte: autor desconhecido. Acervo de Sonia Gonzaga de Oliveira

Nota-se, assim, que marcados por experiências na militância ou não, estes trabalhadores se posicionaram diante das conjunturas político-sociais, manifestando suas concepções – de forma relacional e conflituosa – a partir do lugar comum que ocupavam no trabalho fabril, mas também dos diferentes papéis sociais definidos pelo gênero, hierarquias sócio profissionais, enfim, pela singular subjetividade que, ao ser considerada, descarta uma visão homogênea e indiferenciada do grupo.

## 9

**Muito trabalho de muitos, muita riqueza de poucos**

Em 1943, em reunião geral extraordinária, ficou acertado o aumento do capital social e a reforma dos estatutos da Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello. A principal razão exposta pela mesa diretora foi a “obediência ao nosso programa de assistência aos operários”, que exigia a construção de uma “nova vila operária”. Entretanto, além disso, o aumento “sem demora” do capital social da Companhia deveu-se também à declarada necessidade de preservação de “nossas reservas [...] o bom senso aconselha deixá-las intactas para fazer face aos imprevistos que fatalmente virão com a paz que se avizinha”.<sup>483</sup>

A paz chegou em 1945, e se os industriais, em geral, não tinham do que reclamar,<sup>484</sup> Bezerra de Mello podia se considerar um privilegiado. O extraordinário crescimento da produção, já verificado em 1943, permitiu que o previdente empresário adquirisse, conforme exposto anteriormente, inúmeros terrenos no bairro de Copacabana, no estado do Rio, para ali iniciar o que seria a poderosa rede hoteleira, atualmente chamada de “Rede de Hotéis Othon”.

Os colegas dele, da fábrica Bangu, Nova América, que eram fábricas melhores até que as nossas, diziam: Othon, você é doido, fica só no negócio de tecidos! E ele disse: não, eu quero ter outra coisa [...] agora, os outros que só ficaram com os tecidos acabaram mal, bem, não acabaram tão mal porque transformaram as fábricas em *shopping centers*.<sup>485</sup>

Era de se esperar que os enormes lucros obtidos no período da guerra viessem a sofrer baixas no período posterior ao final do conflito. “Ao se aproximar o fim da guerra, surgiram muitos indícios de que os tradicionais fornecedores dos mercados de exportação, que o Brasil passou a abastecer a partir de 1939, preparavam-se para retomá-los”.<sup>486</sup> A CETex, organismo criado em 1944, pelo presidente Getúlio Vargas, anunciou, em 1º de março de 1946, a

<sup>483</sup> Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello. 22 mai. 1943.

<sup>484</sup> Segundo Stein “observando-se o volume e o valor da produção de tecidos de 1940 a 1945, verifica-se que os fabricantes de tecidos tinham boas razões para sentirem-se ‘eufóricos’. A produção que era de 840.168.000 metros em 1940 atingiu o auge de 1.414.336.000 metros três anos depois”. Cf. STEIN. op. cit., p. 169.

<sup>485</sup> Entrevista com o empresário Álvaro Bezerra de Mello, concedida à autora em 24 de setembro de 2010.

<sup>486</sup> STEIN, op. cit., p. 171.

suspensão de todas as exportações de tecidos por um período de noventa dias, “no que diz respeito a muitos fabricantes de tecidos, este decreto encerrou os tempos da euforia do ciclo exportador, trazendo novamente para a ordem do dia os velhos temas da superprodução e da crise”.<sup>487</sup>

Um dos principais fatores apontados como justificativa para a interferência governamental sobre as exportações foi o desabastecimento interno que havia causado enorme encarecimento do preço dos tecidos para o consumidor nacional, sobretudo, para o operário que o produzia. O “Convênio Têxtil” assinado em 1943, com o governo federal, não foi capaz de conter, por muito tempo, a elevação dos preços. Ficou previsto por esse convênio que os industriais têxteis deveriam produzir *tecidos populares* visando combater a escassez e o encarecimento no mercado interno. Em contrapartida, não seriam congelados os preços do restante da produção de tecidos de algodão. Álvaro Bezerra de Mello relata, num tom de orgulho, que seu pai “fazia esse trabalho socialmente bacana”, referindo-se à produção de tecidos populares.

O negócio com os tecidos continuaria representando parcela importante dos variados negócios do Grupo Othon até, aproximadamente, meados da década de 1970, período em que se inicia uma série de demissões em massa em suas diversas fábricas, levando pânico a milhares de famílias operárias, muitas das quais duplamente dependentes da fábrica, nos aspectos do trabalho e da moradia. Parcela significativa desses operários ingressou no universo fabril ainda criança, e ao vislumbrarem a possibilidade da falta do trabalho que sabiam fazer, enfrentaram uma total situação de insegurança, reforçada pelo fato de que a formação escolar se restringia, salvo situações isoladas, aos anos iniciais apenas.

Ao final da guerra, a direção de todas as fábricas já havia sido entregue aos filhos do patriarca da família Bezerra de Mello, tanto das que compunham o Cotonifício Othon Bezerra de Mello em Pernambuco, quanto da Esther, no Rio, a Maria Amália, em Minas Gerais e a Carmen, em Alagoas, que formavam a Companhia Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello. Entretanto, o empresário continuaria no cargo de presidente do grupo até a sua morte, em 1949.

A Companhia Brasileira de Novos Hotéis, fundada em 1943, ocasião em que se deu o início da construção do Aeroporto Othon Travel, inaugurado no ano

---

<sup>487</sup> Ibid.

seguinte, foi acrescida de mais três hotéis, ainda sob a presidência do patriarca. Em 1946, fundou-se o Hotel São Paulo, na capital paulista, em 1948, foi inaugurado, na orla de Copacabana, o Hotel Castro Alves e, em 1949 – ano de seu falecimento – ainda presenciou o início do funcionamento do Hotel Olinda, em frente ao mar de Copacabana. Outros terrenos adquiridos neste bairro, com o exorbitante lucro obtido no período em que o esforço de guerra foi imposto aos seus operários, foram deixados como herança para seus onze filhos.<sup>488</sup> Em 1945, Bezerra de Mello escreve uma carta aos filhos que só seria revelada após sua morte. Nela faz uma série de recomendações acerca da gestão do patrimônio:

Que adquiri com muito esforço e trabalho, inspirando-me sempre nos mais rigorosos princípios de honra e honestidade, e que lhes deixo, desejando seja o referido patrimônio sempre conservado para conforto e bem estar dos meus descendentes.<sup>489</sup>

A primeira das orientações é a de que “prestem sempre obediência a Maria Amália, minha mulher e sua mãe [...] acatando sempre, sem discrepância, as soluções que ela julgar preferíveis”. Outra recomendação é a de que “todos se conservem sempre unidos e amigos”, fazendo cada um o que for possível para que seja “rigorosamente cumprida minha determinação de deixar a cada um, valores iguais, seja por doação feita em vida, seja por herança.

A herança deixada foi bem grande. A rede hoteleira fundada por Othon Bezerra de Mello – que curiosamente possuía uma pequena hospedaria na parte superior de sua primeira loja de tecidos na década de 1920 – continuou a se expandir após a sua morte. Na capital paulista, além do Hotel São Paulo, no Vale do Anhangabaú, foi fundado, em 1954, o Othon Palace, atualmente São Paulo Othon Classic, junto ao Viaduto do Chá. Após a construção do Hotel Olinda em frente ao mar de Copacabana, na década de 1940, em menos de vinte anos mais seis hotéis foram inaugurados entre o bairro do Leme e o posto seis da praia de Copacabana.

Na década de 1970, o filho caçula do empresário, Álvaro Bezerra de Mello, formado em economia na Universidade de Harvard, assume a presidência

---

<sup>488</sup> Todas as informações acerca da rede hoteleira inaugurada em 1943 foram obtidas em entrevista com Álvaro Bezerra de Mello, concedida à autora em 24 set. 2010 e obra comemorativa do centenário do Grupo Othon.

<sup>489</sup> Carta aos filhos. apud. MELLO, op. cit., p.8

do Grupo Othon. Nesse período, em que a crise no setor têxtil afetou fortemente as fábricas do Grupo, ocasionando – conforme apresentado anteriormente – demissões em massa, ocorreu um grande investimento na ampliação da linha de hotéis cinco estrelas. É assim que são inaugurados os sofisticados hotéis Bahia Othon Palace, em Salvador, e o Rio Othon Palace, considerado um dos mais luxuosos da rede de hotéis do Grupo, na praia de Copacabana. Poucos anos depois foi inaugurado o Belo Horizonte Othon Palace, na capital mineira. Segundo consta na obra comemorativa do centenário do Grupo Othon, “aliando tradição e modernidade”:

Os herdeiros concretizaram o sonho de Othon Lynch Bezerra de Mello de criar uma rede de hotéis de alto nível, genuinamente nacional. Em pouco mais de seis décadas, a marca Othon virou referência de qualidade, não só no Brasil mas em todo o mundo. Hoje, a empresa hoteleira conta com mais de 40 unidades espalhadas por importantes capitais, badalados balneários, charmosas cidades históricas. Está presente no Rio de Janeiro, em Búzios, Petrópolis, Paraty, São Paulo, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Franca, Belo Horizonte, Salvador, Manaus, Fortaleza, João Pessoa, Blumenau, Itapena, Caldas da Imperatriz e Porto Alegre. No exterior, já hasteou sua bandeira em cobiçados destinos turísticos, como Paris, Lisboa, São Francisco e Buenos Aires.<sup>490</sup>



Figura 34 – A festa de inauguração do Hotel São Paulo foi objeto de reportagem na Revista da Semana. 1946. Fonte: autor desconhecido. Acervo da família Bezerra de Mello.

<sup>490</sup> Ibid.

## 10

### Considerações Finais

Desde que o velho [dono da fábrica] morreu não é mais a mesma coisa. O negócio começou a fracassar. Os filhos começaram a tomar conta [...] Depois entrou uns gerentes que acabou com a festa de fim de ano. Um deles disse: esse negócio de festa de fim de ano acabou, o patrão precisa é de pano.<sup>1</sup>

A morte do “velho”, do empresário pernambucano Othon Bezerra de Mello, ocorreu em 1949, precisamente em 9 de junho de 1949. Quatro anos antes, em 1945, numa carta escrita aos filhos, somente revelada após seu falecimento, o patriarca faz recomendações sobre a condução dos negócios e a partilha de seu grandioso patrimônio, o qual diz ter adquirido com “muito esforço e trabalho”, inspirando-se “nos mais rigorosos princípios de honra e honestidade”.<sup>2</sup>

A fortuna deixada por Bezerra de Mello aos seus 11 filhos se multiplicaria ainda mais nas décadas seguintes, com investimentos cada vez maiores no setor da hotelaria. O setor têxtil entraria em gradual colapso no final dos anos de 1970, gerando insegurança quanto ao futuro de famílias que por gerações haviam trabalhado nas fábricas. Na epígrafe acima, o operário, que na ocasião da entrevista experimentava esse momento de decadência do setor, atribui o “início do fracasso” da fábrica à morte do “velho” e, indiretamente, ao término da festa de fim de ano, um momento carregado de simbolismo, por representar a união do empresário e sua família com as famílias operárias, sendo isso a própria expressão da “grande família fabril”.

Essa noção, disseminada pelo Grupo Othon, personificado na figura de seu fundador, foi compartilhada pelos operários, que a interiorizaram, ressignificando-a a partir de suas próprias tradições e valores, em alguns aspectos identificada com as tradições e valores do empresário – como no que se refere ao modelo de família patriarcal e à dignidade do trabalho – denotando certo consenso na construção de relações firmadas nos princípios da lealdade e da reciprocidade.

O caráter desse consenso e as condições em que foi construído se revelam na análise do impacto gerado pelas transformações estruturais, provenientes da

<sup>1</sup> Entrevista anônima de um operário da Fábrica Esther. IN: OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 46.

<sup>2</sup> Carta aos filhos. apud. MELLO, obra comemorativa dos 100 anos do Grupo Othon. p. 8.



política de benefícios sociais, apregoada e praticada pelo empresário Bezerra de Mello, contribuindo para que uma nova configuração social e cultural se desenhasse nos novos espaços de atuação da empresa na década de 1940. Em todos esses *lugares*, os modos de vida e trabalho anteriores – tradições e valores dos operários – entraram numa dinâmica relação com o modelo de convivência social estabelecido a partir das medidas tomadas pela nova administração.

Nesse encontro foram forjadas situações de consenso que coexistiram com situações de dissenso. Uma cultura fabril se construiu a partir da sociabilização dos operários nos espaços de convivência, fora do trabalho e no próprio espaço da produção, onde construíram alianças e identidades que lhes possibilitaram tensionar o jogo de reciprocidades no qual estavam inseridos.

A verificação dessa tensão, visível nos momentos em que o “pacto de reciprocidade” parecia ameaçado, permite observar que a experiência do consenso que marcou a relação entre empresário e trabalhadores não se encerra na explicação da dominação ideológica ou da opressão direta, ou, ainda, de um pragmático jogo de interesses. Todos esses elementos podem estar presentes – mas eles não prescindem da consideração de certo compartilhamento de valores culturais que legitimam compromissos e lealdades recíprocos.

Os “fios” que se entrelaçam, formando as redes de relações estabelecidas nesses *lugares*, prolongam-se para além deles. Ao analisarmos a trajetória política, intelectual e empresarial de Othon Bezerra de Mello, vimos despontar uma série de elementos que auxiliam na compreensão dos modos como se processou, historicamente, a constituição dessas relações sociais, que subjazem ao processo de implementação da moderna sociedade industrial. Desde a década de 1920, o empresário defende um projeto de modernização pela via industrial, que alia aos valores da modernidade os da tradição, autoproclamando-se um homem de “espírito liberal”.

As concepções políticas e ideológicas de Othon Bezerra de Mello devem ser compreendidas a partir da conjunção de diversos elementos, dentre os quais a herança cultural de concepções da aristocracia agrária e mercantil da qual descendia, o contato com os grandes centros de comércio e indústria do exterior e as estreitas relações com intelectuais e políticos de seu tempo.

Essas concepções se refletem no discurso feito em defesa da concessão de benefícios sociais aos trabalhadores. Um discurso efetivamente aplicado em suas fábricas pernambucanas, bem como nas que foram incorporadas na década de 1940, dando-lhe credibilidade nos meios políticos pelos quais circulou, sobretudo pelos aspectos que identificavam sua política de benefícios sociais com a legislação trabalhista, em construção a partir de 1930. A resistência direta à aplicação da legislação, observada na ação de inúmeros industriais, não foi percebida no caso de Bezerra de Mello, o que não significa que o industrial a compartilhasse inteiramente, ou que não resistisse “veladamente”. O fato é que a estratégia do não enfrentamento contribuiu para que o industrial se emaranhasse na burocracia governamental, alcançando um prestígio tal, que o levou ser convidado a representar o empresariado têxtil na Missão Econômica Brasileira, em 1940.

Nesse sentido, é preciso problematizar o argumento firmado na concepção de que uma cultura política e legal, “formadas pela herança ideológica de um paternalismo autoritário”, tivesse sido o que levou as elites brasileiras, e nelas o empresariado, a uma reação negativa, ou a uma interpretação conservadora das leis do trabalho. Esses aspectos devem certamente ser levados em conta na análise do processo de implementação da legislação trabalhista no Brasil, sem, contudo, deixar de se considerar que muitos empresários, como Othon Bezerra de Mello, por exemplo, compartilham já nos anos de 1920, a construção da perspectiva de uma legislação trabalhista, fosse aos moldes da que seria efetivamente criada ou não, ao que se acrescenta à luta dos trabalhadores, primeiro pela elaboração das leis, e depois para fazer valer os direitos que, afinal, haviam-lhes sido outorgados.

Diante disso, cabe argumentar que a incorporação da análise da trajetória de industriais, relacionada à história dos trabalhadores, fornece elementos que a torna mais densa. Assim, uma análise que pretenda um conhecimento social historicamente constituído deve considerar as ações e o fazer-se dos grupos e classes que se articulam nessa sociedade. Essas ações e esse fazer-se não se realizam, a não ser em suas relações, e relações, mesmo que conflituosas, construídas sob bases desiguais – nesse caso extremamente desiguais –

pressupõem, tanto oposições quanto compartilhamentos, tanto conflitos quanto consensos.

É certo também que essas relações são relações de poder, implícitas a uma estrutura socioeconômica que põe em jogo as condições objetivas da vida. Contudo, como visto, embora esse jogo desigual imponha certos limites à resistência dos trabalhadores, ele, definitivamente, não elimina as possibilidades de que essa resistência ocorra.

Ao analisar a trajetória do empresário Othon Bezerra de Mello, posta em relação com os trabalhadores na construção do Grupo Othon, algumas questões foram levantadas e discutidas, e se não plenamente elucidadas, ao menos postas em evidência para pesquisas futuras. Além disso, no processo da análise se fizeram entrever, muitos outros “fios” da complexa rede de relações sociais que, em sua tessitura, construíram a história da moderna sociedade industrial no Brasil. A relevância da elucidação das práticas sociais, políticas e culturais, além de econômicas, forjadas nessas “redes”, em que atuam indivíduos particulares (empresários, trabalhadores, políticos) e instituições (governo, igreja, polícia), revela-se por representarem a possibilidade de compreender o significado assumido neste processo, pelas disposições legais criadas para proteger os direitos do trabalho, assim como as rupturas, continuidades e transformações presentes nas relações de trabalho e da sociedade brasileira como um todo.

## 11

### Bibliografia e outras fontes

#### 11.1

#### Fontes

##### Entrevistas

CUSTÓDIO. Entrevista concedida a Sonia Maria Gonzaga de Oliveira. Magé, 29 jul. 1980.

ELPÍDIO. Entrevista concedida a Sonia Maria Gonzaga de Oliveira. Magé, 7 ago. 1980.

LOPES, Paulo. Entrevista concedida à autora. Magé, 03 fev. 2005.

MELLO, Álvaro Bezerra de Mello. Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro, 24 set. 2010.

MELLO, Nelly Gualandi. Entrevista concedida à autora. Magé, 15 jan. 2005.

OLIVEIRA, Antônio Maciel. Entrevista concedida à autora. 20 jan. 2005.

PÉCLAT, Maria Oneida. Entrevista concedida à autora. Magé, 18 jan. 2007.

RODRIGUES, José. Entrevista concedida a Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. Rio de Janeiro, 04 ago. 2006.

SANT'ANNA, Irun. Entrevista concedida a Felipe Augusto dos Santos Ribeiro. Rio de Janeiro, 06 abril 2006.

SOUZA, Lúcia. Entrevista concedida à autora. Magé, 10 out. 2007.

TEIXEIRA, Nito Lima. Entrevista concedida à autora. Magé, 05 jan. 2005.

ZEFERINO. Entrevista concedida à Sonia Gonzaga de Oliveira. Magé, 8 ago. 1980

## Jornais

A MANHÃ. Rio de Janeiro, 1943.

A NOITE. Rio de Janeiro, 1929-1931.

A PROVÍNCIA. Recife, 1921-1928.

CIDADE DE MAGÉ, Magé, 1930-1931.

CORREIO DO CEARÁ. Fortaleza, 1942.

DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 1937.

DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 1939.

DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 1939-1944.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1923-1937.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Recife, 1936.

FOLHA DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1939-1940.

FREYRE, Gilberto. Homens-formigas e homens cigarras. Revista da Academia Pernambucana de Letras do Recife. maio/jun. 1980.

FREYRE, Gilberto. *Dois Mortos*. IN: DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife. 16 jun. 1949. Microfilme. Localização: Fundação Joaquim Nabuco.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1928-1930.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1895.

MAGE –JORNAL. Magé, 5 jun. 1926.

MELLO, Othon Bezerra de. A evolução da indústria de algodão em Pernambuco. In: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Vol. XXIX, 1939-1930.

MELLO, Othon Bezerra de. *Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos, Nordeste*. In: DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife. 13 jul. 1937.

MELO, Clóvis. Othon e Antonio Chimango: *Revista da Academia Pernambucana de Letras, Recife*, 79 (29): 39-40, maio/jun. 1980. Localização: Fundação Joaquim Nabuco.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 2005.

O JORNAL. Rio de Janeiro, 1940.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 1921-1922.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 1921-1930.

REVISTA DA CIDADE. Recife: *Companhia Fábrica de Tecidos Othon Bezerra de Mello*, 1926.

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. Vol. XXIX, 1928-1929, Pernambuco: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1930.

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. Recife, 1928-1929.

REVISTA O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 1941.

TRIBUNA POPULAR. Rio de Janeiro 1946

#### **Arquivos:**

Arquivo Nacional

Arquivo do Itamaraty

Fundação Joaquim Nabuco

CIFTA-RJ

Fundação Biblioteca Nacional

**Documentos diversos:**

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO COTONIFÍCIO OTHON BEZERRA DE MELLO S/A. 1930.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 1929

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello. 22 mai. 1943.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello. Rio de Janeiro, 22 mai. 1943.

Correspondência enviada por Othon Lynch Bezerra de Mello Júnior ao operário Antonio Teixeira de Azevedo. 14 jul. 1944.

Discurso do Deputado Federal Gilberto Freyre (UDN-PE), apresentando o projeto de criação do Instituto Joaquim Nabuco, no dia 02 de agosto de 1948. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/didoc/gf-ddc-ijn.pdf> Acesso em: 25 out. 2012.

DOCUMENTÁRIO ILUSTRADO DO TRICENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO PERNAMBUCANA. O Cotonifício Othon Lynch Bezerra de Mello: a herança de um homem representativo. Localização: Fundação Joaquim Nabuco, Pernambuco.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ. *Relatório apresentado ao Exmo. SR. Interventor no Estado do Rio Comandante Ary Parreiras pelo prefeito Gilberto H. de Bacellar.* Magé, RJ, 1933.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Interventor do Estado do Rio Comandante Ary Parreiras pelo prefeito Gilberto H. Bacellar. Magé, Rio de Janeiro, 1934.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ. *Relatório apresentado ao Exmo. SR. Interventor no Estado do Rio Comandante Ary Parreiras pelo prefeito Gilberto H. de Bacellar.* Magé: RJ, 1933.

Registro Geral das Hipotecas do Estado do Rio de Janeiro. Cartório de Magé, 1906.

RIO DE JANEIRO. *Mensagem enviada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Presidente do Estado Alberto de Seixas Martins Torres*. 15 set. 1899, p. XXV. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/jain.>> Acesso em: 17 mai. 2007.

RIO DE JANEIRO. *Relatório do vice-presidente da Província*, João Pereira Darrigue Faro: 1850.

RIO DE JANEIRO. *Relatório do vice-presidente da Província*, João Pereira Darrigue Faro: 1851.

RIO DE JANEIRO. *Relatório do vice-presidente da Província*, Luiz Pedreira do Couto Ferraz: 1849.

TABELIÃO DO 4º OFÍCIO. *Escritura de Constituição da Companhia Othon Lynch Bezerra de Mello*. Rio de Janeiro, 1941.

Registro Geral das Hipotecas do Estado do Rio de Janeiro. Cartório de Magé, 1890.

Jornal do Instituto Histórico de Niterói (documento transcrito da Sala Matoso Maia, na Biblioteca Estadual de Niterói).



## 11.2

### Bibliografia

ALBUQUERQUE Jr., D. M. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Cortez, 2001.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BONAFÉ, Luigi. *Com se faz um herói republicano*. Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2008

ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ANDRADE, Maria do Carmo. *Othon Bezerra de Mello*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2011

BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Ed. da Unicamp, Campinas. 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.

CARLOS, Ana Fani. *O lugar do/no mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAVAGE, Mike. *Espaço, redes e formação de classe*. In: *Revista Mundos do Trabalho*. v. 3, n. 5. jan-jun/2011. p. 26.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 13ª ed. – Trad. Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CIRANO, Marcos. *Joaquim de Arruda Facão: contra o rugir da unanimidade. Perfis parlamentares do século XX*. Assembléia Legislativa de Pernambuco,

Pernambuco. Disponível em:  
<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/01pdf/CarlosLimaCavalcanti.pdf> Acesso em: 15 out. 2012.

COSTA, Hélio. *Em busca da memória*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995, p. 16.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1930)*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1987.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 217-218.

DEPARTAMENTO DE MEMÓRIA DE CASA AMARELA/FEACA. *Casa Amarela: memórias, lutas e sonhos*. Recife. 1988.

DIAS, Carlos G.P. *Antonio Chimango no limiar da velhice*. (Apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934) 2001. Dissertação de (Mestrado em história do Brasil). PUCRS-Porto Alegre.

FARIAS, Ivo dos Santos. *Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho (1953-1962)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas. 2012.

FERNANDES, Antônio de Paiva. *Magé, durante o Segundo Império e os primeiros tempos da República*. Rio de Janeiro: Hélios, 1962, p. 54-57.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 123.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos / Nitro Química: a fábrica e a lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997

\_\_\_\_\_. [et.al.]. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era vargas*. Caxias do Sul, RS: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores*. São Paulo: Editora: Fundação Perseu Abramo, 2001.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. *Inventário dos Bens Culturais de Magé*. Rio de Janeiro, 1984.

GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e trabalho*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_. [et. al]. *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930/1964) – Tomo III – História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo – 3ª ed.* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Álbum do Estado do Rio de Janeiro. Centenário da Independência do Brasil: Município de Magé*. Rio de Janeiro: 1922 (Não paginado).

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARDMAN & LEONARDI. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ed. Global, 1982.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 44.

LEITE LOPES, José. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. (org.). *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro, UFRJ – Museu Nacional/ Marco Zero-PROED. 1987.

\_\_\_\_\_. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília e Marco Zero/MCT/CNPq, 1998.

LEITE, Ronildo Maia. Ascensão e queda de Estácio Coimbra. *Perfis parlamentares do século XX*. Assembleia Legislativa de Pernambuco, Pernambuco. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/EstacioCoimbra/sumario.html>. Acesso em: 15 out. 2012.

MACIEL, Ayrton. Carlos Lima Cavalcanti: todo poder ao rei. *Perfis parlamentares do século XX*. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/01pdf/CarlosLimaCavalcanti.pdf> Acesso em: 15 out. 2012.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. São Gonçalo: Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), 2008.

MELLO, Letícia Bezerra de (org.). *Obra Comemorativa do Centenário do Grupo Othon: Uma história de ousadia e sucesso*. Rio de Janeiro, 2005.

MORAES, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. São Paulo: Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, Gladson Macedo. *A Fábrica Maria Amália e sua inserção na cidade de Curvelo: Os caminhos do desenvolvimento de uma indústria têxtil no interior de Minas Gerais (1941-1992)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa

de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Belo Horizonte, 2007.

OLIVEIRA, Sônia Maria Gonzaga de. *Montanhas de pano: fábrica e vila operária em Santo Aleixo*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ- Rio de Janeiro, 1992.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LEITE LOPES, José Sérgio (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro – Museu Nacional – UFRJ1987

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre: cultura e conflitos políticos em Pernambuco (1923-1945). *Revista eletrônica Plurais*. Disponível em: <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/revistaplurais/article/viewFile/67/92>.

Acesso em: 26 out. 2012.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992,

RAGO, Margareth. “Prefácio: Sonhos de Brasil”. In: ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed. Recife, FJN, Editora: Massangana; São Paulo: Cortez, 2001. apud. BONAFÉ, op. cit., p. 39.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *Operários a tribuna: vereadores comunistas e operários têxteis de Magé (1951-1964)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – FFP/UERJ. 2009.

RIBEIRO, José Adalberto. Agamenon Magalhães: uma estrela na testa e um mandacaru no coração. *Perfis parlamentares do século XX*. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/EstacioCoimbra/sumario.html>. Acesso em: 15 out. 2012

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. Niterói: Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), 1994.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool, Museu do Açúcar, 1970. p. 53-69.

SANTOS, Manoel Heleno Rodrigues. *Meu romântico Apipucos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1994

SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé: Terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro, IBGE, 1957.

\_\_\_\_\_. *A Saga dos Ullmann: história da cidade de Magé (1870/1950)*. Editora: Gráfica Jornal da Cidade, Petrópolis, 1988.

SETTE, Mário. *Romances Rurais*. Recife, s/e, 2005.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade – 1937,1968*, São Paulo: Hucitec, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2000.

STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Estudo sócio Econômico – 1997/2001*. (Histórico). Magé: Rio de Janeiro, 2002, p. 7.  
Disponível em: < <http://www.tce.rj.gov.br/>>. Acesso em: 07 mar. 2005.